

A Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo. Da Ditadura Militar ao Advento do Estado Novo (1926-1933)

Dissertação de Mestrado

Maria Luísa Bretão Nunes da Graça

Mestrado em
**História Insular e Atlântica
(Séculos XV-XX)**



A Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo. Da Ditadura Militar ao Advento do Estado Novo (1926-1933)

Dissertação de Mestrado

Maria Luísa Bretão Nunes da Graça

Orientadora

Prof.^a Doutora Susana Paula Franco Serpa Silva

Dissertação de Mestrado submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Historia Insular e Atlântica (séculos XV – XX)



Resumo

A análise das atas referentes à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, desde 1926 a 1933, permite compreender o funcionamento geral dos serviços públicos na cidade e respetivo distrito. Ao longo dos sete anos, e através das fontes referidas, é possível identificar a evolução da legislação, da sua implementação e dos investimentos efetuados nas ilhas, incluindo, para além da Terceira, a Graciosa e São Jorge. Por conseguinte, o estudo do fundo da Junta Geral ajuda a conhecer os serviços que estavam sob a alçada deste organismo (serviços agrícolas e pecuários, de obras públicas, serviços burocráticos, tesouraria e secretaria, serviços industriais e elétricos, de viação e laboratório), bem como o modo como eram implementados e toda a sua abrangência. Como se depreende, as Juntas Gerais desempenharam um papel fundamental, nos Açores, uma vez que fazia parte das suas competências toda a política de desenvolvimento dos respetivos distritos, pelo que qualquer alteração aos seus estatutos e orçamentos acabou por ter significativo impacto socioeconómico. A dissertação que se propõem apresentar pretende ser um contributo para o estudo da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo e das intervenções efetuadas por ela, num período de profundas alterações políticas que se repercutiram em todos os domínios da vida nacional e insular. Pretende-se, pois, também compreender o que mudou ou persistiu, no que toca à Junta Geral, na fase final da I República no período conhecido como Ditadura Militar (até à entrada em vigor da Constituição de 1933 que institucionalizou o Estado Novo).

Palavras-chave: Junta Geral; Distrito de Angra do Heroísmo; Ditadura Militar; obras públicas; legislação.

Abstract

The analysis of the minutes concerning the General Board of the District Angra do Heroísmo, from 1926 to 1933, allows us to understand the general functioning of public services in the city and its district. Over the seven years, and through the sources mentioned, it is possible to identify the evolution of the legislation, its implementation and the investments made in the islands, including, in addition to Terceira, Graciosa and São Jorge. Therefore, the study of the General Board's background helps to know the services that were within the scope of this body (agricultural and livestock services, public works, bureaucratic services, treasury and secretariat, industrial and electrical, road and laboratory services), as well as how they were implemented and their full scope. As it turns out, the Juntas Gerais played a key role in the Azores, as all the development policies of their respective districts were part of their remit, so any change to their by-laws and budgets had a significant socio-economic impact. This dissertation is intended to contribute to the study of the Angra do Heroísmo District General Board and its interventions, during a period of profound political changes that had repercussions in all areas of national and island life. It is also intended to understand what changed or persisted with regard to the General Board in the final phase of the First Republic in the period known as the Military Dictatorship (until the entry into force of the 1933 Constitution that institutionalized the Estado Novo).

Keywords: General Board; Angra do Heroísmo District; Military dictatorship; public works; legislation.

ÍNDICE

Resumo	1
Abstract.....	2
AGRADECIMENTOS	6
INTRODUÇÃO.....	9
Capítulo I – AS JUNTAS GERAIS E A AUTONOMIA DISTRITAL	12
1. A reorganização administrativa do liberalismo e a criação das Juntas Gerais. ..	12
1.1. Transformações e evolução.	12
2. O primeiro movimento autonomista: a Junta Geral como principal órgão da administração autonómica.	20
2.1. A Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo	21
3. As Juntas Gerais e o regime republicano.....	24
Capítulo II - DA EUFORIA À DESILUSÃO	31
1. A “revolução” de 28 de maio de 1926: impacto inicial e consequências.	31
2. As repercussões nos Açores da Revolução de 28 de maio.	41
2.1. As reações da sociedade terceirense ao movimento do “28 de maio”.	47
3. Os Novos Detentores do Poder	49
4. O Delegado Especial do Governo da República nos Açores e as pressões para a reforma das juntas gerais: menos autonomia e mais capacidade financeira?	53
5. O Decreto de 16 de fevereiro de 1928 e a euforia das classes dirigentes.	56
6. Salazar como Ministro das Finanças: o discurso descentralizador e a prática centralista – a limitação radical da capacidade de investimento público das Juntas Gerais.	58
Capítulo III – A JUNTA GERAL DO DISTRITO DE ANGRA DO HEROÍSMO: ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS	63
1. Composição da Junta Geral. As Comissões Administrativas e a “gente da situação”	63
2. As competências da Junta Geral	66
3. A questão financeira: receitas e despesas	99
Capítulo IV - A JUNTA GERAL E A OPINIÃO PÚBLICA	113
1. A imprensa e a Junta Geral: da divulgação à crítica.	113
1.1. A Opinião Publica	113
1.2. O 28 de Maio e as Comissões Administrativas da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo à luz da imprensa local.....	119
2. Discursos e Ideologia.....	124

3. A revolução de 1931 e a posição dos dirigentes da Junta Geral: os processos disciplinares.	129
4. A criação da União Nacional e a indicação de individualidades para o desempenho de cargos públicos.....	148
CONCLUSÃO.....	159
FONTES E BIBLIOGRAFIA	164
1. Fontes Manuscritas:	164
2. Fontes Impressas:.....	165
3. Estudos.....	166
Anexo n.º 1 - A Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo	177
Anexo n.º 2 - Lista e nota biográfica dos Governadores Cíveis do Distrito de Angra do Heroísmo	207
Anexo n.º 3 - Lista e nota biográfica dos Presidentes da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo	211
Anexo n.º 4 - Membros da Junta Geral de Angra do Heroísmo entre 1926a 1933	216
Anexo n.º 5-Telegrama de 20 de abril de 1931	221
Anexo n.º 6 - As condições desumanas em que se encontravam os presos	222
Anexo n.º 7 - Carta enviada ao Ex. mo Senhor Presidente do Ministério pela Comissão Administrativa da Junta Geral de Angra do Heroísmo a 15 de setembro 1932	223
Anexo n.º 8 - Carta enviada ao Ex. mo Senhor presidente do Ministério pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo a 1 de outubro de 1932.....	226
Anexo n.º 9 - Carta enviada ao Ex. mo Senhor Presidente do Ministério pelo Governo Civil de Angra do Heroísmo a 3 de setembro de 1932.....	228
Anexo n.º 10 - Manifesto da Conclusão da Comissão Promotora da União Nacional os títulos mantêm-se como títulos em cima.....	229
Anexo n.º 11 - Carta enviada pelo chefe da secretaria da Junta Geral de Angra do Heroísmo com Mapa das Despesas com as obras das estradas no Distrito de Angra do Heroísmo em anexo	236
Anexo n.º 12 - Mapa das Despesas com as obras das estradas no Distrito de Angra do Heroísmo	237
Anexo n.º 13 - Mapa do serviço executado por Viação distrital nos anos económicos 1932-1933 e 1933-1934.....	238
ANEXO N.º 14 - Carta, enviada pelo Governador Civil Domingos Augusto Borges, da resolução da situação financeira da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, por parte do Presidente do Ministério e Ministro das finanças.....	239

Anexo n.º 15 - Carta do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral enviada ao Ministro das Finanças a 29 de Maio de 1934, sobre as obras executadas e as que faltam concluir nas estradas do Distrito de Angra do Heroísmo.	240
Anexo n.º 16 - Relatório do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Domingos Augusto Borges em 1 de agosto de 1932.	241
Anexo n.º 17 - Relatório do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral em 12 de Agosto de 1933	244
ANEXO N.º 18 - Orçamento da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo de 1927 in União de 19 novembro de 1926	268

AGRADECIMENTOS

"Cada um que passa na nossa vida passa sozinho, pois cada pessoa é única, e nenhuma substitui outra. Cada um que passa na nossa vida passa sozinho, mas não vai só, nem nos deixa sós. Leva um pouco de nós mesmos, deixa um pouco de si mesmo. Há os que levam muito; mas não há os que não levam nada. Há os que deixam muito; mas não há os que não deixam nada. Esta é a maior responsabilidade de nossa vida e a prova evidente que duas almas não se encontram ao acaso."

Saint-Exupéry

Um sincero agradecimento a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização da presente dissertação de mestrado, longa viagem, que inclui uma trajetória permeada por inúmeros desafios, tristezas, incertezas, alegrias e muitos percalços pelo caminho, mas apesar do processo solitário a que qualquer investigador está destinado, não poderia chegar a bom porto sem o precioso apoio de várias pessoas.

À coordenadora, Prof.^a Doutora Margarida Machado, do Mestrado em História Insular e Atlântica (séc. XV-XX), pelo seu incentivo e motivação à não desistência deste trabalho de investigação.

Aos orientadores desta tese, Prof. Doutor Carlos Cordeiro e Prof.^a Doutora Susana Serpa Silva, quero deixar expressa a minha enorme gratidão.

Ao Prof. Doutor Carlos Cordeiro, (in memoriam), a generosidade e sabedoria com que acompanhou esta dissertação, enquanto possível. Foi com grande consternação que recebi a notícia do seu falecimento, do meu antigo Professor da Universidade dos Açores e mais tarde orientador da minha tese. Sempre pronto a responder às minhas questões telefónicas, e por vezes também chamando atenção “não vá por aí” “não se meta nessa confusão”. Seguindo eu à risca as suas orientações.

À Prof. Doutora Susana Serpa Silva, a prontidão e amabilidade de aceitar, como orientadora da minha dissertação, um projeto já em curso, na certeza de que sem o seu contributo crítico e exigente, mas sempre entusiasta, teria sido ainda mais difícil cessar este trabalho.

Agradeço ao Dr. Marcolino Candeias, (in memoriam), então, diretor na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo pela sua gentileza e disponibilidade por permitir a digitalização das atas que serviram de base à minha tese de dissertação.

Agradeço a gentileza por parte da Diretora da Biblioteca Publica Luís Silva Ribeiro, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses Costa do empréstimo de livros importantes ao meu estudo e pesquisa.

Agradeço aos funcionários da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís Silva Ribeiro, a sua amabilidade, prontidão e delicadeza que demonstraram.

Agradeço em particular a todos os professores que lecionaram a parte curricular deste mestrado, cujos ensinamentos me permitiram conduzir este trabalho, proporcionando-me experiências pedagógicas muito significativas.

Ao Professor Doutor José Guilherme Reis Leite, pelo seu incentivo à realização desta tese e a prontidão às minhas dúvidas sempre que o questionava.

Ao Dr. Álvaro Monjardino a cedência de uma obra de Marcelo Caetano, que serviu de apoio no estudo dos decretos elaborados após o Liberalismo em Portugal.

Ao Mestre José Olívio Mendes Rocha pela sua prontidão e gentileza em responder às minhas dúvidas no que respeita a documentação encontrada na Biblioteca Pública e Arquivo Regional Coronel Silva Leal.

Ao meu colega de ofício Prof. Araújo, agradeço pela ajuda informática na formatação da tese.

Aos meus pais, Maria Ausenda Mendes Bretão da Graça, minha mãe, fonte de inspiração, delegada de um património espiritual, conselheira do meu viver, (in memoriam) e Luís Nunes da Graça, meu pai, fonte do vigor, portador de um legado perceptível, mentor do meu profissionalismo (in memoriam), que dignamente me apresentaram a importância da família e do caminho da honestidade e persistência. Aos meus irmãos, caminhantes do destino.

Aos meus filhos, José e António, a quem retirei muita atenção, paciência e acompanhamento, agradeço a preocupação manifestada com perguntas do tipo “mãe, ainda falta muito? Ou “está a correr bem?” ou “É desta vez” Para vós meus amores, um grande beijinho da mãe e o meu eterno obrigado.

Agradeço aos meus amigos e amigas, as palavras de incentivo e coragem para não desistir desse projeto de vida, entre outros.

Aos meus alunos que me fazem sempre acreditar todos os dias que vale a pena ser professora, investindo nesta árdua tarefa sempre mais e melhor!

Bem-haja a Todos!

INTRODUÇÃO

"A introdução é aquilo que não pede nada antes, mas que exige algo depois".

Aristóteles

O presente trabalho insere-se no âmbito da dissertação para obtenção do grau de Mestre em História Insular e Atlântica (séculos XV-XX) pela Universidade dos Açores.

O projeto de dissertação «A Junta Geral Do Distrito de Angra do Heroísmo. Da Ditadura Militar ao Advento do Estado Novo (1926-1933)» a que este trabalho se reporta, centra-se no estudo da Junta geral, organismo que desempenhou uma função administrativa fundamental no Distrito de Angra do Heroísmo, nos Açores no período entre a instauração da Ditadura Militar e os primórdios do Estado Novo, contribuindo como instância coordenadora face ao poder distrital. No âmbito cronológico, ir-se-ão ver, nas mudanças e nas permanências, o papel da junta geral nas metamorfoses dos regimes, que antecedem e ocorrem, contudo não se desviando do tema em estudo.

É sempre motivador e enriquecedor o alargamento e o aprofundamento dos conhecimentos. O tema em questão suscita-me grande interesse, não só porque dizia respeito à terra que me viu nascer, ilha Terceira, como muitos assuntos relativos a essa época se falava familiarmente na adolescência.

Relativamente a este assunto, há ainda escassos estudos sobre a história açoriana, no respeito à organização administrativa nos séculos XIX e XX. Neste contexto, as juntas gerais dos distritos desempenham um papel fundamental, uma vez que grande parte da política sobre o desenvolvimento dos respetivos distritos integrava as suas competências. As alterações aos estatutos das juntas gerais terão, pois, significativo impacto socioeconómico, se atendermos às funções e competências que lhes eram atribuídas, mas, sobretudo, aos meios financeiros de que dispunham para desenvolver as suas atividades. O vazio, incertezas e enigmas fazem parte da história humana e leva-nos a ter persistência e esperança de encontrar a verdade. Quanto ao tema em questão, e pelo facto de o fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, ainda não estar disponível, por falta de levantamento

e análise do espólio existente, houve dificuldades na investigação. Por outro lado, podemos analisar a evolução administrativa nos Açores na época contemporânea, se tivermos em conta o quadro político nacional e a Codificação Administrativa em Portugal de 1836 a 1935.

O presente trabalho teve como base a análise das atas (Comissões administrativas) da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, que levou à realização desta dissertação, que visa ser um contributo para o estudo da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo e das intervenções por ela efetuadas, num período de profundas alterações políticas que se repercutiram em todos os domínios da vida nacional e insular.

Os objetivos gerais da presente investigação foram descrever e interpretar a trajetória do órgão administrativo de governação dos Açores, desde de 1926 a 1933, a Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, (no mesmo período cronológico faziam parte as Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada), bem como, a codificação administrativa em Portugal, relacionando-a com as modificações através dos códigos administrativos decretados para os Açores (1836-1935), especificamente o período de 1926 a 1933, a que corresponde este trabalho de pesquisa.

Como objetivos específicos, procuramos conhecer melhor este órgão central da administração distrital, a Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo; identificar a evolução da legislação, da sua implementação e dos investimentos efetuados nas ilhas, incluindo, para além da Terceira, a Graciosa e São Jorge. O estudo do Fundo da Junta Geral ajuda a conhecer os serviços que estavam sob a alçada deste organismo, bem como o modo como eram implementados e toda a sua abrangência, tomando como ponto de partida o Decreto Autonómico — como era conhecido no século XIX—, de 2 de Março de 1895, ponto de partida, não para a verdadeira Autonomia, mas para a «*Livre Administração dos Açores pelos Açorianos*».

Dividimos a dissertação em quatro capítulos: o primeiro consiste na apresentação das diversas reformas administrativas e a sua reorganização, que ocorreu em Portugal na segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, mas, tendo como pano de fundo, a criação da Junta Geral do Distrito de

Angra do Heroísmo, como principal órgão da administração autonómica, aspiração do primeiro movimento autonomista, e as suas transformações e evolução durante os regimes políticos, da Monarquia Constitucional à Primeira República. O segundo capítulo incide sobre a grande mudança, após a Revolução de 28 de maio de 1926, com o derrube do regime parlamentarista e passagem para um regime ditatorial militar, com consequências para os Açores.

O terceiro capítulo refere-se à organização e competências da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, incidindo, por isso, em todos os serviços que estavam sob a sua jurisdição, como também na sua constituição, (membros eleitos e por inerência, comissões administrativas e a gente da situação), serviços e financiamento (aumentar receitas e diminuir as despesas). O quarto e último capítulo falam de uma reviravolta: o *revirvalho*, um regresso ao regime republicano liberal, travado pelo Estado Novo com alicerces bem assentes e meios que ajudaram a consolidar o poder de Salazar e a manter a ordem.

Em suma, com este estudo pretende-se compreender o que mudou ou persistiu, no que toca à junta geral, na fase conhecida como Ditadura Militar e primórdios do Estado Novo. Procurámos tentar perceber quem dominou o arquipélago dos Açores e, em especial, o Distrito de Angra, durante o período de 1926 a 1933.

Capítulo I – AS JUNTAS GERAIS E A AUTONOMIA DISTRITAL

1. A reorganização administrativa do liberalismo e a criação das Juntas Gerais.

1.1. Transformações e evolução.

“Aos velhos só resta o dever de pregar aos novos o caminho a seguir, na esperança de que se mostrem dignos do que por elles fizeram as gerações que os precederam.”¹

Era velha a aspiração dos açorianos a uma autonomia administrativa digna das ilhas insulanas. Ao longo das frequentes reformas administrativas, as juntas gerais, junta formada por cidadãos da confiança dos povos e por eles eleitos para promover os seus interesses, *vigiar o emprego dos cabedais públicos que aos magistrados é confiado, segundo a definição do Código Administrativo, e que existia junto, primeiro, do prefeito de cada província e, depois, junto do governador civil de cada distrito.*² Tinham uma função de fiscalização, pois, o liberalismo entendia que a administração pública era um ato inseparável do governo, sendo administrada pelos magistrados com delegação régia.³

A Revolução Liberal de 1820 e todos os acontecimentos que se lhe seguiram, afetarão todos os aspetos da vida nacional, e abanhou toda a sociedade. Os Açores voltam a ter um papel decisivo neste período de lutas liberais, tomando a Terceira um papel destacado constituindo-se como o baluarte da causa da liberdade. *Podemos afirmar que não fora a resistência do pequeno grupo liberal da Terceira, engrossado gradualmente pela emigração, o restabelecimento do liberalismo em Portugal teria tido um percurso totalmente diverso daquele que conheceu.*⁴

Para melhor compreender a evolução político-administrativa dos Açores é necessário recuar no tempo e analisar a legislação que foi sendo publicada, as

¹Correio do Açores, Ponta Delgada, Ano74, N.º 21750, de 3 de julho de 1994.

²LEITE, José Guilherme Reis. “Juntas Gerais”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=7860>.

³Idem e Ibidem.

⁴ENES, Maria Fernanda. “Os Açores em tempo de rotura: as ideias, os acontecimentos e os resultados” MATOS, Artur Teodoro de; MENESES, Avelino de Freitas de; LEITE, José Guilherme Reis, (dir), in *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, Vol, p. 661.

mudanças, as propostas e sobretudo as soluções que daí ocorreram, no âmbito da codificação administrativa em Portugal. Os momentos que a diversidade agiu *toda em fim a constituição material e social do reino foi revolvida de alto a baixo por essas leis formidáveis, que de uns escolhos negros de basalto do Atlântico - arremeçava sobre a velha terra de Portugal o proscripto Ministro do ex-imperador do Brasil.*⁵

Por reformas administrativas entendemos as alterações introduzidas ao regime jurídico aplicável aos Concelhos ou Municípios.⁶

A partir das ilhas Terceira e São Miguel, Mouzinho da Silveira promulga os primeiros diplomas que ganham consistência e assentam os alicerces de um Portugal moderno substituindo o velho Portugal autocrático. Figura carismática do liberalismo português, em 1832 deu expressão jurídica ao ideal de Garrett *abolição dos tributos bárbaros, desproporcionados e injustos, como os dízimos, a maior parte das portagens e muitos dos direitos de consumo.*⁷

No dizer de César Oliveira, Mouzinho da Silveira quis criar condições Jurídico institucionais em Portugal rumo a um Estado moderno, *onde uma burguesia moderada e empreendedora pudesse substituir a aristocracia senhorial e as estruturas do Portugal velho do Antigo Regime.*⁸

A partir de 1832-1834o protótipo importado da França desde 1820 e a compilação de leis de Mouzinho da Silveira, persistiu até ao 25 de abril de 1974, *sob novas fórmulas políticas mesmo no contexto do Estado Novo.*⁹

Foi uma reforma administrativa de inspiração francesa que se aproximava do sistema criado pelo Napoleão, que organizava o território francês em *départements dirigidos por um préfet e communes dirigidas por um mair e acompanhado por um conseil municipal, passando as autarquias a instrumentos do*

⁵CAETANO, Marcelo. "A codificação administrativa em Portugal," in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Livraria Moraes, Ano II, 1934, p.327.

⁶CAETANO, Marcelo. *Manual de Direito Administrativo*, Coimbra, Almedina, 9ªedição, 1980, p.1325.

⁷GARRET, Almeida. *Portugal na Balança da Europa*, ed. de1867, pp.316-317, citado por SÁ, Victor. "Notas sobre Mouzinho da Silveira" in *Revista História*, 1984, vol.1, p. 203.

⁸OLIVEIRA, César. (dir.). *História dos Municípios e do Poder Local (Dos Finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 181.

⁹Oliveira, César. Ob. Cit, p.196.

poder central.¹⁰ Marcelo Caetano diria que esta reforma encontrava-se inscrita no programa do partido liberal desde 1822.¹¹

Figura incontornável, tal como, D. Pedro IV e o duque de Palmela, do Liberalismo português. Segundo, António Martins da Silva *convencido da capacidade da força transformadora das leis entendia Mouzinho que, com estas e com outras medidas integradas num plano consequente e global, se lançariam as bases materiais para que a liberdade política e a prosperidade económica frutificassem harmoniosamente e solidariamente (...)*.¹²

O desafio estava lançado...Portugal, ao contrário, dos outros países que discutiam a possibilidade e conveniência da codificação administrativa, procurava uma fórmula política que conciliasse as exigências do regime liberal e as vivas realidades nacionais, ao mesmo tempo, diligenciando melhorar o sistema e aperfeiçoar a técnica da lei.¹³

A codificação administrativa portuguesa tem origem na introdução do sistema administrativo do tipo francês, operada pelo Decreto n.º 23 de 16 de maio de 1832 que o Duque de Bragança, regente em nome da rainha D. Maria II, promulgou. O decreto pertence ao conjunto de providências legislativas que constitui a obra da impropriamente denominada *ditadura da Terceira*, visto que só parte dela foi promulgada em Angra¹⁴.

Mouzinho da Silveira, avançará com novos decretos destinados a completar a obra iniciada nos Açores, aquando a nomeação do primeiro governo liberal, (composto por algumas personalidades destacadas na área mais moderada, - (os casos de Palmela, nas pastas dos Estrangeiros e do Reino, e de Agostinho José Freire, na Guerra e na Marinha, e José Xavier Mouzinho da Silveira na Fazenda e Justiça), este empreendeu um vasto plano de reformas legislativas de grande importância: extinguiu alguns conventos, restringiu os morgadios, reduziu os dízimos, direitos senhoriais, portagens, e alcavalas, reestruturou a organização

¹⁰AMARAL, Diogo Freitas do. *Curso de Direito Administrativo*, Coimbra, Almedina, Volume I, 2015, p.109.

¹¹CAETANO, Marcelo. “Os Antecedentes da Reforma Administrativa de 1832”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Ano XXII, 1968-1969, pp. 22 e 23.

¹²SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: a instauração do Liberalismo (1807-1832)*, Lisboa, Editorial Verbo, 1977, Vol. VII, p.90.

¹³CAETANO, Marcelo. Ob. Cit. 1934, p.324.

¹⁴CAETANO, Marcelo. Ob. Cit.1934, p.324.

administrativa e o sistema tributário. Tinha a convicção da força transformadora das leis.¹⁵ *O decreto n.º 23 de 16 de maio de 1832, de Mouzinho da Silveira, e que se pode considerar um pré-código administrativo transformou os Açores numa província, com capital em Angra e com duas comarcas, uma em Ponta Delgada outra na Horta, figurino muito próximo da Capitania-Geral organizada em 1823. As Juntas da Comarca eram eleitas pelas Câmaras Municipais dos concelhos.*¹⁶ Este diploma foi publicado ainda durante a guerra civil entre liberais e legitimistas no período anterior ao desembarque no Mindelo.¹⁷

E dividiu o reino em Províncias, Comarcas e Concelhos, constituindo uma “*divisão político-administrativa a três níveis*.”. Esses corpos administrativos eram a Junta Geral de Província, a Junta de Comarca e a Câmara Municipal do Concelho¹⁸.

A 18 de julho de 1835, o país dividia-se em Distritos, Concelhos e Freguesias. Ao magistado administrativo do Distrito passa-se a chamar Governador Civil e ao corpo administrativo, Junta Geral do Distrito. A comissão delegada da Junta Geral de Distrito toma o nome de Conselho de Distrito, *de cujas deliberações cabe recurso para o Conselho de Estado político.*¹⁹

Em setembro de 1836, o Governo Setembrista restaurou a Constituição de 1822, que no respeitante à ordem administrativa impôs certas modificações sobretudo formais. Os governadores civis, passam a ser chamados administradores gerais e os distritos administrativos perduravam na divisão em juntas gerais e concelhos de distritos.²⁰

Uma nova ideia, contrária a Mouzinho da Silveira era adotada pelo Código de 1836 aprovado por Decreto em 31 de dezembro do mesmo ano. No relatório do Código de 1836, Passos Manuel, realça a falta de preparação, de imparcialidade e independência, para executar o novo sistema que o país tinha recebido, tornando-o mais justo e suave. Portugal era dividido em Distritos, Concelhos e Freguesias²¹.

¹⁵CAETANO, Marcelo. Ob. Cit.1934, p.324.

¹⁶LEITE, José Guilherme Reis. “Juntas Gerais”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=7860>.

¹⁷OLIVEIRA, Marcelo. Ob. Cit., 1934, p.196.

¹⁸OLIVEIRA, Marcelo. Ob. Cit.1934, p.206.

¹⁹CAETANO, Marcelo. Ob. Cit.1934, p.338.

²⁰CAETANO, Marcelo. Ob. Cit.1934, p.338.

²¹CAETANO, Marcelo. Ob. Cit.1934, pp.339-347.

Foi por Decreto de 31 de dezembro de 1836, que Manuel da Silva Passos²² aprovou o primeiro diploma que na nossa legislação ostentou o nome de “Código Administrativo”, Trata-se de uma medida economicista que aumentando a área dos concelhos procurava garantir a sua sustentabilidade financeira. Com esse código saído da Revolução de setembro inicia-se a administração tripartida dos Açores. *Era aprovado o primeiro Código Administrativo que chamava aos governadores civis, administradores gerais, mas que mantinha a Junta Geral como corpo de cidadãos eleitos pelos povos. Nos Açores, passaram então a existir três Juntas Gerais, uma em cada distrito, cuja eleição surpreendentemente e ao contrário da regra típica da ideologia setembrista, se fazia indiretamente.*²³

A nível político – administrativo, e pela carta de lei de 28 de março de 1836 foram Açores divididos em 3 distritos administrativos independentes uns dos outros. As câmaras passam a ter mais atribuições, as deliberações eram executadas pelos seus presidentes, mas a tutela era exercida pela junta geral e o conselho de distrito em algumas deliberações. No seguimento do Decreto supracitado são feitas as primeiras nomeações para governadores civis, recaindo nos perfeitos de província, bem a nomeação dos primeiros administradores gerais nas pessoas dos chefes políticos setembristas, o de Angra do Heroísmo, o visconde Teotónio de Ornelas Bruges, por carta de 18 de novembro de 1836.²⁴

O novo Código de 18 de março de 1842, segundo Marcelo Caetano, representa um grande progresso sobre o código de 1836. Vem com uma exigência, por parte de Costa Cabral que ocupava nessa altura o poder, restaurou a Carta constitucional de 1826 e revogou a Constituição de 1838. Sancionou 387 artigos, repartidos em 9 títulos, entre eles a organização administrativa e as disposições especiais para as ilhas adjacentes. As bases da divisão administrativa, e da organização nele consagradas eram as mesmas lançadas na legislação anterior. Nos Açores mantinham-se os três distritos e consequentemente as três juntas gerais.²⁵

²²Manuel da Silva Passos ou Passos Manuel, como ficou conhecido, é a figura marcante do “Setembrismo”, situação política que ocorreu em Portugal entre 1838 e 1842. Passos Manuel foi ministro do reino e da fazenda entre 10 de setembro de 1836 e 4 de novembro de 1836 de 5 de novembro a 1 de julho de 1837. Sobre o assunto cf. PEREIRA, António Manuel. *Governantes de Portugal. Desde 1820 até ao Dr. Salazar*, Porto, Edições Manuel Barreira, Livraria Simões Lopes, 1959, pp.27-28.

²³LEITE, José Guilherme Reis, “Juntas Gerais”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=7860>.

²⁴Idem e Ibidem.

²⁵CAETANO, Marcelo. Ob. Cit.1934, pp.347-359.

Persistindo 36 anos, foi um instrumento magnífico de organização, sendo o código da Regeneração, *codificou a situação criada pela restauração da Carta Constitucional em 1840, que repunha os governadores civis e mantinha as Juntas Gerais. Nos Açores mantinham-se os três distritos e consequentemente as três Juntas Gerais.*” A Junta Geral era composta por 13 procuradores eleitos pelas Câmaras Municipais de Distrito conjuntamente com os conselhos municipais. O número de procuradores era dividido por concelhos pelo governador civil na razão da sua respectiva população, podendo aquele concelho que tivesse diminuta população juntar os seus votos ao concelho vizinho. A reunião da Junta era anual em data marcada pelo governador. Desde sempre os governadores, como autoridade administrativa com poder governamental delegado, exerceram activa e profunda tutela sobre as Juntas, que nunca tiveram grande independência.²⁶

A divisão do território se fez assim: Distritos, Concelhos e Paróquias Civis. Em cada distrito existiram uma junta geral de eleição direta, com importante âmbito de ação, um governador do distrito, delegado do governo, representante do distrito e inspetor administrativo, e um concelho de distrito, nomeado pelo governo sob apresentação da junta geral. Assim foi promulgada em 26 de junho de 1867, a lei de administração civil entrando imediatamente em vigor. A 14 de Janeiro de 1868 um decreto ditatorial declara sem efeito o Código, originando uma revolta em janeiro, “a Janeirinha”²⁷

Nos Açores, continuaram a existir três distritos e consequentemente três juntas gerais, que também evoluíram e se estruturaram em novos moldes gerais, adquirindo capacidade política e administrativa que deu suporte ao novo movimento autonomista que havia de florescer nos anos noventa²⁸.

Com o Código Administrativo de 1878 foi publicado a 6 de maio, sendo Presidente do Ministério Fontes Pereira de Melo e o ministro do Reino Rodrigues Sampaio²⁹. São três as principais alterações: extinção do conselho municipal,

²⁶LEITE, José Guilherme Reis, “Juntas Gerais”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=7860>.

²⁷CAETANO, Marcelo, Ob.Cit,1934, pp.359-363.

²⁸LEITE, José Guilherme Reis, “Juntas Gerais”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=7860>.

²⁹PEREIRA, António Manuel. *Governantes de Portugal. Desde 1820 até ao Dr. Salazar*, Porto, Edições Manuel Barreira, Livraria Simões Lopes, 1959, p. 30.

aumento da competência tributária dos concelhos e diminuídos os poderes de tutela das juntas gerais.³⁰

Suspenso o Código de 1870, surge uma reforma administrativa, malograda esta, outra nos surge em 1872, que depois de estudada, analisada, modificada e discutida durante seis anos, veio converter-se no Código de 1878. O país continuava dividido em Distritos, Concelhos e Freguesias. Eleição quadrienal dos corpos administrativos, renovados de 2 em 2 anos. Publicidade em todas as sessões dos corpos administrativos; eleição direta das Juntas Gerais do Distrito. Concessão às juntas de atribuições como administradoras e promotoras dos interesses distritais, como autoridades tutelares da administração municipal e paroquial e como auxiliar dos serviços de interesse geral do Estado, pertencendo-lhes como corpos tutelares as atribuições deliberativas que até hoje pertenciam aos conselhos de distritos. Organização do conselho de distrito, ficando com atribuições consultivas e contenciosas. De todas estas reformas, inovação eram os poderes conferidos às Juntas Gerais de Distrito de eleição direta, existência de uma comissão distrital executiva permanente, e as suas atribuições tutelares, e a reintegração da freguesia na organização administrativa.³¹

Em 17 de julho foi publicado o Código Administrativo de 1886, aquando o Presidente do Ministério e Ministro do Reino, José Luciano de Castro, era chefe do partido progressista. As cortes encontravam-se dissolvidas pelo que, nas palavras de Marcelo Caetano, o Código foi publicado ditatorialmente.³² Ora bem o código de 1878 fora do partido regenerador, o partido progressista chegado ao governo em 1879, substitui por outro que confirmassem os seus princípios de administração. O despique estava aberto entre os dois partidos, sucedendo-lhe leis diferentes não tanto nos princípios, mas na sua forma. As principais inovações do Código de 1886: representação das minorias nos corpos administrativos; modificação do modo da tutela administrativa³³.

O Código Administrativo de 1896 foi aprovado pela Lei de 4 de maio, sendo Presidente do Ministério Hintze Ribeiro e Ministro do Reino João Franco. De

³⁰CAETANO, Marcelo, "Os Antecedentes da Reforma Administrativa de 1832" in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, XXII, 1968-1969, p. 150.

³¹CAETANO, Marcelo. Ob. Cit.1934, pp.367-373.

³²CAETANO, Marcelo.1968-1969, p.151.

³³CAETANO, Marcelo. Ob. Cit.1934, pp.374-376.

1832 a 1892, os motivos que levaram os governos a fazer a reforma das nossas instituições administrativas, são razões de ordem política, doutrinária, até de ordem pessoal, mas agora se insere uma coisa nova, a necessidade de ocorrer a apuros financeiros. Com a crise financeira de 1891, segundo Dias Ferreira *a reforma administrativa é condição absolutamente, indispensável para a reforma financeira, já ditas num discurso em 1881, mas também pensadas no relatório do Código de 1870*.³⁴ Era necessário fazer economias na administração. O primeiro golpe no Código de 1886, dado pelo Decreto de 21 de abril de 1892, os tribunais administrativos distritais dispendiosos e dispensáveis, são extintos, atribuindo a sua competência contenciosa aos juizes de Direito e passando para as juntas gerais as atribuições consultivas e de jurisdição de contas. Extingue-se as Juntas Gerais de Distrito, criando-se em seu lugar Comissões Distritais, eleitas por delegados das Câmaras em cada distrito e com reduzidas atribuições, sem receitas nem património, desaparecendo a personalidade jurídica do Distrito. Alterando profundamente o Código de 1886, os decretos de 1892 ditam uma nova coordenação sistemática das normas legais.³⁵

Encontrando-se Dias Ferreira no período catastrófico da crise financeira de 1891 assume e põe em prática “a reforma administrativa é condição indispensável para a reforma financeira” extinguindo por decreto de 6 de agosto de 1892 as juntas gerais, criando-se em seu lugar Comissões Distritais, eleitas por delegados das Câmaras em cada distrito e com reduzidas atribuições, sem receitas nem património. Recuava-se na descentralização administrativa e voltava-se à tutela do governador civil ou do governo anterior aos códigos de 1878 e 1886. Tudo isto acelerava as reivindicações autonomistas açorianas, acabando por em 1895 se criarem novas juntas gerais nos distritos açorianos que as solicitaram. Fizeram-no os distritos de Ponta Delgada (1846) e de Angra do Heroísmo (1898), mas não o fez o distrito da Horta. Assim na Horta desapareceu a junta geral e foi criada a Comissão Distrital, para a qual não existe qualquer estudo.³⁶

³⁴CAETANO, Marcelo. Ob. Cit 1934, pp.374-376.

³⁵CAETANO, Marcelo. Ob. Cit. Pp.376-381.

³⁶LEITE, José Guilherme Reis, “Juntas Gerais”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=7860>.

2. O primeiro movimento autonomista: a Junta Geral como principal órgão da administração autonómica.

«Livre administração dos Açores pelos açorianos»

Aristides Moreira da Mota

Nos Açores, no final do século XIX, a ideia de insularidade acentua-se e justifica um regime administrativo diferente do continente. O abandono longínquo a que estavam forçadas as regiões periféricas açorianas, leva a um descontentamento face ao Poder Central. Algumas elites sociais açorianas, movimentavam-se e tomam decisões assertivas.

Em 1890, a crise económica e Social que se viveu neste período deveu-se, essencialmente, à dificuldade em escoar produtos agrícolas produzidos na região e ainda a problemas na produção do álcool, que era a base da indústria das ilhas de São Miguel e Terceira. Verificou-se ainda um grande aumento de impostos. Esta crise levou a um grande movimento migratório. A tensão existente entre o poder central e o poder local, sempre presente, com a adoção de soluções que impunham a presença de um órgão representante do poder central.

Foram várias as causas que levaram os açorianos à primeira campanha autonómica: a revolta contra os impostos; a extinção da moeda insulana feita pelo Ministro Mariano Cirilo de Carvalho; a extinção das juntas gerais operada pelo Decreto de 6 de agosto de 1892; a extinção do tribunal da relação, neste caso a imprensa reagiu e o tribunal ficou, o monopólio do álcool, proposto na Lei de Meios de junho de 1891, que ameaçava a ruína da cultura da batata-doce, um dos sustentáculos da economia das ilhas de São Miguel e da Terceira após o declínio da exportação de laranja. Em 1892 o governo Central extinguiu as juntas gerais e desviou as respetivas receitas, com protestos por parte dos açorianos, que não eram muito grandiosas.

A primeira reação, contra a excessiva centralização através da uniformização administrativa dos códigos liberais, irrompeu em São Miguel com o primeiro movimento autonómico que teve vigorosa expressão na imprensa e no parlamento, tendo a sua concretização normativa em 1895.

Aquilo que se conseguiu alcançar a 2 de março de 1895, numa conjuntura nacional muito adversa e difícil sob vários aspetos, foi uma lei que facultava uma tímida descentralização aos distritos insulares que requeressem a sua aplicação, mantendo em vigor as juntas gerais que, entretanto, tinham sido extintas no continente. Só o distrito de Ponta Delgada, ainda em 1895, e o de Angra do Heroísmo, em 1898, quisera o novo estatuto. A Horta não tinha condições financeiras para poder aplicá-lo e preferiu manter-se no regime geral do país.

Foi nos Açores que nasceu, tendo berço em S. Miguel, o primeiro movimento político organizado com vista a reivindicar um estatuto administrativo especial. Levado a cabo por ilustres micaelenses daquela época, chamados “paladinos da Autonomia”- Aristides Moreira da Mota, Mont'Alverne de Sequeira, Caetano de Andrade Albuquerque e Pereira Ataíde. Resultando a publicação do famoso decreto de 2 de março de 1895 que criou as Juntas Gerais de Distrito, nas ilhas adjacentes, ou seja, a sua promulgação institucionalizou o regime de autonomia administrativa distrital dos Açores. Aristides da Mota, considerado o paladino da descentralização administrativa das ilhas adjacentes, viu reconhecida a justiça e compreendido o fundamento da causa pela qual lutou denodadamente.

Assim, no final do século XIX, senhores de uma das suas mais prometedoras e construtivas prerrogativas, a qual resultara do estabelecimento da sua descentralização administrativa, os açorianos e, de um modo particular, os micaelenses, lançaram-se abertamente no caminho de importantes iniciativas. Era este o estado de espírito em que se encontravam os açorianos quando despontou o século XX em terras insulares.

2.1. A Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo

Os Açores viveram uma fase muito difícil na transição do século XIX para o século XX na sua administração distrital. As mudanças foram perceptíveis após a vitória dos liberais em 1834 e a consagração de um modelo administrativo baseado na divisão em três distritos independentes pela Carta de lei de 28 de março de 1836, onde se aplicava os códigos administrativos aos Açores. Foi uma velha aspiração das elites locais do Faial e de São Miguel que sempre se opuseram à transformação dos Açores numa província com capital em Angra, sob do decreto n.º 23 de 16 de

maio de 1832 de Mouzinho da Silveira, vendo uma dependência face ao centro estabelecido em Angra.

As juntas gerais até ao código administrativo de 1878, não tinham poderes executivos, não tinham orçamento próprio nem conselhos executivos e o governador designava o seu presidente, a partir desse código supracitado os distritos ganharam autonomia com poderes que lhes foram atribuídos e eram exercidos pelas juntas gerais através das respetivas comissões executivas.

A crise da década de noventa do século XIX, leva a campanha autonomista iniciada em São Miguel que resulta no início da autonomia administrativa insular do último século. Em 1892 dá-se a grande rutura, a crise resolvia-se a partir de uma reforma administrativa consciente em diminuir as despesas do Estado e aumentar impostos tal como vários autores vinham sugerindo³⁷.

Tendo como berço S. Miguel, surgiu a campanha da autonomia administrativa levada a cabo por alguns dos mais ilustres micaelenses, sendo iniciador o deputado Aristides Moreira da Mota e dela resultou a publicação do famoso decreto de 2 de março de 1895 que criou as Juntas gerais Autónomas de Distrito, nas ilhas adjacentes, ou seja, a sua promulgação institucionalizou o regime de autonomia administrativa distrital dos Açores. Este novo regime foi posto em prática, inicialmente, em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, estendendo-se mais tarde aos distritos do Funchal (1902) e da Horta (1940).

Os modelos político-administrativos divergentes de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo pela luta da autonomia e livre administração dos Açores pelos Açorianos, embora os angrenses não conseguissem dirigir o processo, tiveram o provento das vantagens da lei e criar uma Junta Geral Autónoma do Distrito de Angra do Heroísmo, criada pelo Decreto de 6 de outubro de 1898, ficando instalada a 2 de janeiro de 1899.que irá manter-se ao longo da I República pela Lei n.º 88 de 7 de julho de 1913. No ideário do liberalismo descentralizador, os democratas

³⁷ Mariano Cirilo de Carvalho foi um deles. Nascido em Alenquer, a 25 de junho de 1836 e falecendo em Cascais a 19 de outubro de 1905, foi professor e vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, jornalista, político, foi deputado e Ministro da Fazenda e do Reino. Fará uma proposta de unificação da moeda insulana com a portuguesa em 1887 e depois renovada em 1891. Em vários discursos propõe a reforma da administração açoriana. PEREIRA, Esteves, e RODRIGUES, Guilherme, *Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Lisboa, João Romano Torres Ed., vol. II, 1906, pp. 824 a 825.

centralistas não aceitavam uma Autonomia onde as elites locais angrenses fossem monárquicas, e principalmente onde os republicanos açorianos eram autonomistas. Os antigos paladinos da autonomia ressuscitaram e colocaram em causa as instituições republicanas.

Na sequência do golpe de 28 de maio o Decreto 15.035, de 16 de fevereiro de 1928, atribui novas competências às juntas gerais dos distritos autónomos facultando receitas e dispensando-as de algumas despesas. Contudo, volvidos meses a austeridade atingiu os distritos insulares já que o decreto 15.805, de 31 de julho de 1928, conferiu-lhes mais competências, mas reduzindo o orçamento.

As mudanças que se operaram na Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, no âmbito político e administrativo, mostrava que os interesses locais eram subordinados pelas políticas do poder central. Retardava alguma influência governamental. Por ser uma ilha pequena, a dependência e a exequibilidade económica, dificultava a execução de obras de fomento. Por isso era necessária mais liberdade para se administrar e recursos suficientes para sustentar uma autonomia financeira.

As áreas que a junta geral tinha de exercer as suas competências administrativas e financeiras, constava os serviços que estavam sob a alçada deste organismo, agrícolas e pecuários, de obras públicas, serviços burocráticos, tesouraria e secretaria, serviços industriais e elétricos, de viação e laboratório. As receitas atribuídas à junta geral apenas bastavam para as despesas obrigatórias. As dificuldades de administração que a junta geral defrontava resultavam prejuízos ao distrito de Angra. A legislação republicana com aplicação da lei de 1913, introduz disposições especiais a garantir a autonomia, tendo uma máxima *nenhum encargo novo de carácter permanente podia ser imposto às Juntas Gerais Autónomas sem que previamente lhes fosse assegurada receita nova e efetiva correspondendo a esse encargo*.³⁸

Segundo Reis Leite, os obstáculos políticos e financeiros dificultavam os progressos nas juntas gerais, sobretudo nas obras públicas e a agropecuária que passou a ter um papel relevante. Esta insuficiência orçamental levava *ao*

³⁸CARREIRO, José Bruno. *A Autonomia Administrativa dos Distritos da Ilhas Adjacentes*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura 1994, p. 65.

endividamento e ao atrofamento da sua capacidade de executar os planos gizados. As juntas gerais não podem viver sem o amparo e a orientação do Estado. Este aumentou serviços e obrigações sem aumentar a competência financeira. O estrangulamento orçamental faz-se sentir desde o findar do regime monárquico, passando pela implantação da República e no desabrochar do século XX, mesmo com o regime administrativo excecional, as nossas ilhas periféricas continuam pobres e com uma economia *anquilosada e estrangulada por falta de competitividade e de mercados.*³⁹

3. As Juntas Gerais e o regime republicano.

“Vitória! Os distritos insulanos autonómicos conquistam, finalmente, novas e importantíssimas receitas para a sua vida administrativa”

“Correio dos Açores” suplemento, 17 de fevereiro de 1928

A proclamação da República foi um acontecimento marcante da História de Portugal. A vitória dum movimento revolucionário, preparado de longa data pelos adversários das instituições monárquicas, pôs termo ao período de crise que essas instituições atravessavam desde o começo do século. A monarquia constitucional, atingida pela sucessão dos acontecimentos, entre 1908 e 1910, subida do poder franquista, e a ditadura que se seguiu, o regicídio, o reinado de D. Manuel, foram episódios da História Contemporânea do país que se registaram com curtos intervalos de alguns meses. A proclamação do regime republicano, em 1910, teve repercussões em todas as parcelas do território português.

Perto das 10 horas da manhã do dia 5 de outubro de 1910⁴⁰, foi proclamada a República da varanda da Câmara Municipal de Lisboa. Foi recebida na ilha Terceira, às cinco horas da tarde, e noticiada no jornal, *A União* no dia 11 de outubro de 1910,⁴¹ publica na primeira página, sob o título “*Republica Portuguesa*”, com subtítulo “*O que precipitou os acontecimentos.* Apesar de se verificar uma profunda alteração política no país, com o fim da Monarquia e a consequente

³⁹LEITE, José Guilherme Reis. *Política e Administração nos Açores de 1890 a 1910. O 1º Movimento Autonomista*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, pp. 445-448.

⁴⁰*O Tempo*, Lisboa, Ano 5, n.º 1437, 8 de outubro de 1910.

⁴¹*A União*, Angra do Heroísmo, Ano 17, n.º 4943, de 11 de outubro de 1910.

implantação da República, não houve alterações significativas nos Açores, mantendo-se os três distritos com as juntas gerais. A imprensa açoriana publicada ao tempo relatou com maior ou menor entusiasmo o acontecimento, salientando não só a adesão dos populares ao novo ideário como a importância da nomeação de três jovens açorianos para novos governadores civis dos distritos de Angra, Horta e Ponta Delgada. No dia 27 de outubro de 1910⁴², *A União* sob o título *Republicanismo na Terceira*, relatou as intrigas na Administração local. Os acontecimentos iam sendo noticiados sob *Notas da República* e *O republicanismo na Terceira*. Dando conta das ocorrências, prisões de padres, telegramas entre os Açores e o Governo provisório, aquisição de material por parte dos Açores, etc.

No entender de Carlos Cordeiro, o regime republicano alterou pouco o sistema autonómico que vinha desde a Monarquia. O povo açoriano trabalhava alheio às revoluções, vivendo naturalmente, a revolução foi em Lisboa e, como dizia João Chagas, foi transmitida depois por telégrafo a todo o país. Aliás, nos Açores, a imprensa tradicionalista, monárquica e católica, manteve sempre uma grande dignidade e até alguma coragem no ataque às novas instituições. Uma das bases do programa republicano era a descentralização administrativa. Contudo, o Partido Republicano Português mostrava-se centralizador, receando o municipalismo, por causa dos influentes locais, muitos deles tradicionais monárquicos que poderiam trazer problemas às novas instituições.⁴³

Quando a República foi proclamada encontrava-se em vigor o Código Administrativo de 1896. Os republicanos não se entendiam sobre um código administrativo republicano, de tendência centralizadora. Impossível de o substituir, pois antes da revolução não se preparou outro código que realizasse os ideais do partido triunfante. Era necessário cumprir antigas promessas, e afirmar princípios: daí o decreto com força de lei de 13 de outubro de 1910. Adotou-se, assim o Código de 1878, mas que não causasse estragos aos serviços públicos, isto enquanto elabora-se um código em harmonia com o regime e os princípios republicanos. Assim, a República ficou com dois Códigos Administrativos: o de 1878 e o de 1896.⁴⁴

⁴²*A União*, Angra do Heroísmo, Ano 17, n.º 4957, de 27 de outubro de 1910.

⁴³CORDEIRO, Carlos, “Entrevista ao Açoriano Oriental” in *Açoriano Oriental*, Ponta Delgada, 5 de outubro de 2009, p.10 e 11.

⁴⁴CAETANO, Marcelo, Ob. Cit 1934, pp.385.

Aleinº88 de 7 de agosto de 1913, nascera da aprovação do Presidente do Ministério, Afonso Costa e da Câmara dos deputados, designada Código Administrativo, a primeira lei sobre a Autonomia dos Distritos Insulares publicada pela República. Incidia sobre a Organização de toda a Administração local, regulando, *nos termos do seu art.1º, a organização, funcionamento, atribuições e competências dos corpos administrativos*.⁴⁵ Considerada descentralista, por dar mais liberdade e maior ação aos corpos administrativos face ao Poder Central

Os Açores não escaparam a este cataclismo que abalou os alicerces das velhas sociedades, a Grande Guerra. A nível económico (ainda hoje persiste) as exportações dos produtos açorianos, penalizadas por falta de transportes marítimos. A vida pacata açoriana já mostrava algumas brechas e os velhos e novos autonomistas apontavam um só ideal, servir e defender os interesses públicos. Eram necessárias novas receitas para as Juntas Gerais puderem tratar dos seus serviços. Era imprescindível o alargamento da autonomia financeira. Esta fase de reivindicações mais prudentes coincidia com um ideal separatista preconizado na ilha de São Miguel, devido à presença dos americanos na ilha micalense e colónias de emigrantes nos Estados Unidos que defendiam a separação da mãe pátria e pertencerem ao protetorado americano. Referindo a ação desta nova fase do movimento autonomista micalense, questionamos: *o que queremos?* Francisco Faria e Maia escrevia: *Autonomia para legislar, autonomia para nos tributar, autonomia enfim para dirigir os destinos da nossa vida local...* O seu projeto de lei para uma Autonomia Administrativa dos Distritos açorianos, publicado no seu livro “*Em prol da Descentralização*”, apontava a uma velha aspiração dos açorianos que a condição vital para o seu progresso e desenvolvimento. Era um novo regime de administração autónoma. Mas, alguns interpretaram mal, no dizer dele, ligaram à ideia do “*separatismo*.”⁴⁶ Poder-se-á dizer que o abandono que é dotados os Açores por parte da mãe pátria, (talvez madrasta), prova a ignorância que uma maioria dos continentais está quanto às coisas e às pessoas dos Açores. Só o desconhecimento total das ilhas açorianas, *o seu território e população para imaginar que nós poderíamos ter a veleidade de nos separarmos de Portugal*. Os Açores desejavam e reclamavam e também o deviam fazer as províncias do continente:

⁴⁵CAETANO, Marcelo. Ob. Cit. 1934, p.391.

⁴⁶MAIA, Francisco d’Athayde M. de Faria. *Em Prol da Descentralização: Livre administração dos Açores pelos Açorianos*, Ponta Delgada, Jornal da Cultura, 1994, p. 107.

“descentralização.”⁴⁷ Solicitava Faria e Maia, a descentralização administrativa e financeira *nos mais largos moldes* a legislativa para os distritos que a quisessem, pois, a República não ia renegar *os seus ideais da sua propaganda*. A descentralização como um ideal a agitar em Portugal, logo, nos Açores *a autonomia é uma necessidade duma tal acuidade, que ninguém a poderá contestar, nem negar*.⁴⁸

Seu conterrâneo, José Bruno Carreiro, fundador e diretor do diário *Correio dos Açores*, também iniciou uma campanha em prol da autonomia. E vai mais longe, alegando o peso que a colaboração da Ilha da Madeira teria na *reivindicação do alargamento da autonomia administrativa*. Assim, publica um artigo no seu jornal, supracitado, intitulado *Se a Madeira quisesse....* Foi pronta a resposta: *A Madeira quer!* Realiza-se a 16 de dezembro de 1922, uma reunião na Junta Geral do Funchal, *para o estudo das bases em que deveria assentar um novo estatuto de autonomia administrativa*.⁴⁹ O tipo de discurso autonomista de José Bruno parece tornar-se mais radical: os Açores e a Madeira viviam no mesmo regime *de espoliação, em benefício dos interesses das clientelas* com sede em Lisboa, que só pensavam nas ilhas para as *ordenhar, como a bojudíssimas tetas de rebanhos dóceis à voz e à vara do pastor*.⁵⁰

A colaboração dos açorianos neste movimento teria o mesmo objetivo e os mesmos alicerces na reorganização geral administrativa dos distritos insulanos. Eram mantidas as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais. E criou-se em cada distrito, um novo organismo, a Junta Distrital.

As receitas das Juntas Distritais, as que pertenciam às Juntas gerais, recebiam 75% de todos os direitos e taxas cobradas nas Alfandegas, do aproveitamento dos serviços dos Portos e do produto das heranças arrecadadas para o Estado no distrito, 50% das taxas terminais e de trânsito dos telegramas transmitidos por cabos submarinos que amarrem nas ilhas dos respetivos distritos.

⁴⁷CAETANO, Marcelo. Ob. Cit. pp. 215-216.

⁴⁸CAETANO, Marcelo. Ob. Cit. p. 224.

⁴⁹CARREIRO, José Bruno. Ob. Cit. 1994, pp.60-63.

⁵⁰CORDEIRO, Carlos. “José Bruno Tavares Carreiro. Da Monarquia Constitucional ao Estado Novo um percurso autonomista” in *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, LXV, 2009, pp. 32-33.

A instabilidade da vida política nacional não permitiu qualquer passo decisivo. Na edição do *Correio dos Açores*, de 23 de maio de 1924, o Dr. José Bruno Carreiro lançou a ideia de convidar um grupo de intelectuais e ilustres continentais, que seria *um meio de propaganda do Arquipélago, já que ele era tão desconhecido dos portugueses do Continente, o que reflectia na ignorância e no esquecimento do governo a nosso respeito*.⁵¹

A perda de regalias autonómicas, que o Decreto de 2 de Março de 1895 tinha concedido aos Açores, gerou um clima de descontentamento nas populações. O “*Correio dos Açores*”, dirigido pelo Dr. Bruno Carreiro, liderou o movimento autonomista de 1921 e a campanha autonómica de 1925-28, que culminou com o Decreto de 16 de fevereiro de 1928. O movimento autonomista reacende-se com a organização de um novo partido Regionalista. No Distrito de Angra do Heroísmo, para a Câmara dos Deputados, foram eleitos João de Ornelas da Silva pelos Liberais, e Mário Moniz Pamplona Ramos, pela coligação conservadora, para o Senado foram eleitos, pelos regionalistas, Vicente Ramos, e pelos Liberais, Dr. Henrique Brás e Ricardo Simplicio. A superintendência do Governo Central seria exercida em cada distrito por um delegado de livre escolha e nomeação do Governo. As suas funções seriam, em princípio, fiscalizar o cumprimento da lei em cada distrito.

Aquando das eleições gerais realizadas em novembro de 1925, novamente *a questão da autonomia na plataforma dessas eleições, como um protesto contra o espectáculo degradante que oferecia então a vida política portuguesa*. A campanha levou à eleição de dois deputados, Amorim Ferreira e Filomeno da Câmara tendo este último, definido o novo movimento como *A revolta dos escravos*⁵². Nesta campanha aparecem dois patriarcas da Autonomia, Aristides da Mota e Montalverne Sequeira, que se sentiam com o mesmo entusiasmo e a mesma fé. O último clamava: *sacudamos o jugo vil da escravidão, quebrando as grilhetas do servilismo e do opróbrio*.⁵³

⁵¹CARREIRO, José Bruno. *A Autonomia Administrativa dos Distritos das Ilhas Adjacentes*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994, p.63.

⁵²CARREIRO, José Bruno. Ob. Cit.1994, p.63.

⁵³CARREIRO, José Bruno. Ob. Cit.1994 pp. 63-64.

Em 1925, já com sinais bem significativos do fim da Iª República, o *Correio dos Açores*, empenhava -se novamente na luta política: havia que encontrar consensos em torno da ideia descentralizadora e da possibilidade de os parlamentares dos quatro distritos insulares (Madeira e Açores) definirem uma plataforma comum de atuação nas respetivas câmaras. Em 1927, José Bruno Carreiro diria mesmo que esta vitória regionalista podia ser designada como o 28 de maio dos micaelenses.⁵⁴

Entre 1910 e 1926, tomaram-se decisões políticas de manter nos dois distritos açorianos, Ponta Delgada e Angra do heroísmo, as juntas gerais *com a organização do decreto de 1895*, mudando o pessoal político, *primeiro em regime de comissão administrativa e a partir de 1914 com eleições*. O regime republicano *ao contrário dos tempos da propaganda, não empreendeu qualquer programa de descentralização política e com as cada vez maiores dificuldades financeiras, não incrementou significativamente novas orgânicas nas Juntas Gerais, (...)*. A Comissão Administrativa da junta geral de Angra, formada por uma plêiade de velhos republicanos, no seu primeiro relatório, logo em novembro de 1910, ainda acreditava na capacidade do novo regime para inverter os vícios que afogavam as Juntas e zelosamente pediam intervenção para uma mais justa repartição de verbas destinadas aos orçamentos distritais, à desoneração dos serviços que haviam sido impostos pelos Estado e ao melhoramento da agronomia e da pecuária com nova legislação. (...) *Aliás a partir de 1919 os republicanos começaram a perder terreno no panorama político com o aparecimento do Partido Regionalista e com o fortalecimento de outras forças conservadores que lançaram um segundo movimento autonomista que se preparava para conquistar o controlo das estruturas administrativa distritais, movimento esse mais aguerrido em Ponta Delgada mas que também lavrava em Angra do Heroísmo*, Isto levou a que nas eleições para as Juntas Gerais no ano de 1925 ganhasse a eleição em Angra uma lista de independentes, chefiado pelo Dr. Luís Ribeiro dissidente do partido Republicano (os democratas). Mais tarde o Decreto n.º 15 035, de 16 de

⁵⁴CORDEIRO, Carlos. 2009, pp. 38 e 39.

fevereiro de 1928, consagrava a alteração e funcionamento das Juntas Gerais dos Açores e da Madeira, sobretudo no campo financeiro.⁵⁵

⁵⁵ LEITE, José Guilherme Reis, “Juntas Gerais Autónomicas”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=7861>.

Capítulo II - DA EUFORIA À DESILUSÃO

1. A “revolução” de 28 de maio de 1926: impacto inicial e consequências.

"As revoluções não são factos que se aplaudam ou se condenem (...).

Eça de Queiroz

O período da história de Portugal Contemporâneo em questão, é considerado como *um dos mais agitados e politicamente complexos da nossa história do séc. XX.*⁵⁶ Encontrando-se entre uma “*experiência liberal*”⁵⁷ e “*um novo regime autoritário, corporativo, anti-parlamentar, antidemocrático e anticomunista,*”⁵⁸ pondo término à República e dilatando – se até à entrada em vigor da Constituição de 1933.

*Desnecessário é repisar o facto de o 28 de maio ter sido bem acolhido pela generalidade da população portuguesa, excluindo, naturalmente, os então detentores do poder*⁵⁹.

Assim, chega-se a 28 de maio de 1926 sem um Código Administrativo, assim, a vida política e administrativa do País tomava um novo trilha.⁶⁰ Uma nova era de profundas reformas, iria influenciar no futuro de Portugal, com indubitáveis consequências. Entre as preocupações dos que passavam a orientar os destinos da Revolução Nacional, uma era imprescindível, resolver aquela velha questão, a da administração local portuguesa, sobretudo consolidar a legislação existente, de preferência traçando rumos novos⁶¹.

A conjugação dos episódios internos e da conjuntura internacional está no fundo da transformação que então se operou e condicionou a existência e a evolução de Portugal no segundo quartel do século XX. Em Espanha já existia desde 13 de setembro de 1923, um regime em tudo muito idêntico ao português, chefiado pelo general Primo de Rivera. A identidade entre os regimes peninsulares,

⁵⁶MATTOSO; José (dir.). *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1ª edição, Vol. VII, 1994, p.151.

⁵⁷ Idem e Ibidem.

⁵⁸MATTOSO; José, Ob. Cit. 1994, p.151.

⁵⁹CORDEIRO, Carlos. “O processo de implantação da União Nacional nos Açores” in *Arquipélago História*, 2ª série, Vol. X 2005, p.534.

⁶⁰CAETANO, Marcelo. Ob. Cit., 1934, p.327.

⁶¹CAETANO, Marcelo. Ob. Cit., 1934, p.397.

marcou o início de uma nova etapa no âmbito das relações entre Portugal e Espanha do século XX.

O golpe de Estado de 28 de maio de 1926, colocou término à I República portuguesa. Inicialmente nasceu um levantamento militar contra um período de instabilidade política, mas logo, se transformou em revolução nacional, originando uma Ditadura Militar, que nos anos ulteriores, deu origem a um novo regime político, o Estado Novo. Foi o ponto de partida para se iniciar na vida do país uma fase inteiramente nova e diferente, sob muitos aspetos, das que haviam precedido – a fase da Monarquia Constitucional, que durou de 1900 a 1910, e a fase da República Parlamentar e Democrática, que durou, entrecortada pelos curtos interregnos de Pimenta Castro e Sidónio Pais, os quinze anos seguintes.

O golpe militar *surgiu sobretudo contra um conjunto de factores que caracterizaram os últimos anos da Iª República portuguesa*, instabilidade política, ineficácia das suas instituições e agitação social. O movimento que desencadeou a revolução, não tinha um programa político, anteriormente definido e homogéneo. No interior das Forças Armadas registam – se opiniões diferentes no que respeita ao modelo político a aplicar, desencadeando instabilidade, contradições e sucessivos conflitos em torno do poder nos inícios da Ditadura Militar⁶².

O apelo à intervenção do exército para pôr cobro à designada *ditadura dos democráticos* percorria os vários sectores ideológicos e políticos da sociedade portuguesa, da direita republicana à direita monárquica antiliberal, e daí ser natural a não existência de uma estratégia ou de um programa para os tempos seguintes ao *levantamento militar*.⁶³

O grito de revolta foi lançado em Braga, na manhã de 28 de maio, pelo General Gomes da Costa, cujo prestígio militar, conquistado nos campos de batalha de França e da África, era enorme. A sua primeira proclamação, dirigida ao país, acentuava que *se revoltava abertamente* e acrescentava: *Os homens de valor, de*

⁶²CAMPINOS, Jorge. *A Ditadura Militar, 1926-1933*, Lisboa, Dom Quixote, 1975, pp. 39-40.

⁶³CORDEIRO, Carlos. Ob. Cit. 2005, p.534.

*coragem e de dignidade que venham ter comigo, com armas na mão, se quiserem comigo vencer ou morrer.*⁶⁴

O encerramento do parlamento, a seguir à vitória do movimento de 28 de maio de 1926, significou o fim da era do parlamentarismo no nosso país. Essa durara um quarto de século, sendo 10 anos – os que decorreram entre 1900 e 1910 correspondentes à monarquia constitucional – e os outros quinze – de 1910 a 1925 – correspondentes à República. Não se tratava de um episódio militar sem consequências políticas profundas, mas de uma viragem na vida e na política nacionais a qual iria condicionar a evolução do país nos anos seguintes. Daí a importância na história contemporânea de Portugal, esse movimento cujas consequências excederam, em muito, aquilo que podiam pensar ou prever os que assistiram ao triunfo rápido do exército, alcançado sem efusão de sangue, em condições que marcaram uma etapa de grandes repercussões na vida e na evolução da Nação. O fim da era parlamentar entre nós deu lugar, alguns anos depois, ao advento de novas instituições.

Os desígnios dos *revolucionários* assumiam, sobretudo, um carácter negativo: *o protesto contra a partidocracia, a ineficácia parlamentar, a instabilidade governativa, o descrédito das instituições e a agitação social.*⁶⁵

A evolução dos acontecimentos em Lisboa suscitou dúvidas nos espíritos dos revolucionários do Norte, que não tinham a intenção de acatar as ordens dos seus delegados e representantes na capital. Gomes da Costa exigia a constituição de um governo de militares em detrimento de um governo de políticos.

A cisão, entre alguns militares que participaram no golpe de 1926, uns que pretendiam uma reforma do sistema político constitucional, mas não a sua supressão nem a sua substituição, outros defendiam a alteração do sistema de representação partidária, ou mesmo do regime político, leva a uma indefinição entre os dois mais categorizados elementos que entraram na organização do 28 de maio, o comandante Mendes Cabeçadas, depositário de uma tradição republicana acentuada, desejava a continuidade e a legitimidade constitucional, enquanto, o

⁶⁴SARAIVA, José Hermano, e GUERRA, Maria Luísa. *Diário da História de Portugal: Monarquia Liberal e República*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992, p.145.

⁶⁵CRUZ, Manuel Braga da. *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 39.

general Gomes da Costa, que simbolizava, aos olhos de uma parte do exército a intervenção deste na vida política da nação, reivindicava a completa rutura com o sistema vigente, para por termo ao estado de coisas existentes à data da eclosão do movimento de 28 de maio.

Não havia coordenação, mas o General Gomes da Costa manifesta-se *contra uma minoria devassa e tirânica e uma “ditadura de políticos irresponsáveis*, propondo a constituição de um Governo forte, apenas para restituir o poder, a verdadeira representação nacional, proclamando, Portugal às Armas pela Liberdade e pela honra da Nação. Após a demissão de António Maria da Silva e Bernardino Machado os poderes são transmitidos a Mendes Cabeçadas dando início à Ditadura Militar. *O Parlamento dissolve-se e a censura prévia à imprensa, exercida por comissões militares*⁶⁶ é instituída. Em nome da liberdade, na opinião de Rui Ramos iniciou-se uma ditadura que iria acabar 48 anos depois, com o 25 de abril de 1974.

Depois do afastamento sucessivo dos dois, Mendes Cabeçadas deu por fim o seu mandato, transmitindo os poderes que recebera do presidente Bernardino Machado, (a 29 de maio de 1926, pelas 11 horas da noite o presidente Bernardino Machado aceitou a demissão do governo dos “bonzos” do ministério do Partido Democrático e, assim, estava cumprida a mais visível das reivindicações) ao general Gomes da Costa, a qual se traduziu, em 9 de julho de 1926, pela prisão e pelo afastamento, mandado exilado para os Açores, ilha Terceira.

Terminado o mandato do triunvirato, que se constituiu em seguida à conferência de Coimbra, no dia 1 de junho de 1926, entre o general Gomes da Costa, comandante Mendes Cabeçadas e o comandante Gama Ochoa, foi organizada uma junta militar a 3 de junho de 1926, em que este último foi substituído pelo general Óscar Carmona, que assumiu na plenitude o poder, formando um governo da sua presidência que dirigiu alguns meses os destinos do país. General do exército, antigo ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, assumiu o cargo de presidente da República, interino em novembro de 1926 e foi eleito definitivamente para estas funções em 25 de março de 1928 sendo depois sucessivamente reeleito até à sua morte em 17 de abril de 1951.

⁶⁶RAMOS, Rui. “A República durante e depois da guerra (1917 – 1926)” in *História de Portugal*. Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, pp. 622-623.

A fase de instabilidade ministerial e governativa que caracterizou os dias que se seguiram à eclosão e à evolução do movimento de 28 de maio, teve assim o seu termo e o seu epílogo, a caminho da sua próxima constitucionalização. *É de opinião de alguns, que o levantamento das Forças Armadas, constitui uma novidade que marcou o fim da I República, como instrumento duradouro da “salvação nacional.”*⁶⁷As causas profundas foram, instabilidade ministerial, predomínio do partido democrático, inquietação revolucionária, agitação social e desequilíbrio financeiro.

Aquele Movimento que teve mais tarde repercussões profundas na vida da Nação e do Estado, eclodiu quando já em diversos países da Europa – Itália e Espanha – enveredaram pelo caminho das soluções de autoridade que visavam reforçar a função do poder executivo perante a dispersão de esforços e o declínio do sistema parlamentar. Esse facto somando-se a uma ativa campanha de doutrinação, levada a cabo por adeptos fervorosos das novas escolas de pensamento político, deve apontar-se, igualmente a evolução dos acontecimentos entre nós, dando-lhes o desfecho que a evocação daquela data recorda.

Provavelmente, *para as várias direitas antiliberais, o desígnio de instauração de um novo tipo de um Estado autoritário e corporativo seria, no início do processo, mais um instrumento de pressão ideológica para tomar posições no velho aparelho institucional do que um objetivo tido por alcançável a curto prazo.*⁶⁸O programa dos elementos militares que haviam assumido o encargo de falar em nome dos seus camaradas, era simples e assemelhava-se mais a um enunciado de princípios gerais, de aplicação imediata, do que a um longo plano de medidas legislativas a pôr em prática a distância.

Os seus dez artigos, como programa do 28 de maio, eram os seguintes: publicação de uma nova constituição que, mantendo o regime republicano, garanta o funcionamento regular das suas instituições; reorganização dos serviços públicos e lei de responsabilidade civil para os agentes do Estado; redução das despesas públicas; regularização das contas públicas e simplificação do sistema tributário; desenvolvimento da riqueza nacional; reforma e sistematização dos métodos de

⁶⁷MATTOSO, José. Ob. Cit. 1994, p. 151.

⁶⁸MATTOSO, José. Ob. Cit. 1994, p. 151.

ensino e educação; organização de uma justiça dependente, com processos rápidos e eficazes; reorganização dos serviços e coordenação dos planos de fomento colonial; reorganização militar e naval e aquisição de material de guerra atualizado; garantia dos direitos de vida propriedade e bom-nome dos cidadãos.

A dissolução do Parlamento, o afastamento do Presidente da República e a demissão dos ministros por estes nomeados foram as primeiras e inevitáveis consequências do êxito do movimento de 28 de maio de 1926.

As figuras militares que inicialmente havia constituído a Junta Governativa, mandatária da vontade do Exército, foram afastados, *O velho republicanismo partidário da área do poder, com Mendes Cabeçadas, esconjurada a ameaça hegemónica da direita radical, com a queda de Gomes da Costa, o Governo estava finalmente nas mãos do bloco militar conservador. Começava, verdadeiramente a Ditadura Militar.*⁶⁹

Ao General Óscar Carmona, foi incumbido o encargo de prosseguir no desempenho do mandato. Foi eleito presidente da República em 25 de março de 1928, data que assinalou uma viragem de importância decisiva para a evolução do Regime que se instituíra em maio de 1926. Um mês antes, o Governo aprovou os termos do decreto, segundo o qual, de futuro a eleição do presidente da República se faria pelo voto direto dos cidadãos maiores e de nacionalidade portuguesa e duraria cinco anos o mandato. A 31 de maio já se tinha reunido pela última vez a câmara dos Deputados.

O momento era inevitável e marcou definitivamente a rutura constitucional com o sistema parlamentar e partidário da I República. De imediato dissolveu-se o parlamento sem serem anunciadas eleições e adotaram-se medidas de alteração do regime numa via mais presidencialista e de representação corporativa.⁷⁰

Em janeiro de 1927 ocorreram os primeiros sinais de oposição à Ditadura com alguns grupos partidários da extinta I República a tentarem inviabilizar as

⁶⁹MATTOSO, José. Ob. Cit.1994, p.164.

⁷⁰CRUZ, Manuel Braga da. *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Dom Quixote, 1986, p. 81.

operações financeiras que o governo português pretendia obter a partir do exterior.⁷¹.

Em 1928 dois anos após o advento do Regime instituído pelo Movimento de 28 de maio de 1926, uma grave crise financeira, faz chamar ao governo um ilustre professor de Coimbra Dr. António Oliveira Salazar. Este já tinha feito parte, com outros dois professores da Universidade de Coimbra, Mendes dos Remédios (pasta da Instrução Pública) e Manuel Rodrigues (pasta da Justiça), de um governo encabeçado por Mendes Cabeçadas, que acumulava as funções de presidente do conselho e chefe de Estado interino, após a efêmera vigência do triunvirato e da junta governativa que lhe sucedeu. Como afastamento do comandante Mendes Cabeçadas, regressam à cidade universitária, dois dos professores acima mencionados, com exceção do último, Oliveira Salazar (pasta da Finanças), que ficou e fez parte do governo a que presidiu o general Óscar Carmona de quem foi colaborador através das vicissitudes que a política nacional conheceu, após a vitória do movimento militar de 28 de maio de 1926.

De 1926 a 1928 foram dois anos de indecisão e incertezas, assinaladas por espaços isolados e quase sempre mal coordenados, em que se afirmava o mérito pessoal e a capacidade de realização de um ou outro membro dos governos que se sucediam no poder, sem que daí fosse legítimo concluir pela existência de um programa seguro e coerente de realizações, tanto no domínio material e económico, como no domínio espiritual e da cultura. Crises ministeriais que deram lugar à demissão de dois governos e respetivos presidentes: Coronel Vicente de Freitas e o General Ivens Ferraz.

Convidado pelo General Óscar Carmona, Oliveira Salazar, ministro das Finanças, tivera uma intervenção decisiva, pois tinha sido na sua permanência à frente do Departamento da Administração Pública que dependera a evolução e a solução das crises, em ambos os casos ocorridos durante a Ditadura Militar.

A instabilidade governativa durante a 1ª República, entre 1910 a 1926 (em 16 anos, Portugal teve 8 presidentes da República e 45 governos), e a participação na 1ª Grande Guerra Mundial (1914-1918) tiveram consequências desastrosas no

⁷¹SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Do 28 de maio ao Estado Novo (1926-1935)*, Lisboa, Verbo, 1997, vol. XIII, pp. 75-78.

nosso país. Uma República moribunda, na opinião de alguns autores, encontrava – se nos primórdios dos anos vinte, enfraquecida e isolada, por uma boa parte de intelectuais congregados à volta do Integralismo *movimento monárquico de direita radical fundado nos anos 10 sob a inspiração da Action Française*⁷² e da ideia de um nacionalismo autoritário. Endividada e próxima da bancarrota, minada pela inflação, a República entra num período extremamente confuso de agitação política e social, marcado tanto por vagas de atentados e de greves como por tentativas de Golpe de Estado. O escritor Fernando Pessoa designou este período, particularmente complexo, que se estende desde 28 de maio de 1926 à instauração do Estado Novo, pelo termo *interregno*. Não defendendo *os atos particulares da Ditadura Militar Atual* afirmou que *Nem se, amanhã, esta Ditadura Militar cair, cairão com ela estes argumentos. Não haverá senão que construí-la, que estabelecer de novo o Estado de Interregno: não há outro caminho para a salvação e renascimento do país senão a Ditadura Militar, seja esta ou seja outra.*⁷³ Poder-se-á dizer que este período de transição fez uma rutura com mais de um século de Liberalismo e lentamente edificou um regime autoritário, corporativo e antiparlamentar.

A agitação política que caracterizou os primeiros tempos da vida do novo Regime, instaurado logo de imediato ao Movimento Militar de 28 de maio de 1926, foi seguida de diversos episódios revolucionários, de importância diversa, mas todos tendentes a colocar o problema da manutenção da obra pública no primeiro plano das preocupações dos novos dirigentes do país. Estes eram solicitados por forças antagónicas e opostas: a dos adversários daquele Regime, a dos seus correligionários e a que resultava das divergências existentes no seio da força armada. Dominada a primeira, esclarecida a segunda e uniformizada a última, encarou-se a possibilidade de uma ação reformada vasta e complexa.

Porém, só tomou características definidas e feição sistematizada quando o Oliveira Salazar assumiu a gerência da pasta das Finanças. A intervenção ativa do Ministro das Finanças nos assuntos que corriam pelas outras pastas tornou-se num axioma de administração pública e não tardariam a tornar-se um axioma de política

⁷²PINTO; António Costa. *Os Camisas Azuis: Ideologias, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914-1945*, Lisboa, Editora Estampa, 1994, p.23.

⁷³PESSOA, Fernando, *O interregno: defeza e justificação da ditadura militar em Portugal*, Lisboa, Núcleo de Ação Nacional, 1928. O autor retoma a mesma ideia na obra *Páginas de Pensamento Político*, Volume II, Europa-América, 1986, pp. 41- 59.

nacional. Pouco a pouco à volta da personalidade do Chefe do Governo, mais tarde Chefe do Estado, General Óscar Carmona foram-se cristalizando forças, energias e vontades que se revelaram como uma coesão maior à medida que o tempo passava e os esforços dos adversários do novo regime se malogravam perante a resistência do poder e as medidas preventivas por estes postas em prática.

Lembremo-nos também da Cruzada Nacional Nun'Alvares Pereira, fundada em 1918 por um jovem tenente João Afonso de Miranda que contribuiu para a queda do regime liberal. Após o assassinato de Sidónio Pais é desativada para renascer em 1921, com o lançamento de um manifesto nacional hostil ao liberalismo, mas favorável a uma reforma do Estado e a um restabelecimento da Ordem, *reintegrar a pátria no culto da sua tradição violada, isto é, no culto das suas virtudes cívicas e domésticas, no culto da honra pública e privada, no culto dos seus heróis e dos seus grandes homens, no culto da ordem da lei, da bondade e da tolerância.*⁷⁴

Uma questão inicial era se tinha havido participação de civis, ou não, no desenrolar dos acontecimentos desencadeados a 28 de maio, Maria Carrilho afirma: *A movimentação de 28 de maio apresenta todas as características de um golpe militar. Com efeito, a preparação e execução das operações pertencem a militares, não se verificando participação civil direta no desenrolar dos acontecimentos.*⁷⁵

Em 1931 instituiu-se a *mudança da designação de Ditadura Militar para Ditadura Civil, etapa que antecedeu a formação em 1933 do Estado Novo. A influência dos elementos das Forças Armadas que outrora havia sido absoluta nas decisões políticas do país, começava a desaparecer a partir deste período*⁷⁶. A evolução da Ditadura Militar para *um regime autoritário de direita* foi “*um processo longo de pelo menos cinco anos.*”⁷⁷ A revolução do 28 de maio, insurgiu-se contra a instabilidade política, insegurança geral e a degradação da vida nacional no plano interno e externo. Defrontou dificuldades externas para restabelecer a ordem, sustar o declínio e equacionar os problemas da Nação.

⁷⁴PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis: Ideologias, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp.63-64.

⁷⁵FERREIRA, José Medeiros. *O comportamento Político dos Militares, forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, p.145.

⁷⁶FERREIRA, José Medeiros. *Ob. Cit.* p. 161.

⁷⁷FERREIRA, José Medeiros. *Ob. Cit.* 1992, p.145.

Não há dúvida que existiu uma oposição à Ditadura Militar entre os anos de 1926 a 1928, de indecisões e incertezas, assinalados por esforços isolados e mal coordenados. Nos anos ulteriores, António Maria da Silva procura encontrar entendimentos com a esquerda Democrática e os aliados que insistem no “golpismo”⁷⁸. Os republicanos mais esquerdistas ao sentirem a repressão iniciam a conspiração revolucionária⁷⁹. O “revirinho”, não esquecer entre outras, a maior revolta armada contra a Ditadura Militar a 3 de fevereiro de 1927, no Porto que abalou gravemente o Regime. Depois da Revolução de fevereiro seguia-se a Revolta do Castelo, Movimento Revolucionário de 20 de julho de 1928 em Lisboa; a Revolta das Ilhas (Arquipélago da Madeira e dos Açores), de abril de 1931; a República da Atlântida na Madeira e o Movimento Revolucionário de 26 de agosto de 1931 que foi o fim dessa discórdia. Como diz Oliveira Marques *A luta contra a Ditadura Militar começou pouco depois de ter sido desvirtuado o objectivo expresso de revolta de 28 de maio, caindo o poder nas mãos de indivíduos e de grupos considerados reaccionários e anti-republicanos*. Por não se ter podido sincronizar como estava previsto, resultou em derrota e no fortalecimento da Ditadura.⁸⁰

No fim, o “revirinho” ajudou aqueles *que tentaram levar a Ditadura Militar a produzir um novo tipo de Estado*.⁸¹ Assim, *o regime autoritário de direita, só será fundado em 1932 com a nomeação de Salazar para Presidente do Conselho e com aprovação da Constituição de 1933*.⁸² O plebiscito da Constituição em Março de 1933 encerra um período de luta intensa, essa que se desenvolve em várias frentes: as questões: financeira, do regime político e do tipo de compromisso entre as Forças Armadas e o novo poder político ditatorial.⁸³

⁷⁸RAMOS, Rui. “A República durante e depois da guerra (1917 – 1926)” in *História de Portugal*. Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, pp. 624.

⁷⁹ROSAS, Fernando, “O Estado Novo (1926-1974)” in *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p.164.

⁸⁰FERREIRA, José Medeiros. Ob. Cit.1992,p.145.

⁸¹RAMOS, Rui. Ob. Cit. 2009, p.625.

⁸²FERREIRA, José Medeiros. Ob. Cit.1992,p.145.

⁸³FERREIRA, José Medeiros, Ob. Cit.1992,p.145.

“Chega, por fim, a verdadeira República, aquela sonhada República em que desde o começo se falou?”

Diário dos Açores, jornal da tarde em Ponta delgada, S. Miguel, Açores, 1 de junho de 1926

2. As repercussões nos Açores da Revolução de 28 de maio.

Após a Revolução de 28 de maio de 1926, o regime que foi instituído em Portugal, Ditadura Militar foi bem recebido pelas forças políticas e pelas elites locais nos Açores. Assim, o 28 de maio foi recebido *com uma atitude de expectativa benevolente*,⁸⁴ enquanto se acompanhava o que acontecia a nível nacional entre *divisionismo* e o *personalismo*⁸⁵relativamente à organização partidária. Várias são as notícias sobre eleições, demissões e prisões, nos dias seguintes ao 28 de maio.

As notícias chegavam à Terceira e o periódico *A União* de 12 de junho de 1926⁸⁶noticiava em destaque na primeira página: *O Movimento Militar. Dos jornais vindos anteontem no lugre «Horizonte» fazemos um apanhado dos factos mais interessantes do movimento militar havido há pouco no País.*⁸⁷

A 18 de junho de 1926⁸⁸*A União* emitia outra notícia na primeira página, Proclamação, *General Gomes da Costa dirigiu à Nação*. O teor da sua proclamação que dirigiu á Nação consta do seguinte: *Defenderá a Pátria dos seus inimigos e não desarmará sem cumprir integralmente o seu dever.*

A União, a 19 de junho de 1926⁸⁹informava na sua primeira página, sob o título, *Corpos Administrativos* que tinha sido nomeada a Comissão administrativa, na sequência do Golpe de Estado de 28 de maio de 1926, Amadeu Monjardino, José Narciso Parreira Coelho e Francisco Linhares dos Santos.

Tomando posse definiram *pugnar pela moralidade administrativa da Junta e dedicar-se ao desenvolvimento de todos os ramos de serviço a seu cargo*⁹⁰

⁸⁴CORDEIRO, Carlos. Ob. Cit.2009, p. 39.

⁸⁵CORDEIRO, Carlos. Ob. Cit.2005, p.4.

⁸⁶*A União*, Angra do Heroísmo, Ano 33, n.º 9487, de 12 de junho de 1926.

⁸⁷Idem e Ibidem.

⁸⁸*A União*, Angra do Heroísmo, Ano 33, n.º 9492, de 18 de junho de 1926.

⁸⁹*União*, Angra do Heroísmo, Ano 33, n.º 9493, de 19 de junho de 1926.

⁹⁰Idem e Ibidem.

Continua o jornal supracitado: *Em seis meses desenvolveram uma ação útil, criteriosa e honesta*⁹¹ A partir dali as obras foram postas em marcha: Obras Públicas, Posto de Desinfecção, Pavilhão dos Alienados.

*Nos termos do n.º 16 do art.45 da Lei88 compete à Junta Geral fixar a adaptação de todos os serviços e regular todas as despesas de administração distrital, dava conta A União no dia 22 de junho de 1926.*⁹²

A imprensa açoriana transcreve notícias recebidas via telegráfica sobre o evoluir dos acontecimentos no continente. Ainda assim, em 1 de junho, um editorial do *Diário dos Açores* era já bem expressivo sobre expectativa que o movimento militar gerara quanto à possibilidade de se enveredar pela *verdadeira República*, por uma *vida nova* que consubstanciasse os ideais republicanos, tão propagados nos primeiros tempos do regime. *Os novos homens não seriam apenas políticos, mas verdadeiros apóstolos os desejados de uma nação que pretendia governar-se.*⁹³

Realiza-se uma profunda remodelação na vida administrativa do País e a direção dos mais importantes organismos locais foi confiada a personalidades que deles se encontravam afastados. A revolução foi recebida com entusiasmo pelos sectores que defendiam a resolução de *Autonomia mais alargada para os Açores e que viram nesta a possibilidade de fazerem avançar os seus projectos.*⁹⁴

Com a chegada aos Açores das notícias da Revolução de 1926, os ânimos estavam já preparados para receber nas Ilhas tão importante acontecimento. Em 1925, o círculo de Ponta Delgada apresentara já a candidatura de dois deputados regionalistas, Filomeno da Câmara e Amorim Ferreira, resultante do discurso político do Partido Regionalista e da campanha eleitoral, conhecida por *revolta dos escravos*, que os levaria ao parlamento.⁹⁵

A situação militar que se iniciava a 28 de maio de 1926, fazia recear que às antigas reivindicações, *para o alargamento do regime de administração*

⁹¹Idem e Ibidem.

⁹²*A União*, Angra do Heroísmo, Ano 33, n.º 9495, de 22 de junho de 1926.

⁹³CORDEIRO, Carlos, Ob. Cit.2005, p.5.

⁹⁴LEITE, José Guilherme Reis, “Autonomia”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=4951>.

⁹⁵CORDEIRO, Carlos. Ob. Cit. 2005, p.3.

autonómica, não tivessem em conta os erros do passado.⁹⁶ Por isso, os autonomistas abdicaram dos antigos programas de excessivas reivindicações e *reduziram – nas algumas alterações do estatuto promulgado em 1895*. Pedia-se, apenas novas receitas dos distritos insulanos, fossem atribuídas às Juntas Gerais, com as quais pudessem dotar melhor os serviços que lhes estavam confiados.⁹⁷

Preparando-se um novo sistema de assistência por parte do governo central, mantiveram-se os Governos Cívicos e as Juntas Gerais dos Distritos, criou-se um novo organismo, a Delegação Especial do Governo da República Portuguesa nos Açores. Em outubro de 1927 foi nomeado para cargo de Delegado Especial o faialense coronel Silva Leal, que ficou com as funções de Alto-Comissário, acompanhado pelos membros do seu gabinete, passou a atuar nas sedes dos três distritos.

Neste contexto de reflexão política, o cargo foi criado, para controlar os deportados que eram enviados para as ilhas, sobretudo para a ilha Terceira. Durante a Ditadura Militar, o governo central instituiu nas ilhas atlânticas um reservatório favorecido pela sua situação geográfica, colocando, não digo todos, mas aqueles fervorosos opositores, (militares e civis) ao novo regime. Dos acontecimentos que então se deram no continente fizeram-se sentir repercussões, traduzidas, entre outros factos, pelo envio para as ilhas Atlânticas de muitos exilados políticos. A figura de maior destaque desses exilados foi o próprio chefe do movimento, general Gomes da Costa que, como deportado político, desembarcou em Angra do Heroísmo no dia 14 de julho de 1927. Neste panorama, *O velho autonomista de convicções liberais, Aristides da Mota, ainda que em privado, descrevia da capacidade do Exército para “conduzirem novos moldes à administração do país.”*⁹⁸

Levantam-se as vozes do *Açorianismo*, com mais ou menos eco, Ilhéus no deserto atlântico, reivindicando, permanentemente, nos áureos anos do Liberalismo, trespassando a I República, prolongando-se nos inícios da Ditadura Militar, regime onde estavam bem colocados os açorianos, Filomeno da Câmara,⁹⁹Fernando

⁹⁶CARREIRO, José Bruno. *Ob. Cit.* 1994, p.65.

⁹⁷CARREIRO, José Bruno. *Ob. Cit.* 1994, p.65.

⁹⁸*Carta de Aristides Moreira da Mota a Luís de Magalhães* citada por CORDEIRO, Carlos. “O processo de implantação da União Nacional nos Açores” in *Arquipélago-História*, 2ª série, Vol. X, 2005, p.534.

⁹⁹Filomeno da Câmara de Melo Cabral nasceu em Ponta Delgada a 10 de fevereiro de 1844 e faleceu em Lisboa a 27 de janeiro de 1921. Foi médico e reitor da Universidade de Coimbra, republicano da ala conservadora. Como oficial da Armada foi Governador da Província de Timor de 1911 a 1913, comendador da Ordem Militar de Avis, agraciado com a Grã-Cruz da

Borges¹⁰⁰ e Linhares de Andrade¹⁰¹. Em tempos de instabilidade recorriam a patentes do Exército.

Nos Açores, o apelo à ordem esteve muito presente no discurso político e sobressaía, por exemplo, no discurso político do Partido Regionalista e na campanha eleitoral de 1925, conhecida por *revolta dos escravos*, que levaria ao parlamento os deputados Filomeno da Câmara e Herculano Amorim Ferreira¹⁰².

Em 1927, no seguimento desta política administrativa, Costa Rodrigues, secretário do governo civil em Angra, propõem um novo código conjuntamente com Luís Silva Ribeiro¹⁰³, José Bruno Carreiro¹⁰⁴ e Luís Bettencourt. O primeiro defende que as Juntas gerais deveriam ser órgãos administrativos, caminhado para uma descentralização.

Era o momento de dar vida ao projeto de Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara¹⁰⁵, resultando no Decreto nº 14 402, de 7 de outubro de 1927, nomeado o

Ordem Militar de Cristo, dirigente da Cruzada Nuno Álvares, foi eleito deputado pelo círculo eleitoral de Ponta Delgada nas listas do Partido Nacional Republicano. Ministro das Finanças do governo provisório presidido pelo General Gomes da Costa. LEITE, José Guilherme Reis, Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=424>.

¹⁰⁰Fernando Augusto Borges nasceu em Santa Barbara, Ilha Terceira, em 16 de março de 1880 e faleceu a 30 de julho de 1949. Político, militar do exército, apoiante do sidonismo, Delegado Especial do Governo da República nas Ilhas Adjacentes, após a revolta das ilhas, tendo uma posição dura e determinante. Colaborou em alguns jornais e à historiografia militar, sobre temas dos Açores. LEITE, José Guilherme Reis, Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?Id=7217>.

¹⁰¹Manuel Linhares de Andrade nasceu em São Roque do Pico a 13 de janeiro de 1913 e faleceu em Angra do Heroísmo a 4 de abril de 2007. Advogado, político, presidente da junta Geral do Distrito Autónomo da Horta Era cavaleiro da Ordem do Santo Sepulcro, sendo agraciado com a Ordem do Infante D. Henrique. MELO, Fernando, Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=4230>.

¹⁰²CORDEIRO, Carlos. "O processo de implantação da União Nacional nos Açores", in *Arquipélago-História*, 2ª série, Vol. X (2005), p.535.

¹⁰³Luís da Silva Ribeiro, bacharel em Direito, nasceu em Angra do Heroísmo a 4 de dezembro de 1882 e faleceu a 24 de fevereiro de 1955. Jurista, intelectual, poeta cronista e político, etnógrafo, animador. Fundador do Instituto Histórico da Ilha terceira. Vitorino Nemésio dedicou-lhe a sua obra *Corsário das Ilhas* com as seguintes palavras, bem demonstrativas da consideração em que o tinha: "Ao Dr. Luís Ribeiro, alma e consciência da nossa ilha e dos Açores". Regressa a Angra do Heroísmo, cidade onde residiria toda a sua vida e onde exerceu diversos cargos administrativos e políticos, pese embora a sua mal disfarçada oposição ao Estado Novo e a suspeição com que sempre foi visto pelos poderes instalados após o Golpe de 28 de maio de 1926. Delegado do Procurador da Coroa no Tribunal da Relação dos Açores em 1908, administrador do Concelho e Comissário da Polícia de Angra do Heroísmo. Juiz auditor administrativo, na República, conservador do Registo Civil de Angra do Heroísmo, chefe da secretaria da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Demitido do cargo por suspeita de envolvimento na chamada Revolta das *Ilhas* de abril de 1931, o último dos grandes movimentos armados do reviralhismo anti-salazarista. Católico convicto, seria adepto do *socialismo não-marxista*. No campo político, foi Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Presidente da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, de 1914 a 1915 e mais tarde 1926, Governador Civil de Angra do Heroísmo, nomeado por Decreto de 18 de janeiro de 1913." ENES, Carlos, Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?Id=10611>.

¹⁰⁴José Bruno Carreiro nasceu em Coimbra a 28 de agosto de 1880 e faleceu a 4 de janeiro de 1957. Forma-se em Direito na cidade de Coimbra, literário, jornalista, político autonomista. Após terminar o curso veio residir em São Miguel. Fundador e diretor do jornal *Correio dos Açores*. Organizador da visita dos intelectuais de 1924. Os Açores foi a sua pátria de adoção e um grande defensor da causa e unidade autonómica nos inícios do Estado Novo. ENES, Carlos, *Enciclopédia Açoriana*, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?Id=1399>.

¹⁰⁵Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara, formado em Direito, era conhecido por Conselheiro Luís Bettencourt, nasceu em São Sebastião, Ponta Delgada a 21 de fevereiro de 1873 e faleceu a 26 de junho de 1939. Foi jurista, magistrado e político. Exerceu os cargos de procurador régio, notário, administrador de concelho de Ponta Delgada, governador civil e presidente da Junta Geral do distrito Autónomo de Ponta Delgada. Monárquico e conservador, manteve-se fiel às suas convicções durante a 1ª República. Após a queda da Monarquia ainda lutou por ela, mas o interesse pela sua terra levou-o ao 2º período

coronel Silva Leal Delegado Especial do Governo da República nos Açores, que ficou com as funções de Alto-Comissário, acompanhado pelos membros do seu gabinete, passou a atuar nas sedes dos três distritos. Habitual em todas as mudanças de regimes políticos, os saneamentos como também a deteção e identificação de todos os que não são da situação, inviabilizando a sua nomeação para posições de influência, assim como, alterações nos existentes cargos, derivados, nesse caso da posse do Delegado Especial e que se traduziu na nomeação de novos responsáveis em todos os cargos de confiança, com destaque para os governos civis, juntas gerais, comissariados da polícia, administradores de concelho e juntas de freguesia. As suas funções de superintendência recaiam nos serviços da administração pública e nas competências de nomeação e demissão de autoridades administrativas e militares, também teria responsabilidades específicas *no controle dos deportados políticos que se encontravam nas ilhas Atlânticas sobretudo, na Terceira*.¹⁰⁶ Depressa o coronel Silva Leal, converteu-se, junto do Governo, em benfeitor das causas açorianas, mostrando as dificuldades dos mesmos, apresentando propostas validas em benefício dos Açores.

O Correio dos Açores, na sua edição de 18 de fevereiro de 1928,¹⁰⁷ dedica toda a primeira página ao acontecimento histórico que foi o Decreto de 16 de fevereiro de 1928, sob o título *na hora do triunfo*. Mais um triunfo, o primeiro depois do decreto de 2 de março de 1895, no alargamento da Autonomia dos Açores, acaba agora de conseguir o Coronel Silva Leal, ilustre Delegado Especial do Governo da República nos Açores, pela sua ação patriótica e eminentemente açoriana. Este último diploma foi então considerado, por muitas razões, como uma justa conquista dos açorianos, com vista à concretização das aspirações insulares,

da sua vida pública, que se caracterizou por uma defesa apaixonada pela Autonomia dos Açores. Um dos principais vultos do 2º Movimento Autonomista Açoriano, estando ligado ao Partido Regionalista, fundado em 1918. Colaborou na redação do Decreto de 16 de fevereiro de 1928 que reformulou o regime autonómico instituído pelo Decreto de 2 de Março de 1895. Desiludido com as cada vez menores receitas da Junta Geral pediu, em 1931, a demissão justificando-se ao Governador Civil, que “os encarregados da administração distrital estão reduzidos à situação de caixeiros que recebem e pagam o que o Governo manda, sem mais terem com os negócios”. Manifestou a sua desilusão com as políticas da Ditadura Militar, que logo a seguir cortou as principais prerrogativas do Decreto de 16 de fevereiro de 1928, por decisão do Ministro das Finanças, António Oliveira Salazar. Militante da União Nacional. Na mesma linha, pediu a exoneração da Comissão Distrital da União Nacional (1935), voltando a denunciar veementemente a pouca atenção que o Governo Central dedicava aos problemas de interesse público micalense. Em 1909 foi agraciado com o título de Conselheiro e em 1932 recebeu as insígnias de Comendador da Ordem de Cristo. MACHADO, Maria Margarida Mendonça Vaz do Rego, Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=6352>.

¹⁰⁶CORDEIRO, Carlos. “José Bruno Tavares Carreiro. Da Monarquia Constitucional ao Estado Novo um percurso autonomista” in *Insulana*, Ponta Delgada, Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada, LXV, 2009 p. 39.

¹⁰⁷*Correio dos Açores*, Ponta Delgada, Ano 8, n.º 2.241, de 18 de fevereiro de 1928.

contribuindo para a sua publicação o coronel Silva Leal, Delegado Especial do Governo nos Açores, José Bruno Carreiro e Herculano Medeiros da Câmara *José Bruno Carreiro foi logo nomeado chefe de gabinete da secção civil, colaborando, assim, directamente com o detentor do cargo, coronel Silva Leal, enquanto ele mantivesse a sede em Ponta Delgada.*¹⁰⁸

O movimento regionalista angrense na década de 20, foi moderado no plano político, *sempre desconfiado da sinceridade patriótica de muitos dos líderes micaelenses.*¹⁰⁹ Isto quer dizer, no campo da política administrativa, as posições moderadas de Luís Silva Ribeiro, opunham-se às radicais provenientes de Ponta Delgada. Desmarcam-se as propostas micaelenses de uma Autonomia integral, do segundo movimento autonomista, defendendo um poder descentralizado. Levados pelas marés os micaelenses tomam as rédeas das propostas administrativas corroborando com o regime, partindo para a elaboração dos princípios administrativos do primeiro Decreto da Ditadura, era *o regresso às teorias conservadoras, parecendo mesmo que a ditadura militar estava disposta a entender-se com os regionalistas para conseguir a sua implantação pacífica no arquipélago.*¹¹⁰ A ideia dos regionalistas de se unir em prol de uma Província Autónoma dos Açores, ideia remota do século passado, deveria ser tomada com cautela e o açorianismo não ajudou nada, hoje mais que ontem, devido aos “bairrismos” e ao desequilíbrio no desenvolvimento económico, ilhas ricas e pobres. Em 1927, o Delegado especial do Governo da República, leva à mesa o assunto, que ficou numa mera *síntese possível das desconstruídas aspirações de uma renovada política regionalista e autonómica não permitia ir além de retoques nos conceitos expressos de autonomia administrativa distrital do velho decreto de 2 de Março 1895.*¹¹¹ Continuando a autonomia continuava administrativa e distrital.¹¹² As Juntas Gerais planeavam nos seus trabalhos, mais receitas a amealhar, assim, *terem meios financeiros que lhes permitissem avançar para uma acção alargada no fomento e no desenvolvimento distrital,*¹¹³ os procuradores eram

¹⁰⁸ *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, Ano 8, n.º 2.241, de 18 de fevereiro de 1928.

¹⁰⁹ LEITE, José Guilherme Reis, “Autonomia”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=4951>.

¹¹⁰ LEITE, José Guilherme Reis, “Autonomia”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=4951>.

¹¹¹ Idem e Ibidem.

¹¹² LEITE, José Guilherme Reis, “Autonomia”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=4951>.

¹¹³ Idem e Ibidem.

eitos por listas e elegiam os presidentes das juntas gerais, “alguma ousadia política,”¹¹⁴diminuindo a intervenção dos governadores civis, *abolindo-se a sua aprovação tutelar para as deliberações das juntas. Neste sentido avançava-se, de facto, na autonomia.*¹¹⁵Porém estes princípios políticos nunca chegaram a ser aplicados.

2.1. As reações da sociedade terceirense ao movimento do “28 de maio”.

Nas ilhas dos Açores as elites sempre pressentiram as mudanças e, quer na queda da Monarquia, quer no surgimento da República, não causaram manifestações nem alarmes. Caso idêntico aconteceu com o fim da Iª República que a aceitaram convictos do seu ideário descentralizador. Mas mais uma vez, foi notória a incapacidade do Governo Central em relação ao progresso e autonomia financeira, almejado pelos açorianos. Não compreenderam o modo de viver insular, nem as suas dificuldades, para um futuro promissor.

O 1.º movimento autonomista, materializado no Decreto Autonomico de 1895, *instituiu, a título experimental, a descentralização administrativa para os distritos dos Açores que a solicitassem*¹¹⁶ sendo aplicado em Angra do Heroísmo pelo decreto de 6 de outubro de 1898. Às juntas gerais distritais foram dados amplos poderes e transferidos meios em dinheiro e pessoal que lhes permitiu exercer as suas funções, sob a tutela do Estado.¹¹⁷

A ideia e a esperança descentralização ressurgiram em 1925, com o lema lançado por Filomeno da Câmara *a revolta dos escravos* tendo obtido um resultado mais favorável. Mais tarde, constatava-se que os regionalistas encararam muito bem a revolução militar, proferindo em 1927 José Bruno Carreiro, que a vitória regionalista foi o 28 de maio dos micalenses, vencendo as eleições, Filomeno da Câmara¹¹⁸ e Herculano Amorim Ferreira como deputados regionais pelo círculo regional de Ponta Delgada.

¹¹⁴LEITE, José Guilherme Reis, “Autonomia”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=4951>.

¹¹⁵Idem e Ibidem.

¹¹⁶LEITE, José Guilherme Reis, “Decreto Autonomico”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=4954>.

¹¹⁷Idem e Ibidem.

¹¹⁸Candidato a deputado pelo partido regionalista pelo Círculo de Ponta Delgada em novembro de 1925, animador dos golpes de Estado de 1925 e de 1926 que deram por finda a República Parlamentar, administrador colonial experimentado em Angola

No período que se seguiu ao 28 de maio de 1926, o jornal angrense *A União* noticiava nos dias consequentes que tinha havido uma revolução militar e que as Juntas militares salvariam o País e a Nação, pondo fim a um tempo de instabilidade política, económica e de descrédito parlamentar. Pela sua leitura os terceirenses aceitaram bem a República e o 28 de maio de 1926, logo viram uma esperança na resolução dos seus problemas quotidianos,

Pelo Decreto nº14.812, de 7 de outubro de 1927 seria criado o cargo de Delegado Especial do Governo da república nos Açores, com funções de superintendência nos serviços da administração pública e com competências de nomeação e demissão de autoridades administrativas e militares, bem como, especiais responsabilidades no controle dos deportados políticos que se encontravam dispersos por diversas ilhas dos Açores.

Nessa altura, como foi sabido deixava-se as velhas reivindicações autonómicas da divisão administrativa e aconselhava-se a manter a configuração administrativa descentralizadora de 1895 e o alargamento da autonomia financeira distrital, que resultou no Decreto de 16 de fevereiro de 1928, sendo o Delegado Especial do Governo da República nos Açores, Silva Leal um dos principais promotores da reforma do sistema autonómico.

Como se disse a euforia daria lugar ao desalento, assim, a 31 de julho de 1928, outro Decreto nº15035. Este, aprovado pelo governo da Ditadura, assegurava às Juntas Gerais maiores possibilidades de trabalho e de ação, mas asfixiava-as.

Mas qual o alcance destas medidas e modificações na sociedade terceirense? Para os que trabalhavam na lavoura e agricultura, as bases da sua subsistência não melhoraram significativamente, nem tão pouco se alteraram as suas condições de vida agravada pelo pagamento das suas contribuições.

A vida administrativa nos Açores continuou a sofrer diversas modificações.

Com a implantação da Ditadura Militar e do Estado Novo as elites terceirenses locais que pertenciam a famílias destacadas, foram nomeadas a tomar os cargos que lhes competia. As Comissões Administrativas das Juntas Gerais foram substituídas, os governadores civis e os presidentes das câmaras municipais. Quanto à atividade profissional predominava os militares e advogados. Os

onde chegou a ser nomeado Alto-Comissário antes de o cargo ser extinto por Salazar em 1930, estaria certamente ao corrente das tendências autonomistas em África. FERREIRA, José Medeiros, “*José Bruno Tavares Carreiro*, o Almirante Dunn, e o Presidente Wilson: o triângulo que nunca existiu?” in *Insulana*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, LXV, 2009, p.66.

funcionários públicos faziam o trabalho que lhes competia e por quem lhes ordenava.

Quando Salazar surge na vida política, a partir de 1928 como Ministro da Finanças e mais tarde Presidente do Ministério e Presidente do Conselho de Ministros, começa a estreitar o caminho, sobretudo depois da revolta de 1931. A partir de 1927 o reviralhismo, conjunto de opositores ao regime ditatorial, levou muitos deportados às ilhas, sobretudo à ilha Terceira. Sendo o Delegado Especial do Governo nos Açores, Comandante Militar dos Açores, encarregado do controlo e repressão dos deportados.

O fracasso do movimento revolucionário nos Açores levou a uma mudança de estratégia, organizar um novo princípio de uma administração especial para os Açores. Aproveitando o fato de alguns açorianos estarem bem colocados no novo regime, comandante Filomeno da Câmara, coronel Fernando Borges. O irmão deste capitão Domingos Borges foi nomeado para Governador Civil do Distrito de Angra do Heroísmo pelo então, Ministro do Interior, Salazar, pela sua morte prematura não concluiu a sua obra de moralização administrativa.

O seu sucessor, Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral, aquando a sua tomada do cargo de Governador Civil enviou um relatório ao Ministro de Interior, manifestando a sua posição incómoda face aos governantes do Distrito de Angra do Heroísmo por tomar nota da sua má administração distrital angrense. Essa sua atitude levou à exoneração dos membros das Comissões Administrativas da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, Governador Civil e Presidente da Câmara de Angra, entre outros.

As caras são outras, passando a ser nomeadas pelo Estado Novo, regime que introduzir um princípio de uma administração especial para os Açores.

Com a implantação da União Nacional e a promulgação da Constituição de 1933 os indicados aderem Estado Novo.

3. Os Novos Detentores do Poder

No momento que eclodiu o Golpe militar do 28 de maio de 1926, as notícias eram bem acolhidas pela imprensa, e o Governo Central passaria a dar instruções a partir do Ministério do Interior¹¹⁹.

Em todas as ilhas açorianas como na lha Terceira e sua cidade de Angra, os detentores do poder, pertencendo às elites locais, conheciam-se familiar e socialmente encontrando-se num círculo muito restrito, impondo o seu poder. Eram eles, descendentes de grandes proprietários fundiários, comerciantes, acionistas das empresas locais, alguns funcionários públicos e profissões liberais.

A junta geral e os indivíduos a ela ligados adaptaram -se e conviveram num regime republicano, surgindo na Ditadura Militar e no advento do Estado Novo. Modos que as elites locais, o governo central e os seus representantes distritais e concelhios usaram para preencher os corpos dirigentes dessas instituições com pessoas da sua confiança.

Nas épocas de maior instabilidade política e mesmo de alterações da ordem, aquando o Golpe do 28 de maio de 1926 e do Movimento Revolucionário nos Açores de 1931, os governadores civis eram nomeados nas pessoas dos chefes políticos locais, recorrendo essencialmente, a patentes do Exército sob a Ditadura Militar e após revolução dos deportados de 1931.¹²⁰

O governador civil, figura carismática do distrito, instituído pelo regime da Ditadura, patentes do exército, delegados de confiança do Governo, e chefes de funções administrativas, tinham a seu cargo a gestão dos interesses políticos e administrativos do Estado, tendo a superintendência na polícia geral, inspeção e fiscalização tutelar da administração distrital autónoma. Era o representante político do Governo nos distritos. As suas competências variavam em função dos códigos administrativos e da legislação. A política regional desenvolveu-se sob a sua inspeção ou ação.¹²¹ *Numa administração desse género, a figura de proa era evidentemente o governador civil, a face visível do poder e a convergência de todas as questões políticas dos distritos.*¹²²

¹¹⁹CORDEIRO, Carlos. Ob. Cit. 2005, p.539.

¹²⁰LEITE, José Guilherme Reis, “Governador Civil”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=8566>.

¹²¹LEITE, José Guilherme Reis, “Governador Civil”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=8566>.

¹²²LEITE, José Guilherme Reis “Novas formas de governação das ilhas: divisões e autonomia fracassadas”, in *História dos Açores: do descobrimento ao séc. XX*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano da Cultura, 2008, Vol. II, p.2.

Os governadores civis de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo constituíram as comissões administrativas de diversas câmaras e das juntas gerais com elementos das respetivas comissões executivas saídas das eleições de finais de 1925.¹²³ Acusava a imprensa conservadora que o novel governador civil do distrito conferira aos democráticos, na nomeação das comissões administrativas das autarquias, uma preponderância política de que nunca haviam desfrutado.¹²⁴

No período da Ditadura Militar de 1926 a 1933, de instabilidade política, eram nomeados entre os chefes políticos locais, patentes do exército. Tinham de ser pessoas confiáveis e que defendessem o regime.

A ata de 2 de agosto de 1926, refere-se há instalação da Comissão Administrativa da Junta Geral. A dois de agosto de mil novecentos e vinte seis, nesta cidade de Angra do Heroísmo, Edifício da Junta Geral, deste Distrito e sala das suas sessões, compareceram os cidadãos adiante mencionados e que, pelo excelentíssimo Governador civil deste Distrito e com fundamento no Decreto-lei nº 11.904, foram nomeados para constituírem intermitentemente a Comissão Administrativa da mesma junta, visto que por Decreto-lei nº 11.875, foram dissolvidos todos os corpos administrativos. Os referidos cidadãos são os seguintes: Amadeu Monjardino, Francisco Linhares dos Santos, José Narciso Parreira Coelho, Sebastião Ávila Vasconcelos e António José Leite.¹²⁵

Na sessão de 24 de maio de 1933, sob a presidência o capitão António Maria da Silva Mendes, secretariado pelo chefe da secretaria, Constantino José Cardoso, e assistência dos vogais, Guilherme Espínola de Melo e João Batista Machado Ázera, Eduardo Guilherme Martins e Álvaro da Costa Franco, no ponto da correspondência e seu expediente, foi apresentado um ofício do Governador civil, Domingos Augusto Borges, sob n.º 25, 1ª seção de 16 de maio de 1933, com teor: era necessário requisitar um funcionário para o Arquivo do Palácio do Governo Civil, que devido à redução de funcionários se tornava difícil dispensar um amanuense e o Arquivo supracitado era de alta importância para a História dos Açores e do País, encontrando-se documentos desde dos *fins do século XVIII aos fins do século XIX, relativos ao Governo-Geral dos Açores, Lutas Liberais,*

¹²³CORDEIRO, Carlos. Ob. Cit.2005, p.538.

¹²⁴CORDEIRO, Carlos. Ob. Cit.2005, p.539.

¹²⁵BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 2 de agosto de 1926, fl.59

*Almoxarifado do Faial, Pico, Graciosa, São Jorge e Praia da Vitória, Cartas Régias, portarias, avisos, registos, Juntas de Fazenda, Alfandegas e Feitorias dos Açores, Provedorias e Juizes de Fora, corregedores e etc.*¹²⁶ Era de grande importância que esta Comissão Administrativa em nome do seu presidente delegasse alguém de grande responsabilidade. E assim, tendo em *alta consideração a que tem direito o Ex.mo Governador Civil e que esta Comissão lhe tributa. Ficou encarregado do Arquivo o senhor Carlos Correia Ourique, funcionário do Governo Civil aposentado, usufruindo de 300.00 mensais a partir do dia 1 de julho de 1933.*¹²⁷

Segundo Célia Reis, este período de transição da Ditadura Militar, é a busca dum caminho novo. Mas o panorama apresentava-se multifacetado, uns mais à direita outros mais à esquerda.¹²⁸

Estes últimos, na sequência da repressão iniciaram o revirinho. As ilhas açorianas foram escolhidas como armazém de indivíduos não afetos ao regime ditatorial. Dir-se-ia que o isolamento dos Açores, *onde as lutas e paixões de Lisboa*, atenuavam com a distância da maresia e do vento proporcionavam um *lugar de desterro a personagens de importante relevo na política nacional.*¹²⁹ Os deportados que são enviados para todas as ilhas, especialmente para a Terceira, era necessário controlar. Para isso, nada melhor do que o Delegado Especial do Governo da República nos Açores, cargo criado em 1927. Serviria para evitar revoltas. Contudo, o revirinhismo manifestou-se nas revoltas de 1927, 1928 e 1931, respetivamente, Porto e Lisboa, Lisboa e Madeira, Açores, Guiné e Continente.¹³⁰

A implantação da Ditadura Militar e o advento do Estado Novo, trouxe mudanças políticas, mas não houve movimentos em defesa da autonomia administrativa. Os elitistas terceirenses como nas restantes ilhas que ocupavam cargos de relevo, exceptuando alguns casos que houve saneamentos, sobretudo quando se instala o Estado Novo, o consenso era notório entre o poder central

¹²⁶ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 18, *Atas das Sessões*, Sessão de 24 de maio de 1933, fl.95

¹²⁷ Idem, fl.95 e 96.

¹²⁸ REIS, Célia. “Os Açores na Revolta de Abril de 1931” in *Os Açores e a Revolta de 1931. Comunicações apresentadas no Colóquio Comemorativo do 75º Aniversário*, IAC, 2008. p. 123.

¹²⁹ CORDEIRO, Carlos. Ob. Cit.2005, pp.539-540.

¹³⁰ REIS, Célia. Ob.Cit.2008. p.124.

negociando e até mesmo aceitando os decretos que se iam publicando referentes aos assuntos de índole política, económica e social.¹³¹

4. O Delegado Especial do Governo da República nos Açores e as pressões para a reforma das juntas gerais: menos autonomia e mais capacidade financeira?

Para acomodar o novo poder, pelo Decreto n.º 14 402, de 7 de outubro de 1927, foi criada a figura de Delegado Especial do Governo da República para os Açores, dotada de um gabinete civil e militar e investido em poderes alargados de coordenação da ação administrativa e política no arquipélago. Nomeação que fez congregar-se á sua volta, e com o seu acordo, os autonomistas.¹³² Cargo esse que se enquadra num modelo institucional encontrado na Capitania Geral e no Alto – Comissário. Segundo Olívio Rocha, historicamente impostos em circunstâncias *políticas nacionais de tipo autoritário*.¹³³ Tendo o Estado uma postura centralizadora. Duas argumentações distintas se depreendem através dos jornais. *A União* e *A Cidade* de fendiam a posição de Luís Ribeiro, receava, além de ser um cargo institucional, exceder poderes não conferidos na lei, enquanto os jornais *O Correio dos Açores* e o *Açoriano Oriental* defendiam que seria benéfico para os açorianos ter uma pessoa que coadjuva-se nas suas dificuldades.¹³⁴

Feliciano António da Silva Leal, nasceu na Praia do Almoxarife, ilha do Faial, a 26 de julho de 1876, vindo a falecer a 6 de janeiro de 1961, na ilha Terceira. Conhecido por Coronel Silva Leal, militar, político, ligado ao movimento militar do 28 de maio de 1926, foi encarregue, pela Ditadura Nacional da missão de pacificar os Açores, face às reivindicações autonomistas e às dificuldades sentidas pelo novo poder em lidar com o estatuto de autonomia concedido aos distritos de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo.

A 28 de outubro de 1927, *A União* dava nota sobre a chegada do Delegado Especial do Governo aos Açores: *chegou hoje a esta cidade de Angra, a antiga capital de todos os Açores, o sr. Coronel Silva Leal que vem investido dos latos*

¹³¹ENES, Carlos, “As Etapas do Processo Político-Administrativo, Conclusões” in *Obras IV, Escritos Político-administrativos, Estudo Introdutório e Organização de Luís Silva Ribeiro*, Centenário Ribeiriano, I.H.I.T., Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1996, p.97.

¹³²LEITE, José Guilherme, Reis (org.) *A Autonomia Dos Açores na Legislação Portuguesa 1892-1947*, Horta, Assembleia Legislativa Regional, 1987, p.207.

¹³³ROCHA, José, Olívio, “Autoritarismo e Resistência nos Açores - O papel do Delgado Especial do Governo da República nos Açores – 1927 -1931”, in *Boletim do I.H.I.T.*, Angra do Heroísmo, I.H.I.T, 2006-2008, p.36.

¹³⁴Idem e Ibidem, p.37.

poderes de Delegado Especial do Governo neste arquipélago, avançando que se iniciava, a partir daquele dia, na Ilha Terceira, uma *nova página de glória para a sua história*.¹³⁵ Nos dias seguintes, sob os títulos *Pelos Açores*¹³⁶ e *Carta de Lisboa* o jornal continuou a divulgar afirmações do Delegado Especial do Governo nos Açores¹³⁷.

Na qualidade de Delegado do Governo da República nos Açores, Silva Leal foi um dos principais promotores da reforma do sistema autonómico que resultou na aprovação do Decreto de 16 de fevereiro de 1928, considerado como uma grande vitória pelos líderes do segundo movimento autonomista.

Em janeiro de 1930, foi publicado um decreto que extinguiu a Delegação Especial do *Governo nos Açores*, criada 28 meses antes. No *Correio dos Açores* em editorial da sua edição de 8 de janeiro de 1930, ignora as razões da sua extinção, mas lamenta-a, porque a Delegação *se mostrou sempre um poderoso meio de defesa dos interesses do Estado na melhor administração dos Açores e dos interesses açorianos dependentes da ação do Poder Central*. Pouco tempo depois, a 23 de maio de 1930, o Coronel Silva Leal voltou a tomar posse das funções de Delegado Especial do Governo nos Açores por pressões das elites locais e do lóbi lisbonense da Casa dos Açores.¹³⁸

Foi renomeado pelo Decreto n.º 14 402, de 7 de outubro de 1927, como Delegado Especial do Governo da República nos Açores, cargo dotado de um gabinete civil e de um militar, e foi investido de poderes alargados de coordenação política e administrativa. A sua nomeação foi muito saudada nos Açores, particularmente por ter escolhido o autonomista José Bruno Carreiro para chefe do seu gabinete civil e o conselheiro Luís Bettencourt, elaborando um projeto da criação da Província Autónoma dos Açores, projeto que acabou por nunca ser aprovado, mas que teve efeitos benéficos no regime que veio a ser implantado posteriormente, o qual esteve na génese do Decreto n.º 15 035, de 16 de Fevereiro de 1928, traduzindo-se numa marcada, embora efémera, consolidação dos poderes autonómicos, consagrando algumas das antigas aspirações autonomistas, em especial no campo financeiro. Este momento fica registado no jornal *A União*.¹³⁹

¹³⁵ *A União*, Angra do Heroísmo, Ano 34, n.º 9881, de 28 de outubro de 1927.

¹³⁶ *Idem*, n.º 9:882, de 29 de outubro de 1927.

¹³⁷ *Idem* e *Ibidem*.

¹³⁸ *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, Ano 10, n.º 2789, 8 de janeiro de 1930.

¹³⁹ *A União*, Angra do Heroísmo, Ano 34, n.º 9872, de 18 de outubro de 1927.

Infelizmente foi *sol de pouca dura*, a vigência do Decreto de 16 de fevereiro, um outro vem revogar o antigo – o decreto nº 15 805, de 31 de julho de 1928, o primeiro assinado pelo Dr. Salazar, como Ministro das Finanças, fazia parte dum plano de salvação pública que impunha as mais rigorosas economias em todos os serviços do Estado.

Por ocasião da revolta de 1931, foi nomeado Comandante Militar dos Açores e encarregado da repressão dos revoltosos. Nesta conjuntura a sua posição era ao lado da Ditadura e do Estado Novo, defrontando situações complexas na Madeira e nos Açores. Exerceu por duas vezes o cargo de presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo.

A criação desta figura político-administrativa foi saudada pelos autonomistas como uma vitória, pois permitia uma maior aproximação ao poder central e uma efetiva centralização do poder no arquipélago dado o seu carácter supra-distrital.

Na sua nomeação, Silva Leal recebeu grande apoio local, sendo unânime o elogio da imprensa do tempo. No jornal *A União* comunica a nomeação pelo Ministro do Interior do Delegado Especial do Governo da República *com poderes de Alto-comissário, o coronel Silva Leal tomou posse no dia 8 de outubro*.¹⁴⁰

Na ata de 31 de outubro de 1927, em sessão ordinária, nesta cidade de Angra do Heroísmo, edifício da Junta Geral, deste Distrito, a Comissão Administrativa reuniu-se sob a presidência de Amadeu Monjardino. Noticiado a 3 de novembro de 1927¹⁴¹, a *União* deu destaque sobre a vista do coronel Silva leal aos Corpos Administrativos da Junta Geral de Angra do Heroísmo, *a posse da nova Autoridade Superior do Distrito*.¹⁴²

Aproximando-se a hora em que este corpo administrativo teria a honra de receber a visita de Sua Excelência o Delegado Especial do Governo da República nos Açores, tomou a palavra o presidente da junta geral supracitada e propões que *a mesma fosse suspensa e de nenhum outro assunto se tratasse nela, o que foi unanimemente aprovado*.¹⁴³

¹⁴⁰*A União*, Angra do Heroísmo, Ano 34, n.º 9865, de 10 de outubro de 1927.

¹⁴¹ Idem, n.º 9885, de 3 de novembro de 1927.

¹⁴² Idem e Ibidem.

¹⁴³ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo. Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 31 de outubro de 1927, fl.37.

5. O Decreto de 16 de fevereiro de 1928 e a euforia das classes dirigentes.

A nova ordem saída do poder central, vigente a partir da Ditadura Militar, após o triunfo do movimento revolucionário de 28 de maio de 1926, instituiu a descentralização administrativa para os Distritos dos Açores que a solicitassem, com base no conhecido Decreto Autônomico de 2 de março de 1895. Este decreto foi publicado pelo governo do açoriano Hintze Ribeiro e negociado pelos deputados autonomistas e pelo ministro do Reino João Franco. As Juntas Gerais dos Distritos foram restabelecidas com amplos poderes.¹⁴⁴

Todavia, a aspiração a uma mais alargada autonomia administrativa sobretudo, financeira ficou sempre latente no espírito dos Açorianos.

A lei da iniciativa de Francisco Luís Tavares, deputado pelo círculo de Ponta Delgada, após a Implantação da República a 5 de outubro de 1910, feita na vigência da Constituição da República de 1911, limitou-se a manter no essencial o regime do Decreto de 2 de março de 1895. A legislação da República Portuguesa, adotando o princípio da descentralização administrativa, reconheceu a autonomia dos distritos das Ilhas adjacentes consagrando-a pela lei n.º 88, de 7 de agosto de 1913. Na disposição desse decreto que constava que *nenhum encargo novo de carácter permanente podia ser imposto às Juntas Gerais Autónomas sem que, previamente, lhes fosse assegurada receita nova e efectiva correspondente a esse encargo*.¹⁴⁵

Em 1917 foi fundado em São Miguel, o Partido Regionalista cujos tópicos do seu programa foram redigidos por Aristides Moreira da Mota, completamente virados para os problemas da região.

O projeto para a Autonomia Administrativa dos Distritos Açorianos, da autoria de Francisco Faria e Maia, foi publicado no seu livro *Em prol da Descentralização*, expondo no *Diário de Notícias* a 25 de julho de 1925, o seguinte: *A autonomia administrativa, financeira e legislativa dos distritos insulanos, constitui uma velha aspiração dos açorianos que nela vêem a condição vital do seu progresso e desenvolvimento. Esta legítima aspiração tem sido por vezes mal interpretada por alguns espíritos simplistas que ao termo autonomia ligam a ideia*

¹⁴⁴LEITE, José Guilherme Reis. “Decreto Autônomico” in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, consultável em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=4954>.

¹⁴⁵CARREIRO, José Bruno. Ob. Cit. 1994, pp. 59 e 60.

*de separação, o que prova a ignorância em que a maioria dos continentais está relativamente às coisas e às pessoas do arquipélago dos Açores. É realmente preciso desconhecer completamente as ilhas, o seu território e população para imaginar que poderíamos ter a veleidade de nos separarmos de Portugal.*¹⁴⁶

A comissão nomeada para estudar a reforma do estatuto das juntas gerais Autónomas numa reunião realizada na junta geral de Ponta Delgada a 31 de dezembro de 1922, sob presidência do Dr. Francisco Xavier Vaz Pacheco de Castro, foi solidária com comissão que saiu da reunião na Junta Geral do Funchal, ilha da Madeira, a 16 de dezembro de 1922. Assim, os dois distritos acima referidos levariam em conjunto uma maior ampliação da autonomia administrativa.

A instabilidade nacional desses tempos não mostrou qualquer passo decisivo, levando á visita aos Açores de uma missão, numerosa e valiosa, de intelectuais, em junho de 1924, promovida pelo diretor do *correio dos Açores* Dr. José Bruno Carreiro, contribuindo brilhantemente para tornar conhecido o arquipélago no continente.

Na campanha autonómica de 1925, pediam novas receitas dos Distritos fossem atribuídas às Juntas Gerais, precisamente na campanha para as eleições gerais, realizadas em novembro de 1925.

Assim, os açorianos levaram aquilo que designou o 2.º Movimento Autonómico, num clima de grande descontentamento, que se vivia nas ilhas face a perda das regalias autonómicas conquistadas no 1.º Movimento Autonómico, que o Decreto de 2 de março de 1895 tinha concedido aos Açores.

Um dos fundadores e diretor do diário matutino de Ponta Delgada *Correio dos Açores*, José Bruno Carreiro, liderou o movimento autonomista de 1921 e a campanha autonómica de 1925-1928 que culminou com o Decreto de 16 de fevereiro de 1928.

Em outubro de 1927 foi nomeado para o cargo de Delegado Especial do Governo da República nos Açores, o faialense coronel Silva Leal, que ficou com as funções de Alto-Comissário.

Em 16 de fevereiro de 1928, o Decreto, n.º 15.035, reorganizou as Juntas Gerais Autónomas dos Açores, sendo considerado, por muitas razões, como uma justa conquista dos açorianos, principalmente no campo financeiro, com vistas á

¹⁴⁶MAIA, Francisco d'Athayde M. de Faria e. *Ob. Cit.* 1994, p.215.

concretização das aspirações insulares, contribuindo para a publicação o coronel Silva Leal e o José Bruno Carreiro e Medeiros da Câmara. Este Decreto, aprovado pelo Governo da Ditadura Nacional, foi o primeiro assinado pelo General António Óscar Fragoso Carmona, então Presidente da República e uma vitória para dirigentes do 2.º Movimento Autónómico. Pretendia-se e pedia-se que novas receitas dos Distritos fossem atribuídas às juntas gerais.

No *Correio dos Açores* de 17 de fevereiro de 1928 lia-se: “Vitória! Os distritos insulados autónomos conquistam finalmente, novas e importantíssimas receitas para a sua vida administrativa”.

O Decreto de 16 de fevereiro teve vida curta, cerca de cinco meses, surgindo outro Decreto revogou o seu antecessor, n.º 15 805, de 31 de julho de 1928, assinado pelo já Ministro das Finanças, António Oliveira Salazar, fazia parte do plano de salvação pública que impunha as mais rigorosas economias em todos os serviços do Estado.

6. Salazar como Ministro das Finanças: o discurso descentralizador e a prática centralista – a limitação radical da capacidade de investimento público das Juntas Gerais.

*Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar.*¹⁴⁷

O regime político, emergido do movimento militar de 28 de maio de 1926, que se auto intitulou Estado Novo, austero, conservador, autoritário, nacionalista, corporativista, institucionalizado pela Constituição de 1933, abria caminho, “amais longeva experiência autoritária moderna do ocidente europeu.”¹⁴⁸ Assim, pondo um fim ao liberalismo em Portugal.

O Salazar de Coimbra, que os inimigos da Ditadura condescendiam que era um homem de valor e de carácter, prestigiado e reconhecido pelas suas qualidades, levou-o por direito próprio e sem dificuldades, depois de gerir quatro anos a pasta das finanças, à direção política do Estado e à chefia do Governo, exigindo o controlo sobre as despesas e receitas de todos ministérios.

¹⁴⁷Salazar, António Oliveira, *Discursos*, vol. II - 1928-1934, 5ª edição, Coimbra, Revista Editora, Lda, 1961, p.6.

¹⁴⁸ROSAS, Fernando. “O Estado Novo (1926-1974)” in *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p.10

Ditando uma forte austeridade e um rigoroso controlo de contas, consegue, no dizer dos portugueses, um superavit, um milagre nas finanças públicas logo no exercício económico de 1928-29, contrariando o seu pensamento:mas já agora sempre quero explicar-lhe a história desse superavit, que não tem a estabilidade que se julga, que não traduz permanente abundância, nem quer dizer que as receitas normais excedem já as necessidades da Nação¹⁴⁹e mais dizia Salazar:o Estado só poderá libertar os contribuintes desses impostos quando as suas despesas previstas no orçamento atual e as que ainda nele não estão previstas forem satisfeitas, integralmente, pelas suas receitas diminuídas.¹⁵⁰A austeridade da sua política financeira fez com que conseguisse, o primeiro orçamento positivo em quinze anos.

A entrada de Salazar para o governo, originou uma política de saneamento financeiro, apelidando-o de ditador das finanças criando alguma controvérsia no panorama açoriano, sobretudo os que tinham iniciado os movimentos autonómicos, incerteza e expectativa. A sua preocupação era produzir e poupar e assim, reorganizar o país.

Salazar, ao revogar o Decreto de 16 de fevereiro, pelo Decreto n.º 15 805, de 31 de julho de 1928, o primeiro assinado como Ministro das Finanças, fazia parte dum plano de salvação pública que impunha as mais rigorosas economias em todos os serviços do Estado. Embora, o relatório do Decreto de 31 de julho reconhecesse que a experiência do regime de administração autónoma dera resultados razoáveis, era necessário que cada autarquia poupasse na sua administração em harmonia com as economias que se impunha ao orçamento geral do Estado.

Contrariamente, ao decreto anterior, que atribuía mais receitas às Juntas Gerais deduzidas dos cofres do Estado, Salazar para não entrar em conflito político coloca a cargo das Juntas Gerais Autónomas *os serviços dependentes dos Ministérios do Comércio e Comunicações, da Agricultura e da Instrução, bem como, os dos Governos Cívicos, Polícia, Saúde Pública, Assistência e Previdência dependentes dos Ministérios do Interior e das Finanças, com todas as suas receitas*

¹⁴⁹FERRO, António, *Salazar*, s/l, Edições do Templo, 1978, p. 139.

¹⁵⁰FERRO, António. Ob. Cit. 1978, p.14.

e despesas. Após a sua perceção em São Miguel, caiu como um “terramoto autonómico.”¹⁵¹

Desta maneira, intervém com um discurso descentralizador, aliviando algumas despesas do Estado.

O Decreto, aprovado pelo Governo da Ditadura Nacional e assinado pelo então presidente da República General Carmona, n.º 15 035 de 16 de fevereiro de 1928, veio reforçar o decreto de 2 de março de 1895, e assim, assegurar às Juntas Gerais maiores possibilidades de trabalho e de ação, assim como, consagrar algumas das velhas aspirações dos autonomistas no campo financeiro.

*Logo a seguir ao 28 de maio de 1926, sob os governos da ditadura conseguiu-se o Decreto Nº 15.035, de 16 de fevereiro de 1928, que trazia algum desafogo ao poder efetivo das juntas gerais, dos três distritos insulares com autonomia administrativa, atribuindo-lhes novas receitas e dispensando-as de algumas despesas.*¹⁵²*Mas, logo que António de Oliveira Salazar chegou ao ministério das Finanças, a descentralização que subsistia nas ilhas viu-se de novo cerceada de meios, o que se acentuou com o sistema constitucional do Estado Novo.*¹⁵³*Sob o Decreto Nº 15.509, de 31 de julho de 1928, era atribuído mais competências às juntas gerais. Ou seja, uma nova forma de encarar as funções das Juntas Gerais deixando-as com pouca margem de manobra porque as receitas mantinham-se, mas as despesas aumentavam relativamente a serviços, anteriormente procedentes do Ministério do Comércio e Comunicações, da Agricultura e da Instrução, assim, como dos Ministérios do Interior e das Finanças.*¹⁵⁴

Em 1930, Salazar dá outro golpe na Autonomia dos Açores acabando com a moeda insulana, constituindo o melhor e mais seguro subsídio de insularidade. O Estado Novo não estava disposto a aceitar qualquer descentralização política, preconizando a asfixia financeira das juntas gerais. Consistindo esta, descentralização num Sistema da administração pública que permite a atribuição de interesses locais e da respectiva prossecução a pessoas colectivas territoriais

¹⁵¹CARREIRO, José Bruno. Ob. Cit. 1994, p.70.

¹⁵²MONJARDINO, Álvaro Pereira da Silva Leal, “Distritos Autónomos” in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=2750>.

¹⁵³Idem e Ibidem.

¹⁵⁴LEITE, José Guilherme Reis, “Autonomia”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=4951>.

cujos órgãos podem actuar livremente no desempenho das suas competências apenas sujeitos à fiscalização dos seus actos pelos tribunais.¹⁵⁵Algo que se pretende ao longo dos tempos, com mais ou menos intensidade e com a propiciada ocasião. Marcou, e ainda marca, a história dos Açores.

O avolumar da crise económica e social levou a que em São Miguel se desenrolasse, em 1932-33, uma grande campanha pro-turismo com o objetivo de atenuar a crise. Toda a campanha caracterizou-se pela contestação à política de Salazar face às ilhas. As elites locais, sem pretenderem o regresso à «balbúrdia» da Iª República, jogaram, contudo, todos os trunfos para que Salazar alterasse a sua posição, mas a meio de todo o processo não conseguiram controlar as manifestações de rua que haviam promovido. Os velhos republicanos, a maçonaria local, mas também os nacionais-sindicalistas, exerceram toda a sua influência no meio operário que desencadeou uma greve geral. Com a demissão do governador civil, o poder caiu na rua e a intervenção militar provocou algumas mortes no Largo da Matriz, em fevereiro de 1933. Com mais uma ação fracassada, os autonomistas perderam a capacidade negocial e o reforço do poder de Salazar a nível nacional acabou com todas as veleidades.

A legislação que estruturou o Estado Novo não contemplou as pretensões dos poucos que ainda pugnavam por um regime verdadeiramente autonómico. A Constituição de 1933 remeteu para um estatuto especial a administração insular. Mas com o Código Administrativo de 1936 reafirmou esse princípio e, no ano seguinte, o governo apresentou uma proposta sobre o regime administrativo das ilhas.

Só a Junta Geral de Ponta Delgada contestou alguns aspetos da proposta. Vários deputados na Assembleia Nacional fizeram eco das discordâncias, mas no final do debate vingou a posição do governo com alterações muito superficiais.

O Estado Novo não estava disposto a aceitar qualquer descentralização política, preconizando a asfixia financeira das juntas gerais.

¹⁵⁵MONJARDINO, Álvaro Pereira da Silva Leal, “Descentralização” in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=2553>.

Entre 1940 e 1974, com a aprovação do Estatuto dos Distritos Autónomos, verificou-se uma uniformização do sistema administrativo e uma centralização política inflexível.

Capítulo III – A JUNTA GERAL DO DISTRITO DE ANGRA DO HEROÍSMO: ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS

1. Composição da Junta Geral. As Comissões Administrativas e a “gente da situação”

A Junta Geral, entre 1926, com o Golpe de Estado de 28 de maio, e 1940 foi dirigida por comissões administrativas.¹⁵⁶ As mudanças fizeram-se a nível político face ao novo regime da Ditadura Militar.

A primeira ata de instalação da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo data de 02 de agosto de 1926, após o governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo, Jaime Pereira da Silva, o primeiro a ser nomeado pelo governo da Ditadura Militar, saída do Golpe de 28 de maio de 1926, e com fundamento no Decreto-lei n.º11.904 foram nomeados para constituírem interinamente, a Comissão Administrativa da mesma Junta.¹⁵⁷ Pelo Decreto-lei n.º11.875, tinham sido dissolvidos os antigos corpos administrativos. Os cidadãos eram os seguintes: Amadeu Monjardino, Francisco Linhares dos Santos, José Narciso Parreira Coelho, Sebastião Ávila Vasconcelos e António José Leite. Por ordem superior, tomavam assento à Mesa das sessões. Fixou-se os dias das sessões ordinárias para as segundas-feiras pelas 12 horas. António José Leite, como vogal mais velho assumiu a presidência dando início á eleição, resultando da votação: presidente, Amadeu Monjardino,¹⁵⁸ homem forte da situação, dos primeiros apoiantes da Ditadura Militar no Distrito de Angra do Heroísmo, foi nomeado presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral entre 1926 e 1928. Exerceu, também, os cargos de administrador do concelho, presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e presidente da Junta Autónoma dos Porto.¹⁵⁹ Vice-presidente, José Narciso Parreira Coelho; secretário, Francisco Linhares dos Santos e vice-secretário, António José Leite. Sob o art.3 do Decreto 18 de outubro de 1910, Amadeu Monjardino anunciou que a partir dali estava instalada a nova Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito de Angra do

¹⁵⁶ LEITE, José Guilherme Reis, “Juntas Gerais”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=7860>.

¹⁵⁷ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 2 de agosto de 1926, fl. 59.

¹⁵⁸ Idem e Ibidem.

¹⁵⁹ LEITE, José Guilherme Reis, “Amadeu de Almeida Monjardino”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=8372>.

Heroísmo. De seguida, fez-se a distribuição dos serviços do corpo administrativo: Amadeu Monjardino com os serviços de viação e edifícios; Francisco Linhares dos Santos com os serviços da água; José Narciso Parreira Coelho com os serviços da pecuária e agronómicos; Sebastião Ávila Vasconcelos com os serviços da saúde pública e António José Leite com os serviços dos Jardins. O senhor presidente Amadeu Monjardino deu conta do estado financeiro desta Junta Geral, respeitante às obras em execução e a executar.¹⁶⁰ As finanças distritais não estavam desafogadas, embora fossem o suficiente para socorrer às despesas mais urgentes, como era o caso dos serviços da viação, muito dispendiosos e urgentes. É referido nesta ata, também, que a comissão anterior já tinha noticiado aos Poderes Públicos este problema da falta de dinheiro para colmatar as diversas obras nos serviços que estavam sob a sua alçada.¹⁶¹

A Junta Geral e os indivíduos a ela ligada, as elites locais, e os seus representantes distritais e concelhios adaptaram-se comum regime de Ditadura Militar e no advento do Estado Novo, em que o governo central fez preencher os corpos dirigentes dessas instituições com pessoas da sua confiança. Estes representantes das elites locais acabaram por se submeter ao regime, por conveniência e, provavelmente, para não porem em causa os seus interesses, os da ilha Terceira e do distrito, em geral.

No dia 31 de outubro de 1927, reuniram em sessão ordinária na sala das sessões da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, o presidente, Amadeu Monjardino, o secretário, Francisco Linhares dos Santos e o vogal, José Narciso Parreira Coelho, faltando por motivos justificáveis os vogais António José Leite e Lucindo Ávila da Costa. Assim, o corpo administrativo da Junta Geral supracitada, uniu-se dos mesmos propósitos de somente receber o Delegado Especial do Governo da República nos Açores, sem mais assuntos a tratar. O Delegado Especial do Governo, Silva Leal, vinha acompanhado por José Bruno Carreiro chefe do Gabinete civil e do capitão Caldas de Barros. Foram recebidos pela Comissão Administrativa, pessoal da Secretaria e todos os chefes das repartições. Os agradecimentos foram unânimes, quer por parte do coronel Silva

¹⁶⁰ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 2 de agosto de 1926, fl. 59.

¹⁶¹ *Idem e Ibidem*.

Leal, aludindo à obra grandiosa, empreendida pelo Governo da Ditadura, e predispondo-se levar para Lisboa a documentação necessária à resolução das legítimas pretensões dos terceirenses. Em tom eloquente diria que a *decisiva vontade da Ditadura em entrar num campo de realizações que a justifiquem e mostrem que, de facto, a orientação de quem governa é honesta e patriota, obedecendo fielmente ao ideal de ressurgimento nacional que inspirou o 28 de Maio*.¹⁶² Seguiria, depois de uma estadia de quinze dias no Distrito da Horta, para o Distrito de Ponta Delgada, e mais tarde rumo a Lisboa no navio “Lima”.¹⁶³ Por último, os agradecimentos por parte de Amadeu Monjardino, seu conterrâneo e amigo, primeiro pela sua eleição, sendo um distinto militar, como também esperançoso nas realizações dos propósitos açorianos.¹⁶⁴

Seguidamente, foram apresentadas as pretensões por parte do presidente da junta geral, Amadeu Monjardino ao Delegado Especial do Governo da República nos Açores, para o interesse dos angrenses, do Distrito de Angra do Heroísmo e dos Açores *Aproveitando a honrosa comparência de V. Ex. nesta junta geral, tomo a liberdade de apresentar a V. Ex. em resumo as pretensões deste corpo administrativo*,¹⁶⁵ algumas das quais já telegraficamente transmitidas e enviadas para a Capital. São as seguintes: que fossem cedidas maiores receitas para os Distritos em regime especial, Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, ampliando a sua ação; as carreiras inter-ilhas e Continente passassem a ser em regime trimestral; os melhoramentos do porto de Angra para melhor satisfazer as exigências da navegação; a instalação do Posto Zootécnico e instalar o pessoal nomeado acerca de dez anos; maiores incentivos para a agricultura e pecuária; instalação da rede telefónica e o Estado deve compartilhar encargos nos serviços da Saúde, no que respeita às receitas.¹⁶⁶ Findo esta exposição de desejos por parte da Comissão Administrativa da Junta Geral de Angra, era agora hora de soluções. O coronel Silva Leal, Delegado Especial do Governo da República nos Açores seria a esperança de que o Governo da Ditadura as deliberasse, não só, para bem dos

¹⁶² BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo), Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 31 de outubro de 1927, fls.37 e 38.

¹⁶³ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 31 de outubro de 1927, fls. 38.

¹⁶⁴ Idem e Ibidem.

¹⁶⁵ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 31 de outubro de 1927, fls. 38 e 39.

¹⁶⁶ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 31 de outubro de 1927, fls. 39 a 40.

angrenses,¹⁶⁷ e do Distrito de Angra do Heroísmo, mas daria *ao desenvolvimento dos Açores, um importante impulso*.¹⁶⁸

Os corpos administrativos que fizeram parte das Juntas Gerais do Distrito de Angra do Heroísmo entre 1926 a 1933, mostraram-se verdadeiros seguidores das gerações anteriores nas aspirações insulares. As pessoas que passam a dirigir os cargos mais influentes no Distrito de Angra dos Heroísmo, como nos restantes Distritos dos Açores eram nomeadas pelo regime decorrente da revolução de 28 de maio de 1926, a Ditadura Militar.

Às novas Comissões administrativas que se seguiram desde de agosto de 1926, juntaram-se individualidades convidadas, na sua maioria pertencentes ao exército, mas também médicos, empresários, advogados, funcionários públicos, entre eles, Amadeu Monjardino, António José Leite, Dr. Manuel de Sousa Menezes, Capitão Francisco Machado de Barcelos, Francisco Linhares dos Santos, Capitão Domingos Augusto Borges, Dr. José Correia Bretão, Dr. Manuel Nunes Flores Brasil, Tenente Gabriel Toledo da Costa, João Batista Machado Azera, Capitão António M^a da Silva Mendes, Álvaro da Costa Franco, etc.

2. As competências da Junta Geral

A administração do país a partir de 1926 tinha características específicas do regime político que se vivia. Cada distrito das ilhas adjacentes constituía uma pessoa moral de direito público provida de autonomia administrativa e financeira.¹⁶⁹

A análise às atas referentes à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo desde 1924 a 1933, permite compreender o funcionamento geral dos serviços públicos a cargo do Distrito de Angra do Heroísmo. Ao longo dos nove anos de atas é possível identificar a evolução da legislação, da sua implementação e acertos necessários e inevitáveis por todo o distrito de Angra do Heroísmo.

¹⁶⁷ Idem e Ibidem.

¹⁶⁸ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, Atas das Sessões, Sessão de 31 de outubro de 1927, fls. 39.

¹⁶⁹ MONJARDINO, Álvaro Pereira da Silva Leal, “Distritos Autónomos”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=2750>.

Às Juntas Gerais, também, competiria a organização dos serviços administrativos, judiciais, de instrução, de beneficência, de obras públicas, de sanidade marítimas, dos portos, correios, telégrafos terrestres, recenseamento da população e registo do seu movimento, cadastro da propriedade e registo dos ónus e transmissões. Teriam como receita os impostos e rendimentos de todas as origens e designações, gerais ou locais, cobrados ou arrecadados nos respetivos distritos. O Parlamento, por sua vez fixaria a contribuição anual para o Estado de cada distrito, as leis, propostas e projetos seriam aplicados aquando discutidos nas comissões em cada uma das câmaras, compostas por deputados e pares eleitos pelos Açores igual em número dos continentais.¹⁷⁰

Os serviços públicos classificavam-se como técnicos ou administrativos, estando nestes incluídos os serviços agrícolas e pecuários, serviços de obras públicas, serviços burocráticos, tesouraria e secretaria, serviços industriais e elétricos, serviços de viação e laboratório. Todos estes serviços se encontravam na alçada da Junta Geral, sendo esta responsável pela administração dos mesmos, implementando eleições internas, criação e subsídio dos estabelecimentos distritais de educação, instrução, beneficência, criação de regulamentações para todos os assuntos segundo a legislação em vigor, é tutelar nas Câmaras Municipais e superintende nas repartições de obras públicas.

Todos os serviços que estavam sob a alçada da Junta Geral de Angra do Heroísmo do Distrito de Angra do Heroísmo, desde as obras públicas à cultura, passando pela educação e a assistência, destinavam-se a promover o bem comum das populações, a nível social e económico.

A Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo tinha uma Secretaria privativa, dirigida por um chefe de Secretaria, que assistia e secretariava as reuniões ordinárias ou extraordinárias da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo onde corria todo o expediente. Competia registar as deliberações e decisões dos órgãos distritais.

¹⁷⁰LEITE, José Guilherme Reis, “Juntas Gerais dos Distritos Autónomos”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=7862>.

Eram apresentados e solucionados todos os processos de contratações e aposentações, em exemplo, neste caso referentes ao Hospital. O médico diretor é que escolhia o pessoal auxiliar assalariado, que mais tarde era admitido e confirmado pela Junta Geral.¹⁷¹

Na ata do dia 13 de fevereiro de 1928, a comissão administrativa reuniu em sessão ordinária sob presidência de Amadeu Monjardino e secretariada por Francisco Linhares dos Santos. Na sua correspondência é de realçar um telegrama do Delegado Especial do Governo nos Açores, informando que iniciar-se-á a montagem da rede telefónica.¹⁷² Nas suas deliberações, destaca-se o ponto referente ao assunto Caixa de Aposentações. Consta do seguinte: sob o Decreto nº14812 de 31 de dezembro de 1927, os funcionários dos corpos administrativos terão direito às suas aposentações pagas pelos cofres da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo que eles descontavam. Os funcionários do Estado descontavam para a Caixa de Aposentações. Ora o que é solicitado é que os funcionários da Junta Geral e os contratados sejam equiparados com os do Estado. Assim, *que os funcionários da Secretaria e seus equiparados descontem mensalmente para a Caixa de Aposentações, o que por lei lhe competir, devendo porem os seus vencimentos ser elevados para que se mantenha a equiparação já existente aos empregados do governo Civil deste distrito.*¹⁷³ Mesmo aqueles funcionários que pertencem às várias repartições desta Junta Geral, anteriormente ao decreto vigente supracitado, devem descontar mensalmente dos seus vencimentos o equiparado aos funcionários do Estado. Os contratados, com base na renovação sucessiva dos seus contratos, e, que atingem o tempo exigido por lei, que lhe seja concedido o direito de aposentação nas mesmas condições que os outros funcionários, com base no Decreto nº 14894 de 16 de janeiro de 1928. A exceção recaia nos empregados contratados ou destacados pelo Estado.¹⁷⁴

Como exemplo é referido o Acórdão assinado pela Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo no processo de aposentação do chefe de conservação José António de Lima. Pertencia ao quadro das Obras Públicas a cargo desta Junta

¹⁷¹ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 15, *Atas das Sessões*, Sessão de 17 de dezembro de 1928, fl. 25.

¹⁷² BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo), Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 13 fevereiro de 1928, fl. 49.

¹⁷³ Idem, fl. 51.

¹⁷⁴ Idem e Ibidem.

Geral. Pelo Art. n.º 21 do Decreto nº 14.812, de 31 de dezembro de 1927 tinha direito à aposentação e era abrangido pelo art.º n.º1 do Decreto nº 16.563 de 2 de março de 1929. Terá, assim, o tempo de serviço para efeito de aposentação, que se segue e servindo de exemplo transversal do procedimento para todos os departamentos em causa incluindo o quadro docente de professores e auxiliares. Tempo de serviço para efeito de aposentação: ¹⁷⁵

- a) Fiscal de impostos da Câmara Municipal da Praia da Vitoria, desde 14 de setembro de 1895 até outubro de 1900 (cinco anos e 17 dias);
- b) Obras Públicas desta Junta Geral, desde 20 de março de 1906 a 25 de março de 1915 (nove anos e cinco dias);
- c) Chefe de conservação das Obras Públicas de 26 de março de 1915 até setembro de 1919, (quatro anos, cinco meses e quatro dias);
- d) De setembro, inclusive, de 1919 até 4 de janeiro de 1932 (doze anos, três meses e catorze dias). Tudo perfaz trinta anos, nove meses e dez dias. ¹⁷⁶

Aposentação dos empregados dos corpos administrativos é agendada pelo Código Administrativo de 1896. Em face do art.º 377 desse Código e do disposto no citado art.º 21 do Decreto nº 14.812 a pensão da aposentação constituía encargo do cofre que pagava os vencimentos da atividade ao tempo da aposentação. Ora o aludido usufruía mensalmente seiscentos e trinta escudos e vinte centavos moeda continental, chefe de conservação tinha mais de 60 anos de idade e 30 de serviço. Assim, ficou com direito à aposentação ordinária (nº1 do art.º 379 do referido Código e que consequentemente lhe compete a pensão a que se refere o art.º 382 com referência ao art.º 376 do mesmo Código. ¹⁷⁷

Em sessão ordinária de 24 de fevereiro de 1932 a Comissão Administrativa da Junta Geral Autónoma do distrito de Angra do Heroísmo, presidida pelo capitão Domingos Augusto Borges, secretariada pelo chefe da Secretaria e secretário da supracitada Junta Geral, Clemente Eleutério Ramos e os vogais João Baptista Machado Ázera e o Dr. Joaquim da Rocha Alves, todos eles fizeram um acórdão

¹⁷⁵BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo), Livro 18, *Atas das Sessões*, Sessão de 24 fevereiro de 1932, fl.37.

¹⁷⁶ Idem e Ibidem.

¹⁷⁷¹⁷⁷BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 18, *Atas das Sessões*, Sessão de 24 fevereiro de 1932, fl.37 e 38.

concedendo ao chefe de Conservação do quadro das Obras Públicas, José António de Lima, a aposentação ordinária com a pensão de seiscentos trinta escudos e vinte e cinco centavos, moeda continental equivalente à totalidade do seu vencimento. Constituirá encargo do cofre deste corpo administrativo, ficando aquela pensão mensal sujeita aos encargos legais. Foi colocado no quadro, nesta vaga o chefe de conservação supranumerário do quadro desta Junta Geral, Artur Ávila.¹⁷⁸

Na Secretaria, em conjunto com a Tesouraria, são decididos e verificados os pagamentos salariais, benefícios, apoios e orçamentos.¹⁷⁹ O chefe da secretaria subscreve as ordens de pagamento visadas na contabilidade e apresentadas ao Presidente, ficando responsável pela legalidade da sua autorização dentro das leis vigentes e regulamentos. Se não, conforme com a ordem de pagamento fundamentará a sua recusa por escrito, voltando o documento à contabilidade para informar o que será sempre feito por escrito. Em seguida, será o caso resolvido em sessão e, em face da documentação escrita e apresentada por estes funcionários pela comissão executiva em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.¹⁸⁰

A Secretaria do Distrito Escolar de Angra do Heroísmo, em que tinha sido criado em 1933 o quadro de Inspeção, remete um ofício sob n.º 3, 3ª sessão de 22 do mês de abril de 1933 ao subinspetor do Distrito Escolar de Angra do Heroísmo, expedindo as folhas de vencimentos do pessoal daquela secretaria. A Inspeção Escolar, estação processadora de folhas de vencimento do pessoal de instrução primária elementar deste distrito, deve ficar autorizada a escriturar nas respetivas folhas de todos os funcionários dependentes e a cargo deste corpo administrativo a partir de janeiro de 1931. Nas colunas deve constar a categoria, exercício e os respetivos vencimentos. Na sua totalidade, a fim de poderem ser incluídos nas respetivas colunas as importâncias devidas para a Caixa Geral de Aposentações e imposto de rendimento, as quais serão aumentadas aos vencimentos, para então, poderem ser deduzidas, ficando, conseqüentemente, a perceber o mesmo vencimento líquido que atualmente lhes compete.¹⁸¹

¹⁷⁸BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 18, *Atas das Sessões*, Sessão de 24 fevereiro de 1932, fl.38.

¹⁷⁹ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 18, *Atas das Sessões*, Sessão de 13 de abril de 1932, fl. 53.

¹⁸⁰ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 19, *Atas das Sessões*, Sessão de 26 de abril de 1933, fl. 83.

¹⁸¹Idem e Ibidem.

A 27 de fevereiro de 1928, na sessão ordinária presidida por Amadeu Monjardino, secretariada pelo Francisco Linhares dos Santos e assistência do vogal José Narciso Parreira Coelho, no que consta das deliberações e aclamada por pelos corpos administrativos, foi votado por unanimidade o louvor merecido ao Delegado Especial do Governo nos Açores, António Feliciano Silva Leal, devido aos benefícios que tinha conseguido para o Distrito de Angra do Heroísmo no que concerne à reorganização das Juntas Gerais e continuar com a circulação da moeda insulana. Há também, referência à elaboração de um orçamento até à quantia de 1500.00 insulanos autorizado para a reparação e construção nas dependências da Direção das Finanças Distritais no edifício do Governo Civil.¹⁸²

O desfecho dessas concessões resultou da correspondência do dia 27 de fevereiro de 1928, de telegramas por parte do Delegado Especial do Governo nos Açores com os Ofícios nº 7 e 8 do dia 15 de fevereiro de 1928, não só dos assuntos supracitados, mas também, a concessão de um subsídio pelo Governo ao combate da peste que a Direção Geral de Pecuária terá concordado com o parecer acerca do novo Posto Zootécnico. Informando também, o novo regime para as Juntas Gerais Autónomas assinado pelo Concelho de Ministros e o apoio do Governo nas reivindicações dos Distritos Insulanos. Até o pacote trará o material para a montagem da rede telefónica em Angra. A Junta de Freguesia da Agualva reclamava uma ponte entre ribeira e a ladeira de Nossa senhora. As Câmaras Municipais enalteceram a concessão de novas receitas às Juntas Gerais.¹⁸³

Relativamente a um dos assuntos supracitados, a peste, e alicerçando com a frase de Fernando da Silva Correia,¹⁸⁴ bem elucidativa: *Há porém uma doença que imprime uma característica triste à patologia açoriana, a peste.*¹⁸⁵ Tendo conhecimento que os países europeus tiveram pestilências desde da Idade Média até ao início do século XX, ocorreu em Portugal o último surto epidémico em 1899. Posteriormente, alguns casos esporádicos, mas sendo erradicada no Continente na década de 20. Contudo a peste bubónica expandiu-se até aos

¹⁸²BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 27 de fevereiro de 1928, fl. 53.

¹⁸³ Idem e Ibidem.

¹⁸⁴ Médico higienista, nasceu a 20 de maio de 1893, no Sabugal, distrito da Guarda, e faleceu a 19 de dezembro de 1966, em Lisboa.

¹⁸⁵CORREIA, Fernando da Silva. Escreveu essa frase no artigo, “Surtos epidémica ocorrida em Portugal na primeira metade do século XX: abordagem histórica epidemiológica. I - Peste Bubónica” in *Revista da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna*, publicação trimestral, vol.18 I N.41 out./Dez.2011, pp.259.

arquipélagos, Madeira e Açores. Neste último propagou-se em 1908, *persistindo durante as cinco primeiras décadas do século 20*,¹⁸⁶ com surtos epidémicos violentos tornando-se num sinal endémico. Existindo dados estatísticos disponíveis nos Açores, e, com base no estudo de J.A. David de Moraes,¹⁸⁷ foram analisadas duas décadas, uma primeira entre 1930-1939, e outra entre 1940-1949. *As estatísticas oficiais só deixaram de averbar óbitos na região açoriana partir de 1950, inclusive, mas por certo que os casos clínicos ter-se-ão mantido até mais tarde.* Também, duas das doenças que temos ratos como reservatórios nos Açores são a leptospirose e os *Hantavirus*. A nível mundial, a peste pode ser considerada uma zoonose reemergente.¹⁸⁸ Na ilha Terceira, ainda, regista-se óbitos por leptospirose.

Nessa mesma ata, supracitada de 27 de fevereiro de 1928, era referido a deliberação tomada a 11 de outubro de 1927 da instalação de Raios –X e a Comissão Administrativa nomeou interinamente o Dr. Manuel Nunes Flores Brasil com o vencimento de 1.200.00 insulanos.¹⁸⁹

Um novo tempo de algumas regalias à volta do Delegado Especial do Governo nos Açores, sob o Decreto do Governo da Ditadura nº 15035 que trazia com ele a esperança e concretização de velhas aspirações dos autonomistas do 2º Movimento e claro, um desafio financeiro. Segundo Reis Leite foi um decreto efémero e *mais uma vez pela bitola mínima*.¹⁹⁰

Pouco tempo depois, sob outro Decreto do Governo da Ditadura nº15.805 e 31 de julho de 1928, assinado pelo Salazar levou à asfixia financeira das juntas gerais, *era preciso subir o calvário e o Distrito como parte integrante da nacionalidade portuguesa também devia tomar sobre os seus ombros a Cruz*.¹⁹¹

¹⁸⁶MORAIS, J. A. David. “Surto epidémico ocorrido em Portugal na primeira metade do século XX: abordagem histórica epidemiológica. I - Peste Bubónica” in *Revista da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna*, publicação trimestral, vol.18 I N.41 out./Dez.2011, pp. 259-266.

¹⁸⁷João Augusto David Moraes. nasceu em Angola. Reside em Évora desde de 1976.Licenciado em Medicina. Especialista em Medicina Interna, Infeciologia e Medicina Tropical. Publicou cerca de 150 trabalhos científicos e vários livros, nas áreas da Medicina, Ecologia Humana, Antropologia Social, Religiosidade Popular e História.

¹⁸⁸MORAIS, J. A. David. Ob. Cit. 2011, pp. 259-266.

¹⁸⁹BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 27 de fevereiro de 1928, fl. 53.

¹⁹⁰LEITE, José Guilherme, Reis (org.) *A Autonomia Dos Açores na Legislação Portuguesa 1892-1947*”, Horta, Assembleia Legislativa Regional, 1987, p.207.

¹⁹¹Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar, Relatório do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Domingos Augusto Borges de 1 de agosto de 1932.Pastas PT Ca-PT-TT-AOS-CO-IN-4-pt4_c0006a_c0008.

Embora os autonomistas insulares tivessem tido alguma esperança em concretizar os ideais da Autonomia em relação à Ditadura, o que se seguiu, na liderança pela nova geração de nacionalistas nos Açores, *foi uma degradação do ideal da Autonomia*.¹⁹²

A Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, aquando a presidência de Amadeu Monjardino, desde 1926 a 1928, apenas com dois interregnos,¹⁹³ das suas idas a Lisboa tratar de assuntos de grande interesse para os angrenses e do Distrito de Angra do Heroísmo. Teve sempre em mente conseguir deferimento de algumas pretensões que interessavam ao Corpo Administrativo e convicto que o seu trabalho e esforço beneficiariam a Administração Distrital.¹⁹⁴ No regresso das suas viagens, respetivamente, a 27 de Janeiro de 1926¹⁹⁵ e a 20 de Agosto de 1928.¹⁹⁶

Pode bem apelidar-se de brilhante a remodelação dos serviços públicos neste distrito feita pela Junta Geral em harmonia com o Decreto n.º 15.805. Luís Silva Ribeiro, nunca considerou a ampliação das faculdades administrativas das Juntas Gerais um erro.¹⁹⁷

Mas muitos destes serviços que melhoraram sensivelmente e aumentaram a sua eficácia, deve-se a alma de todo esforço e de organização dos serviços distritais, com *espírito providente e arguto que a tudo tem obtemperado, é Amadeu Monjardino*.¹⁹⁸ A obra de remodelação dos serviços distritais em conformidade com o celebre decreto de Salazar, foi muito bem orientada, porque Amadeu Monjardino, grande administrador, dedicação, está ligado á restauração das finanças, desenvolvimento da ação municipal, reparação e alargamento da rede de estradas.¹⁹⁹

¹⁹² Idem e Ibidem.

¹⁹³ De 6 de dezembro de 1926 a 17 janeiro de 1926; e de 2 a 13 de agosto 1928.

¹⁹⁴ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 27 de janeiro de 1926, fl. 88 e 89.

¹⁹⁵ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 27 de janeiro de 1926, fl. 88 e 89.

¹⁹⁶ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 20 de agosto de 1928, fl. 81.

¹⁹⁷ ENES, Carlos. “O Novo Regimen de Administração Autonómica – Considerações sobre a remodelação dos serviços públicos em Angra do Heroísmo”, Escritos Político-administrativos de Luís Silva Ribeiro” in *Obras IV, Escritos Político-administrativos de Luís Silva Ribeiro*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira/Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1996, pp.204-206.

¹⁹⁸ ENES, Carlos. Ob. Cit. p.206.

¹⁹⁹ ENES, Carlos. Ob. Cit. p.206.

A 3 de Dezembro de 1928, na ata da sessão ordinária, e, sob a presidência do Dr. Manuel Sousa Meneses, no ponto das Deliberações, com base no Decreto n.º 15.805, que tinha trazido para o Corpo Administrativo *novos e importantíssimos serviços, e, mais trabalho a gerência determinou que houvesse a mais cuidada orientação no seu problema administrativo que é precioso seguir em regular sequencia de intuios e determinação convergentes a um determinado fim, que em contrário pode originar a confusão e a dispersão de esforços já realizados.*²⁰⁰

É sabido que o Distrito de Angra do Heroísmo gozava de uma Autonomia há mais de 30 anos, referido no relatório de 1 de Agosto de 1932, do Governador Civil de Angra do Heroísmo, enviado ao ministro do interior, e que até 1928, se restringia a um pequeno número de serviços. Com o Decreto n.º 15.035 aumentava-se as receitas e retirava-se os encargos dos serviços da segurança pública.

O reverso da moeda foi o desânimo em relação às aspirações pretendidas. O Decreto 15.805 de 1928, atribuí-o às Juntas Gerais Autónomas serviços dependentes dos Ministérios do Comercio, Comunicações, Agricultura, Instrução, como também, dos Governos Cívicos, Polícia Cívica, Assistência e Providencia dependentes dos Ministérios do Interior e das Finanças, ou seja serviços que antes incumbiam ao Estado. E mais, com este cenário foi atribuído as mesmas receitas às Junta Geraí dos Distritos Autónomos dos Açores.²⁰¹ *Êstes quatro anos de experiencia teem demonstrado, pois muito embora as economias e reduções feitas e os subsídios concedidos pelo Estado, tenham contribuído em parte para minorar a sua precária situação administrativa.*²⁰² Era impossível continuar uma autonomia nestas condições, dizia o governador civil Capitão Domingos Augusto Borges, estando a par de todas as exposições que se tinham feito face a esta situação, pois pertencia às Comissões Administrativas da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, desde 1930, sob a presidência do Dr. Manuel Sousa Meneses, e depois presidente da junta geral desde de novembro de 1930 a julho de 1932, conhecendo bem a sua situação financeira e advertindo o problema em dois relatórios enviados ao Ministro das Finanças e comprovando *a verdade nua e cru*, tendo no ultimo

²⁰⁰BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 115, *Atas das Sessões*, Sessão 3 de Dezembro de 1928, fl.19.

²⁰¹Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar, Relatório do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Domingos Augusto Borges de 1 de agosto de 1932.Pastas PT Ca-PT-TT-AOS-CO-IN-4-pt4_c0006a_c0008.

²⁰²Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar, Relatório do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Domingos Augusto Borges de 1 de agosto de 1932.Pastas PT Ca-PT-TT-AOS-CO-IN-4-pt4_c0006a_c0008.

relatório relatado o orçamento ordinário de 1932, evidenciando os deficits que as várias anteriores gerências das juntas gerais aumentavam e baixava o subsídio.²⁰³ Era imprescindível e *propunha três soluções: aumento das receitas, sem ser á custa do Distrito, superior a 1.000; subsídio permanente de 1.000 contos; passagem par o Ministério respetivo de todos os serviços de instrução.* Comparando com os gastos do Estado com o vizinho Distrito da Horta.²⁰⁴ Prematuramente, o governador supracitado vem a falecer em 1933. O seu sucessor será o Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral, governador civil de 1933 a 1936. A administração distrital dos anos anteriores, o desbocar do Movimento Revolucionário de 1931 nos Açores, leva á com a vindadesses governadores civis, aludida nos seus relatórios. *Não seria mesmo um desastre político acabar com a Autonomia?*²⁰⁵

O serviço da Tesouraria da Junta Geral, inicialmente estava a cargo de um tesoureiro privativo exercido sob a fiscalização do chefe da secretaria e superintendência do presidente da Comissão executiva. Neste serviço seria deliberado os salários em si, assim, como a aprovação de verbas para efeitos gerais de manutenção e evolução a nível distrital, incluindo principalmente os serviços das Obras Públicas, subsídios a menores, orçamentos referentes às misericórdias distritais e empréstimos adquiridos para construções escolares.

Em referência na sessão de 26 de abril de 1933, será extinto o lugar de tesoureiro privativo da Junta Geral Autónoma de Angra do Heroísmo, efetuando-se a sua extinção após o funcionário que o ocupa deixar de o exercer. Com base no art.º 24 do Decreto 15035 todos os serviços a cargo da Tesouraria ficaram a cargo do Pagador que se denominará de Tesoureiro-Pagador dos serviços da Junta Geral e o seu vencimento igual ao do Tesoureiro. Terá um ajudante escolhido entre os funcionários da Junta Geral e dois propostos á sua escolha para as ilhas, respetivamente Graciosa e São Jorge nomeados e pagos pela Junta Geral, de

²⁰³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar, Relatório do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Domingos Augusto Borges de 1 de agosto de 1932. Pastas PT Ca-PT-TT-AOS-CO-IN-4-pt4_c0006a_c0008.

²⁰⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar, Relatório do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Domingos Augusto Borges de 1 de agosto de 1932. Pastas PT Ca-PT-TT-AOS-CO-IN-4-pt4_c0006a_c0008.

²⁰⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar, Relatório do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Domingos Augusto Borges de 1 de agosto de 1932. Pastas PT Ca-PT-TT-AOS-CO-IN-4-pt4_c0006a_c0008.

preferência dos tesoureiros da Fazenda Pública. A todos era fixado a caução pelo Tesoureiro-Pagador para com quem são responsáveis.²⁰⁶

Originariamente o Tesoureiro privativo era incumbido de várias competências designadamente: arrecadação e cobrança de receitas; depósito, levantamento e transferência de fundos; balancetes semanais e trimestrais respetivamente entregues na presidência a iniciar as sessões da comissão executiva e sempre referidas na semana que finda, e no primeiro dia que se seguir de sessão da comissão executiva; escrituração de todas as operações; a Pagadoria deve ter um fundo 10.000.00 e entregar as ordens de pagamento para sua execução com os respetivas importâncias, guia com cobrança de recibo para sua ressalva; depositar na Delegação da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência saldos disponíveis superiores a 10.000.00.²⁰⁷

Para tratar de algum assunto a Tesouraria funcionava durante as horas do expediente. Os levantamentos dos fundos serão feitos sempre em contrapartida com as respetivas ordens de pagamento deduzido o saldo em cofre. As guias do depósito, cheques de levantamento e transferência de fundos serão sempre assinados pelo Presidente da comissão executiva, tesoureiro e chefe da repartição da contabilidade. O produto das contribuições ficará sempre na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, juntamente com o respetivo recibo e guia de depósito.²⁰⁸

Competia à Tesouraria em cada sessão da Comissão Administrativa da Junta Geral apresentar o balancete do saldo em caixa. *Presente o balancete do tesoureiro devidamente conferido pelo chefe da 2ª repartição, referente ao dia de hoje, demonstrando haver o seguinte saldo: na caixa geral 210.381.25 e em cofre 20.757.45;” e o “Ofício sob nº 53 do governador civil deste distrito, remetendo cópia das atas das sessões da comissão de que trata o decreto 15434, em que foram aprovadas as contas desta junta geral, relativas aos anos económicos de 1928-1929-1930.*²⁰⁹

²⁰⁶ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 19, *Atas das Sessões*, Sessão de 26 de abril de 1933, fl. 82.

²⁰⁷ Idem e Ibidem.

²⁰⁸ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 19, *Atas das Sessões*, Sessão de 26 de abril de 1933, fl. 82.

²⁰⁹ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 4 de dezembro de 1930, fl.3.

Outros assuntos: contratar, conforme o pedido pela Inspeção Escolar, Carlos Coelho Mendes Enes, por dois meses, com a remuneração mensal de 625.00 insulanos. Pagar o arrendamento de 600.00 insulanos anuais à professora da Boa Hora, concelho das Velas, pelo funcionamento de sua casa como Escola. Comunicar ao professor das Fontinhas a verba de expediente destinada às reparações de que fala no seu ofício, e informar alguma diferença a mais. Aprovar, o pagamento, em 88.00 insulanos apresentada pela professora da Ladeira Grande, Maria do Livramento Aida Vieira, para caiar o edificio escolar.²¹⁰

Segundo os Ofícios nº 6 – 2ª seção e nº 11 – 3ª seção, o Governo Civil do Distrito de Angra do Heroísmo remetia as contas da Comissão Administrativa do Fundo de Beneficência para aprovação, enviando a conta de despesa com telegramas expedidos solicitando o seu pagamento. Também eram aprovados orçamentos, da Misericórdia cidade de Angra do Heroísmo, do Asilo de Mendicidade João Horácio de Sousa, das Velas, e outros, sempre para o corrente ano económico. Os balancetes do tesoureiro eram devidamente conferidos pelo chefe da 2ª repartição, referente sempre no dia que o apresentava. *O saldo era demonstrado, teria na Caixa Geral de Depósitos o seguinte montante 479.131.25 e em cofre o seguinte montante 18.049.00.*²¹¹

Desde 1926 a 1933, todos os assuntos de cariz burocrático ou administrativo eram explanados nas atas, tais como, salários dos professores, conceder um subsídio a uma instituição de assistência aos mais pobres, à Cultura, reconstruir um edificio público, ponte, chafariz ou estrada, como também assinar contratos e exonerar funcionários.

Há referência, na ata de 25 de setembro de 1928, em sessão ordinária e sob a presidência de Amadeu Monjardino e por ele mesmo, propôs pelo 18º aniversário da Proclamação da República em Portugal a 5 de Outubro, a distribuição de donativos às Instituições de Beneficência da ilha Terceira: Hospital do Santo Espírito - 500.00, Asilo da Infância Desvalida - 500.00; Orfanato do Beato João Batista Machado – 500.00; Asilo de Mendicidade – 500.00; Cozinha Económica Angrense –

²¹⁰ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo) Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 27 de novembro de 1930, fl.6.

²¹¹ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 11 de dezembro de 1930, fl.10.

375.00; Casa de Saúde de São Rafael – 375.00; Hospital da Praia da Vitória – 375.00; Asilo de Mendicidade de D. Pedro V – 250.00; Recolhimento de Jesus Maria José – 250.00; Recolhimento de São Gonçalo – 250.00; Confraria de São Vicente de Paula (senhoras-250.00 e senhores-250.00). Contabilizando o valor de 4.375.00, pela verba do art. 59 do orçamento ordinário.²¹²Eram atribuídos subsídios aos menores desvalidos. *Concedido subsídio a uma menor desvalida Avelina de 10 anos de idade, filha de Maria do Coração de Jesus, residente na freguesia das Doze Ribeiras, na ilha Terceira.*²¹³Outros subsídios foram concedidos no valor de 10.00 insulanos, aos menores desvalidos, *Maria Beatriz da freguesia de Santa Luzia, filha de Etelvina da Conceição, viúva de António Gomes e Serafina de São Bartolomeu, filha de Manuel de Sousa Martins e de Gertrudes da Conceição Martins ausente dos estados Unidos do Brasil.*²¹⁴Eram aprovados orçamentos suplementares e suplementares ao ordinário a instituições de beneficência, recolhimento de São Gonçalo, Irmandade de Nossa senhora do Livramento. Subsídio 1.500.00 insulanos de uma só vez ao Asilo de Mendicidade de D. Pedro V. da Praia da Vitória. *Conceder já a comissão Administrativa da irmandade do Espírito Santo, do lugar de Santa Luzia da Praia da Vitória. o subsídio de 2.000\$00 insulados para a pretendida construção de um edificio escolar para a respectiva escola e incluir no orçamento do futuro ano verba destinada ao mesmo fim, no quantitativo que seja possível. Aprovado o primeiro orçamento suplementar ao ordinário para o ano económico de 1930-1932 do Asilo da Mendicidade de Angra do Heroísmo.*²¹⁵

Era da responsabilidade da Tesouraria a contração de empréstimos para os efeitos mencionados acima e demais orçamentos necessários. Em 1930 é negociado mais um empréstimo, este de grande escala, com a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, que viria não só adicionar fundos necessários, mas também pagar fundos devidos de empréstimos anteriormente contraídos. A 4 de novembro de 1930, a sessão ordinária sob a presidência do Dr. Manuel Sousa Meneses, secretariado pelo chefe da secretaria e secretario da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, Clemente Eleutério Ramos e assistência dos vogais senhores

²¹² BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 25 de setembro de 1928, fl.90.

²¹³ Idem e Ibidem.

²¹⁴ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 16, *Atas das Sessões*, Sessão de 8 de maio de 1930, fl.52.

²¹⁵ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 8 de janeiro de 1931, fl.18 fl.52

José Narciso Parreira Coelho e Francisco Machado Barcelos, faltando o capitão Domingos Augusto Borges, no seu ponto das deliberações consignava na sua ata as condições do empréstimo feito à Junta Geral supracitada pela Caixa Geral de Depósitos em 7 de outubro de 1930.²¹⁶

A Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência emprestou à Junta Geral do distrito de Angra do Heroísmo a quantia de um milhão trezentos cinquenta e quatro mil novecentos e oitenta escudos e noventa e cinco centavos para ser aplicada na conversão dos três empréstimos. O empréstimo foi feito ao juro de oito e meio por cento ao ano e será amortizado em quinze anos, em trinta prestações semestrais, iguais de capital e juros do montante cada uma de oitenta mil setecentos cinquenta e quatro escudos e cinquenta centavos a vencendo a primeira no dia sete de abril, a segunda no dia sete de outubro do ano próximo e as restantes em iguais dias dos semestres seguintes. As prestações serão pagas quer pela Junta Geral devedora, quer do Tesouro Público da parte das contribuições da Junta que esta cobra juntamente com as do Estado. Na demora do pagamento das prestações semestrais a que se refere a cláusula desta escritura obriga a junta devedora ao pagamento dos juros de mora na razão de doze por cento ao ano, isto sobre as prestações vencidas e não pagas.²¹⁷

O empréstimo feito através desta escritura, terá no segundo outorgante senhor doutor João de Ornelas da Silva, a aceitação de todas as cláusulas e condições da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, tendo recebido no ato deste processo um cheque de transferência na importância de duzentos oitenta e sete mil quatrocentos setenta e nove escudos e quarenta centavos. O saldo deste empréstimo depois de deduzida a importância de um milhão e sessenta e sete mil quinhentos e um escudos e cinquenta e cinco centavos, neste ato, paga para liquidação do empréstimo anterior feito pela já citada Caixa Geral.²¹⁸

A Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, dá quitação à Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo da quantia de um milhão e duzentos mil escudos, emprestada por escritura de dezoito de maio de mil novecentos e vinte e

²¹⁶ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 04 de dezembro de 1930, fl.7.

²¹⁷ Idem fl.7 e 8.

²¹⁸ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 04 de dezembro de 1930, fl.8.

seis, atrás referida, que na forma dita fica assim tratada e substituída pela presente.²¹⁹

Seguidamente, foram mencionadas as considerações acerca desse assunto, pelo senhor Dr. Manuel Sousa Meneses, presidente desta Junta Geral:

- a) o empréstimo de 1.200 contos contraído na Caixa Geral de Depósitos, em 18 de maio de 1926, no juro de 10% devia-se ainda a quantia de 1.027:526.55.
- b) os empréstimos de 400 contos contraídos nas Caixas Económicas de Angra do Heroísmo e do Monte Pio Terceirense no juro de 11% devia-se ainda com juros até à data do pagamento a quantia de escudos fortes 314.726.19.

Concluindo, A Caixa Geral de Depósitos referente a esse empréstimo fez a conversão a 8,5%, quando empresta a 8%, mesmo assim, a Junta Geral aceitou e assinou a escritura a 7 do outubro de 1930.²²⁰

A Junta Geral ficou devendo à Caixa Geral de Depósitos a quantia de escudos fortes 1.354.980.95 que representa a soma do empréstimo em dívida. Os juros até à data da conversão foram de 39.975.00, o cheque remetido pela Caixa de 287.479.40 incluindo o prémio de transferência foi de 143.70 ou seja, de 287.335.70, destinado ao pagamento dos empréstimos nas Caixas Económicas locais fez-se pelos mandados n.º 246 e 247 de 16 de outubro do corrente ano. Os benefícios da conversão são os seguintes:

- juros e amortizações na Caixa Geral de Depósitos 195.154.34.
- juros e amortizações nas Caixas Económicas locais 131.343.48.
- O que soma escudos insulanos 326.497.82.

Encargos com que fica anualmente a Junta Geral no empréstimo convertido:

- Juros e amortizações, moeda insulana 201.886.25

A diferença economiza anualmente a quantia de 124.611.57 escudos insulanos²²¹

Outra competência da Junta Geral era os Serviços da Estação dividindo-se em técnicos e administrativos. Os serviços técnicos subdividiam-se em agrícolas e

²¹⁹ Idem e Ibidem.

²²⁰BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 04 de dezembro de 1930, fl.8.

²²¹ Idem e Ibidem.

pecuários. O chefe dos Serviços Agrícolas e dos Serviços Pecuários respetivamente, agrónomo distrital e veterinário distrital, eram independentes na sua ação técnica, mas colaboradores nos trabalhos. A classificação dos Serviços Agrícolas assentava no fomento agrícola, de investigação e análises dos produtos alimentares de origem vegetal. A Estação desenvolvia os serviços, proporcionalmente à importância que eles tinham. O Distrito procurava corresponder às necessidades mais urgentes da lavoura.²²²

Os serviços agrícolas destinavam-se a esclarecer por meio de pesquisas e investigações químicas ou de ensaios e estudos realizados no laboratório, as práticas agrícolas, a natureza e composição das terras, dos adubos, das plantas e dos produtos da agricultura regional. Promoviam e auxiliavam o desenvolvimento e melhoramento das culturas regionais, e a introdução e adaptação de novas culturas ou processos culturais, que pudessem interessar à lavoura do distrito. Divulgavam as noções acerca do melhor aproveitamento das plantas indígenas utilizáveis e do extermínio das daninhas e toxeicas, bem assim sobre a proteção das espécies animais úteis e a destruição das espécies prejudiciais. Investigavam as causas dos males das culturas regionais e dilatavam os processos de os debelar. Averiguavam as causas de decadência ou extinção de certas culturas regionais, e procuravam os meios de as restaurar, para bem da economia local. Promoviam e auxiliavam o desenvolvimento e melhoramento das artes e indústrias agrícolas regionais como a introdução e adaptação de novas indústrias e artes agrícolas, que interessasse à lavoura do distrito.²²³

Para a execução destes serviços da Estação tinham campos de demonstração e uma secção destinada a ensaios, seleção e distribuição de sementes. Possuíam viveiros para propagação e distribuição de plantas. Fruíam de um mostruário de terras, adubos, produtos e material agrícola.²²⁴

Ao posto meteorológico da cidade de Angra era sempre requisitado a remessa diária do boletim de observação.²²⁵

À medida que eram adquiridas máquinas agrícolas, seria ministrado o ensino necessário para habilitar pessoal à sua montagem, condução e conservação.

²²²BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 05 de novembro de 1924, fl.1.

²²³BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 05 de novembro de 1924, fl.2.

²²⁴ Idem e Ibidem.

²²⁵ Idem e Ibidem.

À secção dos serviços agrícolas competia a investigação sobre as doenças das plantas cultivadas, e instruções especiais sobre o tratamento das mesmas, como a destruição dos parasitas prejudiciais.”²²⁶

Quanto à flora também havia nota de atividades e plantação de hortênsias. A direção das obras distritais procedia durante o (de acordo com a Missão Agrícola Móvel) inverno à plantação de hortênsias nas margens das estradas do Distrito de Angra, que sejam orladas por estas plantas na maior extensão que possa ser possível. O arranjo do Jardim da Junta Geral também fora contemplado.²²⁷

No que respeita aos serviços pecuários, a fauna, como exemplo, os reprodutores bovinos deviam permanecer no Posto durante o inverno, e sempre que o tempo permitisse os apascentar no Campo do Relvão, beneficiando do pasto as vacas que aparecessem. Eventualmente solicitava-se ao Sr. Intendente da Pecuária o *estudo da melhor forma desses reprodutores serem utilizados no campo durante o inverno e ter as necessárias garantias de bons resultados para o aperfeiçoamento da raça e da sua conveniente conservação*.²²⁸

A 17 de dezembro de 1928, na sessão ordinária, no ponto da correspondência sob o ofício n.º 1058 da Intendência da Pecuária que fosse requisitado da Coudelaria Nacional um reprodutor cavalgar de raça, hispano-árabe.²²⁹

Os Serviços Pecuários da Estação compreendiam os serviços Zootécnicos, que por norma atuavam *em conjunto com* os Serviços Agrícolas, que por sua vez, estavam a cargo da intendência da Pecuária, serviços de higiene e sanidade pecuária, e de fiscalização dos produtos alimentares de origem animal. O chefe dos serviços agrícolas é o agrónomo distrital e dos serviços pecuários é o veterinário distrital, independentes na sua ação técnica e colaborando mutuamente nos estudos e realização de trabalhos interdependentes dos serviços a seu cargo.²³⁰

²²⁶BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 5 de novembro de 1924, fl.1e 2.

²²⁷BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 11 de outubro de 1927, fl. 35.

²²⁸BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 24 de outubro de 1927, fl.37.

²²⁹BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 15, *Atas das Sessões*, Sessão de 17 de dezembro de 1928, fl.23.

²³⁰BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 5 de novembro de 1924, fl.3.

O Concelho Administrativo, com a colaboração dos técnicos, coordenava o programa de ação, marcando o fim e a amplitude determinada de cada serviço na obra comum, harmonizando-os e conjugando-os, e definindo no final a linha de conduta a seguir. O relatório do Concelho Administrativo a que se refere o artigo sétimo, obedece a estes preceitos, e é sujeito à aprovação da Junta Geral.

Destinam-se a promover e auxiliar o melhoramento e o desenvolvimento das indústrias pecuárias do distrito, nos seus diferentes ramos, abrangendo:

- a) estudo da pecuária regional e indústrias correlativas tendentes ao aperfeiçoamento delas;
- b) estudos das raças exóticas mais adaptáveis às condições da região e introdução delas, quer para a sua propagação quer para o aperfeiçoamento pelo cruzamento das espécies indígenas;
- c) produção, criação e aquisição de reprodutores seletos;
- d) organização dos livros de linhagem regional, das espécies pecuárias;
- e) estudo das forragens e regimes alimentares;
- f) realização de certames pecuários;
- g) realização por meio de folhas soltas, conferencias, palestras: de métodos racionais de exploração de gados e indústrias adstritas; de normas de higiene e sanidade pecuária; da aplicação de soros e vacinas e agentes similares; do valor alimentício das plantas e forraginosas e outras substâncias usadas nos arraçoamentos das boas normas destes e dos processos tendentes a alargar e intensificar a produção forraginosa.²³¹

Assegurar a higiene e saúde dos animais domésticos e da saúde pública do perigo das doenças de character infectocontagioso e parasitas, abrangendo:

- a) aplicação dos preceitos, leis e regulamentos de higiene e polícia sanitária;
- b) inspeção de matadouros e esquartejadores, fabricas de guardo, enterradouros, transporte de animais, ou seus produtos e despojos.

²³¹ Idem e Ibidem.

- c) inspeção dos locais de venda, manipulação e armazenagem dos produtos de origem animal, não alimentares e das forragens e seus mercados;
- d) inspeção dos alojamentos de gados, bebedores públicos e mercados
- e) execução de todos os mais preceitos regulamentares de sanidade pecuária.”²³²

Pela Junta Geral de Angra do Heroísmo passavam também os Serviços de Saúde Pública, que compreendiam a sanidade terrestre e marítima, o hospital do isolamento e o posto de desinfecção. Todos a cargo da inspeção de Saúde. Abrangia desde a construção e manutenção de Hospitais, medidas a tomar por surtos de doenças como gripe ou tuberculose, desinfecções domiciliárias, avaliação de qualidade das águas e melhoramentos, inovação e serviços no geral. Assim foi aprovado pela Junta Geral que os *animais encontrados mortos nas estradas serão enterrados pelos cantoneiros distritais, nos terrenos baldios mais próximo para evitar despesas de transporte.*²³³

O regulamento do gabinete de radiologia anexo ao Hospital de Santo Espírito, foi aprovado em sessão ordinária de 10 de dezembro de 1928, sob a presidência do dr. Manuel Sousa Meneses, secretariado pelo chefe de secretaria e secretario da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, Clemente Eleutério Ramos e assistência dos vogais, os senhores, José Narciso Parreira Coelho e Francisco Machado Barcelos, faltando os senhores José Leite e Lucindo Ávila da Costa.²³⁴

Instalou-se numa dependência do Hospital de Santo Espírito, dirigido por um médico nomeado pela Junta Geral, mediante concurso e apresentação de documentos justificativos de especialização em matéria de radiologia. Ao médico-diretor competia:

- a) a direção técnica do gabinete;
- b) velar pela boa conservação;

²³²BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 5 de novembro de 1924, fl.3.

²³³BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 11 de outubro de 1926, fl.70.

²³⁴BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 15, *Atas das Sessões*, Sessão de 10 de dezembro de 1928, fl.24.

- c) comparecer no Gabinete às horas do expediente ordinário;
- d) executar, dirigir ou fiscalizar os exames ou tratamentos que lhe forem requisitados pelos médicos assistentes dos doentes, salvo o caso de não concordar com o exame ou tratamento, devendo em tal caso declarar na requisição que devolverá, em carta fechada, as razões da escusa;
- e) fazer e enviar aos requisitantes os relatórios dos exames o mais breve possível e dar todas as informações pedidas sobre a interpretação dos mesmos;
- f) organizar e manter em boa ordem o arquivo das chapas e relatórios dos exames feitos no Gabinete de forma a ser sempre fácil a sua consulta;
- g) escriturar ou dirigir a escrituração dos serviços efetuados pelo gabinete;
- h) marcar o dia e hora em que deve ser feito o exame ou tratamento;
- i) marcar os preços dos trabalhos a realizar no gabinete de Radiologia, baseando-se na tabela de preços adotada e nas exigências especiais de cada exame ou tratamento.
- j) promover a cobrança e dar recibos de pagamento dos serviços efetuados;
- k) seguir os preceitos deontológicos;
- l) fazer requisições farmacêuticas;
- m) resolver questões de ordem disciplinares;
- n) dar conhecimento a alterações e informações para melhor execução dos serviços à Junta Geral;
- o) organizar e apresentar o balancete no fim de cada mês à Junta Geral;
- p) apresentar casualmente o balanço total com o movimento estatístico e económico do Gabinete de radiologia.²³⁵

Criou-se no gabinete de radiologia um serviço destinado a prestar serviços de radioscopia, radiografia, radioterapia, tratamentos pelos raios ultravioletas e diatermopia compatíveis com o material de que estiver provido. Era mantido pelos

²³⁵BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo), Livro 15, *Atas das Sessões*, Sessão de 10 de dezembro de 1928, fl.25.

subsídios da Junta Geral e Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e Praia da Vitoria. A fiscalização e administração das receitas eram a cargo da Junta Geral, das quais 50% pertenciam à Santa Casa da Misericórdia.

O pessoal auxiliar assalariado será escolhido e proposto pelo medico-diretor e a sua admissão confirmada pela Junta Geral. Todos os exames ou tratamentos gratuitos executados no Gabinete de Radiologia eram feitos mediante requisição médica em modelo próprio. As requisições médicas eram apresentadas antecipadamente ao Diretor do Gabinete a fim de ser marcado dia e hora do exame ou tratamento e a importância que por tal terá de pagar.²³⁶

Os exames e tratamentos não podiam ser exequíveis, sem previamente pagamento da importância marcada na requisição ou apresentação da documentação justificativa da pobreza. Se o caso fosse urgente, o seu pagamento seria legalizado posteriormente.²³⁷

Os serviços médicos legais requisitados pelos juizes de Direito eram imediatamente satisfeitos e irão acompanhados da respetiva conta nos termos da Tabela legal, a fim de ser atendido em contas finais.²³⁸

O serviço de radiologia fará grátis exames ou tratamentos:

- a) aos doentes internos dos hospitais do distrito;
- b) aos doentes registados como pobres nas consultas externas dos hospitais do distrito e mediante o visto confirmativo da Provedoria do respetivo Hospital;
- c) aos indigentes mediante atestados de pobreza passados por entidades oficiais;
- d) aos internados nas casas de beneficência mediante atestado em forma legal passado pelo diretor do estabelecimento pelo que provem que ali estão internados gratuitamente.”²³⁹

Foram estipulados os regulamentos dos Serviços do Hospital de Isolamento pela Comissão Administrativa, na sessão ordinária, realizada em 26 de abril de 1933, sob a presidência do Capitão António Maria da Silva Mendes, secretariado pelo chefe da Secretaria, Constantino José Cardoso e assistência dos vogais,

²³⁶ Idem e Ibidem.

²³⁷ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 15, *Atas das Sessões*, Sessão de 10 de dezembro de 1928, fl.25 e 26.

²³⁸ Idem e Ibidem.

²³⁹ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 15, *Atas das Sessões*, Sessão de 17 de dezembro de 1928, fl.26.

senhores Guilherme Espínola de Melo, João Batista Machado Ázera e Eduardo Guilherme Martins, com as seguintes disposições gerais:²⁴⁰

- a) o Hospital de Isolamento de Angra do Heroísmo é destinado a recolher as pessoas atacadas de doença, cujo contágio seja pela autoridade médica sanitária julgado perigoso para a saúde publica;
- b) a direção técnica do Hospital compete ao delegado da saúde do concelho de Angra do Heroísmo, podendo transitoriamente ser confiada a sua direção a médicos que estejam nas condições do art.º 8 do decreto n 17.677, de 30 de outubro de 1929;
- c) as despesas com a manutenção do Hospital do Isolamento são custadas e fiscalizadas pela Junta Geral Autónoma do Distrito de Angra do Heroísmo, ficando a administração interna do Hospital ao cuidado do médico-diretor. Nos serviços de enfermagem haverá um enfermeiro e uma enfermeira, ou duas enfermeiras como melhor convier;
- d) em casos extraordinários que as exigências do serviço imponham e sob proposta do médico-diretor poderão ser admitidos provisoriamente mais enfermeiros ou enfermeiras que sejam necessários, para pôr boa execução do serviço;
- e) para o serviço do hospital existia um criado, uma criada e uma cozinheira;
- f) o pessoal da enfermagem e os serviços poderão ser destacados para outro hospital ou serviço de isolamento do distrito quando as circunstâncias assim o exijam;
- g) a nomeação do pessoal de enfermagem e dos serviçais será feita pela Comissão Executiva da Junta Geral, mediante proposta do Diretor do Hospital.²⁴¹

As atribuições e deveres do diretor do hospital, constava em primeiro lugar, ser o primeiro responsável pelos serviços médicos, disciplina e administração, executando e fazendo executar as leis, regulamentos e ordens em vigor ou que lhe fossem transmitidas pelas autoridades competentes. Em circunstâncias

²⁴⁰BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 19, *Atas das Sessões*, Sessão de 26 de abril de 1933, fl.81.

²⁴¹BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 19, *Atas das Sessões*, Sessão de 26 de abril de 1933, fl.84.

extraordinárias, poderá alterar algum dos preceitos legais ou tomar resoluções sobre hipóteses não previstas, mas deve de imediato dar conhecimento à autoridade competente e à comissão executiva da Junta Geral. Quanto ao pessoal de enfermagem tinham direito a residência no edifício do hospital, tal como os serventes.²⁴²

Aludido também, nesta ata a extinção no quadro dos Serviços de Saúde Publica – Marítimos, o lugar de Inspetor da Sanidade Marítima, mas a sua concretização só se faria após a extinção do funcionário em serviço.²⁴³

Uma das áreas de grande atividade da Junta Geral era sem dúvida os Serviços de Obras Públicas. As atas analisadas demonstram uma presença constante deste departamento, sendo responsável por todo o tipo de melhoramentos e construção de infra-estruturas, reparação e conservação de estradas e edifícios, chafarizes, cemitério, internatos, muros e compreendiam também os serviços hidráulicos, tudo isso a cargo das Obras Publicas. A Direção da Obras Publicas era chefiada por um engenheiro civil. Todas as obras tinham de ser aprovadas ou não, nas sessões da Junta Geral, pela sua Comissão Administrativa. Constituía encargos da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo as despesas feitas com o pessoal das Direções de Obras Públicas, quando se deslocam em serviço de fiscalização das obras realizadas.

A ata que reporta as correspondências da sessão ordinária de 11 de dezembro de 1930, sob a presidência do senhor Dr. Manuel de Sousa Meneses, secretariado pelo chefe da Secretaria e secretario da Junta Geral Clemente Eleutério Ramos e assistência do vogal senhor José Narciso Parreira Coelho, dá conta da execução e fiscalização de obras e trabalhos por parte da Junta Geral, competindo ao diretor das Obras Públicas propor não só a classificação das estradas, mas como a elaboração de estudos, projetos e orçamentos a efetuar no distrito.

A Câmara Municipal da cidade Angra do Heroísmo questionava à comissão supracitada se estava no propósito de proceder ao alargamento da parte da rua João de Deus que confina com a entrada do adro do Liceu Padre Jerónimo Emiliano de Andrade.²⁴⁴

²⁴²BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 19, *Atas das Sessões*, Sessão de 26 de abril de 1933, fl.84-85.

²⁴³ Idem, fl.82.

²⁴⁴BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 11 de dezembro de 1930, fl.10.

Abertura da praça para a arrematação da Mata Agrícola para lotes. Aprovação do orçamento para o alargamento da estrada da Ladeira Grande, freguesia da Ribeirinha, do concelho de Angra do Heroísmo na importância de 786.86 insulanos.²⁴⁵

Referente aos hospitais que estavam em conjunto com os serviços elétricos, temos um pedido do Sr. Diretor do Hospital de Isolamento para a instalação de luz elétrica, do mesmo.²⁴⁶

No que respeita às Escolas, estas tinham que ter autorização e aprovação de orçamentos quanto à sua construção e reparações. A Junta Geral autorizava aos professores das mesmas, as reparações grandes ou pequenas de que necessitavam, cuja despesa seria paga, mediante conta devidamente documentada, o exemplo do professor da escola do sexo masculino do Raminho.²⁴⁷

Constava também, com alçada da Junta Geral, o diretor das obras Públicas projetar e dirigir melhoramentos e aproveitamentos das águas e correntes públicas. O caso da canalização de água e chafarizes. Pedido de um subsídio para a construção de uma torneira na Ladeira Grande, “compromisso tornado por esta Junta Geral antes da passagem das águas potáveis para o cargo do mesmo Município”.²⁴⁸

Na referida ata de 6 de julho de 1931 sob a presidência do senhor Dr. Manuel de Sousa Meneses, secretariado pelo 1º subchefe da secretaria e secretario da Junta Geral Constantino José Cardoso, tendo havido impedimento do chefe. E assistência dos vogais senhores Francisco Machado de Barcelos José Narciso Parreira Coelho, Domingos Augusto Borges e João Batista Machado Ázera, no seu ponto das correspondências, a Direção dos Serviços de Propriedades e obras Militares dos Açores informava que o Ministro da Guerra autorizava a concessão das sobras das águas do chafariz denominado, Tanque do Azeite, assim como as obras necessárias para a sua captação.²⁴⁹

Assim, era mandado organizar com urgência um projeto para o aproveitamento das sobras das águas do chafariz designado por Tanque do Azeite

²⁴⁵BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 18 de dezembro de 1930, fl.13.

²⁴⁶BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 11 de dezembro de 1930, fl.10.

²⁴⁷BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 27 de novembro de 1930, fl.6.

²⁴⁸BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 11 de dezembro de 1930, fl.10.

²⁴⁹BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 5 de julho de 1931, fl.63.

situado nos terrenos da esplanada do Castelo de São João Baptista, na Ilha Terceira, de maneira que o tanque conserve o seu nível normal e de modo que as referidas sobras possam ser utilizadas na irrigação dos terrenos da dita esplanada do Castelo, pertencente ao Ministério da Guerra.²⁵⁰

Sob a presidência do senhor Dr. Luís Silva Ribeiro e comparência dos senhores procuradores, Amadeu Monjardino, José Narciso Parreira Coelho Francisco Linhares dos Santos, Dr. Joaquim Bartolomeu Flores, Francisco de Paula Homem da Costa Noronha, Guilherme Augusto Pinto de Sousa, Dr. José Francisco de Freitas, António Jacinto de Sousa Parreira, João de Meneses Pamplona, João Machado Gomes, Gabriel Machado dos Santos e Joaquim Dias de oliveira, em sessão extraordinária de 27 de fevereiro de 1926, no ponto, Edifícios, foi referido acerca das infra-estruturas a nível geral e de implementação transversal, a necessidade de obras no edifício da Junta Geral, da parte do edifício do Governo Civil, a cargo da Junta Geral. A urgência de importantes reparações, devia-se, aos últimos temporais. Alusão ao edifício do posto de desinfecção, e suas obras de reconstrução e modificação que ficariam pelos 50 contos.²⁵¹

Na ata de 9 de maio de 1927, sob a presidência, Amadeu Monjardino, secretariado pelo senhor Francisco Linhares dos Santos, e assistência dos vogais José Narciso Parreira Coelho e Sebastião Ávila de Vasconcelos, faltando por motivo justificado o vogal António José Leite, no ponto dos Offícios, uma nota da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo ao convidar a comissão desta sessão extraordinária para uma reunião a fim de determinar concessões sob a forma e possibilidade da construção de casas económicas.²⁵²

Foram também, aprovados os orçamentos para a reconstrução de diversos lanços de estrada para as seguintes localidades, Quatro Ribeiras – 290 metros, Ribeira Seca – 180 metros e Biscoito da Agualva, 260 metros, respetivamente, 4.949.88, 1903.80, 3.299.80.²⁵³ Indicados pela Direção das Obras Públicas autorizou-se a construção de cinco aquedutos.²⁵⁴

Em íntima colaboração constante com o Serviço de Obras Públicas, estiveram os Serviços Industriais e Elétricos. Compete à Secção dos Serviços

²⁵⁰BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 6 de junho de 1931, fl.64.

²⁵¹BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 27 de fevereiro de 1926, fl.36.

²⁵²BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 9 de maio de 1927, fl.11.

²⁵³BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 29 de agosto de 1927, fl.28.

²⁵⁴Idem, fl.29.

Industriais e Elétricos a organização de processos de licenciamento das indústrias perigosas ou tóxicas. Vistoria e fiscalização das caldeiras, geradores, recipientes a vapor e chaminés. Assim, como para as instalações elétricas e sua fiscalização.

Encontramos referências conjuntas dos serviços ao longo do tempo, mais especificamente, relativo a este tipo de instalações, na ata, na sessão 8 de janeiro de 1931, sob a presidência do Dr. Manuel de Sousa Meneses, secretariado pelo chefe da secretaria e secretario da Junta Geral, Clemente Eleutério Ramos, e assistência dos vogais, senhores Francisco Machado Barcelos, Domingo Augusto Borges e João Batista machado Ázera, faltando com justificação, o vogal José Narciso Parreira Coelho.

Os Serviços Hidráulicos e Elétricos de 11 de dezembro de 1930 advertiam que a fiscalização dos serviços elétricos não tinha ação sobre os edifícios e obras militares.

O Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, solicitou a constituição de uma comissão que estabelecesse um plano de obras a realizar no Hospital do Santo Espírito. Replicando ao solicitado pela Santa Casa da Misericórdia supracitada, o Dr. Manuel de Sousa Menezes mostrou-se interessado em fazer parte da comissão, como também, organizar as obras do Hospital de Santo Espírito obedecendo ao plano de reconstrução.²⁵⁵

Algumas deliberações comuns deste departamento, concebia licença à Câmara Municipal da Praia da Vitoria para estabelecer uma rede de distribuição de energia elétrica, e um requerimento de Vale P. Rezendes Lta pedindo-lhes informação porque autorizou a substituição do cilindro compressor a óleo pesado pelo de vapor que faz uma diferença de preço para menos e da qual dizem não tiveram conhecimento no ato a que concorreram. O despacho informava que as propostas pedidas previam a hipótese de o cilindro ser movido a óleo pesado ou a vapor, optando a Comissão Administrativa referente à ata de 6 de julho de 1931, em sessão extraordinária, presidida pelo Dr. Manuel de Sousa Meneses, secretariado pelo 1º subchefe da secretaria e secretario da Junta Geral Constantino José Cardoso, tendo havido impedimento do chefe. E assistência dos vogais senhores Francisco Machado de Barcelos José Narciso Parreira Coelho, Domingos Augusto Borges e

²⁵⁵BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 8 de janeiro de 1931, fls.16- 17.

João Batista Machado Ázera, “*pelo que melhor lhe pareceu e não tendo culpa da deficiente proposta dos interessados.*”²⁵⁶

Os Serviços Industriais solicitavam pedidos de patente de introdução de novas indústrias, fábrica de material de instalações elétricas e louças domésticas em baquelite e ebonite e outras substâncias isolantes, bem como a fábrica de cerâmica. Era pedido informação *se à data da apresentação do pedido, indicado no aviso junto, já existia na área deste distrito aquela indústria, devendo a informação vir acompanhada de todos os esclarecimentos possíveis e em duplicado.*²⁵⁷

Na mesma data, solicitava-se os ditos serviços, acima supracitados, um pedido da patente da introdução de nova indústria, desinfecção para o *extermínio das espécies animais e vegetais nocivas pela acção de insecticidas e fungicidas vaporizados.*²⁵⁸

Ainda em conjunto com os serviços de Obras Públicas, os Serviços de Viação possuíam um departamento cuja sua alçada tinha a responsabilidade de garantir os acessos de e para os Açores. Para além de ligar as ilhas, também foi responsável pelas estradas das ilhas, preocupações com os acessos turísticos, entre outros. Este serviço sofreu relevantes melhoramentos principalmente após a década de 40.

A comissão Administrativa de 5 de março de 1928, presidida por Amadeu Monjardino, secretariada por Francisco Linhares dos Santos e assistência do vogal, José Narciso Parreira Coelho, definiu que os trabalhos de reparação das estradas distritais fossem intensificados nas três ilhas do distrito. Na ilha Terceira deviam continuar até ao fim do mês de maio de 1928, para recomeçarem em setembro próximo. Durante os meses de verão fossem depositados em lugares seguros os materiais necessários para as reparações a iniciar no mês já citado, e *que seja elevado a 20 o número de ajudantes de cantoneiros que devem prestar serviço, nos cantos desta ilha, em que o forem mais necessários.*²⁵⁹

²⁵⁶BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 6 de julho de 1931, fl.64.

²⁵⁷BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 15 de outubro de 1931, fl.9.3

²⁵⁸Idem e Ibidem.

²⁵⁹BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 5 de março de 1928, fl.55.

Um dos acontecimentos mais significativos de todos os tempos, o ano de 1903, assistiu ao nascimento da aviação moderna. Nesse mesmo ano, em Dezembro os irmãos Wright realizavam a experiência histórica de Kitty Hawk, na América. A aviação saía, com essa experiência e outras que lhe seguiram, do âmbito dos gabinetes, para o domínio das realidades. As mulheres também, se revelaram desde o início nas provas da aviação, competindo com os homens, as suas excepcionais qualidades de audácia e bravura, tendo a História registando duas pioneiras: madame La Roche, francesa, e, Mrs. Frank, inglesa. Muitas quedas, mas o conhecimento do ar e das suas leis, foi o ponto de partida para viagens inesperadas e sensacionais. Assim se desenvolveu a aviação e o desporto, e, aviação comercial. Em franca evolução pacífica, eis que em 1914, a aviação foi lançada na tormenta ateadada na Europa, (A Grande Guerra – 1914-1918). Em 1927 Charles Lindbergh, entre 20 e 21 de Maio ligou o continente americano ao europeu. Inicia-se as travessias do Atlântico Sul, (voo dos portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho, ligando Portugal ao Brasil). A competição entre ingleses e americanos no Atlântico Norte levam a sobrevoá-lo em todas as direcções. *A guerra total prevista pelos teóricos da política de poderio, tornou-se uma realidade em 1 de setembro de 1939, e, com ela a aviação militar transformou-se no mais espantoso instrumento de destruição que a imaginação do homem podia conceber.*²⁶⁰ Entre 1930 a 1940, os Açores começaram a beneficiar das ligações aéreas entre a América e a Europa, servidas por Clippers que amaravam na Horta. Durante a segunda guerra mundial, em duas ilhas do arquipélago dos Açores, Terceira e Santa Maria, viram a sua fisionomia alterada com a criação de bases cedidas pelo governo português à Inglaterra e à América.²⁶¹ Nas 1ª e 2ª guerra mundiais, os Açores ocuparam uma posição predominante no Atlântico, que contribui poderosamente para a vitória dos aliados.

Estando a aviação na sua fase pioneira, *já quem nos Açores procurasse antecipar o futuro aeronáutico do arquipélago enquanto escala da navegação transatlântica.*²⁶² O autor ainda faz referência à passagem do Graf Zeppelin sobrevoando a ilha Terceira no dia 13 de Outubro de 1924.²⁶³

²⁶⁰ 50 Anos de História do Mundo, 1900-1950, Editorial Século, Lisboa, p.711.

²⁶¹ Idem e Ibidem, p.1233.

²⁶² RILEY, Carlos Guilherme, PEIXOTO, Ermelindo, “Asas Sobre o Atlântico” in Atlântida, revista de cultura, Asas Sobre o Atlântico, Instituto Açoriano da Cultura, Angra do Heroísmo vol. LXII, 2017, p.171.

²⁶³ Idem e Ibidem.

Geração marcada pela Aviação Naval de Sacadura Cabral, os dois jovens pilotos da marinha os tenentes, Moreira de Campos e Neves Ferreira, realizaram a travessia aérea Lisboa – Madeira – Açores. Demonstraram aquilo em que acreditavam, *de que modo, no futuro, as ilhas poderiam ter um papel importante para as escalas dos hidroaviões de carreiras aéreas entre a Europa e o continente americano.*²⁶⁴

No século XX, anos vinte o Governo Português pressiona a construção de uma pista de aviação nos Açores. A 24 de julho de 1929, *A Pátria* ²⁶⁵na 6.^a página sob o título *Campo de Aviação*, fala-nos de *um grito vibrante e sonoro, um alarme estridente e patriótico*, noticiado a 18 de julho de 1929, pela *União* de que era urgente aproveitar *a faixa do Balio da Achada para um campo de aterragem de aviões*. Essa faixa foi nos baldios dos Borratéus.²⁶⁶ A 8 de Agosto de 1929, sob a presidência do Sr. Narciso Parreira Coelho, foi deliberado e autorizado a verba de viação do artigo 5 do orçamento ordinário, 50 contos para as obras do Campo da Achada.²⁶⁷

Na ata de 15 de Agosto de 1929²⁶⁸, sob a presidência do Sr. Narciso Parreira Coelho, secretariado pelo chefe da secretaria e secretario dessa junta geral, Clemente Eleutério Ramos e assistência dos vogais, Dr. Constantino de Meneses Cardoso, João de Meneses Pamplona, Casimiro Duarte de Sousa e Lucindo Ávila da Costa. Na sessão da ata supracitada, o vice-presidente anunciou que o vogal, Dr. Constantino de Meneses Cardoso teria ido procurar o tenente-coronel Francisco de Paula rego, procurador do proprietário dos pastos contíguos a nascente dois baldios. Já os tinham medido, tendo de seguida proposto à Comissão administrativa da junta geral, três propostas, 1º o seu arrendamento do terreno de 580,ª80 por três mil escudos, em dez anos, anualmente; 2º adquirir por setenta mil escudos; 3ª aquisição total do prédio por cento e vinte mil escudos. Aceitou-se a compra, tendo o chefe da Secretaria e secretário da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, Clemente

²⁶⁴ CORREIA, Mário, “O voo à Madeira e aos Açores em 1926 ou os Pioneiros Esquecidos” in *Atlântida*, revista de cultura, *Asas Sobre o Atlântico*, Instituto Açoriano da Cultura, Angra do Heroísmo vol. LX, 2015, pp.361-370.

²⁶⁵ *A pátria*, Angra do Heroísmo, Ano I, N.º 6, de 24 de julho de 1929.

²⁶⁶ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 16, *Atas das Sessões*, Sessão de 15 de Agosto de 1929, fl.74.

²⁶⁷ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 15, *Atas das Sessões*, Sessão de 8 de Agosto de 1929, fl.72.

²⁶⁸ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 16, *Atas das Sessões*, Sessão de 15 de Agosto de 1929, fl.73 a 75.

Eleuterio Ramos mandado lavra a escritura com isenção de sisa, pela urgência de comprar o terreno para a construção do Campo de Aviação da Achada.²⁶⁹

No dia 4 de Outubro de 1930 era inaugurado o Campo de Aviação da Achada. O jornal, *A Pátria*, na sua edição de 9 de outubro, na 1ª página publica sob o título, *O Campo de Aviação da Achada, A sua inauguração oficial, um dia de festa para a ilha Terceira*, em conjunto com a junta geral estavam todos satisfeitos, *Manhã luminosa de sol brilhante*, dizia o bi-semanário independente.

Na ata de 16 de Outubro, a direção do serviço meteorológico dos Açores pede aos Corpos Administrativos da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, a copia das resoluções tomadas, respeitantes aos trabalhos de construção do Campo de Aviação da Achada, o que foi entregue para a elaboração de uma memoria do mesmo.²⁷⁰

Na ata de 9 de outubro de 1930, o presidente Dr. Manuel de Sousa Meneses, secretariado pelo chefe da secretaria e secretario da Junta Geral, Clemente Eleutério Ramos, e assistência dos vogais, senhores José Narciso Parreira Coelho, Francisco Machado Barcelos, Domingo Augusto Borges, no seu ponto das Deliberações e após findar a leitura da correspondência, faz um relato sobre a inauguração do Campo de Aviação da Achada e felicitou os membros da Comissão desta sessão ordinária realizada na data supracitada. Referência e aprovação na distribuição das verbas para a reparação e conservação das estradas do Distrito de Angra do Heroísmo.²⁷¹

*Em conformidade com a deliberação que antecede, de tomar providências que assegurem as boas condições do campo de Aviação da Achada, é deliberado por unanimidade de votos, estabelecê-las pela forma seguinte:*²⁷²

1º proibido tocar, desviar ou por qualquer forma danificar o material de demarcação do campo ou outro que ali se encontre;

²⁶⁹BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 16, *Atas das Sessões*, Sessão de 15 de Agosto de 1929, fl.73 a 75.

²⁷⁰BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 16, *Atas das Sessões*, Sessão de 16 de outubro de 1930, fl.85.

²⁷¹ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 16, *Atas das Sessões*, Sessão de 9 de outubro de 1930, fl.81 e 82.

²⁷² Idem e Ibidem, fl.52.

2º proibida a permanência no campo de animais que possam danificar ou obstruir a pista;

3º proibido atravessar o campo com animais ou carros quando o piso estiver mole, por efeito de chuvas ou por outro qualquer motivo;

4º permitida a entrada no campo de gado em marcha e em condições de se não tresmalhar e de carros que por ali tenham forçosamente de passar;

5º permissão concedida no artigo antecedente, bem como a entrada de peões no campo poderá ser retirada quando as necessidades do serviço de viação o exigirem;

6º Quando pelas necessidades do serviço de viação não for permitida a entrada de peões nem a passagem de gado e carros no campo, será içada uma bandeira toda vermelha no mastro colocado na estrada a meio do campo.

7º Os contraventores do presente edital serão punidos com as penas de desobediência sem prejuízo da responsabilidade civil em que possam incorrer por facto de transgressão;

8º A todas as entidades competentes em especial à autoridade militar a que a Junta Geral entregar o campo, para os efeitos de aviação, compete fazer cumprir o presente edital e promover a aplicação das sanções em que incorram os contraventores;

9º Ficam revogadas as disposições em contrário.²⁷³

Estas providências serão tornadas públicas por Edital, com a devida publicidade e serão enviadas às entidades oficiais que tiverem de lhe dar cumprimento, quer para a sua execução, quer para punição das suas transgressões.²⁷⁴

Este empreendimento, da construção do Campo de Aviação da Achada resultou de muito empenho, mas a sua iniciativa teve pouco êxito. O dia da sua inauguração, assistiram algumas pessoas, entre elas, Dr. Manuel Sousa Meneses, na altura capitão-médico.

O Laboratório ou serviços laboratoriais eram concentrados num laboratório distrital. Aí procedia-se às análises de terras toxicológicas, bromatológicas, bacteriológica, clínicas e preparação de vacinas e soro. Tinha duas sessões, uma de

²⁷³BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 16, *Atas das Sessões*, Sessão de 8 de maio 1930, fl.52-53.

²⁷⁴Idem e Ibidem.

análises químicas e outra de análises bacteriológicas e clínicas. O diretor do laboratório distrital, ou era médico bacteriologista ou engenheiro químico.

Na sessão ordinária de 30 de março de 1932, sob a presidência do capitão Domingos Augusto Borges, secretariado pelo secretário da secretaria e secretário da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, Clemente Eleutério Ramos e assistência dos vogais Dr. Manuel Nunes Flores Brasil, João Batista Machado Àzera e Dr. Joaquim Rocha Alves, no ponto da ata, deliberações vinha uma dúvida porque, nas tabelas anexas ao Decreto N.º18.441, estava designado o Laboratório Distrital, que tinha deixado de possuir o nome que anteriormente tinha de Aníbal Bettencourt. E que nenhuma deliberação deste corpo administrativo ou do Poder Central lhe tinha retirado ao Laboratório a anterior designação de Laboratório distrital Aníbal Bettencourt. Assim, por decisão da junta, devia continuar a ter o nome do ilustre terceirense Dr. Aníbal Bettencourt sendo uma glória açoriana e nacional, e a Comissão foi unânime esclarecendo que o seu Laboratório continuasse a ser Laboratório distrital Aníbal Bettencourt, “sem que nunca deixasse de assim se denominar desde que tal nome adquiriu.”²⁷⁵

O laboratório distrital Aníbal Bettencourt ficava na inteira dependência da região Agrícola, sob a direção dum engenheiro agrónomo. Destina-se às análises químico-agrícolas em geral e às análises dos produtos alimentares de origem vegetal. Havia um gabinete para análises dos produtos alimentares de origem animal sob a direção do Intendente da Pecuária do Distrito. Os serviços de Patologia Vegetal, de Veterinária e Bacteriologia eram dirigidos por um engenheiro agrónomo, intendente de Pecuária, um químico analista e um preparador contratado. Os serviços de escrita eram desempenhados por um aspirante da região agrícola. O Concelho Administrativo organizava os regulamentos para a execução dos serviços do Laboratório.

O Gabinete de Análises Clínicas e bacteriológicas ficava com o encargo de fazer gratuitamente, todas as análises, pesquisas, colorações, sementeiras, culturas, e demais praticas bacteriológicas usuais e necessárias, sempre que fossem pedidos pela Junta Geral ou por requisição das autoridades sanitárias que tinham a seu cargo a fiscalização e guarda da saúde pública;

²⁷⁵BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 18, *Atas das Sessões*, Sessão de 30 de março de 1932, fl.48.

A Junta Geral adjudicava, provisoriamente e a título de empréstimo, por meio de relação, em duplicado, o material necessário e fosse dispensado do seu laboratório de análises químico-agrícolas. Mas a Misericórdia seria obrigada a repor nas mesmas condições em que foi emprestado o material inutilizado ou avariado, caso verificasse a hipótese desse material voltar a ser entregue ao Laboratório da Junta geral.

A Junta Geral suspendia o subsídio a conceder e erigia a entrega do material, se o gabinete se negar ou confessar a sua incapacidade para a execução das pesquisas bacteriológicas, supracitadas, únicas provas de concessão do subsídio a votar por esta Junta Geral;

As receitas do gabinete pertencerão à Misericórdia. O material fornecido ficava a pertencer, definitivamente à mesma se decorridos cinco anos não houver motivo para anular o contracto.²⁷⁶

Alguns organismos, como Governo Civil de Angra do Heroísmo, Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Câmara Municipal da Praia da Vitoria, Junta Autónoma dos Portos, estavam numa situação de penúria financeira. O relatório do Governador Civil, anteriormente presidente da Câmara de Angra, Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral, deparou-se com uma situação deplorável em relação aos organismos, supracitados. A Câmara de Angra, presidida entre 1930 e 31 de Dezembro de 1932, pelo Amadeu Monjardino e vice-presidente Major Alpoim do Canto, apresentou dívidas referentes a 31 de dezembro de 1932: a Câmara, 1.098.808.34; Serviços Municipalizados, energia elétrica, 5.695.494.23, carnes, 19.245.39. Totalizando em débito 6. 813.547.96. Tendo a Câmara de Angra de receita anual, 1.332contos. Nesse mesmo ano 1931-32, os Serviços de Energia Elétrica acusado débito de 266.732.15, perante esta situação caótica, era necessário por mãos à obra. Na altura fez-se um crédito com a Caixa Geral de Depósitos de 5.902.963.31, em encargos de juro de 641.903.90, cabendo aos Serviços de Energia Elétrica o montante de juros 586.403.50.

Tudo, isto, metade da receita anual desses serviços. Um escândalo. Enquanto se aumentava o vencimento do pessoal da luz elétrica, do matadouro, do

²⁷⁶BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 4 de dezembro de 1930, fl.10-e 11.

Jardim Duque de Bragança e admitir um funcionário para guardar a Praça do gado e admitir 18 subsidiados. O Estado devia ajudar com 1.500.00 contos.

Quanto à Junta Geral Autónoma, embora tivesse um subsídio de 600 contos, não era satisfatório. Foi pedido o aumento para 1.000 contos para sair dessa situação precária e não se comprometer prover os serviços agrónomos, pecuários, instrução e assistência, obras públicas. As instituições de caridade lutavam com as mesmas dificuldades. O mesmo se passava na Misericórdia de Angra do Heroísmo e na Câmara da Praia da Vitória. O Desemprego.

Para além dos melhoramentos necessários na nova canalização de água da cidade de Angra.

Pelo exposto, o Estado devia dar mais apoio. A saída do Coronel Silva Leal era necessário, um subsídio de 1.000, subsídio à Câmara de Angra de uma só vez de 1.500.00 contos, sem juros, reembolsável em 15 anos, o imposto empregue no tabaco, devia reverter para o município, proteção à indústria de bordados como na Madeira, comparticipação por parte do Estado, de 1.500.00 contos no melhoramento da nova canalização de águas, aumentar o subsídio concedido ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Angra, sindicar os atos da transata Comissão da Câmara da Praia da Vitória, como o seu presidente, proposta enviada ao Ministério do interior; dar benevolência e justiça aos funcionários civis demitidos pelo movimento revolucionário de 1931, As receitas do Hospital da Misericórdia, provenientes da Caixa Económica diminuiu ao longo dos anos: 1930-119 contos; 1931-110 contos; 1932-77 contos; 1933- não ultrapassou os 48 contos.

Estas foram as causas e consequências, bem como as reivindicações que o governador, supracitado, referiu para bem de um *maior desinteresse e dedicação para manter cada vez mais alto prestígio da Ditadura*

3. A questão financeira: receitas e despesas

“Uns sabem o que podem ganhar e metem a sua vida dentro desse orçamento; outros talham a vida que lhes apraz e querem levar os ganhos ao nível das despesas”²⁷⁷

²⁷⁷FERRO, António. Ob. Cit. 1978, p. 142.

De longa data, as razões que conduziram os Açores a diferenciar-se do Continente, justificam-se no âmbito geográfico, cultural, financeiro, socioeconómico e político-administrativo. Dai o início de um regime de administração dispar de recuos e avanços que marcaram os distritos açorianos, particularmente o Distrito de Angra do Heroísmo. O alheamento por parte do Governo Central era notório e inflexível, dando forças à elite angrense na reivindicação de uma ampla administração e um desafogo financeiro.

Há mais de 30 anos que o Distrito de Angra do Heroísmo desfrutava uma autonomia administrativa restrita com pequeno número de serviços. A limitação de receitas não dava para cobrir os encargos da administração da Junta Geral angrense.

A legislação republicana, reconheceu autonomia aos Distritos das ilhas Adjacentes pela aprovação da lei n.º 88 de 7 de agosto de 1913. Nessa altura foram inseridas disposições especiais a garantir essa autonomia, sendo uma delas, “nenhum encargo novo de carácter permanente podia ser imposto às Juntas Gerais Autónomicas sem que previamente lhes fosse assegurada receita nova efetiva correspondente a esse encargo”²⁷⁸

As consequências da Grande Guerra nos Açores a nível social, económico e político, e o esquecimento por parte da Metrópole, e a falta de escoamento dos produtos açorianos, levam a uma crise social colmatada pela emigração para os U.S.A. gerando um sentimento separatista. Em São Miguel desencadeia-se o segundo movimento autonomista. Reacendeu-se a chama autonomista e em conjunto com a Madeira, e oposição da Terceira e Horta, reclama-se uma maior ampliação da autonomia administrativa. Mas as condições económicas, políticas e culturais não eram propícias às descentralizações políticas. Entre 1910 a 1926 manteve-se por decisão política nos dois distritos as Juntas Gerais com a organização do Decreto de 1895.²⁷⁹

O jornal angrense *A União*, no dia 7 de janeiro de 1926²⁸⁰, deu a notícia sob o título *Corpos Administrativos*, da entrada *em exercício das Comissões Executivas, das Corporações Administrativas eleitas por uma maioria honrosa e significativa*

²⁷⁸CARREIRO, José Bruno. Ob. Cit. 1994, pp. 59-60.

²⁷⁹LEITE, José Guilherme, Reis (org.) *A Autonomia Dos Açores na Legislação Portuguesa 1892-1947*, Horta, Assembleia Legislativa Regional, 1987, pp. 11 a 225.

²⁸⁰*A União*, Angra do Heroísmo, Ano 33, n.º 9:368, de 7 de janeiro de 1926.

*nas eleições de 22 de Novembro último*²⁸¹, ou seja a 26 de novembro de 1925. Havia uma boa receita, muito embora o telegrama enviado para o chefe do Estado tivesse sido pago pelos membros da Junta Geral de Angra do Heroísmo. Haveria que fazer melhoramentos no Hospital do Isolamento e o Pavilhão dos Alienados. Deveriam ser consultadas entidades para a resolução dos serviços para remodelação: Postos de Desinfecção e Zootécnico da Estação Agrícola e dos Laboratórios. Deveria a Administração da Junta Geral de Angra do Heroísmo colocar em bom funcionamento os serviços e aproveitar as competências dos seus chefes dos mesmos serviços em questão.²⁸²

A 1 de junho chegavam as notícias telegráficas vindas de Lisboa dando conta do Golpe de Estado de 28 de maio.²⁸³ Agorava-se tempos difíceis, embora uma primavera efémera apareceu. A quando a situação militar, iniciada em 28 de maio de 1926, fazia-se “recrear que às velhas reivindicações faltassem as primitivas e indispensáveis bases de segurança.”²⁸⁴ Cautelosamente, solicitavam novas receitas dos distritos fossem atribuídos às Juntas Gerais, com as quais pudessem dotar melhor os serviços que lhes estavam confiados.

Se analisarmos os orçamentos da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, a importância tanto na receita como na despesa eram aprovados com alguma agonia. A ata de 27 de fevereiro de 1926, dá conta do aumento das receitas e a diminuição dos encargos sensivelmente, mas mesmo assim, o desequilíbrio era grande, nomeadamente nos serviços dotados com verbas necessárias.²⁸⁵

A 2 de Janeiro de 1926, reuniram-se, pelas 12 horas o senhor Dr. Luís Silva Ribeiro na comparência dos senhores procuradores, Amadeu Monjardino, José Narciso Parreira Coelho Francisco Linhares dos Santos, Dr. Joaquim Bartolomeu Flores, Francisco de Paula Homem da Costa Noronha, Guilherme Augusto Pinto de Sousa, Dr. José Francisco de Freitas, António Jacinto de Sousa Parreira, João de Meneses Pamplona, João Machado Gomes, Gabriel Machado dos Santos e Joaquim

²⁸¹ Idem e Ibidem.

²⁸² Idem e Ibidem.

²⁸³ *A União*, Angra do Heroísmo, Ano 33, n.º 9.479, de 1 de junho de 1926.

²⁸⁴ CARREIRO, José Bruno, *A Autonomia Administrativa dos Distritos da Ilhas Adjacentes*, Ponta Delgada, Jornal da Cultura, 1994, p.63 e seg.s.

²⁸⁵ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 27 de fevereiro de 1926, fl.42.

Dias de Oliveira, procedendo-se à eleição da Comissão Executiva, sendo votado o Sr. Amadeu Monjardino.²⁸⁶

Na sessão extraordinária de 27 de Fevereiro de 1926, reuniram, sob a presidência do Sr. Dr. Luís Silva Ribeiro, os procuradores, onde foi lido o relatório da Comissão executiva da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, sendo aprovado na sua generalidade, de seguida proceda-se à sua discussão e votação na sua especialidade. Nele eram referidos vários serviços: Obras Públicas, de Águas, Edifícios, Hospital de Isolamento, Assistência aos Alienados, Pecuários e Agrícolas, empregados da Junta Geral, e Viação. A Comissão Executiva não acusava a sua antecessora de má administração. O Relatório atual devia remediar os efeitos nefastos e honrar as diligências para pôr ordem na casa, ou seja, na Junta Geral de Angra do Heroísmo. *Tem aumentado ultimamente as receitas distritais, ao mesmo tempo que os encargos têm diminuído sensivelmente os quais a manterem-se teriam tornado totalmente possível qualquer ação administrativa, mas ainda assim o desequilíbrio é grande e muito principalmente se os serviços forem votados com as verbas necessárias*²⁸⁷

A situação exigia responsabilidade e astúcia para resolver não só os problemas, como socorrer os casos que necessitavam providências urgentes, o caso do Hospital do Isolamento e Assistência aos Alienados. Seguiam-se os outros serviços, Edifícios, necessitando obras no Governo Civil e Junta Geral, com instalações deficientíssimas, Serviços Pecuários, Serviços Agrícolas, pagamento de salários aos empregados da Junta Geral e outros funcionários, não contratando mais ninguém sem solucionar a situação presente. O serviço de Viação era o principal ramo dos seus serviços, tem na sua rede de estradas a extensão de 295 quilómetros, distribuídos pelas três ilhas, Terceira, São Jorge e Graciosa. Era necessário fazer obras, mas não havia receitas e, portanto, ir-se-ia acudir às reparações mais urgentes. O serviço das águas encontrava-se em mau estado e o abastecimento não chegava a todas as ilhas, nem às ilhas que pertenciam a este distrito. O dinheiro dispensado para socorrer todo esse serviço não chegava, tinha que se recorrer a empréstimos. Verificava-se que o total passivo era de 1.198.134.62 e o saldo

²⁸⁶ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 27 de fevereiro de 1926, fl.28.

²⁸⁷ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 27 de fevereiro de 1926, fl.31-45.

existente no cofre era de 44.76, saldos da gerência finda, em 1925. As dívidas ativas eram de 150 contos. Quanto às dívidas passivas, havia folhas de Viação sem o visto.²⁸⁸

A 17 de abril de 1926 houve referência a um empréstimo urgente de 1500.00 contos insulanos equivalentes a 1200 contos fortes para superar os estragos.²⁸⁹ A 22 de maio de 1926 eram aprovadas as contas da gerência da Comissão executiva relativas ao ano civil de 1925, por parte da Comissão especial do ano de 1926.²⁹⁰ Quanto aos serviços da Saúde, Educação e sobretudo da Obras públicas por vezes era difícil e tardias as suas reivindicações por parte das Comissões administrativas da Junta Geral de Angra, logo o fomento distrital era posto em causa.

A criação da figura institucional de Delegado Especial do Governo da República para os Açores, com o Decreto n.º 14 02, de 7 de outubro de 1927, sendo nomeado o coronel Silva Leal, acolhido triunfalmente em São Miguel, foi uma esperança para reivindicar velhas aspirações. O que se pretendia em 1928 era o alargamento da capacidade financeira, tirando do regime o máximo proveito. Foi considerado a grande vitória, consagrado no Decreto n.º 15 035, de 16 de fevereiro de 1928. Às antigas receitas, contribuições prediais e industriais, eram acrescentados impostos de capitais e de transações, voltando o Estado a ter a seu cargo as despesas com a Polícia e a Sanidade Marítima. Algumas elites locais angrenses questionavam o porquê colocar a cargo das Juntas Gerais fossem postos serviços do Estado, verdadeiros parasitas da administração distrital, gastavam e nada contribuía nos cofres distritais.

A descentralização fortalecida pelo Decreto n.º 15.035 de 16 de fevereiro de 1928, fez sair a Junta Geral de Angra de uma conjuntura difícil e improdutiva para uma situação mais confortável, ou seja, dotada de mais recursos para responder às suas necessidades dos serviços públicos. Na sessão de 27 de fevereiro de 1928, sob a presidência, Amadeu Monjardino, secretariado pelo Francisco Linhares dos Santos e assistência do vogal, José Narciso Parreira Coelho, e faltando por motivo

²⁸⁸BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 27 de fevereiro de 1926, fl.31-45.

²⁸⁹BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 17 de abril de 1926, fl.48.

²⁹⁰BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 22 de maio de 1926, fl.55.

justificado, António José Leite e Lucindo Ávila da Costa, foi dado a conhecer a receção de um telegrama do Delegado Especial do Governo nos Açores, que tem grande prazer em comunicar que foi assinado pelo Conselho de Ministros e publicado no Diário do Governo o Decreto 15.035, estabelecendo o novo regime das Juntas Gerais Autónomas em resposta às reivindicações dos distritos insulanos, aspiração do segundo movimento autonómico. Nessa mesma ata era referido a deliberação tomada a 11 de outubro de 1927 da instalação de Raios – X e a Comissão Administrativa nomear interinamente o Dr. Manuel Nunes Flores Brasilcom o vencimento de 1. 250.00 “insulanos.”²⁹¹

Na sessão ordinária de 5 de março de 1928, sob a presidência, Amadeu Monjardino, secretariado pelo Francisco Linhares dos Santos e assistência do vogal José Narciso Parreira Coelho, faltando justificadamente António José Leite e Lucindo Ávila da Costa, no ponto das deliberações, mencionava-se o desembarque na ilha Terceira do Delegado Especial do Governo para os Açores. Para isso o corpo administrativo dessa Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo preparava uma receção condigna a altura. Nesse dia o pessoal das repartições fora convidado também a comparecer no cais. Seria feriado nesse dia nas repartições distritais, hasteando a bandeira nacional e iluminando a fachada do edifício da Junta Geral. Assim, era de louvar e aclamar as benfeitorias do senhor Delegado tinha trazido ao distrito angrense *importantes regalias para os Açores e para este distrito e, em especial para este corpo de administrativo e assim, se distribuiu pelas instituições de beneficência da ilha Terceira um subsídio para a melhoria das refeições desse dia*²⁹² As instituições mencionadas eram as seguintes Hospital do Santo Espírito; Asilo de Infância, Asilo de Mendicidade; Orfanato do Beato João Batista Machado; Hospital da Praia da Vitoria, Asilo de D. Pedro V da Praia da Vitoria; Cozinha Económica Angrense; Casa da Saúde de São Rafael; Recolhimento de São Gonçalo; Recolhimento de Jesus Maria José, Conferencia de São Vicente de Paula; Presos da Cadeia Civil; o montante de donativos foi de *sete mil e cento e setenta e cinco escudos insulanos*.²⁹³ A penosa gestão do baixo

²⁹¹BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 27 de fevereiro de 1928, fl.53.

²⁹²BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 5 de março de 1928, fl.54-55.

²⁹³BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 5 de março de 1928, fl.55.

património orçamental das Juntas Gerais, levava ainda a atribuir subsídios às crianças desvalidas.

A 10 de dezembro de 1928, na sessão ordinária, presidida pelo Dr. Manuel de Sousa Meneses, secretariado pelo chefe de secretaria e secretário da junta Geral, Clemente Eleutério, e assistência dos vogais, José Narciso Parreira Coelho e Francisco Machado Barcelos, faltando António José Leite e Lucindo Ávila da Costa, no ponto das Deliberações foi referido pela Comissão que os levantamentos e entregas fossem liquidados no fim do ano económico pelo Decreto nº 15.603 de 16 de junho de 1927. Anteriormente acontecia no fim de cada ano civil, mas para o saldo não passar de gerência para gerência adotava-se o supracitado.²⁹⁴

Embora não se encontrar dinheiro suficiente no cofre para enviar o telegrama ao chefe de Estado. Mencionavam já ter entre mãos dois importantes e inadiáveis melhoramentos: o Hospital do Isolamento e o Pavilhão dos Alienados. Outros serviços montados sem se dar uso, como o posto de desinfecção, o Zootécnico e da estação agrícola e laboratórios.²⁹⁵

Boa parte das verbas era destinada à conservação, pouco sobrando para novos investimentos. Com a política de restrições orçamentais imposta por Salazar, a partir de 1928, a degradação das estradas foi notória até à IIª Guerra Mundial. As soluções propostas pelos organismos locais continuaram num impasse, por razões de ordem financeira, mas também de ordem técnica.

A 9 de outubro de 1930, presidida pelo Dr. Manuel de Sousa Meneses, secretariado pelo chefe de secretaria e secretário da junta Geral, Clemente Eleutério, e assistência dos vogais, José Narciso Parreira Coelho, Francisco Machado Barcelos e Domingos Augusto Borges, determinou-se que o tesoureiro da Junta Geral fosse presente no início de todas as sessões, um balanço do cofre.²⁹⁶ Era autorizado o pagamento dos telegramas por parte do Governo Civil do distrito de Angra.²⁹⁷

²⁹⁴BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 15, *Atas das Sessões*, Sessão de 10 de dezembro de 1928, fl.22.

²⁹⁵BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 27 de fevereiro de 1926, fl.40.

²⁹⁶BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 16, *Atas das Sessões*, Sessão de 6 de novembro de 1930, fl.82.

²⁹⁷Idem, fl.91.

A sessão ordinária de 13 de abril de 1932, presidida pelo capitão Domingos Augusto Borges, secretariado pelo subchefe da secretaria, Manuel Vieira da Silva, e assistência dos vogais, Dr. Manuel Nunes Flores Brasil, João Batista Machado Ázera e Dr. Joaquim da Rocha Alves, relativo às deliberações dá nota da aprovação de um regulamento dos serviços de contabilidade, tesouraria e pagadoria, tendo logo entrado em vigor. O serviço de contabilidade referia-se ao ano económico. Findando uma gerência as contas por cobrar arrecadavam na próxima gerência. A esse serviço pertencia os orçamentos ordinários, apresentando durante três anos as despesas detalhadas e os mapas comprovativos das despesas e receitas, publicados posteriormente no Anuário da Junta Geral. Nenhum pagamento será feito sem antes ser enviado à tesouraria. As folhas de vencimento feitas pelas repartições competentes serão entregues à repartição da contabilidade até 20 de cada mês. Se a contabilidade recusar colocar o visto para e efetuar o pagamento, a Comissão Executiva irá consignar na ata a razão da recusa, depois de ouvir a razão do chefe da contabilidade. Para uma melhor execução desses serviços havia o livro de receitas e despesas livro respeitante a receitas e despesas classificados, livro de contas correntes, orçamentos e empréstimos, registos de ordem de pagamentos, de receita, pagamentos de fundos e registo nominal de todos os empregados da Junta Geral, vitalícios, contratados, supranumerários, interinos e assalariados do Estado, prestando serviços por quadros e repartições.²⁹⁸ *Todas as ordens de pagamento serão elaboradas na repartição de contabilidade.*²⁹⁹ As dúvidas levantadas entre a repartição de contabilidade e as outras repartições da Junta Geral serão resolvidas pela Comissão Executiva, cabendo à Junta Geral o recurso e na 1ª sessão as dúvidas serão consignadas na ata. Qualquer obra ou serviço iniciado por outra repartição, deve reportar o orçamento para a sua execução à repartição de contabilidade e esta verificará as disposições legais e regulamentos aplicáveis.³⁰⁰

Ao serviço da tesouraria da Junta Geral compete a arrecadação e cobrança de receitas, como depósitos, levantamentos e transferências de fundos. Também, fazia os pagamentos aos seus trabalhadores, aos professores de qualquer grau de ensino, Polícia, juros à Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia e

²⁹⁸BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 18, *Atas das Sessões*, Sessão de 13 de abril de 1932, fl.52-56.

²⁹⁹BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 18, *Atas das Sessões*, Sessão de 13 de abril de 1932, fl.53.

³⁰⁰BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 18, *Atas das Sessões*, Sessão de 13 de abril de 1932, fl.53-54.

anuidades à Caixa Geral de Depósitos. Havia balancetes semanais e balanços trimestrais do cofre respetivamente, referidos nas atas pelo presidente no início de cada sessão da Comissão Executiva no fim da semana que findava naquele dia, e no primeiro dia a seguir da sessão da Comissão Executiva.³⁰¹

Quanto à Pagadoria, esta tinha que ter um fundo de 10.000.00 escudos. O produto das contribuições era depositado na Caixa Geral de Depósitos. Aquela tinha que ter os fundos necessários para os pagamentos ou para outra despesa, com exceção dos que estavam a cargo do tesoureiro. Para todos os pagamentos havia os dias de os fazer, por exemplo o tesoureiro reservava a primeira ou segunda quinta-feira de cada mês para o pagamento aos professores primários, ao pessoal permanente na sede dos serviços de pagamento na ilha de São Jorge efetuavam, de 17 a 23 de cada mês e na ilha da Graciosa de 16 a 23.³⁰²

No dia 5 de julho de 1933 sob a presidência do capitão António Germano Serrão dos Reis Júnior, secretariado pelo chefe de secretaria, Constantino José Cardoso, e assistência dos vogais, António Jacinto da Sousa Pereira e Álvaro da Costa Franco, no ponto da correspondência e seu expediente, deliberou a Comissão que o expediente dos serviços de Tesouraria, Pagadoria e repartição de Contabilidade encerrassem às 14 horas, exceto ao sábado às 13 horas, seguindo a boa prática de outras repartições.³⁰³

O terramoto financeiro e uma severa política de reorganização financeira deliberada por Salazar, já tinha chegado. O novo Decreto n.º 15 805 de 31 de julho de 1928, restringiu o mais possível as despesas e aumentou as receitas para bem da Nação, sufocando as Junta Gerais que já se viam a braços para equilibrar as suas finanças, ainda lhes foram transferidos vários serviços, dependentes, anteriormente de alguns ministérios e dos Governadores Civis, conduzindo a um desconforto, não só financeiro mas político.

Marcelo Caetano, apesar de algumas divergências com Salazar, representou o papel de continuador da filosofia do ditador, no que respeita à administração das ilhas. Ao publicar o Decreto 15.805, de 31 de julho de 1928, o então ministro das

³⁰¹ Idem, fl.54 e 55.

³⁰² Idem, fl.55 e 56.

³⁰³ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 20 *Atas das Sessões*, Sessão de 5 de julho de 1933, fl.18.

Finanças, transformou as Juntas Gerais numa espécie de tesoureiros-pagadores do pessoal e serviços, sem possibilidade prática de qualquer tipo de política administrativa autónoma.

Os balancetes eram mencionados nas atas, para melhor gerir as contas correntes, passamos a alguns exemplos: nem em todos se mencionava os saldos.

No dia 2 de novembro de 1926, sob a presidência, Amadeu Monjardino, secretariado pelo Francisco Linhares dos Santos e assistência de José Narciso Parreira Coelho, faltando por motivo justificado, Sebastião de Ávila Vasconcelos e António José Leite, foi apresentado o balancete do tesoureiro da Junta Geral apenas com a nota de “Conferido” pelo chefe da 2ª repartição de contabilidade.³⁰⁴

Em 21 de fevereiro de 1927, na sessão ordinária da Comissão Administrativa, sob a presidência do vice-presidente Sebastião Ávila de Vasconcelos, secretariado pelo Francisco Linhares dos Santos e assistência de José Narciso Parreira Coelho, faltando por motivo justificado, António José Leite, foi apresentado o balancete do tesoureiro da Junta Geral apenas com a nota de “Conferido” pelo chefe da 2ª repartição de contabilidade.³⁰⁵

A 7 de março de 1927, sob a presidência, Amadeu Monjardino, secretariado pelo Francisco Linhares dos Santos e assistência de José Narciso Parreira Coelho, faltando por motivo justificado, Sebastião de Ávila Vasconcelos e António José Leite, foi apresentado o balancete do tesoureiro da Junta Geral apenas com a nota de “Conferido” pelo chefe da 2ª repartição de contabilidade.³⁰⁶

Na sessão de 7 de novembro de 1929 era mencionado que as finanças distritais, sem pagamento integral do Estado, da compensação do Deficit, as despesas com certas obras não podiam prosseguir.³⁰⁷

A 22 de outubro de 1931, na sessão presidida pelo Dr. Manuel de Sousa Meneses, secretariado pelo chefe de secretaria e secretário da junta Geral, Clemente

³⁰⁴BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 2 de novembro de 1926, fl.72.

³⁰⁵BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 21 de fevereiro de 1927, fl.96.

³⁰⁶BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 7 de março de 1927, fl.99.

³⁰⁷BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 15, *Atas das Sessões*, Sessão de 7 de novembro de 1929, fl.95.

Eleutério, e assistência dos vogais, José Narciso Parreira Coelho, Francisco Machado de Barcelos, Domingos Augusto Borges e João Batista Machado Ázera, foi apresentado o balancete do tesoureiro conferido pelo chefe da 2ª repartição de contabilidade, demonstrando o saldo na Caixa Geral de Depósitos, 300.019.10 e no cofre 203.913.35.

Na sessão de 12 de abril de 1932, sob a presidência, o capitão António Maria da Silva Mendes, secretariado pelo chefe da secretaria, Constantino José Cardoso, e assistência dos vogais, Guilherme Espínola de Melo, João Batista Machado Ázera e Eduardo Guilherme Martins, faltando com motivo justificado, Álvaro da Costa Franco, foi presente o balancete pelo tesoureiro e conferido pelo chefe da contabilidade, com o saldo 466.961.61. A 19 de abril de 1932, o saldo era 467.280.11.

Na sessão de 26 de abril de 1933, sob a presidência, o capitão António Maria da Silva Mendes, secretariado pelo chefe da secretaria, Constantino José Cardoso, e assistência dos vogais, Guilherme Espínola de Melo e João Batista Machado Ázera, Eduardo Guilherme Martins e Álvaro da Costa Franco, foi apresentado o balancete pelo tesoureiro acusando o saldo de 781.262.69.³⁰⁸

A 24 de maio de 1933, foi apresentado o balancete pelo tesoureiro acusando o saldo de 602.592.30.³⁰⁹

Na sessão ordinária de 20 de dezembro de 1933, sob a presidência do capitão António Germano Serrão dos Reis Júnior, secretariado pelo chefe de secretaria Constantino José Cardoso e assistência dos vogais, António Jacinto Sousa Pereira, Francisco Coelho Maduro Dias, João Batista Machado Ázera e Álvaro da Costa Franco, no ponto da correspondência e seu expediente, foi apresentado o balancete, constando o seu saldo 1.066.795.35.

Eram presentes e consignados nas atas os orçamentos ordinários e por vezes, extraordinários da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, para os anos seguintes, onde registava-se as receitas e despesas do ano económico. Na sessão de 17 de novembro de 1926, sob a presidência Amadeu Monjardino,

³⁰⁸BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 19, *Atas das Sessões*, Sessão de 26 de abril de 1933, fl.81.

³⁰⁹BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 19, *Atas das Sessões*, Sessão de 24 de maio de 1933, fl.96.

secretariado pelo Francisco Linhares dos Santos e assistência dos vogais, Sebastião de Ávila Vasconcelos e José Narciso Parreira Coelho, faltando por motivo justificado, António José Leite, particularmente, no que respeita ao orçamento ordinário, o presidente, supracitado apresentou o projeto do orçamento ordinário para o próximo ano de 1927, sendo aprovado unanimemente pela Comissão administrativa, onde a sua receita e despesa era por igual 1.927.540.00.³¹⁰

Na sessão de 11 de junho de 1933, sob a presidência de António Germano Serrão dos Reis Júnior, secretariado pelo chefe de secretaria Constantino José Cardoso e assistência dos vogais, António Jacinto Sousa Pereira, Francisco Coelho Maduro Dias, João Batista Machado Ázera e Álvaro da Costa Franco, na correspondência e seu expediente, foi aprovado o orçamento ordinário da Junta Geral, supracitada, para o ano de 1933-1934, cuja receita e despesa era por igual de 4.889.785.88.³¹¹

Foi entregue uma cópia a 14 de Janeiro de 1933, ao Governador Civil, Domingos Borges, com as condições que o presidente do Ministério e Ministro das Finanças, resolve a situação financeira da Junta Geral de Angra do Heroísmo. Aumento das contribuições com base no Decreto n.º 20. 869, para 450 contos; aumentar o subsídio do Estado de 300 para 600 contos; averiguar o corrente ano e da sua permanência; por conta do saldo de contas de 1931-1932 um subsídio extraordinário de 1.500.00 contos, exclusivamente para obras das estradas e entregar á junta a receita do Fundo de Desemprego, para aplicação no Distrito. O país encontrava-se em contenção de despesas³¹²

A soberania de ação da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo assentava num plano triangular: obras públicas, agricultura e pecuária, como fonte de riqueza local. Por isso, a situação da Junta Geral, supracitada, permitiu uma extraordinária ação administrativa que se registou na variação das suas receitas e despesas, ordinária e extraordinária.

³¹⁰BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 17 de novembro de 1926, fl.78.

³¹¹BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 20, *Atas das Sessões*, Sessão de 11 de junho de 1933, fl.91.

³¹²Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar: cópia de uma carta, enviada pelo Governador Civil Domingos Augusto Borges, da resolução da situação financeira da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, por parte do Presidente do Ministério e Ministro das finanças, Pastas de Ficheiros, PT-TT-AOS-D-G-6- 1- 6_c0004.

A 29 de maio de 1934, foram enviados ao Ministro das finanças, documentos procedentes da Junta Geral Autónoma do Distrito de Angra do Heroísmo, onde constava as obras executadas nas estradas e as que faltavam, para concluir a reconstituição da respetiva rede nas três ilhas do Distrito, Graciosa, São Jorge e Terceira.³¹³No mapa do serviço executado por viação nos anos económicos 1932-1933 e 1933-1934, indiciava que a ilha Terceira era a que tinha mais despesas, seguindo-se São Jorge e Graciosa. Aumentando as despesas de um para o outro.³¹⁴

No âmbito económico e político a Junta Geral deteve alguma influência governamental e deste modo refletiu as políticas seguidas pelo Governo Central, em colaboração com os Governadores Cíveis e, em conjunto com o Delegado Especial da República nos Açores, a elite da Administração distrital, os elos ao Governo Central, transmitindo as pretensões dos açorianos.

As sucessivas administrações ergueram uma grande obra, com a colaboração de técnicos, colaboradores e particulares, demonstrando uma autonomia face ao Governo, mas integrando-se no espírito da unidade nacional.

No entanto, não se ficava por aqui, havia outras atribuições à Junta Geral, construção e reparação de edifícios; assistência pública, surgindo comissões para ajudar os mais pobres da sociedade, assistência aos alienados e campanha à mortalidade infantil; comunicações aéreas, o caso do primeiro aeródromo na zona da Achada em 1929, aterrando as primeiras aeronaves, os hidroaviões americanos; progresso industrial em pequena escala, os laticínios, os bordados, turismo, a vinda de continentais e estrangeiros à procura da beleza da natureza da ilha, e da bondade e singeleza das suas gentes.

O papel da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo foi fortemente interventor em todas as áreas sociais. Refletiu uma grande preocupação social em épocas de crise. A crise de desemprego entre 1929 e 1933, refletindo no próprio orçamento geral da Junta Geral em todos os serviços da sua competência,

³¹³Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar: Carta do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral enviada ao Ministro das Finanças a 29 de Maio de 1934, sobre as obras executadas e as que faltam concluir nas estradas do Distrito de Angra do Heroísmo Pastas de Ficheiros PT-TT-AOS-D-G-6-1-6_c0016.

³¹⁴Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar: Mapa do serviço executado por Viação distrital nos anos económicos 1932-1933 e 1933-1934, Pastas de Ficheiros PT-TT-AOS-D-G-6-1-6_c0019.

onde mais se exige, nomeadamente a saúde, instrução e as obras públicas, não escusando os restantes serviços.

A Junta Geral foi fundamental no apoio à população desempregada, às crianças desfavorecidas, possuindo capacidade de intervenção na sociedade para atribuir subsídios à população, bem como a decisão sobre a contratação de pessoal e atribuição de licenças. Nas áreas da saúde a Junta Geral também, interveio, nomeadamente na requisição de análises gratuitas e para privados a criação de uma tabela de preços dos serviços de análises clínicas à população.

Ora o esforço realizado pela Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, face às despesas e receitas, era financeiramente apoiado pelo Estado, por meio de comparticipações. O Código Administrativo contribuiu para o surto de progresso local. Definiram-se competências e atribuições, tal como disponibilizaram meios financeiros aos corpos administrativos. Em certas alturas e oportunamente, era necessário contrair empréstimos à Caixa Geral de Depósitos, ao Montepio e à Caixa Económica da Santa Casa da Misericórdia.

Capítulo IV - A JUNTA GERAL E A OPINIÃO PÚBLICA

1. A imprensa e a Junta Geral: da divulgação à crítica.

1.1. A Opinião Pública

*“A Imprensa é o grande poder do Mundo é o maior estado das nações; porque ela é motor que agita; porque é a impulsora que forma e dirige todos os movimentos sociais: prepara e une, ampara e edifica, consolida e dissolve, mantém ou derruba os estados governativos, consoante a sua vontade.”*³¹⁵

Gervásio Lima, 1933

A gente da “ilha”, teve sempre “uma particular apetência para a reflexão”³¹⁶, efeito das solidões do Atlântico.

O termo Jornalismo é relativamente moderno, a sua história é muito antiga e se confunde, inevitavelmente, com a da imprensa, considerando-a *como uma espécie de retrato da sociedade em que se insere, também é, simultaneamente, motor de progresso e desenvolvimento.*³¹⁷

Na monarquia constitucional, os Jornais monopolizaram a *opinião pública*, e serviram de contrapoder, devido a serem alvo de censura, assim, temos o Decreto de 29 de março de 1890 em que os processos da Imprensa ficaram sob vigilância policial.

Com aclamação da República, na Constituição de 1822, foi consagrado o livre direito de expressão de pensamento e revogada a lei repressiva de 1907 que João Franco lançara para calar a oposição, tendo sido apresentada e promulgada no diploma sobre a liberdade de imprensa conhecida como a lei da rolha a 3 de Agosto de 1850, com Costa Cabral.

³¹⁵ SILVA, Susana Serpa, *Açoriano Oriental, 1835-2000*, Ponta Delgada, Direção Regional da Cultura, 2011, p.101

³¹⁶ MOURA, Gustavo, “Comunicação Social”, in *Enciclopédia Açoriana*/ Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=2010>

³¹⁷ CORDEIRO, Carlos e SILVA, Susana Serpa Silva, “A História da Imprensa e a Imprensa na História o Contributo dos Açores”, Ponta Delgada, Centro de Estudos de Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2009, p.9

A Lei de 28 de março de 1916 estabeleceu a censura prévia com a entrada da 1ª Guerra Mundial. O Decreto de 13 de abril de 1918 que restabeleceu a mesma no sidonismo.³¹⁸

Em Portugal, com a Revolução Liberal e Constitucionalista de 1820, lançam-se as bases, da primeira Constituição Liberal de 1822, que nos seus artigos 7º e 8º, consagra liberdade de pensamentos e de imprensa, censura prévia, mas com leis de punição para os abusos. Com as Lutas Liberais e o triunfo do Liberalismo permitiram que a imprensa portuguesa assentasse no princípio da liberdade de imprensa.

Durante todo o período da Ditadura Militar, a censura permanecerá sem base legal e dependente do Ministério da Guerra. O Governo através do organismo administrativo da censura exerce as suas decisões a nível nacional, embora inicialmente tivesse sido reafirmada a liberdade de imprensa em condições especiais.

Após o golpe de 28 de Maio de 1926, nas condições políticas e sociais em que se encontrava Portugal, a censura terá um aumento de violência e repressão. A censura à imprensa inicia-se com a Ditadura Militar e os seus governantes preocupavam-se com as notícias publicadas nos jornais, e assim, era necessário manter a ordem pública e não levantar ondas que levasse a revoltas. Ao chegarmos ao Estado Novo a censura não desaparece mas intensifica-se. Com a aprovação da Constituição de 1933, o documento inexistente durante a Ditadura militar, foi estabelecido com base legal na instauração do Estado Novo, prolongando-se até ao 25 de Abril de 1974.

A Constituição de 1933 tinha como base *a liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma*,³¹⁹ mas afirmava que seria regulado o exercício de liberdade por leis especiais para *impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social, e salvaguarda, a integridade moral dos cidadãos* ³²⁰Dotava o Estado Novo de um instrumento jurídico que permitiu a institucionalização da censura prévia, no mesmo dia da Constituição,

³¹⁸ MARQUES, Oliveira, “ Breve História de Portugal”, Lisboa Editorial Presença, 1995, p. 650.

³¹⁹ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. Decreto-Lei n.º 23:048, de 23 de setembro de 1933. Parte I, Título II, art.8.º, n.º 4.

³²⁰ Idem, n.º 2.

materializando-a através de um Decreto-lei nº 22469 de 11 de Abril de 1933.³²¹ A partir desse momento a censura fica sob a alçada do Ministério do Interior, sendo criada a Direção Geral de Serviços de Censura. Fazia parte de uma reestruturação de grande envergadura, não só no que respeita à censura, mas a outros organismos estatais, União Nacional, e mais tarde a P.I.D.E., que levou à institucionalização do Estado Novo.

Os sistemas políticos, económicos e as transformações sociais e tecnológicos, alteraram a forma como se faziam os jornais, fontes imprescindíveis para a interpretação dos acontecimentos e melhor conhecimento entre as comunidades humanas. Tudo isto transformou a imprensa num meio de comunicação de massas, difundindo a informação paralelamente a grandes distâncias e a um grande número de pessoas, onde o trabalho de jornalista, após a Revolução Industrial, tornou-se um modo de vida. A transformação industrial da imprensa, recorda Tengarrinha, trouxe modificações nas redacções³²² *O chefe da redacção era o verdadeiro espírito e a alma da publicação. Sendo o jornal todo, neles se concentravam não apenas as funções de redacção, mas também, as de direcção e administração.*³²³ A transformação industrial da imprensa, recorda Tengarrinha, trouxe modificações nas redacções.

As notícias que vinham de Portugal Continental, eram veiculadas pela Imprensa terceirense com mais ou menos limitações à liberdade de expressão, através dos jornais diários, mensais e bissemanários.

O jornalismo oitocentista, com base na imprensa escrita desempenhou um papel revolucionário na vida política açoriana. Os seus ideólogos, entre eles, Aristides da Mota despoletaram na década de 90, nos Açores o seu primeiro movimento autonomista, tendo como palavra de ordem a “Livre administração dos Açores pelos açorianos”. Estaria na base um descontentamento perante uma conjuntura de crise ligada ao fim de um ciclo económico e a reivindicação da Autonomia, sobretudo financeira, defendida por uma elite burguesa micaelense, seguindo-se as elites faialenses e terceirenses.

³²¹ Decreto-Lei n.º 22469 de 11 de abril de 1933, art.º 3.

³²² TENGARRINHA, José, Manuel. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Portugália Editora, 1965, pp.153-154.

³²³ TENGARRINHA, José Manuel. 1965, Ob. Cit. p. 194.

No final do séc. XIX, a imprensa açoriana refletiu crescente tendência autonómica, e logo a 19 de fevereiro de 1893 foi criado nos Açores, baseado nas propostas de descentralização administrativa um projeto elaborado por Aristides Moreira da Mota, Mont'Alverne de Sequeira e Caetano de Andrade Albuquerque, de que foram membros da Comissão Promotora de Propaganda da Autonomia de 1893, e de que faziam parte regeneradores, progressistas e republicanos. O jornal Autonomia dos Açores cujo lema era já a livre administração dos Açores pelos açorianos, terá surgido na sequência de A Descentralização, semanário fundado, em Angra do Heroísmo, em 1888, mais tarde foi fundado em Ponta Delgada em 4 de Novembro de 1898, com o mesmo nome. Nesta cidade foram criadas comissões de resistência da imprensa local, na década de noventa, combatendo as medidas determinadas pelo Governo e que tinham causado contestação por parte dos açorianos. O jornal teve como redatores: Drs. Gil Mont'Alverne, Aristides Moreira da Mota, e Eugénio Vaz Pacheco do Canto e Castro.

Na época a preocupação dos regionalistas e autonomistas açorianos era a imagem que as reivindicações descentralizadoras, que colhiam *nos círculos políticos e jornalísticos continentais*, por isso era de bom-tom trazer-los às ilhas para melhor conhecer e compreender os usos e costumes dos povos insulanos e porventura, *pela sua cultura, pela sua ilustração, pela sua posição nos meios intelectuais e no meio social português*, estes continentais no seu regresso fossem os “embaixadores dos Açores,” era um objetivo que José Bruno Carreiro acentuava.³²⁴ Assim, a visão autonómica, não poderia ser uma organização política e Administrativa *estática, mas progressiva*, uma conquista faseada, segura, ampla e irreversível, em que os continentais tivessem a noção clara quanto às nossas reivindicações açorianas.³²⁵

Discordância à independência dos Açores e desejos autonómicos mais radicais tinha o terceirense Luís Silva Ribeiro em relação à política administrativa. Cada ilha devia desenvolver as suas potencialidades e por isso não aceitava modelos político-administrativos que não ajudariam o distrito de Angra do Heroísmo. Publicou uma série de artigos sobre o açorianismo, no Correio dos

³²⁴CORDEIRO, Carlos. Ob. Cit. 2009, p.35

³²⁵CORDEIRO, Carlos. Ob. Cit. 2009, p.41

Açores, com fim à construção da unidade e identidade regional.³²⁶ Defendeu *uma descentralização municipalista, mas como não conseguiu que o projeto se concretizasse, optou pela manutenção das Juntas Gerais Autónomas, dotadas de poderes administrativos, mas fiscalizadas para evitar esbanjamentos.*³²⁷

Quer em Ponta Delgada quer em Angra do Heroísmo, foram criadas “comissões de resistência da imprensa local, na década de noventa, combatendo as medidas determinadas pelo Governo e que tinham causado contestação por parte dos açorianos.

Um das personalidades, pós o 28 de Maio de 1926, os governadores civis que foram nomeados, foram bem recebidos pela imprensa no distrito de Angra do Heroísmo.

No Açores, no século XIX, a agitação política levou à publicação de inúmeros jornais de carácter partidário que se atacavam mutuamente.

No jornal, n.º 3 de 1893, *Autonomia dos Açores*, escreveu Aristides da Mota: é preciso que todos se convençam, e especialmente os poderes públicos, de que as reclamações açorianas não obedecem a qualquer intuito de insubordinação, mais ou menos dissimulado, que no momento presente da vida nacional seria menos patriótico. Elas inspiram-se num profundo sentimento da justiça, que tem sido constantemente violado em nosso prejuízo.

Com a publicação da Constituição de 1933, o Governo emitiu um decreto-lei, fixando os objetivos da censura, dizendo o seguinte: *A censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade.*³²⁸ Esta liberdade de expressão revestia-se de ter concordância e obediência para com o pensamento do regime.

³²⁶ ENES, Carlos.” Luís Silva Ribeiro” in Enciclopédia Açoriana/ Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=10611>

³²⁷ Idem e Ibidem

³²⁸ Constituição Política de 11 de abril de 1933, Parte I, Título II, Art. 3, Decreto-Lei 22469.

Tudo o que se passava lá fora, contribuiu para um novo ciclo de relacionamento entre o Governo Central e os Açores, num tempo de transição entre a Ditadura Militar e o advento do Estado Novo.

No século XX, os jornais referentes à época que se reporta, 1926-1933, alguns tinham se extinguido e outros mantiveram-se nos Açores. Na ilha Terceira, como no resto do país, as liberdades e direitos individuais, estavam fortemente limitados. Em Angra temos os jornais, *Açores, República, Sport de Angra, A Voz da Praia, Vanguarda, A União e a Pátria*. Os últimos dois foram objeto de estudo. *A União*, relatava os acontecimentos mais relevantes vindos do Continente e dos Açores, bem como a *Pátria*, embora, com as restrições e o controle a que o país estava sujeito, desde o início de 1926 a estabilização económica e política, com a promulgação da Constituição de 1933.

Numa reunião de Conselho de Ministros decide-se politicamente deliberar a 21 de junho de 1926, censura à Imprensa e os jornais passam a ostentar a frase *este número foi visado pela Comissão de censura*.³²⁹ Desde o começo da censura que os jornais sentiram uma grande inexactidão sobre os limites do que era ou não permitido publicar. Com os temas internacionais existiam menos informação.

Segundo Salazar a censura poderia levar, *por ignorância ou por má fé, para fundamentar ataques injustificados à obra dum Governo com prejuízo para os interesses do País*.³³⁰ Com a Ditadura Militar e mais tarde com o Estado Novo em Portugal, a censura e a propaganda deixaram marcas nas liberdades de expressão e imprensa, quer em jornais, revistas, filmes e mais tarde a rádio e televisão, ou seja tudo o que se escrevia ou se falava tinha a marca da “censura prévia” ou “lápiz-azul”.

As mudanças entre 1926 e 1933, a nível político fizeram-se sentir nos Açores, e toda a legislação era imposta e aplicada nos Açores.³³¹ *Iam tendo informação dos acontecimentos que se passavam no continente, telegraficamente e através dos jornais que as noticiavam, tendo algum cuidado na sua narração em relação ao Governo e aos Açores. Atingindo particularmente,*

³²⁹GOMES, Joaquim Cardoso. Os Militares e a censura: a censura à imprensa na ditadura militar e Estado Novo 1926-1945, Lisboa, 2006, Livros Horizonte, p.19

³³⁰FERRO, António. Ob. Cit.1978, p.9.

³³¹ ENES, Carlos. “Censura (1926-1974)” in *Enciclopédia Açoriana*/Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=1606>

*expressão nos períodos de agitação social, económica e política, “embora neste caso com o desfasamento resultante da distância e das maiores ou menores dificuldades de comunicação.”*³³²

1.2. O 28 de Maio e as Comissões Administrativas da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo à luz da imprensa local

Observemos, como os jornais terceirenses escreveram as suas notas sobre o movimento de 28 de maio de 1926, as mudanças das Comissões Administrativas da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, a nomeação dos Governadores Cíveis e a criação e nomeação do Delegado Especial do Governo nos Açores, bem como a vinda para os Açores dos deportados e a Constituição de 1933, constituindo matéria jornalística, a favor ou adversária, e divulgando os benefícios e constrangimentos que este período de transição trouxe à História dos Açores.

Com a instauração da Ditadura Militar, as forças políticas, elites locais açorianas que tinham influência política e económica, acolheram bem o novo Governo Nacional.³³³ Os governadores cíveis do Distrito de Angra do Heroísmo intermediários entre o Governo Central e as ilhas, foram bem acolhidos pela imprensa de angrense.

As leituras veiculadas pela Imprensa, davam conta, não só, das mudanças de carácter político-administrativo das Comissões Administrativas da Junta Geral, bem como da articulação entre o Delegado Especial do Governo da Republica nos Açores e o Governo Central, tendo sido a esperança de algumas concretizações no âmbito distrital, em relação à Junta Geral, na altura em que, enquadrando a segunda geração dos autonomistas, conseguiu do Governo Vicente de Freitas o decreto n.º 15.035, de 16 de fevereiro de 1928, financeiramente benéfico para as Juntas Gerais açorianas.³³⁴ Contudo a censura como instrumento de repressão, constituía a arma da Ditadura Militar contra quem escrevesse nos jornais, críticas sobre a situação.

³³²MOURA, Gustavo, “Comunicação Social”, in *Enciclopédia Açoriana*/Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=2010>

³³³ENES, Carlos. “As Etapas do Processo Político-administrativo, Ditadura Militar” in *Obras IV, Escritos Político-administrativos, Estudo Introdutório e Organização de Luís Silva Ribeiro*, Centenário Ribeiriano, I. H. I T./Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1996, p.76

³³⁴ MONJARDIM, Álvaro Pereira da Silva Leal, “Distritos Autónómicos” in *Enciclopédia Açoriana*/ Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=7967>

Por outro lado a divulgação, a 28 de dezembro de 1932, na sessão ordinária, sob a presidência do capitão António Maria da Silva Mendes, na correspondência e seu expediente, mandou-se imprimir mil exemplares das entrevistas feitas pelo jornalista António Ferro ao Ministro das Finanças e Presidente dos Ministros, António Oliveira Salazar publicadas no *Diário de Notícias* de Lisboa e para serem distribuídas pelo Distrito de Angra do Heroísmo, visto a sua importância a nível financeiro, político e social.³³⁵ Mais tarde na ata de 29 de março de 1933 era referido um agradecimento por parte do Comandante Militar dos Açores, pela oferta de 5 exemplares da obra, “Salazar” de António Ferro que teriam sido oferecidos 4 aos oficiais do comando e outro à Biblioteca.³³⁶

Acompanhado o desenrolar da conjuntura a 30 de agosto de 1933, em sessão ordinária, sob a presidência do capitão António Germano Serrão dos Reis Júnior, foi presente o ofício n.º45 da 1ª Seção, por parte do Governador Civil, anunciando que o Governo tencionava publicar um livro para divulgar as obras da Ditadura prestigiando os mais altos representantes do Governo. A Comissão Administrativa adquiriu 100 volumes pelo preço de 6.00, pela sua grande importância nacional e regional.³³⁷ A 15 de novembro de 1933, sob a mesma presidência supracitada, na sessão ordinária, foi presente o ofício n.º25, 3ª Secção, por parte do Governador Civil, Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral, dirigente local da União Nacional, aquando a sua estadia em Lisboa para tratar de assuntos de grande interesse do Distrito de Angra, sendo as ajudas de custo insuficiente de 45.00. A Comissão desse corpo administrativo, tendo em conta da importância do Ministro das Finanças o ter convocado ir a Lisboa e melhor estar em contato com o Poder Central solicitando atenção a problemas do distrito. Assim, deliberou-se que as ajudas de custo subiam para de 80.00.³³⁸

A divulgação feita pela imprensa terceirense, não só contemplava os acontecimentos que ocorriam no continente, mas notícias locais e anúncios que permitiram captar a evolução da sociedade angrense. Abordava também, assuntos político-administrativos, económicos, sociais e culturais da ilha Terceira. A

³³⁵BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 19, *Atas das Sessões*, Sessão de 28 de dezembro de 1932, fl.38.

³³⁶ Idem, fl.71.

³³⁷BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 20, *Atas das Sessões*, Sessão de 30 de agosto de 1933, fl.38.

³³⁸BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 20, *Atas das Sessões*, Sessão de 15 de novembro de 1933, fl.89 a 91

pesquisa realizada mostrava como eram tratados os acontecimentos que ocorreram entre 1926 e 1933, pela imprensa angrense.

O jornal *A União*, publicação diária em Angra do Heroísmo, tendo como diretor proprietário e editor um abastado homem, Manuel Vieira Mendes da Silva, da freguesia da Ribeirinha do Concelho de Angra do Heroísmo, foi em 1924 comprado pela Diocese de Angra. Em conjunto com o Boletim Eclesiástico defendiam a Ditadura e posteriormente o Estado Novo nas suas diretrizes políticas e sociais.

A União no mês de junho de 1926, desde do dia doze a sete de agosto, noticiou na sua secção telegráfica o seguinte: *Proclamação - General Gomes da Costa; Censura - foi determinada a Censura à Imprensa*; Foi decretado a proibição de eleitores e elegíveis os militares, a dois de julho de 1926,³³⁹ *Nova Lei de Imprensa, foi aprovada uma lei nova da Imprensa.*³⁴⁰ Este jornal, nestes dias, começa a dar notícias de um movimento militar que começou nos quartéis e na praça pública, com duas figuras protagonistas e antagónicas, General Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas, o primeiro quer manter o sistema político e o segundo quer implantar uma ditadura. Quanto a afirmação de estabelecer a censura à Imprensa, vivíamos tempos diferentes, logo respostas distintas. Assim o Parlamento dissolveu a censura prévia à imprensa, exercida por comissões militares.³⁴¹ Quanto à opinião exposta pelo jornal supracitado seguia apanhados dos acontecimentos.

O jornal *A União* mantinha fidelidade aos que estabeleciam a ordem, a 12 de julho de 1926, na sua Secção Telegráfica, noticiava na primeira página, “*O General Gomes da Costa embarcou no cruzador “ Carvalho Araújo, com destino a Angra do Heroísmo*”.³⁴² O Governo da Ditadura Militar determinou que o General Gomes da Costa ficasse a residir Angra do Heroísmo com a sua família, acompanhado de um ajudante de campo.

Na primeira página do dia 15 de julho d 1926³⁴³ deparamos com esta notícia, “*O General Gomes da Costa em Angra do Heroísmo*” no seu subtítulo o

³³⁹*A União*, Angra do Heroísmo, Ano33, n.º 9502, de 2 de julho de1926

³⁴⁰Idem e Ibidem

³⁴¹RAMOS, Rui. Ob. Cit. 2009, pp. 622-623.

³⁴²*A União*, Angra do Heroísmo, Ano 33, n.º 9510, de 11 de julho de1926

³⁴³*A União*, Angra do Heroísmo, Ano33, n.º 9513, de 15 de julho de1926

seguinte: *Á sua chegada o chefe do movimento de 28 de maio confia-nos as suas primeiras afirmações, posteriores ao movimento que o destituiu.* Aí é relatado quem foram as primeiras pessoas a saúda-lo a bordo, o Comandante Militar dos Açores, coronel Pedro Paula, adjunto do Comandante o capitão Coelho Borges e o capitão do porto, 1º tenente Pedro Marques. Menciona o mesmo jornal, “Logo a seguir chegam velhos e leais amigos”, Capitão Espínola de Melo, Agreli Teves, vindo de São Miguel de propósito ao seu desembarque. A seguir o Dr. Francisco Valadão, Secretário-geral do Governador Civil que lhe trouxe cumprimentos oficiais. Também foi fotografado pelo “exímio amador de fotografia” o senhor José Leite.³⁴⁴As autoridades civis e militares receberam-no muito bem, logo no início da notícia: Angra do Heroísmo viu ontem mais uma das suas datas históricas...”³⁴⁵ Nos jornais seguintes davam conta, “Notas Biográficas” do General Gomes da Costa, e “Carta ao General Carmona”.

Aquando a criação do cargo de Delegado Especial do Governo nos Açores, o jornal a União aborda e dá conhecimento da sua importância para os Açores, referindo as pretensões das Comissões Administrativas da Junta Geral do distrito de Angra do Heroísmo, por via telegráfica junto do Delegado Especial do Governo nos Açores, maior autonomia financeira para as Juntas Gerais dos Distritos dos Açores.³⁴⁶Também dá conta este jornal do convite ao Dr. José Bruno Tavares Carreiro pelo Coronel Silva Leal para ocupar o cargo de chefe do Gabinete Civil do novo representante do Governo da República, aproveitando a oportunidade para promover os seus ideais autonomistas.³⁴⁷Foi unânime o elogio da imprensa açoriana, particularmente quando escolheu para seu chefe de gabinete civil o paladino autonomista José Bruno Tavares Carreiro.

Referido na ata de 11 de outubro de 1927, sob a presidência de Amadeu Monjardino, no ponto correspondência, o ofício sob n.º 69 o Governador Civil comunicando que no dia 8 de outubro de 1927 no Ministério do Interior tomou posse o Delegado Especial do Governo nos Açores, o coronel Feliciano António Silva Leal. ³⁴⁸Notícia relatada pelos jornais, A Cidade³⁴⁹ e A União³⁵⁰ informavam

³⁴⁴Idem e Ibidem

³⁴⁵Idem e Ibidem

³⁴⁶A União, Angra do Heroísmo, Ano 34, n.º 9868, de 13 de outubro de 1927

³⁴⁷A União, Angra do Heroísmo, Ano 34, n.º 9872, de 18 de outubro de 1927

³⁴⁸BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 11 de outubro de 1927, fl.33

respetivamente, as felicitações e nomeação pelo Ministro de interior do Delegado Especial do Governo nos Açores, o coronel Feliciano António Silva Leal.

Na ata de 31 de outubro de 1927, sob a presidência de Amadeu Monjardino, a Comissão Administrativa desta sessão ordinária recebeu a visita do Delegado Especial do Governo nos Açores acompanhado pelo chefe do Gabinete Civil, Dr. José Bruno Tavares Carreiro e o capitão Caldas de Barros, oficial às ordens. Dali iria partir para Lisboa para expor as pretensões das ilhas ao Governo.³⁵¹

Na sessão de 27 de fevereiro de 1928, foi dado a conhecer a receção de um telegrama do Delegado Especial do Governo nos Açores, que tem grande prazer em comunicar que foi assinado pelo Conselho de Ministros e publicado no Diário do Governo o Decreto 15.035, estabelecendo o novo regime das Juntas Gerais Autónomas em resposta às reivindicações dos distritos insulanos, aspiração do segundo movimento autonómico.³⁵² Os arautos do novo regime e as suas orientações políticas de acordo com os interesses da República nas ilhas.

Interessante que, de vez em quando, na 'A União, a par dos acontecimentos: desde do movimento do 28 de maio até ao estabelecimento do Estado Novo, paralelamente se noticiava o seguinte: Há normalidade no País.

Outro momento que reporta os jornais terceirenses foi a revolta nos Açores e Madeira em 1931. As ilhas dos Açores passam a ser o repositório dos dissidentes da ditadura, deportados que o seu destino era reportado nas notícias do jornal *A União* a revolução de 1931 e a posição dos dirigentes da Junta Geral: os processos disciplinares. A Pátria porta-voz dos revoltosos, transmitia a notícia exaltando o ânimo da revolta.

Outras notícias: no jornal a *Pátria*, a 24 de julho de 1929, dá-se a notícia do campo da aviação, um grito vibrante e sonoro, um alarme estridente e patriótico, foi dado já pelo nosso colega *A União* no sentido de ser aproveitada, com urgência, uma faixa do baldio da Achada para um campo de aterragem de aviões. A junta

³⁴⁹ *A Cidade*, Angra do Heroísmo, Ano III, n.º3, de 12 de outubro de 1927

³⁵⁰ *A União*, Angra do Heroísmo, Ano 34, n.º 9865, de 10 de outubro de 1927

³⁵¹ BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 13, *Atas das Sessões*, Sessão de 31 de outubro de 1927, fl.38

³⁵² BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 14, *Atas das Sessões*, Sessão de 27 de fevereiro de 1928, fl.53

Geral tomou a medida de limpar o campo e fazer algumas obras. Este número foi visado pela censura. A 19 de setembro de 1929, *A União* noticiava uma entrevista com o tenente-coronel Cifka Duarte, dizendo este, que *a ilha Terceira é a indicada para o aeroporto internacional dos Açores* sob o título Sensacional *Entrevista e O Campo de Aviação da Achada*.³⁵³

A 21 de setembro de 1929, *APátria* noticiava que a Imprensa queria assistir às sessões da Junta Geral e delas fazer relato, ouvidos de mercador fizeram as comissões administrativas da Junta Geral e o jornal supracitado, remete ao povo para lá ir saber como se gastam os dinheiros públicos para que eles contribuem.

Os jornais supracitados foram noticiando os acontecimentos políticos ocorridos entre 1926 e 1933, apesar da existência de censura à imprensa. Com menos ou mais censura, a imprensa foi descrevendo e comentando a evolução dos acontecimentos. Dá-se nota da situação que se vive, os protagonistas, a evolução do regime. De facto, a crítica às situações que se iam modificando sustentou a opção geralmente tomada, umas vezes de apoio, outras de tolerância para a divulgação dos acontecimentos.

2. Discursos e Ideologia

“Este é um microcosmo apartidário embora ideológico, pois nenhuma escrita é ideologicamente neutra»

Roland Barthes

As causas da Ditadura Militar, após o Golpe de Estado de 28 de maio de 1926, não se resumem à ação dos protagonistas, no caso o General Gomes da Costa ou Mendes Cabeçadas ou de um acaso imediato dos acontecimentos. Foi fruto da estrutura política, económica e social que antecederam e atravessaram todo esse período.

Os anos que antecederam foram marcados, pela disputa da representatividade no Governo e sua consequente hegemonia no poder. Foi o culminar de uma situação política insustentável vivida pela Iª República (1910-1926) ou seja, uma instabilidade governativa, corrupção e luta de partidos, o

³⁵³ *A União*, Angra do Heroísmo, Ano 36, n.º 10428, de 19 de setembro de 1929

desastre económico, resultante da participação na Iª Grande Guerra, (1914-1918) e o descrédito do sistema parlamentar. Proliferava os regimes autoritários e totalitários, e a definição institucional do regime ditatorial não originou alarido nos meios internacionais, resultando na promulgação da Constituição de 1933 como desenlace de um longo processo cujos propósitos foram conhecidos e aceites pela comunidade internacional. O termo, Estado Novo utilizado pela Ditadura, consistiu num processo de eliminar os opositores e conduzir à instalação desse tipo de novo regime. Por isso quando Salazar toma conta do Governo, tudo foi legitimado.

Com a implantação da República a 5 de outubro de 1910, o regime passa a governar com dois códigos, o de 1878 e o de 1896, assim, no sistema e na técnica constitui uma regressão na história da legislação administrativa portuguesa. Dos vários fragmentos publicados sob o regime republicano, há que salientar a lei de n.º88, que por vezes se chama Código Administrativo, que regula nos termos do seu art.1.º a organização, funcionamento, atribuições e competência dos corpos administrativos. O seu carácter é centralista, no que respeita a largueza do âmbito de ação marcado aos corpos administrativos e pela liberdade a estes, conferida relativamente ao Poder Central.³⁵⁴ Assim, a lei de 7 de agosto de 1913, mantinha a situação existente nos Açores. Continuavam estes divididos em três distritos, os distritos em concelhos e estes em freguesias.³⁵⁵ Esta Lei n.º88 de 1913 vigorou nos três distritos açorianos, fazendo do sistema legal da autonomia administrativa um mero capítulo numa lei geral de toda a administração distrital e local do país. *A República foi incapaz de incrementar, na prática, a sua filosofia descentralizadora e até federalista. Nas ilhas, o que mudara era o pessoal político, porque agora estavam alcandorados aos cargos administrativos e políticos, os republicanos, muitas vezes nomeados para comissões administrativas, como já acontecera nos tempos da monarquia.*³⁵⁶

O ideário republicano persistia na sua forma descentralizadora, mas os democratas partidários eram centralizadores, não concordando com a Autonomia, porque as elites açorianas eram monárquicas, republicanas e autonomistas.

³⁵⁴CAETANO, Marcel. Ob. Cit. 1934, pp. 385-391.

³⁵⁵LEITE, José Guilherme Reis. “Administração” in *Enciclopédia Açoriana*/ Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=856>

³⁵⁶ Idem e Ibidem

Nos Açores os republicanos e autonomistas tiveram algumas expectativas em relação ao movimento do 28 de maio e acolheram positivamente a Ditadura Militar e depois o Estado Novo, sem descurar o seu idealismo liberal.

Com a participação de Portugal na Iª Grande Guerra (1914-1918), o surgimento da crise de 1929 e os anos desastrosos da Iª República, começa-se a pensar como resolver os problemas políticos, económicos e sociais do país. Era necessário um regime forte e autoritário e que dessa alguma estabilidade assim, o Golpe de 28 de maio de 1926 substituindo a República Parlamentar pela Ditadura Militar, regenerando as instituições e mantendo o regime republicano. Todavia, outros apoiantes da ditadura, monárquicos, integralistas e constitucionais, de ideologia anti-republicana, como os saudosistas do Sidonismo e antidemocráticos, simpatizantes dos regimes que iam surgindo na Europa, totalitários e autoritários.

Neste clima de crise reavivava *a discussão e a agitação à volta do conceito de autonomia e fervilhavam as ideias para uma nova política administrativa insular, mas os efeitos práticos desse segundo movimento autonomista não se concretizaram*³⁵⁷.”Efervescência que acalmou em 1928, com o Decreto de 16 de fevereiro de 1928, estando em funções o Delegado Especial do Governo nos Açores, coronel Feliciano António Silva Leal, cargo criado em 1927, com poderes de coordenação da ação administrativa e políticas no arquipélago, que contribuiu *no sentido de se aumentar as capacidades financeiras das Juntas Gerais, tendo então substituído formalmente o velho decreto de 2 de Março de 1895*.³⁵⁸ Foi uma esperança para o segundo movimento autonomista, figura político-administrativa, sendo o elo de aproximação ao poder central e de uma efetiva centralização do poder no arquipélago.

Segundo alguns autores, a Ditadura Militar sofreu de incoerências e instabilidades como a Iª República, e cada um dos supracitados, lutavam entre si, acrescentando a Igreja afrontada pela laicização. Além dos conflitos internos, havia uma situação, *desde 1926, quando os elementos republicanos mais esquerdistas começaram a sentir repressão*,³⁵⁹ Iniciando-se em 1927 as Revoltas Reviralhistas.

³⁵⁷LEITE, José Guilherme Reis. “Administração” in *Enciclopédia Açoriana*/ Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=856>

³⁵⁸Idem e Ibidem

³⁵⁹REIS, Célia. Ob. Cit. 2008, p. 123.

Nos Açores as consequências das deportações tiveram o seu ponto alto no movimento revolucionário de 1931, “*espaços de exílio e de deportação, as ilhas tornaram-se frequentes recipientes de indesejáveis*.”³⁶⁰ A Delegação Especial do Governo a cargo de Silva Leal também serviu para controlar os deportados. A revolta desenrolada nos Açores, enquadrava-se no contexto nacional de um processo oposicionista Ditadura e ao Estado Novo. Com o fracasso da revolta, os militares e civis que participaram na Revolução de 1931 nas ilhas, foram presos e outros suspensos dos seus trabalhos.

Depreende-se neste período que o reviralhismo pronunciando-se nas revoltas de Lisboa e Porto (1927), e em 1928 em Lisboa, 1931 Madeira e Açores, contribui para o nascimento de forças políticas que preconizavam um Estado antiliberal, antidemocrático, nacionalista e totalitário. Foi no decorrer desta situação crítica que o Ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar, tomando posse do seu novo cargo a 27 de abril de 1928, proferiu a celebre frase: “Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar”.

Apelidado, “ditador das Finanças” por ter salvado o país da bancarrota, e devolver a estabilidade económica através de uma política rígida e severa, impõem medidas de grande austeridade. Os açorianos teriam que equilibrar e administrar bem as suas contas, porque tinha sido atribuído novas funções à Junta Geral, transferindo novos serviços, sem aumento de receitas e travando a sua capacidade de investimento.

Na sua reestruturação ideológica, Salazar usou uma elite político-militar próxima do poder político que continuavam operacionais, e que tiveram um grande papel no 28 de maio de 1926, bem como, na destruição posterior das revoltas do revirinho.

³⁶⁰COSTA, Susana Goulart. “Do Colóquio Os Açores e a Revolta de 1931” Os Açores e a Revolta de 1931. *Comunicações ao Colóquio Evocativo do 75.º aniversário*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2007, pp.455-457 in Boletim Do Núcleo Cultural Da Horta N.º18, 2009, pp.455-457

Numa entrevista, António Ferro questiona Salazar quanto à censura: Não terá chegado o momento, por exemplo, de acabar com a censura?³⁶¹ Salazar responde: *Eu compreendo que a censura os irrite, porque não há nada que o homem considere mais sagrado do que o seu pensamento e do que a expressão do seu pensamento.*³⁶² Vou mais longe: *chego a concordar que a censura é uma instituição defeituosa, injusta, por vezes, sujeita ao livre arbítrio dos censores, às variantes do seu temperamento, às consequências do seu mau humor (...). Eu próprio já fui vítima da censura e confesso-lhe que me magoei, que me irritei, que cheguei a ter pensamentos revolucionários...*³⁶³

Segundo Salazar a censura poderia levar por ignorância ou por má fé, para fundamentar ataques injustificados à obra dum Governo com prejuízo para os interesses do País.³⁶⁴ Era o medo da informação, medo que a população fosse informada e que partilhasse os ideais da oposição, nada disso era ideal para o País, no ponto de vista da sua ideologia patriótica e rural. Salazar propõe que concebesse uma Ordem de Jornalistas, seria apenas uma instituição fantasma em que ameaçava as redações dos jornais e daria pelo nome de autocensura. Claro que tudo isto fazia parte duma política de espírito salazarista. António Ferro sugere a Salazar em 1932 a conceção de uma organização que fizesse propaganda aos feitos do regime, e foi dele a formulação doutrinária, a partir desse ano e da mesma política, que teve o seu nome e, sem dúvidas, uma política de incentivo cultural obediente aos propósitos políticos do Regime.

Depois dos discursos de Salazar, não podia deixar de escrever, também, esse texto de Faria e Maia, na obra *Em Prol da Descentralização. Livre administração dos Açores pelos Açorianos*, de Francisco d'Athayde M. de Faria e Maia, reafirmando os seus ideais republicanos: *Sou republicano, como sou livre-pensador, sem odiar os padres, nem a religião, só condenando os fanáticos e os hipócritas; sou republicano, como sou aristocrata, orgulhando-me de ter na minha ascendência uma longa série de homens de bem, mas não deixando, por isso de ter mais alta consideração e respeito pelo homem de ascendência humilde, nobre e honesto do que pelo duque ou príncipe, com uma longa ascendência de predomínio*

³⁶¹ FERRO, António. Ob. Cit. 1978, p. 93.

³⁶² FERRO, António. Ob. Cit. 1978, p. 93.

³⁶³ FERRO, António. Ob. Cit. 1978, p. 94.

³⁶⁴ FERRO, António. Ob. Cit. 1978, p. 93.

*e riqueza, mas ser inútil, sem outros títulos nobiliárquicos do que o acaso do nascimento que inverte a única, a verdadeira ordem da nobreza, que é resultante da natureza e não das convenções humanas. Eis como sou republicano.*³⁶⁵

Os Açores, longínquos da mãe pátria seguia os passos que o tempo proporcionava e em cada momento as mudanças necessárias para o reforço da sua Autonomia. E acabaria com duas frases de três açorianos:

Reis Leite Os Açorianos passaram a ser um povo da diáspora. Espalhados por várias comunidades, no Novo Mundo (Estados Unidos da América e Canadá), são hoje bem mais de que os residentes e como não perderam a sua identidade, mesmo nas comunidades mais antigas, como a brasileira, não podem deixar de influenciar toda e qualquer análise social e cultural do arquipélago³⁶⁶

Mota Amaral Há um campo enorme de direito à diferença que está por preencher (com legislação regional) – é o desafio da nova geração.³⁶⁷

Álvaro Monjardino A autonomia é mais, uma porta aberta para o futuro do que um eco do passado.³⁶⁸

3. A revolução de 1931 e a posição dos dirigentes da Junta Geral: os processos disciplinares.

Depois do Golpe de 28 de Maio de 1926, o país estava desejoso de um novo rumo, encontrando-se numa encruzilhada,³⁶⁹ e apresentava-se *diversificado conforme os protagonistas*.³⁷⁰ Eram eles, republicanos conservadores, direitistas via à Ditadura e os saudosistas, voltando ao tempo antes do 28 de maio.

Com implantação da Ditadura Militar, após o Golpe de 28 de maio de 1926, as ilhas atlânticas voltaram a constituir um reservatório de deportados, adversários do regime vigente, civis e com maior preponderância, militares, segundo Célia Reis, como notou Luís Farinha, o pronunciamento revolucionário teve *uma forte*

³⁶⁵Francisco d'Athayde M. de Faria e Maia. Ob. Cit. 1994, 2.ª edição, pp. 164 - 165.

³⁶⁶LEITE, José Guilherme Reis, "Uma Reflexão sobre a Autonomia dos Açores", in Comunicações Apresentadas na VIII Semana de Estudos dos Açores. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano da Cultura, 1987, p.43

³⁶⁷OURIQUE, Arnaldo, "Governo das Ilhas Portuguesas no Final do Século XX". *Comunicação apresentada no Colóquio Portugal e a Governação das Ilhas, in Arquipélago – Historia*, 2ª série, VII, 2003, p.225

³⁶⁸ Idem e Ibidem

³⁶⁹REIS, Célia, *A Revolta da Madeira e dos Açores*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990, p.9

³⁷⁰REIS, Célia. Ob. Cit. 2008, p.123.

*componente militar procurando dignificar os militares do Exército e os seus principais dirigentes mostraram sempre grande cuidado com a participação civil, receando que a revolução caísse na rua.*³⁷¹Indivíduos considerados politicamente indesejáveis, que era *difícil avaliar o alcance social e político desta presença forçada nos Açores de um número significativo de pessoas que o Estado, em diversas conjunturas, havia deportado, algumas delas de significativo relevo na política nacional e que haviam caído em desgraça pelo seu envolvimento em acções contestatárias do poder instituído.*³⁷²

Apesar, de mais tarde o Estado Novo realçar a legalidade e o respeito pelos direitos individuais, contrariamente aos regimes totalitários da época, *a verdade é que o silenciamento de ideias dissidentes assumiu um papel vital no regime que Salazar estabeleceu.*³⁷³

Daí o aparecimento do reviralhismo, forças que tentavam “revirar revolucionariamente a situação no sentido de um regresso ao regime republicano liberal”.³⁷⁴Estas, manifestaram-se nas revoltas de 1927 no Porto e Lisboa, no ano de 1928 em Lisboa e em 1931 na Madeira, Açores e Guiné e Continente, *procurando ultrapassar a Ditadura*,³⁷⁵ Iniciando-se nos Açores em 1931 movimentos de protesto que deram origem a revoluções, emergindo um grande alvoroço.

Em Angra do Heroísmo já algumas vozes sabiam que tinha despontado o movimento na Madeira. Os jornais terceirenses, a *Pátria* e a *União*³⁷⁶, noticiavam desde do despoletar do Movimento Revolucionário na Madeira e mais tarde nos Açores, os sucessivos acontecimentos. *A Pátria*,³⁷⁷ jornal editado na ilha Terceira, a

³⁷¹REIS, Célia. Ob. Cit. 2008, p.124.

³⁷²CORDEIRO, Carlos. Ob. Cit. 2005, p.540.

³⁷³MENESES, Filipe Ribeiro de, “*Salazar, Uma Biografia Política*”, Lisboa, Ed. D. Quixote, 3.ª Edição, 2010, p.169.

³⁷⁴MATTOSO, José. Ob. Cit. 1994, p. 206.

³⁷⁵REIS, Célia. Ob. Cit. 2008, p. 124.

³⁷⁶*A União* foi um periódico diário açoriano publicado na Ilha Terceira. Com redação na cidade de Angra do Heroísmo, constituía-se num veículo de informação regular sobre a Terceira e o arquipélago em geral. O jornal, propriedade da Diocese de Angra do Heroísmo e ilhas dos Açores, chegou pela última vez às bancas a 31 de dezembro de 2012. Sob o título “Para a História da Terceira” *A União* informou os acontecimentos e o desenvolvimento da Revolução de 1931 nos Açores e na Ilha Terceira.

³⁷⁷*A Pátria* foi primeiro, bissemanário e depois diário, publicado em Angra do Heroísmo, tendo como fundador, proprietário e diretor José Cruz. Iniciou a publicação a 6 de julho de 1929, como jornal republicano independente, nitidamente de oposição ao regime. Essa tendência clarificou-se quando estalou a Revolta dos Deportados, em 1931. Pelo facto, acabou por estar suspenso um ano. Com frequência apresentou-se a defender a indústria e o comércio local, e talvez por esse facto superava todos os outros na quantidade de anúncios. Mas à medida que o regime se foi consolidando, deixou de haver espaço para jornais como *A Pátria*. O cerco foi apertando e o proprietário foi obrigado a vendê-lo à Sociedade Terceirense de Publicidade, L.da, que serviu de suporte à União Nacional de Angra. ENES, Carlos. “*A Pátria*” in *Enciclopédia Açoriana*, consultável em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=9254>.

10 de abril de 1931 dá grande ênfase ao movimento revolucionário, narrando os episódios e operações por parte dos insurretos.³⁷⁸

A revolta iniciou-se na ilha Terceira no dia 7 de abril de 1931, após estalar uma crise económica na Madeira a 4 de abril de 1931. Na opinião de alguns, os deportados foram a acendalha para a origem da revolta. Refletiu-se em Angra um descontentamento militar e um sentimento anti-ditadura. Foram criadas duas juntas revolucionária se afastadas as autoridades anteriormente, nomeadas pela Ditadura Militar, presos ou colocados sob vigilância alguns elementos considerados mais responsáveis.

O jornal *A União* de 18 de abril de 1931³⁷⁹, coloca em destaque na primeira página, “Para a História da Terceira”, Habitantes da ilha Terceira: é legítima a revolta contra autoridades ilegítimas, ter em atenção que estas últimas se referiam aos revoltosos. E seguia *Soldados: abandonai, enquanto é tempo, os que ilegalmente vos estão comandando, tendo arrebatado traiçoeiramente o comando aos vossos legítimos oficiais da vossa terra.*³⁸⁰ Continuando nos seguintes números da *União*, de 18 de abril a 23 de abril.³⁸¹ Terminado com a revolta nas ilhas Adjacentes.³⁸²

Revestiram-se de episódios de certa importância e manifestações de grande rebeldia, traduzindo-se por perdas de vidas e prejuízos materiais, afetando a economia nacional e consequentemente a regional. Os Açores viveram uma crise económica e a população necessitava de melhores condições de vida. Célia Reis fala de um contraste entre a tranquilidade da Natureza insulana e a inquietação dos deportados para levarem o movimento revolucionário adiante.³⁸³

Sabendo dos acontecimentos na Madeira, reuniram-se em Angra do Heroísmo na casa de Maia Rebelo, conjuntamente com oficiais do Regimento da Infantaria 22, vários deportados e oficiais, como os tenentes Manuel Severo dos Reis, Albino Estanislau Bettencourt de Quadros, Artur Tavares e o tenente

³⁷⁸ *A Pátria*, Angra do Heroísmo, Ano I, n.º 142, 10 de abril de 1931.

³⁷⁹ *A União*, Angra do Heroísmo, Ano 38, n.º 10878, de 18 de abril de 1931.

³⁸⁰ *Idem e Ibidem*.

³⁸¹ *A União*, Angra do Heroísmo, Ano 38, n.ºs 10882, e de 10:884 a 10:885, n.º 10:887 e 10:888 sob o título “O movimento revolucionário na Praia da Vitória.”

³⁸² *A União*, Angra do Heroísmo, Ano 38, n.º 10890, de 30 de abril de 1931.

³⁸³ REIS, Célia, *A Revolta da Madeira e dos Açores*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p.21.

Fernando Mesquita Pimentel Gabriel da Bateria de Artilharia. Assim, começava o período revolucionário na ilha Terceira.³⁸⁴ Mais tarde a revolta estende-se à Praia da Vitória.

Quando a reunião acabou, iniciaram-se às operações. Ultrapassada as divergências e com algum apoio militar na Ilha, os rebeldes passaram a controlar as unidades militares e os serviços públicos. Constitui-se uma Junta Revolucionária presidida pelo Almirante João Manuel de Carvalho, pelos Comandantes Aragão e Melo e Maia Rebelo, pelo Major Lobo Pimentel, pelos Tenentes Severo dos Reis, Vidal Pinheiro e pelo civil Aurélio Ribeiro,³⁸⁵ que publicou um edital sobre as requisições de viaturas para os seus serviços e garantiram as liberdades e as propriedades individuais. Restauraram a lei de separação de poderes, (Lei da Separação da Igreja do Estado) que foi revogada pela Ditadura Militar e que fora apresentada a 20 de abril de 1911.³⁸⁶ A liberdade de culto era permitida dentro das Igrejas e as festas do Espírito Santo eram aceitáveis. Suspendeu-se a censura à imprensa. António dos Reis foi proclamado Governador Civil de Angra do Heroísmo, o tenente Artur Tavares foi comissário da polícia civil e o major Lobo Pimentel ocupou o lugar de Governador Militar dos Açores. Na Terceira, a circulação à noite foi limitada. A maior parte dos serviços foram mantidos pelos antigos funcionários. Essa situação veio a enfraquecer o movimento dos revoltosos.

No Funchal constituiu-se uma junta governativa, presidida pelo general Sousa Dias, coronéis Fernando Augusto Freiria e Mendes dos Reis e o tenente Manuel Camões. O movimento da Madeira não tinha probabilidades sérias de triunfar desde que não fosse apoiado pelo Comité revolucionário de Lisboa, porque ia prejudicar a ação do Continente. Célia Reis com base num manuscrito do coronel Fernando Augusto Freiria, descreve que o comité revolucionário era contra a revolta da Madeira, inicialmente, por não haver concordância nas orientações, justificando que tinha sido um protesto contra *as infames e vis perseguições do bem conhecido Delegado do Governo Silva Leal*.³⁸⁷

³⁸⁴REIS, Célia. Ob. Cit. 1990, pp. 29-30.

³⁸⁵REIS, Célia. Ob. Cit. 1990, p. 29.

³⁸⁶REIS, Célia. Ob. Cit. 1990, p. 29.

³⁸⁷REIS, Célia. Ob. Cit. 2008, p. 127.

Contrariamente, a esta ideia, de Fernando Augusto Freiria, existe uma carta do comandante Sebastião da Costa, deportado na Madeira que *exortava os revolucionários do Continente a secundar o movimento da Madeira e dos Açores com base em três razões fundamentais*.³⁸⁸ E quais são essas causas, a atitude de indignação por parte do povo madeirense face aos ordens do Governo da Ditadura e às *Violências* do senhor Silva Leal, Delegado Especial da República nos Açores e na Madeira; apoio à segurança dos deportados dos três Distritos, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta; não o distanciamento do continente, mas a dispersão das ilhas que dificultaria qualquer resposta das forças da Ditadura.³⁸⁹

Na singela opinião, embora não sendo a única causa, teria sido o que designamos hoje, a falta das redes sociais, como, naturalmente, mas as palavras do comandante, supracitado, foram *agora ou nunca*...³⁹⁰

Os revoltosos divididos, propunham, a não união ibérica, que os governos do estrangeiro, reconhecessem as ilhas insulanas como *beligerantes*; estabelecer um programa político, após a queda da Ditadura, com todos os republicanos.³⁹¹

Os Açores caíram a 17 e 18 de abril, a Guiné, São Tomé e Príncipe e a Madeira no início de maio.

A notícia da revolta foi recebida em Lisboa, via telegrama, enviada pelo General Sousa Dias, que assumiu o seu comando, e que já tomara parte no movimento que eclodiu no Porto, em fevereiro de 1927. Uma parte da população da ilha manifesta a sua simpatia pela causa dos revoltosos, em virtude das circunstâncias difíceis que atravessava.

Há registo, também, de graves acontecimentos políticos nos distritos de Angra do Heroísmo. Os deportados políticos, que ali se encontravam, desencadearam um movimento revolucionário, o que deu lugar transitoriamente a uma grande transformação, pois os revoltosos assumiram as posições de comando nos diversos setores da vida açoriana com a esperança de que se daria em Lisboa, e

³⁸⁸FARINHA, Luís, “Agora ou nunca”: Combates pela Liberdade nos Açores. A Revolta de 1931, in *Os Açores e a Revolta de 1931. Comunicações apresentadas no Colóquio Comemorativo do 75º Aniversário*, IAC, 2008, p. 7.

³⁸⁹ FARINA, Luís. Ob. Cit. p. 7.

³⁹⁰FARINA, Luís. Ob. Cit. p. 7.

³⁹¹FARINA, Luís. Ob. Cit. p. 16.

noutras cidades do continente, um movimento idêntico. Criou-se um ambiente de grande inquietação durante esse período e dezenas de prisões.

Alguns jornais de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada passaram a ser dirigidos e redigidos pelos revoltosos. No dia 8 de abril de 1931, a junta revolucionária, em Ponta Delgada, apoderou-se do “*Correio dos Açores*”, e prendeu o diretor, Dr. José Bruno Carreiro. Sobre esse episódio, *Nos princípios dos anos 30 deste século ocorreu nos Açores uma revolução antissalazarista, conduzida por deportados que tomaram Ponta Delgada e prenderam as mais destacadas figuras da governação. José Bruno estava com a família nas Furnas, de férias. “Foi lá buscá-lo o seu amigo Guilherme de Moraes. Preso no Governo Civil e, depois, no Hospital de Ponta Delgada, onde permaneceu de 9 a 19 de abril de 1931 com guardas-civis e militares armados, à porta, até que Salazar dominou os revoltosos e repôs o nosso biografado na posição predominante de “Príncipe dos Açores”*³⁹² designado pelo Ferro Alves, um deportado jornalista.

Na metrópole organizavam-se as forças que deviam reprimir a rebelião, forças cujo comando foi assumido pelo açoriano coronel Fernando Borges que recebeu o cargo de Delegado Especial do Governo, estabelecendo a primeira base de operações na Horta, ilha que tinha sido fiel ao Governo da Ditadura. Foram transportados em navios mercantes, protegidos por navios de guerra. Quando os aviões governamentais sobrevoaram a Terceira, convidando revoltosos a renderem-se, já os principais responsáveis do movimento recuavam para São Miguel, de onde mais tarde foram para o Funchal, a bordo do “Pêro de Alenquer”.

Essas forças, antes de chegarem à Madeira, passaram pelos Açores, onde sufocaram os focos de revolta que ali haviam surgido, no Faial, Graciosa, Terceira e São Miguel, alimentados, como na Madeira, sobretudo por emigrados políticos, antigos oficiais do exército e da armada.

A revolta na Terceira tinha chegado ao fim. Falhou, mas porquê? Os militares não conseguiram motivar, nem ter apoio da população local à revolução. Não atingido o continente, em todas as ilhas limitou a hipótese do movimento

³⁹²BENTO, Carlos Melo. “José Bruno Carreiro, Autonomista e escritor” in *Insulana-Separata*, Ponta Delgada, 1995, pp.222 a 224

revolucionário crescer e fazer a diferença. Após várias negociações a ilha Terceira rendeu-se, seguindo-se as restantes ilhas.

Ainda no ano de 1930, eram referidos nas atas, sob a presidência do Dr. Manuel Sousa Meneses, vários processos indisciplinares. A 26 de junho de 1930 foi instaurado à professora Maria José de Ávila em que já aos 15 meses se encontrava em suspensão.³⁹³ Na ata de 21 de agosto de 1930, foi referido que 4 de agosto do mesmo ano e sob um Ofício n.º 41 já se tinha remetido o processo da mesma. Na mesma sessão ordinária foi exposto que um contínuo efetivo do Liceu de Angra, pelo disposto no art.1 do Decreto n.º 16.563 de 5 de Março de 1929 abandonará o seu lugar no dia 1 de setembro de 1930.³⁹⁴ Um mês depois, no dia 4 de setembro, em sessão ordinária do mesmo ano, o Inspetor Joaquim Soares Ribeiro do Círculo Escolar da dita professora da Escola do sexo feminino da freguesia de São Pedro supracitada, apresenta de novo o processo indisciplinar. Seguiu-se a votação por parte dos vogais da Comissão desta sessão ordinária, sido votado por unanimidade que fosse arquivado o processo acima citado, *por absoluta falta de acusação*³⁹⁵ a professora foi reemitida com direitos e regalias segundo a Lei que lhe confere e assegure. E foi lavrado um acórdão assinado pelos, Dr. Manuel Sousa Meneses, José Narciso Parreira Coelho e Francisco maçado Barcelos.³⁹⁶

Na sessão de 10 de julho de 1930 foi pedido a partir da Delegação do Governo nos Açores os seguintes pedidos: a partir desta sessão passa-se a enviar as cópias das sessões da Comissão, assim, como os orçamentos aprovados pela Direção Geral da Saúde desta Junta Geral. E foi deliberado o cumprimento dos pedidos.³⁹⁷

No dia 4 de setembro foi instaurado um processo indisciplinar ao servente pelo Inspetor da Estação de Saúde por falta de respeito ao seu superior. O presidente desta sessão, Dr. Manuel Sousa Meneses, com base no disposto no n.º 6

³⁹³BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 16, *Atas das Sessões*, Sessão de 26 de junho de 1930, fl. 61

³⁹⁴BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 16, *Atas das Sessões*, Sessão de 21 de agosto de 1930, fl. 68

³⁹⁵BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 16, *Atas das Sessões*, Sessão de 04 de setembro de 1930, fl. 71

³⁹⁶Idem e Ibidem

³⁹⁷BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 16, *Atas das Sessões*, Sessão de 10 de julho de 1930, fl. 71

do Regulamento Disciplinar dos Funcionários Públicos, remete ao Inspetor o que julgue conveniente.³⁹⁸

Na sessão ordinária de 11 de setembro de 1930, sob a presidência do Dr. Manuel Sousa Meneses, ele mesmo leu um Ofício n.º 45 da 1ª Secção do Governo Civil do Distrito de Angra do Heroísmo acompanhado pela portaria n.º 381 de 1 de agosto de 1930 do Delegado do Governo nos Açores que o mesmo exonerava a seu pedido do vogal desta Comissão Administrativa o capitão Albano Augusto Dias e nomeava o Capitão Domingos Borges que estava presente e teve assento naquela sessão acima citada, *o que se efetivou depois de prestado compromisso de honra*.³⁹⁹ A 23 de outubro de 1930 era também demitido um encarregado de serviços da Junta Geral, João Teixeira Anacleto.⁴⁰⁰

Também alguns funcionários públicos e professores sofreram suspensões, tendo algumas delas durado cerca de vinte anos.⁴⁰¹ Na ata de 16 de julho de 1931 o professor, António Soares da Escola do sexo masculino de Santa Bárbara na Ilha Terceira foi-lhe instaurado um processo disciplinar que ficou suspenso das suas funções e dos vencimentos.⁴⁰²

O presidente da Junta Geral Manuel de Sousa Meneses e o presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Amadeu Monjardino agradeceram a prontidão do envio de *forças de terra, do mar e do ar destinadas a sufocar a revolta provocada nesta por elementos a ela estranhos, indivíduos deportados pelo Governo*.⁴⁰³ A Comissão fez um voto de congratulação por terminar estes momentos tristes que macularam para sempre “*as páginas gloriosas da História da Ilha Terceira*.”⁴⁰⁴ Enviando um telegrama em 20 de abril de 1931 ao Ministro das Finanças por parte da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo e das câmaras municipais, respetivamente de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, da Ilha Terceira, agradecendo as prontas providências em sufocar a revolta dos deportados

³⁹⁸BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 16, *Atas das Sessões*, Sessão de 04 de setembro de 1930, fl. 70

³⁹⁹BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 16, *Atas das Sessões*, Sessão de 11 de setembro de 1930, fl. 72

⁴⁰⁰BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 16, *Atas das Sessões*, Sessão de 23 de outubro de 1930, fl. 89

⁴⁰¹ENES, Carlos, “Revolta dos Deportados” in *Enciclopédia Açoriana*/ Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=9722>

⁴⁰²BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 16 de julho de 1931, fl. 68

⁴⁰³BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 23 de abril de 1931, fl. 48 e 49

⁴⁰⁴Idem e Ibidem

e envia-los para o continente, e tendo os elementos da guarnição apaziguado a população.⁴⁰⁵

O após revolução foi dramático para os que tinham participado nesse movimento insurreto em Portugal continental e insulado. Em Angra do Heroísmo os deportados, militares e civis, foram presos.

O estudo feito sobre o Movimento Revolucionário, tendo como fontes principais as atas da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo de 1926 a 1933, demonstrou nas sessões ordinárias e extraordinárias pequenos textos alusivos ao ano de 1931 do mês de abril, quando se deu a revolução na Ilha Terceira. Do apurado denota-se que existe, para além de algumas elites locais aceitarem a Ditadura Militar, houve em Angra do Heroísmo um comício na varanda da Alfândega incentivando o povo a aderir ao Movimento revolucionário. A ata de 26 de março de 1931, dá-nos conta que antes do pronunciamento dos rebeldes a situação é de satisfação com o Governo da República, sobretudo as elites locais angrenses, refere o Governador Civil, Manuel de Mesquita através de uma cópia em ofício do chefe do Gabinete do Ministério do Interior o assunto relativo à publicação de um livro comemorativo do aniversário da Ditadura.⁴⁰⁶

Também na ata de 23 de abril de 1931, na sessão ordinária, sob a presidência do Dr. Manuel de Sousa Meneses, no ponto da correspondência, o governador civil, Manuel de Mesquita da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, sob um Ofício de 18 de março, deseja que fosse feriado o dia da comemoração do triunfo do Governo da Republica *que pôs termo à situação revolucionaria nesta ilha*⁴⁰⁷ No seguimento da mesma sessão, com a data acima citada, no ponto da correspondência, foi referido a extinção do Regimento de Infantaria n.º 22, por Decreto do Governo. O sr. Vogal João Batista Machado Ázera, que se encontrava presente e no uso da sua palavra (viria mais tarde a ser presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitoria), pronunciou que a sua extinção representava para a economia da ilha e de todo distrito um desastre. Propunha a Câmara Municipal de Angra, na pessoa do seu presidente, Amadeu

⁴⁰⁵Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Salazar, Telegrama de 20 de abril de 1931, Pasta de Ficheiro Ca-PT-TT-AOS-co-Pc-3A-pt4_c0010

⁴⁰⁶BPARLSR. Fundo da junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 26 de março de 1931, fl.39

⁴⁰⁷BPARLSR. Fundo da junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 23 de abril de 1931, fl.42

Monjardino e outras entidades oficiais que fossem expostos ao Governo, o grave problema da privação de unidades militares. Os deportados tinham sido mandados para ilha “promotores e executores” do movimento revolucionário ao contrário da maioria da população que não aderiram. O presidente da Comissão Administrativa disse que era irremediável vindo a ordem do Governo, mas apoiava a proposta do senhor Ázera para criar uma nova unidade militar, não só pelas tradições da ilha e pela existência da fortaleza de São João Batista, mas para que os jovens terceirenses não se deslocassem para o Continente para cumprirem o seu serviço militar, mas permanecessem nos Açores cumprindo o mesmo. Assim pediam a manutenção do Governo Militar em Angra do Heroísmo e a substituições das unidades dissolvidas, um Regimento de Infantaria e uma Bateria de Artilharia.⁴⁰⁸

Outro caso mencionado, sobre o tesoureiro desta Junta Geral de Angra do Heroísmo que tinha dado ou posto à disposição 100 contos do cofre deste corpo administrativo ao Movimento Revolucionário. Foi dado três mil e trinta oito escudos e noventa centavos (3.38.90) de vencimentos abonados a funcionários. O tesoureiro António Ramos Moniz de Sá Corte Real ficou suspenso das suas funções e dos seus vencimentos com processo disciplinar. Foram detidos outros funcionários desta junta Geral, em que o presidente demonstrou o seu pesar, uma *página muito triste que jamais poderá esquecer*.⁴⁰⁹

A inexistência da população no movimento revolucionário no corrente dia 8 de abril de 1931, não deve por isso, ser “merecedora de Castigo” como, o restabelecimento do Governo Militar e as unidades militares equivalentes às que existiam antes do movimento revolucionário deveriam ser repostas. Pois o envio de deportados políticos para a ilha mandados pelo Governo fora no sentido da “defesa da tranquilidade da capital.”⁴¹⁰

O Governador civil solicitou um relatório de tudo o que se tinha passado na Junta Geral durante o período revolucionário e os funcionários que aderiram foram

⁴⁰⁸BPARLSR. Fundo da junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 23 de abril de 1931, fl.43

⁴⁰⁹BPARLSR. Fundo da junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 23 de abril de 1931, fl. 43-45

⁴¹⁰BPARLSR. Fundo da junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 30 de abril de 1931, fl. 49

mandados içar a bandeira e iluminar a fachada do edifício da Junta Geral comemorando a rendição na Madeira.⁴¹¹

O telegrama do Ministro da Marinha agradece as felicitações por parte da Junta Geral de Angra pelo bom resultado do governo nas ocorrências na ilha da Madeira.⁴¹²

O governador civil Joaquim da Rocha Alves, soldado fiel e dedicado ao Estado Novo efetivo deste Distrito enviou um telegrama ao ministro do Interior solicitando a demissão da Comissão Administrativa da junta Geral e solicitou no mesmo telegrama a nomeação da nova Comissão administrativa, os senhores António Germano Serrão dos Reis, António Jacinto de Sousa Pereira, Francisco Maduro Dias, João Batista Machado Azera, Álvaro da Costa Franco. A partir desta data nas atas todos agradecimentos eram a bem do Distrito e a Bem da Nação. Mencionado também, por parte do governador civil, Joaquim Rocha Alves que na sua ida a Lisboa em serviço, os 45 escudos para ajudas de custo em Lisboa eram insuficientes, devido ao seu trabalho, dormidas e alimentação e documentos que eram necessários.⁴¹³

A atitude repressiva por parte da Ditadura Nacional e personificada pelo Delegado Especial do Governo da Republica nos Açores coronel Silva Leal, em primeiro lugar na Madeira e depois nos Açores, afluiu um sentimento odioso por parte dos revoltosos, demonstrado num panfleto distribuído no Funchal, como num documento, do Arquivo de Salazar, da Biblioteca de Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que começa assim, “ "precisará o governo, para sua defesa de assassinar presos?”⁴¹⁴Os deportados encontravam-se na mais escabrosa situação vivente no Castelo de São João Batista, encontrando-se fechados sem liberdade nem para ir aos “ muros da fortaleza” nem qualquer comunicação nem visitas, ao contrário dos de Lisboa. Quem seria o responsável que atirava a culpa ao Governo? Quem os assassina lentamente, *o comandante Silva Leal, deve ser o responsável, mas remete para o Governo a responsabilidade*⁴¹⁵

⁴¹¹BPARLSR. Fundo da junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 26 de março de 1931, fl.39

⁴¹²BPARLSR. Fundo da junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 17, *Atas das Sessões*, Sessão de 26 de março de 1931, fl.39

⁴¹³BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 20, *Atas das Sessões*, Sessão de 8 de junho de 1933, fl.1 e 2

⁴¹⁴Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Salazar, Precisará o Governo, para a sua defesa, de assassinar presos? Pasta de Ficheiro Ca-PT-TT-AOS-co-Pc-3A-pt20_c0001

⁴¹⁵ Idem e Ibidem

A atuação do Delegado gerou muita impopularidade, devido à sua repressão e deportação de militares e civis. A sua arrogância e falta de tato evidenciavam nas medidas repressivas, na invasão das competências dos oficiais locais e do Continente oposicionistas, contribuindo para a eclosão do movimento.

A Ditadura ficou revigorada após a queda do Movimento Revolucionário de 1931. De seguida a preocupação foi retirar das ilhas os deportados. Na Madeira com o fim da revolução enviou-se um ofício através da Seção Militar da Delegação Especial do Governo da República nas ilhas açorianas ao Chefe do Estado-maior das Forças Expedicionárias com uma lista dos que não aderiram ao movimento de abril de 1931, entre eles, coronel Silva Leal, João Correia da Silva, juiz de Direito da Comarca de Ponta Delgada chefe da Secção Civil, Tenente do Regimento de Infantaria n.º4; Manuel Nascimento Vieira, chefe da Secção Militar e ajudante de Campo; João Pascoal Machado Benevides Tenente do Regimento de Infantaria n.º4, Adjunto da Secção Civil e Oficial às ordens; José Alves Bretão Jr. 2º Sargento do Q.S.S.M. do D.R.R.4, (meu avô materno); João Batista Ramalho 2º sargento do R.I.22 e João da Silva, Guarda n.º38 da Policia Cívica de Angra do Heroísmo.⁴¹⁶

Para algumas pessoas deste tempo foi um ano turbulento, sobretudo quem aderiu ao Movimento Revolucionário de abril de 1931, quer no Continente quer nas ilhas atlânticas.

Economicamente, Portugal sentiu os efeitos da Depressão de 1929, menos acentuados e mais tardios do que os restantes países. Politicamente, Salazar em 1928 travou os efeitos da crise internacional, iniciando um conjunto de medidas restritivas. Em resposta, foi surgindo em 1931 movimentos de protesto na Madeira, Açores e por último em Lisboa a 26 de agosto que experimentou a sublevação. Esse ano, no dizer de alguns historiadores foi considerado o ano das revoltas, reviralhistas que começam em 1927. Na vizinha Espanha a mudança era prenunciadora com a exoneração de Primo de Rivera que levou à instauração da República em 14 de abril de 1931. Estes fatores levaram a um período de agitação social e política em Portugal Continental e mais tarde nas ilhas Adjacentes. Nestas,

⁴¹⁶Ofício n.º 201, de 5 de maio de 1931 que apresentava a relação dos que não aderiram ao movimento revolucionário de abril de 1931. BPARLSR. Arquivo do DEGRA, Maço n.º 4 in MENDES, José Olívio. *Autoritarismo e Resistência nos Açores. O papel de Delegado Especial do Governo da República nos Açores – 1927-1931. Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 2005, p.191

concentravam-se pessoas não afetadas ao regime designados deportados, que o Governo da Ditadura Nacional alçado a partir do Golpe e de 28 de maio havia enviado. As Juntas revolucionárias, que se formaram nas ilhas pelos revoltosos não fizeram eco nem moessa no Continente. Às sucessivas investidas contra o Governo, este reagiu com o silêncio. Mas, no dia 6 de maio de 1931, Salazar emitiu uma nota oficiosa a chamar a atenção para os danos causados à economia nacional pelas alterações da ordem pública nos Açores e na Madeira. Aqui sim foi um furacão. No seio do Governo, Domingos de Oliveira e Salazar com o apoio da recém-criada União Nacional, tinha chegado a hora de fazer o balanço. Política e militarmente vitoriosa das revoltas das ilhas, a Ditadura Nacional voltou a endurecer com os seus meios repressivos, além de demitir a maioria dos implicados presos, deportou-os sem qualquer julgamento, para novas colónias penais, como o Tarrafal em Cabo Verde.

Nos Açores os que tinham aderido ao movimento revolucionário de 1931 foram afastados do exército e desmobilizados e alguns funcionários públicos, professores, como aos primeiros, foram instaurados processos indisciplinares. No ano seguinte, as condições e as incertezas em que se encontram os familiares dos que foram instaurados processos disciplinares no decorrer do Movimento Revolucionário de 1931, gerou uma onda de clemência e benevolência por parte das Comissões Administrativas da Junta Geral Autónoma de Angra do Heroísmo, pelo seu presidente, capitão António de Lemos da Silva Mendes,⁴¹⁷ bem como da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, pelo seu presidente, Amadeu Monjardino,⁴¹⁸ assim como do Governador Civil, Domingos Augusto Borges.⁴¹⁹

Em todas essas cartas, supracitadas, percebe-se que passado 16 meses ainda nada tinha sido resolvido por parte do Governo em relação a uma apreciação dos processos instaurados a todos que a 8 de abril de 1931, foram *sugestionados, mais por perniciosas influencias da politica das paixões, exercidas, habilmente por indivíduos estranhos a estas ilhas, essencialmente ordeiras, do que devido à falta*

⁴¹⁷Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar, Carta enviada ao Ex. mo Senhor Presidente do Ministério pela Comissão Administrativa da Junta Geral de Angra do Heroísmo a 15 de setembro 1932. Pastas PT-TT-MI-GM-4-4-42-22_c0002 a _c0004

⁴¹⁸Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar, Carta enviada ao Ex. mo Senhor presidente do Ministério pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo a 1 de outubro de 1932. Pastas PT-TT-MI-GM-4-4-42-22_c0005 a _c0006

⁴¹⁹Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar, Carta enviada ao Ex. mo Senhor Presidente do Ministério do Interior pelo Governo Civil de Angra do Heroísmo a 3 de setembro de 1932. Pasta PT-TT-MI-GM-4-42-22_c0001

de amor pátrio, ou do espírito de disciplina militar e social, foram levados à prática de atos sediciosos e pelos quais estão sofrendo, há longos meses, as sanções da Lei. Junta-se os pedidos de complacência por parte do presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Amadeu Monjardino, *...a rápida solução deste assunto, cuja demora tem contribuído para agravar as desigualdades havidas na aplicação dos castigos impostos.* Logo afirmava o Governador Civil, remetendo as duas adjuntas solicitações, da Junta Geral Autónoma e Câmara de Angra, como representante do Governo, *abstenho de me pronunciar sobre o assunto e de desconhecer as intenções do Governo aos processos indisciplinados.* A sua preocupação era as famílias e por isso, *o argumento mais convincente e doloroso que deve pesar na apreciação do pedido.* Todos os documentos finalizavam: Saúde e fraternidade.

Quando eclodiu o golpe militar em Portugal, o arquipélago açoriano, como no Continente, havia três grupos de opinião diferentes, os que apoiavam a Ditadura, os que viram, nesse momento, uma transição para resolver os problemas e recuperarem o liberalismo político, e outros que se opunham ao golpe de 28 de maio e na sua afirmação efetiva.⁴²⁰ A reivindicação dos revoltosos era meramente patriótica e republicana, excluindo a questão autonomista/ separatista,⁴²¹ tendo o Governo conhecimento da instabilidade nas ilhas que procurou satisfazer reivindicações dos açorianos, o campo da autonomia administrativa. Porém, os acontecimentos arrastaram a um aperto financeiro que levou as juntas gerais a um estado desastroso par novos investimentos em obras.⁴²²

Aquando a nomeação para o arquipélago de um representante especial do Governo da República, o açoriano coronel Silva Leal, verificou um “descontentamento local” relativamente à Administração Central, tendo conseguido decreto que favoreceu as juntas gerais autónomas.

Foi numa conjuntura de descontentamento generalizado, que os deportados militares uniram-se em oposição à Ditadura. A sua intenção era de alargar o movimento de contestação, conseguindo adesão no continente. No seguimento dos

⁴²⁰ENES, Carlos, “Açorianos na oposição à Ditadura Militar” in *Os Açores e a Revolta de 1931. Comunicações apresentadas no Colóquio Comemorativo do 75º Aniversário*, IAC, 2008. P.165.

⁴²¹REIS, Célia. Ob. Cit.1990, pp. 62-63.

⁴²²REIS, Célia. Ob. Cit.1990, pp. 167.

factos, o Delegado Especial do Governo para os Açores, foi incumbido de limitar qualquer revolta.⁴²³

Um jornal noticiava, a *Pátria*, na 1ª página, *como os Açores receberam a Revolução*.⁴²⁴ Relatava-se o acolhimento que teve o movimento revolucionário em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Da Madeira *partiu um grito de revolta! Esse grito, que as brisas marítimas trouxeram até aos Açores, veio reboando pelos alcantis das serras até encontrar eco nas almas dos descendentes dum povo que, desde remota antiguidade, tudo tem sacrificado á palavra mágica- Liberdade!* Compara-se com os bravos de 1832, onde acompanharam o rei soldado até Mindelo.⁴²⁵ A nova onda revolucionária toma posições, a 11 de abril de 1931 a Junta Revolucionaria em resposta a um Ofício do dia 10 de Abril de 1931, por parte do Sr. Amadeu Monjardino, resolveu exonerar-lo das funções da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo.⁴²⁶

Tão depressa o movimento revolucionário despontou nas ilhas, como logo se rendeu. *Como consequências da revolta, registe-se a consolidação do regime, com a neutralização de um vasto sector oposicionista no seio das forças armadas. a medida mais violenta foi o saneamento de militares, após um inquérito realizado pelo coronel Pimenta de Castro. Muitos sargentos e tenentes nunca mais foram reintegrados, o que causou graves problemas sociais. No sector civil, alguns funcionários públicos e professores sofreram também suspensões temporárias, tendo algumas delas durado cerca de vinte anos.*⁴²⁷

A 18 de Abril de 1931, esse mesmo jornal, supracitado, dava ênfase na 1ª página, *Os últimos acontecimentos Findou o período Revolucionário na Ilha Terceira, sem o menor derramamento de sangue!*⁴²⁸ Dão conta o pânico que a população angrense sentiu, aquando os *hidros* sobrevoaram a ilha Terceira durante dois consecutivos, em que *a cidade se despovou quasi por completo*,⁴²⁹ embora mais tarde, nada tinham a recear. Entre variadíssimos reparos, noticiaram a sessão

⁴²³ REIS, Célia. Ob. Cit. 1990, pp. 167-169.

⁴²⁴ A *Pátria*, Angra do Heroísmo, ano II, N.º 143, de 11 de abril de 1931.

⁴²⁵ A *Pátria*, Angra do Heroísmo, ano II, N.º 143, de 11 de abril de 1931.

⁴²⁶ A *Pátria*, Angra do Heroísmo, ano II, N.º 144, de 13 de abril de 1931.

⁴²⁷ ENES, Carlos, "Revolta dos Deportados" in *Enciclopédia Açoriana*/Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.Culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisaDefault.aspx? Id=9722>.

⁴²⁸ A *Pátria*, Angra do Heroísmo, ano II, N.º 149, de 18 de abril de 1931.

⁴²⁹ Idem e Ibidem.

honrosa ao Coronel Fernando Borges, irmão do Capitão Domingos Borges, Governador Civil do Distrito de Angra do Heroísmo, entre 1932 a 1933, e constando o relatório em anexo, enviado ao Ministro do Interior.

O endurecimento do regime ditatorial fez-se sentir no território português, incluindo os Açores. Em Angra foi estabelecido o “Depósito dos Presos.”⁴³⁰

O Governo Central culpabilizou o fracasso dos dirigentes açorianos pelo movimento revolucionário de 1931. Dai em diante a União Nacional foi a força mediadora. Nessa altura vieram para os Açores, o capitão Domingos Augusto Borges e Joaquim Moniz de Sá e Corte-Real e Amaral, para controlar e não dar manobra a novas revoltas.

O término do Movimento Revolucionário consolidou a Ditadura Militar, mais tarde Salazar torna-se chefe do Governo a 5 de julho de 1932 e o Estado Novo consolida-se a 11 de abril de 1933, quando entrou em vigor a Constituição. Célia Reis na sua apreciação a este respeito dá conta que *contribuiu para que ganhasse maior peso o grupo dos que queriam seguir a via pacífica para mudança.*⁴³¹

O movimento revolucionário nos Açores constituiu um tremor de terra, na ilha Terceira onde teve um papel decisivo, pela sua posição estratégica e interesses estrangeiros, que serviu de tubo ensaio nos anos trinta e que viria a constituir-se a nível nacional: a implantação da União Nacional e mais tarde a institucionalização do Estado Novo.

O autoritarismo da Ditadura fez emergir movimentos revolucionários de opositores, ameaçando a sobrevivência do regime vigente. A displicência por parte dos deportados enviados para as ilhas, associou-se às dificuldades e misérias das gentes açorianas.

Neste período conturbado, o Delegado Especial do Governo da República nos Açores, controlará os dois arquipélagos, Madeira e Açores e fazendo a ponte entre o Governo Central e o Portugal Insulano. Diligenciando os contactos com o

⁴³⁰ENES, Carlos, “Revolta dos Deportados” in *Enciclopédia Açoriana*/ Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=9722>.

⁴³¹REIS, Célia. Ob. Cit. 2008, p. 167.

Governo na resolução dos problemas administrativos, sociais, económicos e militares.

As autoridades locais do após 28 de maio, tentaram passar a ideia de que as revoltas de 1931 nos Açores teriam sido incitadas e efetivadas unicamente pelos deportados políticos. Contudo, patentes militares e civis açorianas adotaram posições contrárias ao regime vigente. O desleixo por parte de quem tinha as rédeas do poder nos Açores, sobretudo do comando militar, e a falta de coordenação e objetivo por parte dos revoltosos compeliu ao fracasso.

Após revolução, o coronel Silva Leal cessou as suas funções de delegado, prisões, degredo e um ambiente tenso. Foi difícil saber quem conspirava e ou lutava contra a ditadura militar. Nos Açores será impossível documentar completamente alguma interpretação das conspirações e manobras políticas e militares de 1927 a 1931. A população da ilha Terceira demonstrou o seu desagrado não só à cessação do Regimento de Infantaria n.º 22, pedindo a substituição das unidades desagregadas. Depois foi convocado pelo oficial sindicante, Pimenta de Castro, os militares e civis implicados no movimento revolucionário de abril de 1931, com poderes especiais para analisar os relatórios dos mesmos. Daqui resultou muitos despedimentos, prisões, destituição de patentes militares, processos indisciplinares e baixas de serviço, reformas compulsivas. Alguma divulgação diria que a sindicância foi defeituosa, ou por vezes, benévola, reintegrando alguns deportados políticos, e outros com menos culpa foram afastados e privados de fazer a sua vida condigna. Quando saíram das suas dubiedades e privações, deixaram uma história vazia, que a historiografia vindoura deve explorar este período entre 1927-1931.

Quem foram então, os que participaram ou simpatizaram no revirralho, contra a ditadura, obviamente que a sua identidade e dimensão dependeriam de fontes parciais e interessadas nas confissões dos conspiradores, sendo heterogêneas quanto aos seus objetivos. Muita coisa foi posta em causa, a mais visível foi a permanência do Delegado Especial do Governo da República nos Açores entre 1927-1931. O novo regime, Estado Novo não trouxe nada encorajador nem facilitador para a Autonomia dos Açores, contudo, doravante as novas personalidades que assumiram os cargos regeram-se por uma filosofia equivalente ao regime vigente.

As hesitações e a abstenção de muitos cúmplices no momento de «sair à rua» deixaram sempre grandes áreas na obscuridade. Muito provavelmente, só a vitória poderia ter revelado a verdadeira dimensão do revirinho.

Após, a revolução de 1931 nos arquipélagos, Açores, Madeira, em que as autoridades que governavam nos cargos de grande importância, Governo Civil, Câmara Municipal, Junta Geral, do Distrito de Angra do Heroísmo, bem como todos os que dirigiam os serviços da mesma junta, ou seja na Administração Distrital para o bem comum dos açorianos, senhores do poder, elitistas, foram culpáveis da situação que deixaram acontecer. Todos tinham aderido à Ditadura Militar, republicanos moderados, e mais tarde no dizer do Governo, tiveram uma atitude débil perante a revolta dos deportados e alguns açorianos. Alguns deles com mais ou menos velada condescendência para com os seus conterrâneos, não foram claros em condenar. Por isso, o envio de dois homens de confiança, foram enviados para os Açores, ilha Terceira, o Capitão Domingos Augusto Borges e Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral, governadores Cíveis, respectivamente, entre 1932-1933 e 1933 a 1936. No início das suas funções, deparam-se com uma situação caótica nos vários organismos distritais, Governo Civil, Câmara Municipal, Junta Geral, do Distrito de Angra do Heroísmo, etc. O assunto base era o problema financeiro e os saldos negativos.

Não desviando do assunto, supracitado, foi premonitória a atitude do governador civil, Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral, em virtude do movimento revolucionário de 1931, pronunciando-se na questão, tinha havido uma arbitrária sindicância em relação ao afastamento dos funcionários civis e militares, que aderiram à revolta, diria mesmo, *foi até posta em evidência essa circunstância, notando factos que constituem agravos à sua justiça*.⁴³² Porque uns com culpas mínimas são presos, *numa vida de profundas torturas morais*,⁴³³ e outros responsáveis pelos acontecimentos estão ao ar livre. A população do Distrito de Angra era ordeira, somente tinham aversão contra alguns representantes da Ditadura, particularmente nos corpos administrativos. Segundo ele, eram os deportados políticos, os revoltosos, arrastando os insulanos, assim, deve-se ter

⁴³²Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar: *Relatório do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral em 12 de agosto de 1933*. Pastas de Ficheiros PT Ca-PT- TT-AOS-CO-IN-4-pt4_c0009 a _c00032

⁴³³ Idem e Ibidem

benevolência e justiça, porque sempre defenderam a Salvação Nacional. É preciso ter em conta, o momento que se vivia. Depois da promulgação da Constituição e da correção do Projeto da Constituição da República Portuguesa corrigido pelo próprio Salazar, entrava-se numa nova era: o salazarismo. Assim, depois de todos os trâmites legais e oficiais, e de uma reunião do Conselho, de natureza formal, a Constituição da República entrou em vigor em 11 de abril de 1933. Estavam-se a dar passos largos, debaixo dos novos alicerces, entre eles, a criação da União Nacional e o seu parceiro, o Secretariado da Propaganda Nacional, como um mecanismo exclusivamente necessário para demonstrar a obra do regime. Assim, efetivando os seus projetos políticos.

A Constituição regulamentará o papel do Estado como intermediário de todos os cidadãos que não conjurassem contra a Nação. Rui Ramos desmistifica o mito do 28 de maio, com o reviralhismo. Se bem se entende, não foi uma conspiração da direita católica e anti-republicana contra os republicanos democratas e liberais que surgiu em 1926. Diz o autor acima citado, foi uma ideia fomentada pelo Estado Novo e pela oposição democratizada a partir de 1930. Admitindo que boa parte das elites republicanas aceitaram o regime vigente e os contras tornaram-se reviralhistas, mas compreensivos devido a questão financeira. Aprontando que *a emergência do Estado Novo não resultou da simples decadência e queda da República, mas da transformação a que as suas elites tentaram sujeitá-la, transformação que passou pelo aniquilamento do velho PRP como partido dominante, num processo que se desenvolveu tanto à direita como à esquerda*,⁴³⁴ a guerra civil de 1926-1931 resolveu a situação política depois da implantação da República em 1910.⁴³⁵

Num ambiente de crise económica e social, Silva Leal irá encetar as diligências para implantar a União Nacional nos Açores, a qual em 1930 englobava todo o país, sendo o Delegado o árbitro entre os Açores e o Ministério do Interior.

⁴³⁴RAMOS, Rui. “A Segunda Fundação (1890-1926)” in *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 628-633

⁴³⁵RAMOS, Rui. Ob. Cit. 1994, pp. 628-633.

4. A criação da União Nacional e a indicação de individualidades para o desempenho de cargos públicos

Não discutimos Deus e a Virtude.

Não discutimos a Pátria e a sua História.

Não discutimos a Autoridade e o seu Prestígio.

Não discutimos a Família e a sua Moral.

Não discutimos a Glória do Trabalho e o seu Dever."

António de Oliveira Salazar

No âmbito cronológico encontramos-nos entre finais da Ditadura Militar e a institucionalização do Estado Novo, num quadro em que se destaca a preocupação do regime na sua legitimação institucional, o que conduziu à eleição de Carmona em 1928, como Presidente da República, com a promessa da realização de eleições administrativas e constituintes e a institucionalização da União Nacional como organização política de civis para apoiar a Ditadura. *Um tempo politicamente muito agitado e confuso, em que realçava o desígnio constituinte e legitimador do regime.*⁴³⁶

A 30 de julho, após duas tentativas falhadas para a criação da organização civil de apoio político à Ditadura Militar, renascia a União Nacional. Esta surgiu com o propósito de solucionar o problema político resultante do 28 de maio de 1926 após a dissolução do Congresso da República e da neutralização da Constituição de 1911. A União Nacional, congregando as forças políticas nacionalistas num único partido, preencheu assim esse espaço deixado, tornando o regime constitucional.⁴³⁷

A criação de um organismo civil de apoio ao Estado Novo foi uma das principais preocupações do governo a que presidiu o general Domingos de Oliveira, o qual se encarregou da tarefa da constitucionalização do regime instaurado em

⁴³⁶Servimo-nos da transcrição do "Manifesto à Nação" publicada no *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 14 de agosto de 1930. O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL NOS AÇORES por Carlos Cordeiro

⁴³⁷CRUZ, Manuel Braga da. Ob. Cit.1986, p. 94-95.

seguida ao movimento de 28 de maio. Inspirado pelo ministro das Finanças Dr. Oliveira Salazar, e, conjuntamente com os membros do governo definem a bases da referida organização política, a União Nacional que se constitui rapidamente e passou a exercer na vida do Estado Novo uma ação preponderante, sendo-lhe confiada a realização dos atos mais importantes levados a cabo para a constitucionalização da Ditadura Militar. Desses atos a eleição da primeira Assembleia Nacional e a reeleição do chefe do Estado avultam nessa fase da revolução do Estado Novo, a qual correspondeu ao quinquénio que decorreu entre 1930 a 1935. Esses cinco anos revestiram-se de uma importância decisiva para a consolidação do regime e para a sua marcha.

Por decisiva intervenção de Salazar, se funda oficialmente a União Nacional, concretizando-se um dos projetos impossíveis da Ditadura Militar, a criação de uma força civil de apoio, preenchendo o espaço pluripartidário da Iª República.

A proibição dos partidos e associações políticas fez com que a União Nacional e a sua sucessora, Ação Nacional Popular, garantissem o monopólio da representação parlamentar e assegurassem que os três Presidentes da República eleitos durante a vigência do regime fossem sempre aqueles que elas escolhiam e apoiavam.

É premonitório, que a instabilidade, após o 28 de maio de 1926, e as revoluções de 1931, levaram com mansidão a uma institucionalização jurídica e política, que garantiu o bom exercício do poder do Estado. A Ditadura Militar não seria algo transitória, mas o prosseguimento da legitimação de um regime que se caracterizou autoritário, nacionalista, tradicionalista e corporativista. Assumindo uma postura anti-parlamentar e anti-partidária, enfraquecendo a Assembleia Nacional, oficializou a União Nacional como apoio ao Governo.

No discurso da Sala de Risco, o ministro das Finanças, Oliveira Salazar, declarou que a ditadura instaurada em seguida ao movimento de 28 de maio não seria um episódio transitório na vida do país, mas o ponto de partida para a criação de novas instituições as quais seriam estabelecidas, em curto prazo, pela realização de uma série de atos de profundas repercussões. Num segundo discurso,

direcionado às autoridades civis, no qual completa o primeiro, define as linhas gerais do Estado Novo e completa a revelação das suas intenções em matéria política as quais se resumiam na constitucionalização da ditadura militar instituída em seguida ao movimento de 28 de maio, que devia consolidar-se pela criação de instituições jurídicas e políticas que assegurassem o funcionamento normal e regular do mecanismo do Estado. Naturalmente, acabar com as instituições existentes no último século, (os períodos da Monarquia liberal e da República parlamentar), e de seguida definir os postulados em que devia assentar a construção do Estado Novo autoritário e corporativo. A 30 de julho de 1930, reuniram-se na sala do conselho de Estado do ministério do Interior os representantes dos municípios do país, perante os quais voltaram a falar o chefe do governo, General Domingos de Oliveira e o Ministro das Finanças, Oliveira Salazar, onde foi enunciado as bases da União Nacional, dando a esse organismo as características de um agregado de natureza política para servir o regime e a Nação sem que os seus filiados tivessem, para isso, de abdicar das suas convicções e das suas tendências partidárias, anteriormente afirmadas ou manifestadas, em atos públicos. Assim, monárquicos e republicanos deviam considerar-se em condições de ingressar nela e começar os trabalhos preparatórios.⁴³⁸

Será que os integralistas e democratas e até os da extrema-direita e direita católica compatibilizavam com os ideais liberais da República, a liberdade e autoridade? A ideologia subjacente no processo da legitimação entre a Ditadura Militar e o Estado Novo era compatível com liberdade individual?

Salazar é categórico na resposta a António Ferro *Autoridade e liberdade são dois conceitos incompatíveis ... Onde existe uma não pode existir a outra* ...⁴³⁹

No deleito da leitura de um dos capítulos, *Situação Política*⁴⁴⁰ do relatório do governador civil, Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral, foi perceptível que ele era um homem da Situação, partindo de uma permissiva verdadeira, de que o seu povo era *essencialmente conservador, ordeiro e honesto*⁴⁴¹ e estariam com

⁴³⁸ 50 Anos de História do Mundo, 1900-1950, Editorial Século, Lisboa, pp.1099-1100.

⁴³⁹ FERRO, António. Ob. Cit. 1978, p. 96.

⁴⁴⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar: *Relatório do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral em 12 de agosto de 1933*. Pastas de Ficheiros PT Ca-PT- TT-AOS-CO-IN-4-pt4_c0009 a _c00032

⁴⁴¹ Idem e Ibidem

Situação, bem o demonstraram no *plebiscito para aprovação da Constituição Política da República Portuguesa*.⁴⁴² Engrandecendo o Governo da Ditadura, no entanto a mágoa de que o Governo não beneficia o Distrito de Angra do Heroísmo, como bem faz no Continente Português, arrastando-o *a uma existência nociva ao natural desenvolvimento*.⁴⁴³ Todavia, o Ministro das Finanças acudiu com um subsídio de 300 contos, bem como por lei orçamental foi elevado a 600 contos, embora carecendo de mais 400 contos anuais, referido no que respeita a Junta Geral de Angra do Heroísmo.

O apelo foi que o Estado devia permitir boas condições de vida, sobretudo financeira à junta geral. Tendo em conta que as últimas Comissões administrativas da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo.

No final deixa um convite a todos que queiram juntar-se á nova elite açoriana, pertencente à União Nacional e aos novos Copos administrativos, convictos de que o distrito vai sair duma apatia política e financeira, tal como o seu antecessor o demonstrou, Capitão Domingos Augusto Borges, irmão do Coronel Fernando Borges, incumbido de pôr termo à Revolução de 1931. O desfecho feliz foi de que *a propaganda do Estado Novo vai realizar-se, a par da obra de renovação e saneamento realizada já nalguns departamentos da vida pública local*,⁴⁴⁴ contando com os aderiam à situação e com a opinião pública, que já o provou.

Inicialmente, a União Nacional assumiu uma atitude de organização cívica. Aquando da sua estruturação, importa salientar, que em 1932 foi formada por membros do Governo e seu presidente, António Oliveira Salazar, *era o Governo à frente da UN e não a UN à frente do Governo. Reuniu católicos e laicos, monárquicos e republicanos, nacionalistas liberais e autoritários, corporativistas e sindicalistas*.⁴⁴⁵

A materialização deste ideal conheceu a sua génese num discurso apresentado publicamente por Salazar em julho de 1930, apresentando o programa

⁴⁴² Idem e Ibidem

⁴⁴³ Idem e Ibidem

⁴⁴⁴ Idem e Ibidem

⁴⁴⁵ ROSAS, Fernando, BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*. Volumes I, II. Bertrand Editora. Venda Nova 1996, pp. 989-991.

União Nacional, organização política não partidária tendo como objetivo reunir todos, independentemente dos seus ideais ou filiação partidária, a aceitar e apoiar a Ditadura. Assim, *Com o anúncio público da União Nacional, o Governo apelou às forças nacionalistas (monárquicos constitucionais e integralistas, católicos centristas, republicanos e liberais conservadores) para se congregarem à sua volta para o secundar política e civicamente, no seu desígnio legitimador e constituinte.*⁴⁴⁶

1º Compunha-se por portugueses com deveres cívicos a trabalhar para a salvação e engrandecimento de Portugal; 2º desviar do seu campo tudo o que desunia e fixar tudo o que lhe desse coesão, interessar a mocidade no estudo e conhecimento dos assuntos históricos, administrativos, financeiros, económicos, sociais e coloniais de Portugal; 3º preparar uma nova ordem constitucional, sendo os decretos 4º os seus membros devem entregar – se numa colaboração, com doutrinas de direito público e nacionalismo; 5º os princípios de todos os portugueses, a nível do património político, jurídico e moral que iriam contribuir para o seu programa definitivo e a reforma da Constituição, enumerados em alíneas de a) à y); a União Nacional consagra e perfilha assim um nacionalismo histórico, racional, reformador e progressivo, que teórica e praticamente se desvia do socialismo e do liberalismo sistemáticos e concorrentes a posições exclusivistas, sem tornar impossíveis as adesões que daí mesmo deve trazer o espírito de civismo, de renascença, ou de renovação.⁴⁴⁷ Neste documento já estavam consignadas as bases definitivas do que viria ser o alicerce legítimo e político do Estado Novo.⁴⁴⁸

A partir da criação da União Nacional, os antigos dirigentes açorianos deram lugar ao poder dos filiados que se dispuseram a apoiar o Estado salazarista em termos doutrinários e ideológicos.

Depois de 1930 o aparecimento do conceito Estado Novo desenvolveu-se com o advento do manifesto da União Nacional, contudo, nas ilhas dos Açores a ideia já se falava nesse mesmo ano, acima supracitado. Há conhecimento de uma reunião a pedido do Delegado Especial do Governo nos Açores e o Governador

⁴⁴⁶CRUZ, Manuel Braga da, “O Integralismo Lusitano nas origens do salazarismo” in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp. 13-74.

⁴⁴⁷Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar, Manifesto da Comissão Promotora da União Nacional, Pastas de Ficheiro PT-TT-AOS-D-M- 38-1-1_c0001.

⁴⁴⁸ Idem e Ibidem.

Civil, Manuel Mesquita, que dá conta o jornal *A União* a 14 de julho de 1930, onde o coronel Silva Leal faz uma exposição sobre futuro da Ditadura, quanto aos seus objetivos e desempenho. Passo a descrever: *a finalidade da Ditadura não se limita às soluções no campo financeiro, económico e social. Ficaria obra incompleta (...), se o problema político não fosse considerado. É preciso que se efetive a obra da Ditadura por meio de um novo Estatuto que oriente o Estado Novo e que seja exclusivamente adequado às nossas qualidades de temperamento e defeitos de raça. Este estatuto será outorgado quando a Nação estiver apta a recebe-lo e a compreende-lo porque a Nação, já refeita dos sacrifícios exigidos para a sua salvação, terá uma mentalidade nova que a valorize e assistirá imperturbável na sua ânsia de progresso e renovação à transição do regime ditatorial para o Estado Novo da República Portuguesa.*⁴⁴⁹ Se tivermos com atenção, Silva Leal segue as diretrizes do discurso de Salazar, o problema não era só o financeiro, que já estava solucionado, agora era urgente atacar o social e essencialmente o político.

A 2 de dezembro de 1931⁴⁵⁰ a reunião extraordinária com abertura do vice-presidente José Narciso Pereira Coelho, que em seu nome deu a conhecer o pedido de demissão por parte do antigo presidente Manuel de Sousa Meneses, tendo o vogal João Batista Machado Azera lastimado, dado ao seu alto civismo e boa administração. O capitão Francisco Machado Barcelos propôs a demissão coletiva de toda a Comissão administrativa e que fosse transmitida ao Governador Civil,⁴⁵¹ visto que nesta altura o Delegado Especial do Governo da República nos Açores já tinha cessado as suas funções.

A 17 de dezembro de 1931, não houve ata a aprovar e a comissão administrativa informou que na próxima ata estaria em funções a nova comissão administrativa.⁴⁵²

A 7 de janeiro de 1932, João Batista Machado Azera leu o ofício n.º 1 da 1ªSeção do Governador civil do distrito de Angra do Heroísmo e com base no

⁴⁴⁹*A União*, Angra do Heroísmo, Ano 37, n.º 10661, de 14 de julho de 1930.

⁴⁵⁰BPARLSR. Fundo Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 18, *Atas das Sessões*, Sessão de 2 de dezembro de 1931, fl.16

⁴⁵¹Os governadores civis eram nomeados nas pessoas dos chefes políticos locais.” Na ditadura militar de 1926-31 recorreu – se a patentes do Exército. Persistiram até 1975 quando, pela agitação política e popular de reação ao centralismo foram extintos e se criou um primeiro governo provisório regional, a Junta Regional dos Açores, pelo decreto 458/B/75 de 22 de agosto. LEITE, José Guilherme Reis, “Governador Civil”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=8566>.

⁴⁵²BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 18, *Atas das Sessões*, Sessão de 17 de dezembro de 1931, fl.18.

telegrama do Ministro do Interior, dava conhecimento dos novos elementos da Comissão administrativa com quatro listas para votação. Passa a ser presidente o capitão Domingos Augusto Borges, dizendo que assumia *os destinos do corpo administrativo cuja vida financeira não é nada desafogada ... para demonstrar pormenorizadamente ao governo que não podemos manter-nos com o regime do Decreto de 15.805 ... as receitas não comportam as despesas obrigatórias... pedia um aumento de receitas de 1.400 contos acham dentro da Obra Nacionalista em que a Nação se vem entregando*.⁴⁵³

No dia 8 de junho de 1933, ata de instalação da Comissão administrativa, nova demissão coletiva da comissão administrativa que foi aceite pelo Ministro de Interior em resposta ao Governador civil e constituída uma nova em que seu presidente foi o capitão Antonino Germano Serrão dos Reis, o último presidente da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, a que este trabalho se reporta.⁴⁵⁴ António Germano Serrão dos Reis, Constantino José Cardoso, António Jacinto de Sousa Pereira, Francisco Coelho Maduro Dias, João Baptista Machado Azera, Álvaro da Costa Franco, todos esses elementos que constituíram a Comissão Administrativa em 8 de junho de 1933, assumiram os cargos no âmbito do novo regime, o Estado Novo.

Em todas as atas referente aos anos de 1927 a 1933, nos Açores a figura, do Delgado Especial do Governo da República nos Açores, foi o promotor das ligações entre a Ditadura Nacional e as Ilhas Adjacentes, em tudo o que fosse correspondências e deliberações. Intercedia nas reivindicações por parte dos açorinos, nomeadamente os terceirenses. A sua preponderância face à situação de abril de 1931 colocou a sua permanência em causa com os movimentos revolucionários na Madeira e nos Açores. Mais tarde a extinção do cargo de Delegado Especial foi o fim de um ciclo político nos Açores e o início de uma nova era, em que consolidou a Ditadura Nacional. *O fracasso da revolta levou à preparação de um novo movimento, ... mas sobretudo contribui para que ganhasse maior peso o grupo dos que queriam seguir a via pacífica para a mudança*⁴⁵⁵ É notório nas atas as constituições dos seus elementos, elogios ao Governo da

⁴⁵³BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 18, *Atas das Sessões*, Sessão de 7 de janeiro de 1932, fl.21

⁴⁵⁴BPARLSR. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo, Livro 20, *Atas das Sessões*, Sessão de 8 de junho de 1933, fl.1 e 2.

⁴⁵⁵REIS, Célia. Ob. Cit. 2008, p. 164.

Ditadura Nacional, por exemplo aquando o derrubo do movimento revolucionário, e término aparecer” em bem da Nação e em documentos oficiais enviados ao Ministro do interior pelo Governador civil, pelo Delegado Especial e presidentes da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, Saúde e *Fraternidade*.

Foi uma época de reviravolta política e económica e social. Os cargos foram preenchidos por nomeação do Governo Central, o Governo Civil, os governadores civis pertencendo a forças militares passam a ser nomeados bem como a instalação das novas Comissões administrativas da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo.

Neste repto, o capitão Domingos Augusto Borges, adepto da Ditadura Militar saída do golpe de 28 de maio de 1926, foi mandado para a ilha Graciosa como comandante de diligência do Regimento de Infantaria nº 22 destinado a guardar o depósito de deportados políticos estabelecido em Santa Cruz e exerceu a função de comandante militar daquela ilha.

Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral membro da Comissão Distrital de Angra do Heroísmo da União Nacional e responsável pela montagem do Estado Novo no Distrito. Governador civil de Angra do Heroísmo de 1933 a 1936, ambos açorianos.

Aquando a nomeação para o cargo de Governador civil, deste último, supracitado, a 12 de agosto de 1933, apresentou e enviou um relatório ao Ministério do Interior, dando conhecimento da situação que “*em Angra reinou nos últimos anos uma verdadeira anarquia e desmoralização administrativas.*”⁴⁵⁶ Acrescentava ainda, que tinha havido desleixo e erros nos processos de administração e política, o caso era sabido mas abafado, pois a censura à Imprensa e as represálias não permitiam dizer a verdade. Direccionava a culpa a um grupo de homens bem conhecidos pela sociedade angrense, *todos parentes, compadres, amigos e vizinhos*⁴⁵⁷ tudo se passando durante a Ditadura. Inconciliáveis ao espírito do Estado Novo, economizar a bem da Nação sem se deixar de fazer o necessário, mas *honrar o Distrito e o prestígio do Poder Central*⁴⁵⁸ Eram, Amadeu Monjardino, presidente

⁴⁵⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar, Relatório do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral de 12 de agosto de 1933. Pastas PT Ca-PT-TT-AOS-CO-IN-4-pt4_c0009 a _c00032.

⁴⁵⁷ REIS, Célia. Ob. Cit. 2008, p. 164.

⁴⁵⁸ REIS, Célia. Ob. Cit. 2008, p. 164.

da União Nacional, da Câmara Municipal de Angra e Junta Autónoma dos Portos; major João Alpoim Borges do Canto vice-presidente da Câmara Municipal de Angra e oficial da censura; coronel Feliciano António da Silva Leal, Comandante Militar dos Açores e membro da União Nacional; Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, secretário geral do Governo Civil e político encartado. Laços de família e negócios ligavam este *sindicato*. Dos quatro Governadores civis, apenas um faleceu precocemente, o capitão Domingos Augusto Borges. Dois foram destituídos, Dr. Constantino Meneses Cardoso, governador civil substituto, após o Movimento Revolucionário de 1931 e o governador civil, Sousa Rodrigues, em que os homens, designados por Joaquim M. de Sá Corte Real e Amaral, pertencentes ao “Sindicato” facilitaram a sua queda. Cabia-lhe, ao governador supracitado, reestruturar e organizar os organismos institucionais, da melhor maneira, repondo, não só o seu equilíbrio financeiro, bem como a sua dignidade. Mencionava que todos eram filiados nos partidos antes do 28 de maio.⁴⁵⁹

A ascensão quer do antecessor, capitão Domingos Borges nomeado pelo Ministro do Interior, do narrador deste relatório, Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral foram feitas com cautela, e a tomada do cargo, por este último, da Comissão Distrital da União Nacional, os referidos no relatório pertencentes ao sindicato, pediram a sua demissão.⁴⁶⁰

Seguidamente, foi ordenadamente os fatos relativos à Câmara Municipal de Angra Junta Autónoma dos Portos, Junta Geral Autónoma de Angra, Câmara Municipal da Praia da Vitória, Misericórdia de Angra, Desemprego, Situação Política, Reintegrações e sua Conclusão e em cada um demonstrando as deficiências e o que se podia fazer, apresentado no fim.⁴⁶¹

Apenas, Francisco Lourenço Valadão Júnior Secretário-geral do Governo Civil de 1932 continuou nos anos seguintes.

No ponto das Reintegrações, o Governador Civil, deparou-se que a sindicância de Pimenta de Castro, feita a alguns funcionários militares e civis em virtude de terem participado no Movimento Revolucionário de 1931, não foi justa.

⁴⁵⁹ REIS, Célia. Ob. Cit. 2008, p. 164.

⁴⁶⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar, Relatório do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral em 12 de agosto de 1933. Pastas PT Ca-PT-TT-AOS-CO-IN-4-pt4_c0009 a _c00032.

⁴⁶¹ Idem e Ibidem.

Alguns que cooperaram na revolta estão integrados e ao serviço, outros, sobretudo civis, com culpas mínimas ou sem nenhuma, encontravam-se afastados dos seus cargos. Pronunciava o Governador Civil, com causa, pois tinha sido demitido do seu cargo de reitor do Liceu. Agora vinha apelar ao Ministro do Interior, um gesto de benevolência e justiça para com esta gente, que fazem parte do povo açoriano, ordeira e que estavam há 27 meses de privações familiares e profissionais, carregando sofrimento e miséria a si e aos seus familiares. Falando dos deportados políticos, revolucionários, estes sim contra o Governo, e que se aproveitaram da franqueza e miséria do povo açoriano. O apelo foi *terminar a desigualdade de tratamento havida, viria a contribuir para a necessária pacificação política do meu distrito*.⁴⁶²

Devido a asfixia financeira, dos corpos administrativos da indústria dos bordados e tabaco, a não entrada de dinheiros do Brasil e América e o desemprego, o saneamento básico, da canalização de água, era urgente que o Governo deitasse a mão, para diminuir a fome e o desemprego. O Estado deverá ajudar para a melhoria política e financeira da Junta Geral. Só com essa ajuda, a juventude da União Nacional e dos corpos administrativos do Distrito de Angra do Heroísmo pode sair das dificuldades que os assolam.⁴⁶³

Todos os serviços encontravam-se desfalcados, era urgente a reposição financeira para dar seguimento às obrigações necessárias ao Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, sobretudo aos serviços mais preponderantes, como as obras públicas, pagar os créditos às Caixas, ajudar os desprotegidos e abranger todos os outros encargos necessários, levando a bom porto a administração distrital nos vários aspetos, social, económico e político.

As novas elites locais deviam desempenhar o seu trabalho árduo, convictos que o Governo Central, em conjunto com o Governador Civil e o povo do seu distrito, continuará a prestigiar a Ditadura Nacional e o bem da Nação, tendo em conta as limitações financeiras que o País atravessava.

⁴⁶²Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar, Relatório do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral em 12 de agosto de 1933. Pastas PT Ca-PT-TT-AOS-CO-IN-4-pt4_c0009 a _c00032.

⁴⁶³ Idem e Ibidem.

Para finalizar, a 10 de Outubro *A União* denotou em destaque: *o Secretariado de Propaganda Nacional – integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação*⁴⁶⁴ O Secretariado de Propaganda Nacional foi criado junto da Presidência do Conselho, sob a direção e superintendência, incumbido internacionalmente e externamente coordenar toda a informação relativa à ação dos diferentes ministérios, *de modo que pela sua organização sistemática e oportuna difusão, possa evidenciar-se, no País e no estrangeiro, o espírito de unidade que preside à obra realizada e a realizar pelo Estado português*.⁴⁶⁵

Eram publicadas as primeiras declarações de António Ferro, primeiro diretor Secretariado de Propaganda Nacional. Diria que não podia voltar as costas à imprensa, embora deve-se regular as relações da imprensa com o Estado e faria guerra às claras contra as calúnias. Diria ele, que seria a propagação de uma obra e de um momento, “o momento de Salazar”.⁴⁶⁶

⁴⁶⁴ *A União*, Angra do Heroísmo, Ano 40, n.º 11594, de 10 de outubro de 1933.

⁴⁶⁵ Idem e Ibidem.

⁴⁶⁶ *A União*, Angra do Heroísmo, Ano 40, n.º 11608, de 26 de outubro de 1933.

CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como tema a Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, de 1926 a 1933, órgão de poder aglutinador de uma diversidade de micro poderes, com objetivo de ser uma força de resolução e de aparente autonomia, numa realidade insular, face ao poder central.

Os aspetos basilares deste trabalho de investigação mostram os Açores numa dualidade: a “dança do poder” nas mãos das elites regionais, ilustradas e empenhadas no exercício e manutenção do poder. Desenvolvendo económica, política, social e culturalmente, o Distrito de Angra do Heroísmo, resolvendo, sempre que possível, as pretensões dos angrenses e insulares. Embora contrastando com o povo analfabeto.

Para tal, sustentado na análise de 284 atas, entre 1926 a 1933, deste estudo se depreende que a Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, de longa data, foi regularizando a administração insular, após o impacto nos Açores do Liberalismo e suas consequências.

A luta pela Autonomia, na segunda metade do século XIX, nos Açores constou num debate marcado acerca do sistema político-administrativo que se deveria implantar nas ilhas. As propostas autonomistas que culminaram no Decreto descentralizador de 2 de Março de 1895, foram a resposta de um conjunto de descontentamentos, promulgado no Governo de Hintze Ribeiro.

Desejo, de certo modo, menos ambicioso pelo Gil Mont’Alverne de Sequeira no seguimento de várias causas que levaram os açorianos à primeira campanha autonómica, embora um pouco longe das reivindicações de Aristides da Mota e mais brando para que o Governo Central o aceitasse. Assim, surge o primeiro decreto designado o “Decreto Autonómico”, concebido em 2 de março de 1895, com características especiais para os Açores, constando numa promulgação de um decreto de organização administrativa para os distritos açorianos que os solicitassem, e, que só foi solicitado, por Angra, mais tarde. Conseguiram arrecadar mais receitas, mas o Governo da República passou a exercer tutela nas Juntas Gerais, através do Governador Civil e pela autorização que dele dependia para a execução de grande número de deliberações desse órgão.

O desânimo perante o ostracismo da Metrópole, impedindo os Açores de atingir o grau de desenvolvimento social, político, económico e cultural, levou os açorianos à primeira campanha autonómica. Audaciosa e por motivos que suscitavam muitos e veementes protestos, com eco em boa parte da imprensa local. As vozes levantavam-se contra uma economia vulnerável, dependente de fatores externos e condicionada pelos protecionismos do Governo Central. Como referia Aristides Moreira da Mota: *“O Estado não só gasta pouco com os Açores, mas gasta mal”*.

Sob o republicanismo a discussão e publicação de um Código Administrativo foi inexistente e incoerente face um espírito autonómico *“da Livre Administração dos Açores pelos açorianos”*.

Assim, o descontentamento era permanente e resultante de perdas de regalias autonómicas, que o Decreto de 2 de março de 1895, primeiro “Decreto Autonómico” — que institucionalizou o regime autonómico para os Açores, promulgado por Hintze Ribeiro, longe das propostas de Aristides da Mota, concedeu aos distritos locais uma autonomia administrativa. O Ideal Açoriano, ressuscitou entre os velhos políticos locais, colocando em causa as instituições republicanas e as suas inclinações por soluções ditatoriais.

O 2º movimento autonomista põe novamente a questão da Autonomia em destaque, na campanha para as eleições gerais realizadas em novembro de 1925. Conjuntamente com a criação do cargo de Delegado Especial do Governo da República para os Açores, pelo Decreto de 7 de outubro de 1927 que foi nomeado o Coronel Silva Leal, consagraram através do Decreto de 16 de fevereiro de 1928 algumas das velhas aspirações, principalmente no campo financeiro.

Entretanto, o regime político instituído em Portugal, após a Revolução de 28 de maio de 1926, inicia um novo período da vida política, económica e social do País, anunciando-se com profundas e extraordinárias reformas e de grandiosos empreendimentos, decisivos no futuro da população portuguesa. Às agitações políticas juntavam-se graves problemas económicos e financeiros, como os défices orçamentais, instabilidade da moeda, o problema agrário e o atraso industrial.

A 28 de maio de 1926, um Golpe de Estado impôs a Ditadura Militar, levando à criação e nomeação de um cargo de Delegado Especial do Governo da República nos Açores personificado pelo então, Coronel Silva Leal, em 1927, com funções de superintendência da administração pública e competência para nomear e demitir as autoridades administrativas e militares.⁴⁶⁷ Devido a uma presença forçada nos Açores, em diferentes conjunturas, de deportados, opositores políticos do regime, que levaram a revoltas reviralthistas em 1931, Silva Leal, interveio numa política administrativa no controle do Arquipélago dos Açores. Num ambiente de crise económica e social encetou diligências para implementar a União Nacional, que mais tarde foi dirigida pelo seu amigo e familiar Amadeu Monjardino, que teve um papel muito importante na Junta Geral de Angra. Os paladinos do 2º Movimento Autonomista congregavam nele todas as aspirações e esperanças, no campo financeiro. Dai resultando um alargamento financeiro para as Juntas Gerais, aumentando as receitas e tirando o encargo de alguns serviços. Os antigos e novos paladinos da causa autonómica podiam estar sensivelmente triunfantes, mas por pouco tempo festejaram. *Vitórias! Os distritos insulados autonómicos conquistam; finalmente, novas e importantíssimas receitas para a sua vida administrativa.*⁴⁶⁸ Não trazendo a tão desejada autonomia financeira.

Sol de pouca dura. O Decreto do Governo da Ditadura N.º 15.805, de 31 de julho de 1928, o primeiro que traz a assinatura de Salazar, trouxe consigo a desilusão do ideal autonomista açoriano, originado um terramoto autonómico, dito pelos defensores da Autonomia, pois o que importava era o plano de salvação nacional, impondo rigorosas economias em todos os serviços do Estado.

Nos Açores resultou uma asfixia financeira das Juntas Gerais. Até, então, os orçamentos equilibravam-se, conforme as épocas de crise mais ou menos prosperas, consoante as contribuições.

Seguindo esta linha cronológica, procurou-se aprofundar as relações sociopolíticas e socioeconómicas do meio ambiente açoriano, mais propriamente o

⁴⁶⁷Decreto n.º 14402, de 7 de outubro de 1927

⁴⁶⁸*Correio dos Açores*, Ponta Delgada, Ano 8, n.º 2240, de 17 de fevereiro de 1928

da ilha Terceira, embora difícil calcular o seu alcance social, económico e político nas vivências insulanas.

As consequências do reviralhismo, entre 1927-1931, que na opinião de Rui Ramos terá havido uma guerra civil em Portugal.

Nessa altura, em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, a demissão de uma elite deu lugar ao aparecimento de outra. Esta teve que se habituar a lidar com a contenção financeira imposta por Salazar, os mesmos impostos, mas mais serviços vindos dos ministérios e ter um espírito de aceitação e subserviência

A Imprensa terceirense, como no resto do País, estava controlada pela censura, e os jornalistas usavam uma escrita dissimulada, porque entre linhas sabiam que o lápis azul, riscava ao sabor do regime vigente, Ditadura.

Com a Constituição de 1933, teoricamente, assegurava a liberdade de expressão de Imprensa, mas impedia com leis especiais, *preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos.*

Nos quatro capítulos, cada um com a sua especificidade, foram realçados os princípios e os aspetos históricos do órgão central da administração distrital, a Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, sob os diferentes regimes liberalismo, republicanismo e ditadura militar. As suas competências e implicações aos Códigos Administrativos que iam aparecendo, no que respeita à administração local, terão sido mais centralizadores ou descentralizadores, consoante a o regime na altura. É precisamente sobre um órgão de administração local que este trabalho se debruçou — a Junta Geral — que tinha sob a sua alçada um diversificado número de serviços.

A Junta Geral de Angra do Heroísmo desempenhou um papel fundamental, uma vez que fazia parte das suas competências toda a política de desenvolvimento do respetivo distrito, pelo que qualquer alteração aos seus estatutos e orçamentos acabou por ter significativo impacto socioeconómico.

A exiguidade de receitas que tinham para fazer face aos encargos foi sempre um eterno problema. A Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo concluiu algumas obras, por exemplo nos serviços das obras públicas, da saúde e educação, agricultura e pecuária.

Ou seja, a função do Governador Civil, do Delegado Especial do Governo nos Açores, e os corpos administrativos das Comissões das Juntas Gerais, tiveram um papel fundamental na afirmação e desenvolvimento de uma Autonomia administrativa.

Ainda, hoje inacabada, mas com os novos paladinos e um sentido de responsabilidade jurídica e política, há muito para fazer nos tempos vindouros.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Manuscritas:

- Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro. Fundo da Junta Geral de Angra do Heroísmo - Atas das Sessões ordinárias e extraordinárias das comissões administrativas 1926-1933
- Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro. Ofício n.º 201 de 5 de maio de 1931 que apresentava a relação dos que não aderiram ao movimento revolucionário de abril de 1931, Arquivo do DEGRA; Maço n.º4
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar: *Telegrama de 20 de abril de 1931*, Pasta de Ficheiro Ca-PT-TT-AOS-co-Pc-3A-pt4_c0010
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar: *Precisará o Governo, para a sua defesa, de assassinar presos?* Pasta de Ficheiro Ca-PT-TT-AOS-co-Pc-3A-pt20_c0001
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar: *Carta enviada ao Ex.mo Senhor Presidente do Ministério pela Comissão Administrativa da Junta Geral de Angra do Heroísmo de Angra do Heroísmo a 15 de setembro 1932*. Pastas de Ficheiros PT-TT-MI-GM-4-4-42-22_c0002 a _c0004
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar: *Carta enviada ao Ex.mo Senhor presidente do Ministério pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo a 1 de outubro de 1932*. Pastas de Ficheiros PT-TT-MI-GM-4-4-42-22_c0005 a c0006
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar: *Carta enviada ao Ex.mo Senhor Presidente do Ministério pelo Governo Civil de Angra do Heroísmo a 3 de setembro de 1932*. Pasta de Ficheiro PT-TT-MI-GM-4-4-42-22_c0001

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar: *Manifesto da Comissão Promotora da União Nacional*, Pastas de Ficheiros PT-TT-AOS-D-M- 38-1-1_c0001 a _c0007
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar: *Carta enviada pelo chefe da secretaria da Junta Geral de Angra do Heroísmo com Mapa das Despesas com as obras das estradas no Distrito de Angra do Heroísmo*. Pasta de Ficheiro PT-TT-AOS-D-G-6-1-6_c00017
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar: *Mapa das Despesas com as obras das estradas no Distrito de Angra do Heroísmo* Pastas de Ficheiros PT-TT-AOS-D-G-6-1-6_c0018 a _c0032
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar: *Mapa do serviço executado por Viação distrital nos anos económicos 1932-1933 e 1933-1934*. Pasta de Ficheiro PT-TT-AOS-D-G-6-1-6_c00019
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar: Carta do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral ao Ministro das Finanças a 29 de Maio de 1934, sobre as obras executadas e as que faltam concluir nas estradas. Pastas de Ficheiros PT-TT-AOS-D-G-6- 1 6_c0016
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar: *Relatório do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Domingos Augusto Borges em 1 de agosto de 1932*. Pastas de Ficheiros PT Ca-PT-TT-AOS-CO-IN-4-pt4_c0006 a _c0008
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar: *Relatório do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral em 12 de agosto de 1933*. Pastas de Ficheiros PT Ca-PT-TT-AOS-CO-IN-4-pt4_c0009 a _c00032

- Jornais da ilha Terceira:
 - *A União*, 1926 a 1933
 - *A Pátria*, 1930 a 1931
- Jornal da ilha de S. Miguel:
 - *O Correio dos Açores*, 1926a 1930
- Salazar, António Oliveira, *Discursos*, vol. II, 1928-1934, 5ª edição, Revista Editora, Limitada, Coimbra, 1961.

3. Estudos

- AMARAL, Diogo Freitas do, *Curso de Direito Administrativo*, vol. I, Coimbra, Almedina, 3.ª edição, 2016.
- BENTO, Carlos Melo, “José Bruno Carreiro, Autonomista e escritor” in *Insulana Separata*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol.51, n.º2,1995,pp. 222-224.
- CAETANO, Marcelo, “A codificação administrativa em Portugal” in *Revista da Faculdade de Direito de Lisboa*, Lisboa, Livraria Morais, Ano II, 1934, pp.324-405.
- CAETANO, Marcelo, “Os Antecedentes da Reforma Administrativa de 1832” in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Ano XXII, 1968-1969, pp.22-23.
- CAETANO, Marcelo, *Manual de Direito Administrativo*, vol. I, Coimbra, Almedina, 9ª Edição, 1980.
- CAMPINOS, Jorge, *A Ditadura Militar – 1926-1933*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975.
- CARREIRO, José Bruno, *A Autonomia Administrativa dos Distritos da Ilhas Adjacentes*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura 1994.
- CORDEIRO, Carlos, e SILVA, Susana Serpa, *A História da Imprensa e a Imprensa na História o Contributo dos Açores*,

Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2009.

- CORDEIRO, Carlos, “José Bruno Tavares Carreiro, da Monarquia Constitucional Ao Estado Novo um Percorso Autonomista” in *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. LXV, 2009, pp.15 – 44.
- CORDEIRO, Carlos, “O Processo de Implantação da União Nacional nos Açores” in *Arquipélago - História*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2ª Série, vol. IX, 2005, pp.339-534
- CORDEIRO, Carlos, “Entrevista ao Açoriano Oriental” in *Açoriano Oriental*, Ponta Delgada, 5 de outubro de 2009, p.10 e11.
- CORREIA, Fernando da Silva. Escreveu essa frase no artigo, “Surto epidémica ocorrida em Portugal na primeira metade do século XX: abordagem histórica epidemiológica. I - Peste Bubónica” in *Revista da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna*, publicação trimestral, vol.18 I N.41 out./Dez.2011, pp.259.
- CORREIA, Mário, “O voo à Madeira e aos Açores em 1926 ou os Pioneiros Esquecidos” in *Atlântida*, revista de cultura, Asas Sobre o Atlântico, Instituto Açoriano da Cultura, Angra do Heroísmo vol. LX, 2015, pp.361-370.
- COSTA, Susana Goulart, “Do Colóquio Os Açores e a Revolta de 1931” Os Açores e a Revolta de 1931. *Comunicações ao Colóquio Evocativo do 75.º aniversário*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2007, pp.455-457
- COMSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. Decreto-Lei n.º 23:048, de 23 de setembro de 1933. Parte I, Título II, art.8.º, n.º 4.

- CRUZ, Manuel Braga da, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986.
- CRUZ, Manuel Braga da, “O Integralismo Lusitano nas origens do salazarismo” in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp.13-74.
- CRUZ, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- ENES, Carlos, “As Etapas do Processo Político-Administrativo, Conclusões” in *Obras IV, Escritos Político-administrativos, Estudo Introdutório e Organização de Luís Silva Ribeiro*, Centenário Ribeiriano, I.H.I.T., Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1996, pp.55-97.
- ENES, Carlos. “O Novo Regime de Administração Autonómica – Considerações sobre a remodelação dos serviços públicos em Angra do Heroísmo”, *Escritos Político-administrativos de Luís Silva Ribeiro* in *Obras IV, Escritos Político-administrativos de Luís Silva Ribeiro*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira/Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1996, pp.204-206.
- ENES, Carlos, “Açorianos na oposição à Ditadura Militar” in *Os Açores e a Revolta de 1931*. Comunicações apresentadas no Colóquio Comemorativo do 75º Aniversário, IAC, 2008. P.165.
- ENES, Carlos, “Revolta dos Deportados” in *Enciclopédia Açoriana*/Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisaDefault.aspx?Id=9722>.
- ENES, Carlos, “Censura (1926-1974)” in *Enciclopédia Açoriana*/ Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=1606>.

- ENES, Carlos, “Luís Silva Ribeiro” in *Enciclopédia Açoriana*/ Direção Regional da Cultura, disponível em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=10611>.
- ENES, Carlos, “José Bruno Carreiro” in *Enciclopédia Açoriana*, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?Id=1399>.
- ENES, Carlos. “A Pátria” in *Enciclopédia Açoriana*, consultável em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=9254>.
- ENES, Maria Fernanda, “Os Açores em tempo de rotura: as ideias, os acontecimentos e os resultados” in *História dos Açores: do descobrimento ao século XX, vol. II*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp.639-664.
- FARINHA, Luís, “Agora ou nunca”: Combates pela Liberdade nos Açores. A Revolta de 1931, in *Os Açores e a Revolta de 1931. Comunicações apresentadas no Colóquio Comemorativo do 75º Aniversário*, IAC, 2008, pp.7-17.
- FERREIRA, José Medeiros, “*O Comportamento Político dos Militares, forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*”, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.
- FERREIRA, José Medeiros, “José Bruno Tavares Carreiro, o Almirante Dunn e o Presidente Wilson: o Triângulo que nunca existiu?” in *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, LXV, 2009, pp.57-70.
- FERRO, António, Salazar, s./l., Edições do Templo, 1978.
- GARRET, Almeida. *Portugal na Balança da Europa*, ed. de 1867, pp.316-317, citado por SÁ, Victor. “Notas sobre Mouzinho da Silveira” in *Revista História*, 1984, vol.1, pp.205-210.

- GOMES, Joaquim Cardoso, “*Os Militares e a censura: a censura à imprensa na ditadura militar e Estado Novo 1926-1945*”, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- LEITE, José Guilherme Reis, (org.) *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa 1892-1947*, Horta, Assembleia Legislativa Regional, 1987.
- LEITE, José Guilherme Reis, *Política e Administração nos Açores de 1890 a 1910. O 1º Movimento Autonomista*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.
- LEITE, José Guilherme Reis, “Novas formas de governação das ilhas: divisões e autonomia fracassadas” in *História dos Açores: do descobrimento ao séc. XX*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano da Cultura, 2008.
- LEITE, José Guilherme Reis, “Juntas Gerais”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=7860>.
- LEITE, José Guilherme Reis, “Juntas Gerais Autónómicas”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=7861>
- LEITE, José Guilherme Reis, “Autonomia”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=4951>.
- LEITE, José Guilherme Reis, “Governador Civil”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=8566>.

- LEITE, José Guilherme Reis, “Administração” in Enciclopédia Açoriana/ Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=856>.
- LEITE, José Guilherme Reis, “Decreto Autónimo” in *Enciclopédia Açoriana*, disponível em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=4954>.
- LEITE, José Guilherme Reis, Filomeno da Câmara de Melo Cabral in Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=424>.
- LEITE, José Guilherme Reis, “Fernando Augusto Borges” in Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?Id=7217>.
- LEITE, José Guilherme Reis, “Juntas Gerais dos Distritos Autónomos”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=7862>.
- LEITE, José Guilherme Reis, “Amadeu de Almeida Monjardino”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=8372>.
- LEITE, José Guilherme Reis, “Uma Reflexão sobre a Autonomia dos Açores”, in *Comunicações Apresentadas na VIII Semana de Estudos dos Açores*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano da Cultura, 1987, pp.877-883.
- MACHADO, Maria Margarida Mendonça Vaz do Rego, “Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara” in Enciclopédia Açoriana,

<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=6352>.

- MAIA, Francisco d’Athayde M. de Faria, *Em Prol da Descentralização: Livre administração dos Açores pelos Açorianos*, Ponta Delgada, Jornal da Cultura, 1994.
- MARQUES, Oliveira, “Breve História de Portugal”, Lisboa Editorial Presença, 1995.
- MATTOSO, José, (dir.) *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1ª edição, Vol. VII, 1994.
- MELO, Fernando, “Manuel Linhares de Andrade” in *Enciclopédia Açoriana*,
<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=4230>.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, *Salazar, Uma Biografia Política*, Lisboa, D. Quixote, 3.ª Edição, 2010.
- MOURA, Gustavo, “Comunicação Social”, in *Enciclopédia Açoriana/ Direção Regional da Cultura*, disponível em:
<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=2010>.
- MORAIS, J. A. David. “Surtos epidémicos ocorridos em Portugal na primeira metade do século XX: abordagem histórica epidemiológica. I - Peste Bubónica” in *Revista da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna*, publicação trimestral, vol.18 I N.41 out./Dez.2011, pp. 259-266.
- MONJARDINO, Álvaro Pereira da Silva Leal, “Distritos Autónómicos” in *Enciclopédia Açoriana/ Direção Regional da Cultura*, disponível em:
<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=7967>.

- MONJADINO, Álvaro Pereira da Silva Leal, “Descentralização” in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=2553>.
- MONJADINO, Álvaro Pereira da Silva Leal, “Distritos Autónomos” in *Enciclopédia açoriana*, Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=2750>.
- OLIVEIRA, César, (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- OURIQUE, Arnaldo, "Governo das Ilhas Portuguesas no Final do Século XX". *Comunicação apresentada no Colóquio Portugal e a Governação das Ilhas, in Arquipélago – Historia*, 2ª série, VII, 2003, pp.197-226.
- PESSOA, Fernando, *O interregno: defeza e justificação da ditadura militar em Portugal*, Lisboa, Núcleo de Ação Nacional, 1928. O autor retoma a mesma ideia na obra *Páginas de Pensamento Político*, Volume II, Europa-América, 1986, pp. 41-59.
- PEREIRA, António Manuel, *Governantes de Portugal – Desde 1820 até ao Dr. Salazar*. Porto, Edições Manuel Barreira, Livraria Simões Lopes, 1959.
- PINTO; António Costa, *Os Camisas Azuis: Ideologias, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914-1945*, Lisboa, Editora Estampa, 1994.
- RAMOS, Rui, “A República durante e depois da guerra (1917 – 1926) ” in *História de Portugal*. Lisboa, Esfera dos Livros, 8ª edição, 2009.

- RAMOS, Rui, “A Segunda Fundação (1890-1926)” in *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- REIS, Célia, “Os Açores na Revolta de abril de 1931” in *Os Açores e a Revolta de 1931. Comunicações apresentadas no Colóquio Comemorativo do 75º Aniversário*, Edição IAC - Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008.
- REIS, Célia, *A Revolta da Madeira e dos Açores*. Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- ROCHA, José Olívio Mendes, “Autoritarismo e Resistência nos Açores. O papel do Delegado Especial do Governo da República nos Açores – 1927-1931” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, I.H.I.T, vol. LXIV, LXV, LXV, 2005.??? II capítulo
- RODRIGUES, Guilherme, Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Lisboa, João Romano Torres Ed., vol. II, 1906.
- ROSAS, Fernando, BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*. Volumes I, II. Bertrand Editora. Venda Nova 1996, pp. 989-991.
- ROSAS, Fernando, “O Estado Novo 1926-1974” in *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- RILEY, Carlos Guilherme, PEIXOTO, Ermelindo, “Asas Sobre o Atlântico” in *Atlântida*, revista de cultura, Asas Sobre o Atlântico, Instituto Açoriano da Cultura, Angra do Heroísmo vol. LXII, 2017, p.171.
- Salazar, António Oliveira, *Discursos*, vol. II - 1928-1934, 5ª edição, Coimbra, Revista Editora, Lda, 1961, p.6.
- SARAIVA, José Hermano, e GUERRA, Maria Luísa, *Diário da História de Portugal: Monarquia Liberal e República*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992.

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal. Do 28 de maio ao Estado Novo 1926-1935*, Lisboa, vol. XIII Editorial Verbo, 1997.
- SILVA, Susana Serpa, *Açoriano Oriental, 1835-2000*, Ponta Delgada, Direção Regional da Cultura, 2011.
- TENGARRINHA, José, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Portugália Editora, 1965.

Anexos

Anexo n.º 1 - A Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo

IMPORTÂNCIA SOCIOPOLÍTICA E SOCIOECONÓMICA

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica	
21/03/1927	LV14_1927A1 928 p. 013	Foi decidido aprovar a modificação no traçado das estradas dos Fenais, de modo a evitarem as curvas do actual projecto.	
20/06/1927	LV14_1927A1 928 p. 013 p. 019 v	Gratificação ao pessoal das finanças: “tendo terminado os serviços preparatórios da cobrança das contribuições directas do ano económico que vai findar de modo a começar a efectivar-se no princípio do próximo mês de julho, em todos os concelhos deste distrito resolve a Comissão Administrativa que a exemplo do que se fez no ano findo que se gratifique o pessoal das repartições de finanças concelhias, que prestaram para tal fim serviços extraordinários fora das horas de expediente, consignando-se no primeiro orçamento suplementar a organizar a quantia de 13.750\$ assim divididos: Concelho de Angra do Heroísmo 7500.00; Concelho da Praia da Vitoria 2000.00; Concelho das Velas 1500.00; Concelho da Santa Cruz da Graciosa 1500.00; Concelho da Calheta 1250.00.	
20/11/1930	Livro 17 – p.2 Frente	“OfícioNº556 – Secção civil da Delegação do Governo nos Açores agradecendo a forma como esta Junta contribui para a boa recepção dos congressistas de Hidrologia e Balizagem.”	
20/11/1930	Livro 17 – p. 2 Verso	“Secundar a representação da Câmara Municipal desta cidade no sentido de pedir ao Governo a elevação da Comarca desta cidade à 1ª classe.”	
20/11/1930	Livro 17 – p. 3 frente	Deliberação: “Tomar de arrendamento para ser instalada a escola de sexo masculino da freguesia de Terra Chã, uma casa pertencente a José Machado Corvelo, solteiro, trabalhador e proprietário, da mesma freguesia, com exclusão da loja, casa que é indicada pela inspecção escolar. O arrendamento é pelo prazo de um ano a contar do primeiro de dezembro próximo e pela renda anual de 1.500\$00 (escudos), pago aos trimestres.” Saldo do balancete da Junta haver em abonos 60.331\$86; na Caixa Geral de Depósitos 740.381\$34 e em cofre 21.777\$00.	A Junta Geral tem poder de decisão sobre a localização das escolas.
27/11/1930	Livro 17 – p. 4 Frente	“Aprovadas as contas do ano económico próximo findo da Mesa Administrativa da Confraria do santíssimo Sacramento de Vila Nova do Topo, ilha de São Jorge e Irmandade de Santa Cruz e Passos, desta cidade.”	Papel activo da Junta Geral sobre a Igreja
27/11/1930	Livro 17 – p. 5 Frente	Ofício nº 95, mudança de escola mista do lugar de São Braz, freguesia das Lajes, para casa em melhores	A Junta Geral tem poder de

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
		condições, renda mensal de 50\$00 insulanos.
		decisão sobre a localização das escolas.
27/11/1930	Livro 17 – p. 6 frente	<p>Abertura de concursos de professores, contratação de pessoal ao serviço escolar, pessoal docente e não docente, autorização de licenças e autorizar pagamentos de diferenças de vencimento por diuturnidade.</p> <p>Deliberações: contratar, conforme foi pedido pela Inspeção Escolar, Carlos Coelho Mendes Enes, por doze meses, com a remuneração mensal de 625\$00.</p> <p>Autorizar a abertura de cursos nocturnos nas freguesias de Santo António, freguesia de São Jorge e freguesia do Guadalupe, devendo os respectivos professores criar mapas mensais de movimento escolar, para se ir conhecendo a utilidade dos cursos</p>
11/12/1930	Livro 17 – p. 10 Frente	<p>“Mandar pagar a conta dos telegramas expedidos pelo Governo Civil, em novembro primeiro findo.”</p> <p>A Câmara Municipal de Angra pergunta á Comissão da Junta Geral se tinha o propósito de proceder ao alargamento da rua João de Deus, a parte que confinava com a entrada do Liceu Padre Jerónimo de Andrade.”</p>
11/12/1930	Livro 17 – p. 10 Verso	<p>“Logo após a abertura de sessão o Sr. Presidente propôs, e foi plenamente aprovado, um voto de sentimento pelo falecimento do Sr. João Silveira Borges, sogro do Sr. Capitão Francisco Machado de Barcelos, ilustre vogal desta Comissão.”</p> <p>“Aprovado o orçamento do serviço executado a mais pelo tarefeiro Francisco Cardoso de Miranda, na ligação do ramal do Porto Judeus, pela Esperança com a estrada nº1 ao cemitério da Feteira na importância de 3.408.99.”</p>
11/12/1930	Livro 17, p. 11 frente	<p>Pedido do Presidente da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de um subsídio para montar o laboratório de análises clínicas. A Junta Geral deliberou um subsídio anual a fixar para o Gabinete de análises como, análises gratuitas.</p>
		A junta possui poderes de decisão e apoio a serviços de saúde, o que influencia a sociedade do ponto de vista de bem-estar social.
11/12/1930	Livro 17 – p. 12 Verso	<p>“Comunicar à Junta de Freguesia do Guadalupe que ainda não foi orçado o subsídio a que se referiu e que</p>

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconômica
		<p>como elemento para a deliberação que sobre o assunto se haja de tomar se officie à respectiva Câmara Municipal, pedindo que liga o que tenha por conveniente sobre a pretendida construção do edificio escolar naquela freguesia.”</p> <p>À Câmara das Velas foi pedido informação de qual a importância necessária para a reconstrução de uma casa da Junta de Freguesia das Manadas destinada a edificio escolar. A despesa estava calculada em 8.000\$00, moeda insulana.</p> <p>“... Atender ao pedido do Administrador do concelho das Velas respeitante a ser autorizado que o mobiliário da extinta escola dos seres masculinos do Norte Grande, passe para a escola mista da mesma freguesia, devendo, porem solicitar-se da Inspeção Escolar a execução desta liberação nos termos em que julgar mais conveniente.”</p>
18/12/1930	Livro 17 – p. 13 Frente	<p>“Mandado concluir, por administração, o troço de estrada do charco do Boga, Carreira Aberta, ilha Graciosa, despendendo-se até ao máximo de quatro contos.”</p> <p>“Havendo derruído parte do muro do suporte da estrada dos Fenais, a Ventosa na ilha Graciosa, pelo tarefeiro da estrada, ultimamente ali construída, Manuel da Luz Gregório, foi exposto a esta comissão que o desmoronamento, de modo algum podia ser atribuído a mau serviço seu, e quando da aludida construção, mas que, e não obstante esta circunstancia, e simplesmente por dever moral se oferecia para reconstruir o referido muro por preço que refuta a 4500.00insulanos, ou ainda fazer a obra por administração direta da Junta Geral, para na hipótese da obra custar menos so ser pago o que nela se despende” Verificada a irresponsabilidade do tarefeiro, a Comissão da Junta Geral de Angra do Heroísmo organizou o projeto e o orçamento para a sua reconstrução, na importância de 4380.00.”</p>
18/12/1930	Livro 17 – p. 13 Verso	Aprovado o orçamento dos serviços executados a mais pelo tarefeiro da obra de alargamento da estrada K1’’á Ladeira Grande, freguesia da Ribeirinha, do Concelho de Angra na importância de 786\$86 insulados.
18/12/1930	Livro 17 – p. 16 Frente	<p>“... Considerando que a Junta de freguesia de Guadalupe deliberou em sessão de 4 maio último adquirir sítio no caminho da Igreja para a construção de um edificio escolar.”</p> <p>“Considerando que, segundo informações da mesma junta de Freguesia, a Comissão Administrativa da Comarca Municipal de Santa Cruz, a quem aliás cumpre fornecer casa para a escola, já deliberou subsidiar aquela construção.”</p>
08/01/1931	Livro 17 – p.	“Mandar fornecer o plantio de arvore do solicitado pela

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
	17 Frente	comarca Municipal e junta de Freguesia de Santa Cruz da Graciosa e Comarca Municipal da Calheta. Responder a comarca Municipal de Santa cruz da Graciosa, em relação ao seu pedido de um subsídio para a construção de dois chafarizes no Caminho de Cima e Almas, que é louvar a iniciativa da sua digna Comissão Administrativa mas que o serviço respeitante a aguas potáveis já se não acha a cargo desta junta geral que por falta de recurso financeiros se vê impossibilitada de para tal fim conceder o solicitado subsidio.”
08/01/1931	Livro 17 – p. 18 Frente	“... Aprovado o 1º Orçamento suplementar para o corrente ano económico do recolhimento de Sº Gonçalo desta cidade;”
08/01/1931	Livro 17 – p. 18 Verso	“... Aprovadas as contas, relativas ao ano económico próximo findo, da Comissão Administrativa do Fundo de Beneficência Distrital.”
15/01/1931	Livro 17 – p. 21 Frente	“... Conceder a autorização solicitada pela Câmara Municipal, desta cidade para abertura da vala necessária para a passagem de um encanamento destinado a uma torneira na Ladeira Grande;”
15/01/1931	Livro 17 – p. 22 Frente	“... Autorizar a abertura de um curso nocturno em Santa Barbara, como requereu o professor António Soares, com a condição deste enviar mensalmente um mapa demonstrativo do movimento do mesmo curso;”
22/01/1931	Livro 17 – p. 23 Frente	“...Conceder à Junta de freguesia da Luz Graciosa, o subsidio por uma só vez de cinco contos, para a construção de um chafariz, no caminho de Cima dita freguesia;” “...Abertura a praça para arrematação de 60 metros quadrados de sobra da estrada nº 5, do Lugar de S. Pedro, Concelho das Velas, á razão de 3\$00 cada metro, em conformidade com a deliberação anterior desta Comissão e respectivos anúncios...” “Responder à Comissão Administrativa da Comarca Municipal de Santa Cruz da Graciosa que esta junta não possui chumbo para encanamentos de água potável que possa ceder;” “Aprovado o 1º orçamento suplementar ao ordinário para o corrente ano económico da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento;”
22/01/1931	Livro 17 – p. 25 Frente	Deliberações: enviou-se á repartição competente as mencionadas folhas de abonos dos professores na inactividade, esperando aposentação. O Presidente disse que as folhas foram organizadas pelo digno secretario da Inspecção Escolar, Sr. José Sebastião de Ávila Júnior. Só

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
		<p>que essas obrigações não eram inerentes ao seu cargo. A esta Comissão não competia apreciar os dotes do funcionário, embora o serviço fosse de carácter particular e consideração pessoal e assim, por esse motivo a Comissão consignou o reconhecimento do funcionário e lhe desse conhecimento da deliberação tomada.</p> <p>“Deliberado conceder um subsídio à junta de freguesia da Guadalupe na importância de cinco contos insulados, destinados a auxiliar a construção de um edifício escolar, isto como complemento da liberação antecedente, devendo ser paga a referida importância, logo que a junta comunique que fez a construção. ...”</p>
29/01/1931	Livro 17 – p. 25 Verso	<p>“...Responder à Delegação do Governo nos Açores que esta Junta opina pelo segundo caminho indicado no ofício de Administração geral dos serviços Hidráulicos e Eléctricos e propondo um alvitre para introduzir várias disposições no decreto a promulgar sobre o assunto;”</p> <p>O Presidente da sessão de 29 de janeiro de 1931, expões o seguinte: a Comissão Executiva desta Junta Geral em sessão de 7 de novembro de 1917, deliberou que se fizesse expropriações aos terrenos para construir um lanço da estrada central de São Braz à Caldeira, cujo projeto e orçamento fora aprovado. Uma parte designada Fajãs, que pertencia ao falecido João Pereira Forjaz Dart Lacerda. A Viúva, D. Clara Fournier Pereira Dart de Lacerda devia compromete-se a fazer vedações, sendo paga pela Junta Geral em prestações. Não tinha feito e agora o deveria fazer. A Junta Geral ao pagar duas das três prestações tinha direito de autorizar abrir a estrada, mesmo sem vedação. Após a terraplanagem e toda a construção, as sobras ficariam a pertencer à expropriada, somente para o caso de as querer vedar de futuro. A escritura foi retificada e válida, sendo aprovada com a unanimidade dos votos da comissão administrativa da Junta Geral de Angra do Heroísmo.</p>
29/01/1931	Livro 17 – p. 27 Frente	<p>“... Aprovado o projecto e orçamento para a conclusão do calçamento da Rua Doutor Sidónio Pais na importância de 64.110\$00 é designado o dia 19 de fevereiro, pelas 11 horas para arrematação da sua execução por empreitada.</p> <p>“Para a reconstrução de 722 metros de estrada nº1 entre a Carreirinha e a Ladeira do Funcho, na importância de 32.860\$00 e determinado se ponha em haste pública a arrematação por licitação verbal, para o fornecimento de pedra, saibro e cilindragens, desta parte de estrada, fazendo-se depois, a sua contracção por administração;”</p>
29/01/1931	Livro 17 – p. 28 Frente	<p>“Autorizar o professor José Coelho de Ornelas a abrir um curso nocturno, como requereu, na freguesia do Raminho devendo, porem informar mensalmente, por meio de um</p>

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
		<p>mapa demonstrativo do movimento do mesmo curso;</p> <p>“Aprovar o projecto apresentado pelo Sr. Presidente do acordo entre esta Junta Geral, Câmara Municipal e Caixa Económica de Angra do Heroísmo para a construção de edifícios escolares, com algumas modificações mas alíneas da cláusula a. E aditamento de uma clausula, devendo ser enviado, assim alterado, um exemplar a cada uma daquelas entidades para sua apreciação e respectiva deliberação.”</p>
05/02/1931	Livro 17 – p. 28 Verso	O Presidente leu o requerimento que acompanhou o ofício do Governador Civil de que já se fez menção, do amanuense da secretaria do Governo Civil deste distrito, Sr. Militão Novais Pamplona, baseado no art. nº 7 do Decreto 15.844, pede a promoção ao lugar vago de oficial de secretaria.
05/02/1931	Livro 17 – p. 29 Frente	<p>Nos termos do disposto nº 7º e 8º do art.1º do Decreto 18.441 de 11 de junho de 1930, era indeferido o requerimento, do amanuense da secretaria do Governo Civil deste distrito, Sr. Militão Novais Pamplona. Deveria ser colocado o oficial de secretaria o funcionário supranumerário do da Junta Geral, o bacharel Alberto de Barcelos de Noronha. Proposta aprovada pelos senhores Parreira e Barcelos e rejeitada pelo João Batista Machado Ázera. Aprovada por maioria.</p> <p>“Aprovado o projecto e orçamento para a construção de um troço da estrada litoral da ilha Graciosa, entre o porto já construído e o termo de povoação dos Fenaís, na extensão de 500 metros e na importância de 75 contos insulados.”</p> <p>“Distribuídos mais de 2.500\$00 para a continuação da obra da estrada do Charco do Boga à Carreira Aberta, na Vitoria dita ilha Graciosa.” A quantia 5.000\$00 para reparar as estradas do Concelho da Calheta.</p> <p>“Aprovado o orçamento suplementar para o corrente ano económico da Santa Casa da Misericórdia da Vila de Santa Cruz da ilha Graciosa.”</p> <p>Deliberado em sessão desta Comissão realizada em 7 de maio de 1928, conceder à junta de Freguesia do Porto Judeu, para a compra do terreno destinado a cemitério paroquial, o subsídio de 10 contos insulados. No próximo futuro orçamento ordinário desta Junta, verba será paga, logo que os recursos do cofre o permitam.</p>
05/02/1931	Livro 17 – p. 30 Verso	“Foi aprovado o orçamento das reparações a fazer no edificio da escola mista das Quatro Ribeiras e autorizado a respectiva professora a mandadas fazer, dentro da verba

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
		calculada em 181\$50 insulados.”
12/02/1931	Livro 17 – p. 31 Frente	“... Concedido o subsídio de 3.000\$00 insulados à junta de Freguesia de Vila Nova, destinado à conclusão da estrada da Ribeira da Agualva (Vila Nova), hoje estrada“ Doutor Valarão Júnior.”
19/02/1931	Livro 17 – p. 33 Verso	“... Deliberou-se aceitar a doação proposta por Luís Felipe de Lima, professor diplomado, residente da Graciosa de construir e oferecer a esta Junta Geral um edifício para a escola do sexo masculinos da freguesia de Guadalupe, daquela ilha com o direito de ser nomeado professor da mesma escola, tudo nos termos da Lei nº 1.754... o processo de doação e entregue o edifício com todas as disposições legais cumpridas;“
26/02/1931	Livro 17 – p. 34 Frente	“... Conceder o subsídio de 1.500\$00 insulanos, por uma só vez ao Asilo de Mendicidade de D. Pedro V. da Praia da Vitória; “
26/02/1931	Livro 17 – p. 34 Verso	Deliberou-se tomar de arrendamento para a escola do sexo feminino da freguesia das Lajes, a José Pinheiro as Silva, casado, comerciante, uma casa na zona do Remédios.” A conservação da casa fica a cargo da Junta Geral e deste arrendamento fazendo parte todas as demais condições de contractos desta natureza.
26/02/1931	Livro 17 – 35 Frente	“... Conceder já a comissão Administrativa da irmandade do Espírito Santo, do lugar de Santa Luzia da Praia da Vitória o subsídio de 2.000\$00 insulados para a pretendida construção de um edifício escolar para a respectiva escola e incluir no orçamento do futuro ano verba destinada ao mesmo fim, no quantitativo que seja possível;”
12/03/1931	Livro 17 – p. 36 Frente	Havia a necessidade de adquirir pedra e saibro para reconstrução e conservação, na estrada distrital nº 1, e existindo na freguesia da Feteira, uma propriedade de biscoito pertencente a Maria Eugénia do Couto Evangelho, onde existia os materiais que a mesma permitia ser explorada, desde que a Junta Geral devia terraplenar. A proposta foi aceite pelo corpo administrativo. A Comissão por unanimidade de votos, deliberou aceitar o oferecimento em questão, com a condição proposta, autorizando o Presidente, em nome da mesma comissão, outorgar a respectiva escritura.
12/03/1931	Livro 17 – p. 38 Frente	“...Por estas razões e outras de fácil intuição, deliberou-se criar, como criada fica uma junta de Saúde que desempenhará funções que competiam à junta Delegada da Junta de Sanidade Escolar Esta junta de recursos

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
		será composta de 3 vogais e presidida por aquele que, para tal fim for designado; “
		“... Autoriza a professora da Fajã da Caldeira a fazer reparações no edifício escolar, não excedendo, porem, a verba de 2.000\$00 insulados; “
26/03/1931	Livro 17 – p. 39 Frente	“... Aberta a praça para arrematação da empreitada de construção de um troço da estrada da ilha Graciosa, entre a parte já construída...”
26/03/1931	Livro 17 – p. 39 Verso	“...e o termo da povoação dos Fenais na extensão de 500 metros sob a base de licitação de 75 contos insulados... . Foi mandado passar o termo de fiança pelo depósito definitivo;”
26/03/1931	Livro 17 – p. 40 Verso	Aprovado o primeiro orçamento suplementar ao ordinário para o ano económico de 1930-1932 do Asilo da Mendicidade de Angra do Heroísmo; “
26/03/1931	Livro 17 – p. 41 Verso	“... Autorizar o Director da Escola Industrial e Comercial de Madeira pinto a mandar proceder a qualquer reparação que se verifique ser necessária na instalação eléctrica daquela escola...”
23/04/1931	Livro 17 – p. 42 Verso	<p>“Ofício de 23 de Março último do Ex.mo Governador civil, solicitou autorização para arrendar um granel pertencente a Francisco Rodrigues Serpa, situado por detrás da igreja de S. Francisco por 150\$00 insulados mensais destinados ao alojamento dos soldados que coadjuvam o serviço policial.</p> <p>Informou o sr. Presidente ter respondido afirmativamente, visto a urgência do assunto, sendo aprovado o seu acto”</p>
23/04/1931	Livro 17 – p. 43 Verso (continuação)	“Informando a presidência que era voz pública e lhe fora participado por interposto pessoa de um membro da Junta revolucionária que o tesoureiro desta junta geral fora oferecer á mesma junta revolucionária ou á sua disposição, pusera a quantia de cem contos...”
23/04/1931	Livro 17 – p. 45 Frente (continuação)	<p>“...que o tesoureiro António Ramos, sem autorização da presidência abonou a si próprio os vencimentos de abril, maio, junho e julho do corrente ano encontrando-se por ele assinado um vale na importância de duzentos e cinquenta mil reis. E por esse facto resolveu a Comissão Administrativa, por escrutino secreto;</p> <p>1º Que a partir do dia 20 do corrente, fique suspenso do exercício das suas funções e de todos os seus vencimentos, o tesoureiro da junta Geral António Ramos Moniz de Sá Corte real;</p> <p>... Que no prazo de 20 dias, pelo mesmo tesoureiro seja reembolsado o cofre da Junta Geral das quantias encontradas como deviam ser sob a exclusiva</p>

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconômica
		<p>responsabilidade do mesmo.</p> <p>Tendo sido suspenso do exercício das suas funções por motivos disciplinares, o tesoureiro desta junta Geral:</p> <p>Resolve a Comissão Administrativa:</p> <p>“Que o pagador das obras públicas desta Junta Geral Sr. Francisco Linhares dos Santos acumule com as suas funções as de tesouraria da junta geral.”</p>
23/04/1931	Livro 17 – p. 45 Verso (continuação)	<p>“... estas funções sejam pelo mesmo e pelo chefe da contabilidade, feito um balanço a tesouraria. A fazer abonos autorizados e segundo a determinação expressa em que o foram;”</p> <p>“Informado o Sr. Presidente que se encontram detidos alguns funcionários dos diferentes serviços a cargo desta junta geral por motivos dos últimos acontecimentos revolucionários que vieram traçar na história da ilha Terceira uma página muito triste e que jamais poderá esquecer.”</p> <p>“Comissão Administrativa Resolve: que sejam suspensos do exercício das suas funções e de todos os seus vencimentos, a partir do dia em que deveram comparecer no serviço e até ulterior resolução todos os funcionários que se encontrem detidos ou venham a ficar detidos por motivos dos acontecimentos revolucionários ...”</p>
23/04/1931	Livro 17 – p. 47 Frente	<p>“... Aprovar a conta da gerência da Direcção da Associação dos Irmãos de João de Deus, respeitante ao ano económico de 1929-1930;”</p> <p>“... Autorizar a despesa de 5.000\$00 insulados na reparação dos estragos causados em Jorge, pelos últimos temporais;”</p> <p>“... Presente o ofício do Sr. Intendente de Pecuária, sob n.º 255 L.4 de 1 do corrente, bem como a resposta aos requisitos enviados com a nota de serviço nº 145 de 26 de Março ultimo, viu-se que o novilho americano, emprestado em 5 de janeiro, regressou doente, no dia seguinte, em consequência da alimentação que lhe foi dado, vindo a morrer. Vistas as razões apresentadas não deveram contribuir em comprimento de tal deliberação.” Foi votado por unanimidade, que o Intendente de Pecuária tinha cometido uma infracção, não tende cumprido o determinado na referida liberação de 23 de janeiro de 1930. Após o resultado do escrutínio votado foi aplicado ao Intendente de Pecuária Sr. António de Melo Corrêa a pena de repreensão escrita...”</p>
23/04/1931	Livro 17 – p. 47 Verso	<p>Extraídas as listas, verificou-se ter sido votado, por unanimidade, que o Intendente de Pecuária cometeu uma infracção, não cumprindo o determinado na referida liberação de 23 de janeiro.....Em vista do resultado deste escrutínio votado e aplicado fica o Intendente de Pecuária Sr. António de Melo Correia a pena de repreensão escrita,</p>

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
		“ mencionada no nº2 do art.6 do Regulamento Disciplinar de 28 de fevereiro de 1915.”
23/04/1931	Livro 17 – p. 48 Verso	<p>“... Mandar proceder á vistoria do terreno onde se pretende construir o edificio para as escolas dos dois seres de Guadalupe.”</p> <p>“... Oficiar á professora da Caldeira de Santo Cristo, comunicando que se aceite o seu alvitre da venda do forno e se concorda com o mais reposto no seu officio com tanto que a despesa não exceda a importância de 2.000\$00 insulados, autorizada para as reparações do edificio escolar, a qual será paga mediante conta devidamente documentada e logo que nestes termos, seja apresentada;”</p> <p>“Com referencia ao telegrama recebido do Ex.mo Presidente do Ministério a que se refere a presente acta. No qual agradeciam ao governo a prontidão...”</p>
23/04/1931	Livro 17 – p. 49 Frente	<p>“... com que havia sido montadas forças de terra, do mar e do ar, destinadas a reforçar a revolta provocada nesta por elementos a ela estranhos, indivíduos deportados pelo Governo.</p> <p>Em consequências destes factos, a Comissão aprovou um voto de congratulação por terem terminado tão tristes sucessões em que vieram manchar para sempre as páginas gloriosas da história da Ilha Terceira;”</p>
30/04/1931	Livro 17 – p. 49 Verso	“... Foi resolvido ficasse constando da presente acta ter esta comissão assinado uma representação dirigida aos poderes públicos, no qual se evidencia a absoluta inconsciência da quase totalidade da população desta ilha no movimento revolucionário de 8 do corrente mês, e, consequentemente, não ser merecedora do castigo que o governo lhe infligiu, transferindo a sede do governo militar dos açores e extinguindo as outras unidades militares.....que foi provocado por gente estranha á ilha, por deportados políticos para aqui mandados pelo governo em defesa da tranquilidade da capital:”
07/05/1931	Livro 17 – p. 51 Frente	<p>“... Consignar na presente acta a seguinte correspondência telegráfica recebida e expedida:</p> <p>Excelentíssimo Presidente do Ministério Ministro Interior Ministro Guerra, Ministro Marinha – Ao terminar anti-patrióticos sucessos revolucionários ilhas saudamos Vossa Excelência prestígio Pátria dignificação República personificada obra redentora governo Ditadura. Presidentes ...”</p>
07/05/1931	Livro 17 – p. 51 Verso	<p>“...Junta Geral – Câmaras Angra e Praia.</p> <p>Coronel Fernando Borges-Funchal – Felicitamos êxito operações comando Vossa Excelência agradecendo importantes serviços prestados ilhas adjacentes prestígio Pátria republica. Continuação meu propósito pugnar</p>

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
		interesses ilhas dentro mais local colaboração patriótica obra Governo Ditadura. ...”
21/05/1931	Livro 17 – p. 54 Frente	“... Havendo conhecimento, pela publicação oficiosa, do projecto do novo código Administrativo, foi resolvido fazer algumas observações a determinados artigos do mesmo Código, especialmente na parte em que se refere às juntas gerais autónomas;”
21/05/1931	Livro 17 – p. 54 Verso	“... Foi concedido o subsídio de dois contos insulados, por uma só vez, para a manutenção do Hotel do Carapacho, na época balnear do corrente ano;”
28/05/1931	Livro 17 – p. 56 Verso	“... Desdobrados os 2 cantões nº 5 e 6 do concelho da Calheta em 3 cantões com os seguintes limites: nº4 da Casa das Obras Publicas ao Caminho para o Loural; nº6 do Caminho do Loural á Pontinha de água Boa e nº 7 da Pontinha de água Boa a S. Tomé e ramal a Fajã de S. João; ...”
28/05/1931	Livro 17 – p. 57 Frente	“... Foi deliberado rescindir o acordo a que se refere o 32 2º do art.3 do Decreto 15.803, visto que algumas câmaras não têm entrado no cofre da junta com as quantias que lhe competiam pagar para as despesas que contribuem encargo seu obrigatório;”
11/06/1931	Livro 17 – p. 57 Verso	“... Resolvido em princípio mandar vender em Lisboa, o reprodutor bovino “Luso” fazendo-se a comunicação desta deliberação ao sr. Intendente de Pecuária para que promova a sua engorda a ficar nas condições para que é destinado;”
11/06/1931	Livro 17 – p. 58 F	“... Subscrever com 200\$00 insulados, por uma só vez pela inscrição desta junta geral na categoria de benemérita do Corpo Nacional de Scouts, desta cidade;” “... Do mesmo Ministério sob nº 2151, datado de 12 de maio, comunicando que por despacho de 14 de abril do corrente ano, foi concedida...”
11/06/1931	Livro 17 – p. 58 V (continuação)	“...licença á Câmara Municipal da Praia da Vitória para estabelecer uma rede de distribuição de energia eléctrica;”
11/06/1931	Livro 17 – p. 59 F	“... Deliberou-se reduzir a escrito os arrendamentos verbais dos seguintes edificios escolares: Primeiro: -da escola do ser feminino da freguesia dos Altares pertencente a Manuel Esteves Cota. O prazo do arrendamento é por um ano renovável, se ambas as partes nisso concordarem, a começar no 1º do corrente mês e pela renda anual de 600\$00 que será paga aos trimestres. Acrescem a estas condições as mais estabelecidas para outras desta natureza.
11/06/1931	Livro 17 – p. 59 V	Deliberou-se mais autorizar o sr. Presidente a outorgar

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
	(continuação)	nestes contractos. ...”
27/06/1931	Livro 17 – p. 60 F	<p>“... Idem sob nº 2.185 da 4ª secção (Transportes) ela 3ª Repartição da 2ª Direcção geral do Ministério da Guerra, acerca do transportes para esta ilha de avião que aqui veio inaugurar o campo de aviação de Achada;</p> <p>“Idem sob nº 110, da vice-presidência da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Praia da Vitoria, convidando esta Comissão a assistir á sessão de homenagem ao respectivo presidente e um...”</p>
27/06/1931	Livro 17 – p. 60 V (continuação)	<p>“... convite do presidente da mesma Comissão tenham convidando esta Comissão para assistir no dia 29 do corrente mês á inauguração da Luz Eléctrica naquela vila; ...”</p> <p>“... Autorizado o Sr. presidente a outorgar, em nome desta comissão Administrativa na escritura de acordo entre a Junta Geral a Câmara Municipal desta cidade e a Caixa Económica de Angra do Heroísmo para a construção de edifícios escolares, segundo deliberação desta junta e, sessão anterior;”</p>
06/07/1931	Livro 17 – p. 63 F	<p>“...Idem da Direcção dos Serviços de Propriedades e Obras Militares do Açores, sob nº 196, de 22 de junho, informando com referência ao ofício nº 22, de 16 de janeiro do corrente ano, que o S. Ex.ª o Ministro da Guerra autorizou a concessão das sobras das águas do “Tanque do Azeite” e bem assim autorizou as obras necessárias para a sua captação, nos termos das condições adjuntas para o que terá de ser lavrado um termo em que as mesmas fiquem consignadas.”</p> <p>“...Um ofício do Sr. Inspector da Saúde, com o nº 41, de 4 do corrente, remetendo cópia de um outro do delegado de saúde do concelho da Calheta, ofício este em que é acusado a recepção de 30 tubos de vacina, remetidos em 28 de maio, ali recebidos em 31 do mesmo mês, quando já tinha referido o seu prazo de virulência, pedindo lhe sejam remetidos mais 20 tubos.”</p>
06/07/1931	Livro 17 – p. 63 V	<p>“Do Hospital de Isolamento, relativo ao mês de junho findo; mapa de dietas e rações; mapa nosológico; mapa do movimento de doentes; mapa da despesa de alimentação dos doentes; O mapa de serviço das desinfecções feitas no mês de junho findo;”</p> <p>“... O Sr. Presidente comunicou haver a tratar um...”</p>
06/07/1931	Livro 17 – p. 64 F	<p>“. Assunto de natureza reservada a razão pela qual saíram da sala quantos nela se encontravam, feito o Sr. Presidente leu no ofício do Exmº. Coronel Pimenta de</p>

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconômica
		<p>Castro sindicante aos acontecimentos dos Açores, com o nº 125 do corrente mes, no qual o mesmo sindicante propõe seja aplicada ao chefe da secretaria, sr. Clemente Eleutério Ramos a pena de suspensão. Procedeu-se á necessária votação por escrutínio secreto. E por unanimidade, a aplicação da pena suspensa, com perda de vencimento pelo prazo de cem dias...”</p> <p>“ Foram distribuídos: 4.000\$00 para conclusão...”</p>
06/07/1931	Livro 17 – p. 64 V	“... Do lanço da estrada do Charco do Boga, da Graciosa e 20.000\$00 para a estrada das Manadas...”
06/07/1931	Livro 17 – p. 65 V	“... Concedeu-se um subsídio de 7.500\$00 insulados são junta de freguesia do Guadalupe para a construção do edificio escolar da mesma freguesia, na parte que é encargo seu;”
16/07/1931	Livro 17 – p. 67 V	“... Adquirir uma máquina de escrever para o serviço do Commissariado de Policia, atendendo-se assim ao solicitado pelo Sr. Comissário;”
10/09/1931	Livro 17 – p. 73 Verso	“... Que sendo publicado, para efeito da reclamação, o projecto do decreto destinado a criar um novo regime cerealífero nos Açores, reconhece-se que algumas das suas disposições serão prejudiciais a esta ilha...”
10/09/1931	Livro 17 – p. 74 Frente	“... Do Sr. Director Geral dos Negócios Comerciais, processo nº81/31, de 3 de agosto informando que está a proceder-se á organização e instalação da “Casa de Portugal “ em Londres, organismo que se destina á propaganda não só de turismo mo nosso País, como também, dos produtos do nosso solo e da nossa industria...”
10/09/1931	Livro 17 – p. 74 Verso	Da Junta de Freguesia de S. Mateus da Urzelina de 27 de julho lembrando como foi autorizado a fazê-lo a importância de 7.500\$00 que em tempo, esta junta geral votou para auxiliar a compra do terreno para o cemitério e não pude, então ser entregue...”
10/09/1931	Livro 17 – p. 75 Frente	<p>“...Da mesma proveniência, nº 183 de 29 de agosto, solicitando lhe seja enviado o projecto e orçamento de um chafariz com bebedouro para gado no lugar denominado “Canada dos Compridos...”</p> <p>“...Do Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, pedindo um subsidio para auxiliar a construção de um aqueduto que facilite o acesso da estrada “Manuel Garfar” pertencente a esta junta á estrada da “Ribeirinha” pertencente aqui Município...”</p>
10/09/1931	Livro 17 – p. 76 Frente	“...Do delegado de Saúde interino, com o nº 27 de 20 de agosto pedindo que seja requisitado vacina anti-variólica

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
01/10/1931		na quantidade habitual nunca inferior a 12 tubos, afim de proceder-se há vacinações e revacinações logo que abram as escolas deste concelho; ...”
		“Do Beato Manuel Soares Barbosa pároco da Feteira de 8 do corrente, convidando a assistir à inauguração da luz eléctrica, no dia 14 do mesmo mês...”
01/10/1931	Livro 17 – p. 88 Verso	<p>“... Do diretor Geral das Industrias, 2º seção com o nº 67, L. 29A, pedindo que os Serviços Industriais deste distrito informe se, á data do pedido feito pela sociedade Madeira Carpetes Limitada – 6 de fevereiro de 1931 – existia neste distrito processo industrial para fabrico de tapetes de Lã a 6 fios uniformemente cortados e depois entrelaçados sobre rede de guita ou cordel tecido a 2 fios paralelos, entrelaçados, formando duplo quadro; ...”</p> <p>“Do director do Serviço de Meteorologia dos Açores nº 3179/206, de 30 de setembro, pedindo autorização para se fazer a instalação provisória de 2 sismógrafos do sistema Bosch na casa denominada “Casa dos Terramotos” ...”</p>
01/10/1931	Livro 17 – p. 89 Frente	“... O Sr. Agrónomo Distrital expôs que tendo sido recebido por sua Excelência o Ministro da Agricultura, pediu-lhe a modificação do projecto do regime cerealífero dos Açores para que a cultura do trigo no distrito de Angra pudesse continuar a prosperar: Sua excelência respondeu que ia modificar o decreto e que os interesses do distrito seriam assegurados.”
15/10/1931	Livro 17 – p. 93 Verso	<p>“...Nº1186, Processo nº 864/454, de 26 de setembro último, solicitam que os “Serviços Industriais” acerca do pedido de patente de introdução de nova indústria, processo nº 864- “Fabrica de Material de Instalações Eléctricas e Louças Domésticas em baquelite e ebonite ou outras substâncias isolantes”, informem se á data do pedido indicado no aviso junto, já exista na área deste distrito aquela indústria...”</p> <p>“...Nº 1195, processo nº 831/450, da mesma data, solicitando que os mesmos serviços acerca do pedido de patente de introdução de nova indústria processo nº 851 - “fabricação de Camurcina“, informem se á data da apresentação do pedido, indicado no aviso.”</p> <p>“... Nº 1203, processo nº 858/453, da mesma data, solicitando que os mesmos serviços acerca do pedido de patente de introdução de nova indústria processo nº 858 - “expurgo e desinfecção para extermínio das espécies animais e vegetais nocivas pela acção de insecticidas e</p>

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
		fungicidas vaporizados, insuflados em câmaras especiais ou... “
15/10/1931	Livro 17 – p. 94 Frente	<p>“... Adaptação” informem se á data da apresentação do pedido, indicado no aviso”</p> <p>“... Nº 1213, processo nº 859/452, da mesma data, solicitando que os mesmos serviços acerca do pedido de patente de introdução de nova indústria processo nº 857 - “Tratamento e secagem dos bagos e sementes de rícinos, informem se á data da apresentação do pedido, indicado no aviso ...”</p> <p>“... Nº 1211, processo nº 854/451, da mesma data, solicitando que os mesmos serviços acerca do pedido de patente de introdução de nova indústria processo nº 854 - “Fabrico de Ladino, informem se á data da apresentação do pedido, indicado no aviso...”</p>
15/10/1931	Livro 17 – p. 94 Verso	“... Factura nº 3.186 do Instituto Pasteur de Lisboa respeitante á remessa directa do País de 300 tubos de soro anti-pastoso na importância de 5.150\$00...”
29/10/1931	Livro 18 – p. 03 Frente	“... Foi resolvido aceitar o prazo do fornecimento de 14 varandas para o edifício desta junta geral, proposta por António de Azevedo Soares Filho, desta cidade com a condição de que as sete varandas da frente sejam fornecidas no prazo de dois meses a contar desta data...”
05/11/1931	Livro 18 – p. 04 Verso	“... Elevar o preço de soro anti-pastoso para 20\$00...”
12/11/1931	Livro 18 – p. 07 Frente	“... Idem de 1 deste mês de novembro da Junta de freguesia do Norte Grande, ilha de S. Jorge pedindo para esta junta geral custear a construção de uma estrada que ligue Fajã do Ouvidor com a sede daquela freguesia como foi prometido pelo Sr. Presidente desta Comissão a quando da passagem desta ilha Como caminho municipal é então vicinal, em qualquer do...”
12/11/1931	Livro 18 – p. 07 Verso	“... dos casos fora obrigação de ser construída por esta Junta Geral que é certo ter afirmado A comissão por unanimidade, deliberou aprovar plenamente o procedimento do Sr. Presidente e oportunamente, dotar aquela obra com o subsídio prometido ...”
12/11/1931	Livro 18 – p. 08 Frente	“... Sobre a crise do desemprego que vem acentuando neste distrito: Pelo Sr. Presidente foi dito que no distrito e em especial nesta ilha e na Graciosa se começam a sentir

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
		<p>os efeitos da grave crise do desemprego que por todo o mundo se alastra, aparecendo todos os dias a pedirem trabalho directamente a ele Presidente ou a Repartição de Obras Publicas Urge, portanto procurar encontrar solução para este estado de coisas que de dia para dia se vem agravando e á Junta Geral que tem a seu cargo os trabalhadores públicos e devido a encara-lo com atenção. ...”</p> <p>“...Sucedem porem que as verbas orçadas e de que se pode dispor só é possível durante mais uns dois meses escassos acudir a tão grande e grave crise.....já foi elaborado com as economias na redução de encargos coma escola de Madeira Pinto...”</p>
12/11/1931	Livro 18 – p. 08 Verso	<p>“...pela suspensão do curso comercial e com a verba destinada a comemoração do V centenário da descoberta dos Açores – uns míseros 70 contos na primeira e 40 na segunda...3º Propor a sua Excelência a organização no distrito do cadastro dos sem trabalho para na hipótese de ser atendida a solicitação da Junta e portanto poder remediar tão grave crise, serem de preferência empregados os mais necessitados ou que tenham maiores encargos de família;</p> <p>O estudo em que se baseia este alvitre da comissão administrativa é fundado nos seguintes dados:</p> <p>Formulando a média do preço do salário por uma redução dos mesmos em 7 escudos a quantia de 500 contos daria para 71428 dias de salários ou seja cada empregado trabalhando 300 dias por ano, possibilidade de dar trabalho a 238 indivíduos;</p> <p>Apresentar ao governo contra a unificação da moeda que representa um grande agravamento dos impostos e que vem acabar com uma regalia dos povos açorianos...”</p>
12/11/1931	Livro 18- 9 F	Concederam 8\$00 mensais a menores desvalidos filhos de mães solteiras.
19/11/1931	Livro 18 – p. 11 Frente	<p>“... Ofício sob nº2/17 do Sr. Coronel Feliciano António da Silva Leal, comunicando haver sido criado o Comando Militar dos Açores, com sede nesta cidade, para cujo desempenho foi o Sr. nomeado e oferecendo a sua franca e leal cooperação. ...”</p> <p>“... Pelo Sr. Presidente foi informada a comissão que no dia 17 do corrente, fora intimado para alegar, querendo nos processos de reclamação contencioso, pendentes de Auditoria Administrativa de Lisboa, em que são reclamantes numa, o antigo tesoureiro da junta geral, António Ramos Moniz de Sá Corte Real e na outra João Cabral de Medeiros, guarda do corpo de polícia cívica deste distrito. ...pelo <advogado desta comarca Luiz de</p>

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
		Lisboa Ribeiro, foi pelo Sr. Presidente dito...”
19/11/1931	Livro 18 – p. 11 Verso	“... que não podia repudiar com veemência e indignação a injúria que era feita á comissão de ter julgado o caso no interesse dele Presidente e do vogal Sr. Capitão Barcelos como se afirmava nalguns números da contestação. Disse mais que considerava a honra e a dignidade da comissão administrativa que era da nomeação e da confiança do governo Estas palavras foram apoiadas por todos os vogais presentes... Nesta conformidade – 44- Esta deliberação foi tomada com o voto de todos os vogais da comissão administrativa”
19/11/1931	Livro 18 – p. 12 Frente	“... em numero de cinco, figurando portanto entre eles o seu presidente, entidade instrutora do processo disciplinar e o capitão Francisco Machado Barcelos, que no processo depôs como testemunha...Que estas expressões constituem indubitavelmente, a afirmação injuriosa e difamatória de que a comissão desceu a vileza de mandar instaurar o processo disciplinar por partição política e de em assunto tão grave como esta julgar unicamente pela opinião do presidente no relatório como instrutor havendo interesse do mesmo...”
19/11/1931	Livro 18 – p. 12 Verso	“... presidente e do vogal capitão Barcelos em que o sindicato fosse castigado... Que face dos factos e circunstâncias que os rodeiam existem os crimes públicos de injúria e difamação, previstos e puníveis no Código Penal. Assim, em nome da dignidade desta comissão Administrativa, composta por um capitão médico, dois capitães de Infantaria, um rico proprietário e um conceituado solicitador judicial a qual representa o mais alto corpo administrativo do distrito.....seja ferido o prestígio das autoridades e dos corpos administrativos uns e outros representando também o governo da Ditadura”
19/11/1931	Livro 18 – p. 13 Frente	“... Posta á votação esta proposta foi aprovada por unanimidade autorizando-se o Sr. Presidente a constituir advogado da sua escolha que represente a Comissão no processo crime...foi plenamente aprovado que parte da acta desta sessão referente às reclamações dos citados António Ramos e João Cabral de Medeiros se considerasse desde de já aprovada...”
02/12/1931	Livro 18 – p. 16 Frente	“... Pelo senhor vice-presidente foi dito que como da convocação, o assunto a tratar nesta sessão, era determinar a orientação em face do pedido de demissão do Sr. Presidente, Ex.mºDoutor Manuel de Sousa Menezes... Dados estas circunstancias e conhecido que também o capitão Barcelos apresentara a sua demissão colectiva.....Aprovado por unanimidade a proposta do Sr. Vice-presidente e mandado que isso seja imediatamente comunicado ao Ex.mº Governador Civil...”
03/12/1931	Livro 18 – p. 16 Verso	“... Pelo Sr. Vice-Presidente foi dito que após o encerramento da sessão extraordinária de ontem, se

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
		dirigiu ao Exm ^o . Governador Civil, afim de pessoalmente também lhe comunicar o pedido da exoneração desta Comissão ...”
03/12/1932	Livro 18 – p. 17V	Decisão referente ao professor, Domingos Borges do Rego, da freguesia de Santa Cruz, da Praia da Vitória, de modo a passar à situação de inactivo aguardando a aposentação, em vista do parecer de Junta de saúde.
07/01/1932	Livro 18 – p. 21 Frente	“... é comunicado que esta comissão em virtude do telegrama do excelentíssimo Ministro do interior, fica constituída por aqueles dois cidadãos e mais os seguintes: Doutores José Corrêa Bretão, Joaquim da Rocha Neves e; Manuel Nunes Flores Brazil, considerando-se assim, exonerados, a seus pedidos, os senhores Doutor Manuel de Sousa Menezes, Capitão Francisco de Barcelos e José narciso Parreira Coelho... compreendidos nos cidadãos exonerados os que exerciam a presidência e vice-presidência desta comissão se ia proceder á eleição dos membros desta comissão que aqueles cargos deviam ocupar. Deram entrada na urna quatro listas, número igual ao dos votantes do que resultou ter sido votado com três votos para presidente o Sr. Capitão Domingos Augusto Borges, tendo obtido um voto o senhor Ázera, e para vice-presidente, com quatro votos o senhor Dr. Manuel Nunes Flores Brasil.
07/01/1932	Livro 18 – p. 23 Frente	“... Idem sob nº 2559 de 16 de dezembro, da Direcção Geral dos edificios e Monumentos Nacionais, pedindo para que se proceda a vistoria e avaliação a um prédio que a administração Geral dos Correios e Telégrafos pretende adquirir na Calheta, Ilha de S ^o Jorge – Á Direcção das Obras Publicas para lhe dar execução;”
27/01/1932	Livro 18 – p. 28 Frente	“... Pelo Sr. Presidente foi apresentado a seguinte proposta, que depois de lida e discutida, foi aprovada, por unanimidade de votos: Considerandos que algumas verbas se encontram esgotadas ainda precisam muito de ser igualmente reforçadas; Que a Comissão Administrativa resolve contrair um empréstimo na Caixa Geral de Depósitos credito e Previdência até a quantia de quinhentos mil escudos destinada aos fins acima indicas. ...”
27/01/1932	Livro 18 – p. 29 Frente	“... Do presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Praia Vitoria, nº 76, de 22 do corrente, comunicando que a mesma Comissão, em sessão de 21 do referido mês, deliberou aceitar a proposta da professora diplomada Maria Teresa de Jesus Borges ... deliberando mais fazer construir o edificio num só corpo para os dois lugares que, presentemente, tem a dita escola, devendo as obras começar em breve”
03/02/1932	Livro 18 – p. 30 Frente	“... Officios do Ex.m ^o . Governador Civil deste Distrito: nº 13-g-dizendo que a policia cívica distrital vai ser armada com espingardas cedidas pela B.I. De Infantaria 23, tornando-se necessário que os guardas tenham a

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconômica
		indispensável pratica de tiro ao alvo...”
17/02/1932	Livro 18 – p. 35 Verso	“... Sabendo que o Sr. Presidente interino da Sanidade Terrestre Dr. Joaquim Bartolomeu Flores, tenciona fazer uma viagem ao estrangeiro, visitando, principalmente, á Argélia, o Egipto e Alexandria, onde vem grassando a peste bubónica e cujas medidas de combate são tidas como...”
17/02/1932	Livro 18 – p. 36 Frente	“... o melhor que até hoje se tem feito, mal endêmico que se tem manifestado nesta ilha com uma certa intensidade, proponho que se convide o referido médico em missão oficial, sem dispêndio de qualquer natureza para esta junta, apresentar, no prazo de 4 meses, contados da sua saída desta cidade, um relatório de tudo quanto observe sobre peste, prestando Sr. Ex.mº assim um relevante serviço á saúde pública local;”
17/02/1932	Livro 18 – p. 36 Verso	“... Ofício do presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Praia da Vitoria com o nº86, datado de 16 do corrente, resposta ao ofício nº 6 de 10 do mesmo mês, informando: que o terreno onde vai ser construído o edifício escolar para o seres feminino, daquela vila é situado na Rua Serpa Pinto e mede 22 metros de comprimento por 15 de largura ficando paralelo á escola do ser masculino...”
02/03/1932	Livro 18 – p. 40 Verso	“... Nº 25 de 27 de fevereiro, informando que o terreno escolhido para a construção de um edifício á instalação de uma escola oficial feminina da freguesia de Santa Cruz da Praia da Vitória, reúne as condições exigidas por lei;”
09/03/1932	Livro 18 – p. 42 Frente	“... Nº 48, comunicando que a câmara vai contrair um empréstimo destinado a pagar o seu passivo no qual está compreendida a divida a esta junta geral;”
09/03/1932	Livro 18 – p. 42 Verso	“...que os informadores de estatística agrícola foram todos, exonerados pelo governo, passando o seu serviço para os sindicatos agrícolas, a contar de janeiro de 1931;”
16/03/1932	Livro 18 – p. 44 Frente	“...Conhecedora esta Comissão de que o Sr. Dr. Joaquim Bartolomeu Flores delegado de saúde servindo de inspector de sanidade terrestre deste distrito, se presta sem encargo de qualquer espécie para esta junta geral a ir ao estrangeiro estudar a organização sanitária da defesa contra a peste no Egipto, e bem assim os trabalhos do Laboratório do Instituto de Higiene de Hamburgo, onde científica e profundamente se fazem estudos sobre ratos pestosos, resolve por unanimidade de votos encarregar o mesmo Sr. Inspector de Sanidade Terrestre de fazer aqueles estudos...”
23/03/1932	Livro 18 – 46F	Junta decidiu oferecer um subsídio para um almoço aos alunos do 3º ano de Medicina da Universidade de Coimbra que vão visitar a ilha, chegam no paquete “Carvalho de Araújo”, no valor de 1.000 escudos.

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
30/03/1932	Livro 18 – p. 49 Verso	“... Nos requerimentos apresentados pelos Sr. Manuel Martins Pires, de S. Bento; José Diogo da Silva, de Santa Luzia, deste concelho e Blandina Coelho de Medeiros, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, relativos á concessão de alvará de licença para coser pão, foi lançado o seguinte despacho: “Siga-se o que se ache determinado “. (ass.) D. Borges. ...”
13/04/1932	Livro 18 – p. 51 Frente	“... presente e lido e discutido o assunto do requerimento da Empresa Eléctrica graciosense Limitada, da ilha Graciosa, pedindo autorização para construir o edifício da sua central em parte do terreno e armazéns que a junta geral possui por detrás da igreja de S. Francisco...foi resolvido por unanimidade de votos lançar no requerimento o seguinte despacho: Autorizada a construção nas seguintes condições”
13/04/1932	Livro 18 – p. 52 Frente	Foi aprovado o regulamento dos serviços de contabilidade, tesouraria e pagadora que entrou imediatamente em vigor
13/04/1932	Livro 18 – p. 56 verso (continuação)	Sempre que não efectuem pagamentos o chefe de trabalhos participará a falta á Direcção telegraficamente, informando dos motivos dessa falta. Isto tinha a ver com os pagamentos feitos às ilhas de São Jorge e Graciosa.
11/05/1932	Livro 18 – p. 63 verso	“... Considerando o dever e a necessidade desta Junta Geral, como mais alto organismo do distrito, cooperar com os demais corpos administrativos e entidades locais na comemoração do 5º centenário da descoberta dos Açores; Considerando que se torna necessário começar já a prepara alguns dos números que devem constituir as festas da comemoração; Considerando estar assente a construção no Pico das Cruzinhas do Monte Brazil de um padrão comemorativo do descobrimento dos Açores;”
08/06/1932	Livro 18 – p. 65 verso	“...Ofícios do Governo Civil deste distrito: 1º secção-nº27, informando que no dia 12 de maio devia ser posta a meia haste a bandeira nacional dia em que se realizavam os funerais do Presidente da Republica francês Mr. Paul Doumer, o que foi cumprido; e nº 32, comunicando que no dia 28 do mesmo mês devia ser içada a bandeira nacional e haver tolerância de ponto pela passagem do 6. Aniversario da Ditadura, o que foi também cumprido...”
08/06/1932	Livro 18 – p. 67 verso	“...Do presidente da Comissão promotora de Construção Escolar, com o nº 18 de 10 de maio, comunicando que a referida comissão, em sessão da mesma data resolveu por ocasião da comemoração do 5º centenário do descobrimento dos Açores, se lançasse a primeira pedra do edificio escolar a fazer-se nos terrenos da graça e se propôs-se a esta junta geral para aquela escola o nome de

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
		- “escola do Infante D. Henrique”. A comissão abraçou com entusiasmo a ideia que não podia ser mais adequada nem mais patriótica e deliberou aprovar a proposta...”
29/06/1932	Livro 18 – p. 71 Frente	”... Do director da Direcção Geral das Industrias, datada de 16 do corrente, pedindo que os serviços Industriais deste distrito, acerca do pedido de patente de introdução de nova industria de fabricação de veludo de algodão, informem se à data da apresentação do pedido, indicado no aviso já existia na área deste distrito aquela industria.”
20/07/1932	Livro 18 – p. 78 Verso	“... Do grémio dos Açores expondo: que presentemente se encontra nos Açores, o pessoal técnico de uma empresa belga com o fim de realizar um filme deste arquipélago, inclusive ela mesma empresa; Que aquele grémio pretendendo também, realizar um filme de...”
20/07/1932	Livro 18 – p. 79 Frente	“... arte e propaganda destas, ilhas, acharam esta ocasião excepcionalmente oportuna, para isso, entrando já em negociações com aquela empresa...” “Do Sr. Teotónio Paim, pedindo um subsídio para a publicação de um livro que está escrevendo para se associar á comemoração da descoberta dos Açores livro intitulado - “O Plano dos Descobrimentos – Os Açores – Importância Nacional do Arquipélago “- Deliberou-se conceder um subsidio de 1.000\$00, desejando-se que o autor ofereça, 12 exemplares a esta junta;”
02/09/1932	Livro 18 – p. 84 Frente	“... Do chefe dos serviços rádios dos Açores, com o nº90, nº 317 de 31 de agosto o qual é como se segue: No edificio destes serviços está sendo montado uma Estação Rádio Telegráfica que alem da parte interna, compreende interiormente uma antena á qual tem de ser dada a direcção leste-oeste. Aos pontos de amarração, situados á distancia de 7 ou 8 metros do ponto de”
02/09/1932	Livro 18 – p. 84 Verso (continuação)	“... implantação, sem inconvenientes de maior parte para o trânsito tendo mais que por delineamento conveniente da parte...”
14/09/1932	Livro 18 – p. 90 Frente	“...Foi Presente uma representação assinada por diferentes individuos do distrito, solicitando que esta comissão peça ao governo benevolência para os implicados no movimento de 3 de abril de 1931. ...”
14/09/1932	Livro 18 – p. 92 Frente	“... Do Exmº. Sr. Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do concelho da Calheta, sob nº 16, datado de 1 do corrente mês de setembro em que solicita a criação de um Posto de Ensino no lugar de S. Tomé, freguesia de Santo Antão, daquele concelho, e indica para reger este posto a professora Maria de Lourdes Gonçalves...”
28/09/1932	Livro 18 – p.	“... Na mesma procedência, sob nº 91, livro 8º, datado de

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
	97 Frente	25 do corrente mês, em que remete o requerimento do professor diplomada Jezuína Mendes Borba, dizendo pretender mandar construir um edifício escolar se um só lugar, para os dois seres no lugar do Corpo Santo, freguesia da Conceição desta cidade, e oferecê-lo, seguidamente ao estado...”
03/10/1932	Livro 19 – p. 03 Frente	“... O mesmo Sr. Presidente propôs que na acta da presente sessão seja consignado um voto profundo sentimento pelo falecimento do pai do eminente estadista e ilustre presidente do Ministério Ex.mº. Doutor Oliveira Salazar, grande figura de patriotismo a quem todos deveremos tributar os nossos preitos de gratidão em todas as oportunidades, proposta que foi aprovada por unanimidade ...”
12/10/1932	Livro 19 – p. 05 Verso	“... Do Ex.mº. Governador Civil, nº4, da 1º secção de 10 do corrente, versando a crise do desemprego, pedindo que a inscrição dos desempregados se fizesse também por intermédio do pessoal deste corpo administrativo que tem a cargo a fiscalização dos serviços...”
12/10/1932	Livro 19 – p. 07 Frente	“... Do Inspector interino de Sanidade Terrestre informando: Que, embora em diferentes lugares se estejam dando casos de peste bubónica e especialmente de febre tifóide é no Refugio do Porto Judeu e na freguesia das Doze Ribeiras e Santa Barbara que, respectivamente, se encontra com mais intensidade aquelas doenças revelando a análise da água que abastece a freguesia das Doze, no seu inicio e centro uma percentagem de micróbios verdadeiramente extraordinária; Do Sr. Presidente da Junta de Higiene, uma circular com o nº 10, de 11 do corrente mês, remetendo um exemplar do Edital da câmara Municipal do mesmo mês, referente às medidas de defesa contra o rato,”
12/10/1932	Livro 19 – p. 08 Frente	“...Pelo Sr. Vice-Presidente, Doutor Manuel Nunes Flores Brazil foi dito: Atendendo a que o soro sai bastante caro a esta junta e a...”
12/10/1932	Livro 19 – p. 08 Verso (continuação)	“... sua eficiência é muito duvidosa, para não dizer como os ilustres professores de bacteriologia e o de moléstias infecto contagiosas o disseram e dizem o doutores (Aníbal e Nicolau Bettencourt) que é da acção nula e que eu na curta observação dos poucos doentes que tenho tido e do conhecimento de outros tenho tomado, tenho como eles, em fraca conta tal medicamento; Proponho: que o soro só seja empregado gratuitamente ou gratuitamente fornecido exclusivamente pelo Hospital de Isolamento sob a direcção e fiscalização do funcionário de saúde

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
		desta junta... Mensalmente será pelo director do Hospital fornecido a esta junta uma nota elucidando sobre o uso deste medicamento. Esta proposta foi aprovada por unanimidade...”
19/10/1932	Livro 19 – p. 11 Frente	“... Da mesma proveniência e data remetendo a carta que lhe foi dirigida pelos representantes, em Lisboa, da creolina “ Pearson” óptimo produto empregado em quase todos os serviços públicos de desinfecçãoproscrito como desinfectante em caso de peste e outros...”
19/10/1932	Livro 19 – p. 12 Verso	“... 2) Um ofício de Luiz Filipe de Lima comunicando já se achar em condições de funcionar o edifício escolar, para o sexo masculino da freguesia do Guadalupe, da ilha graciosa, edifício este que mandou construir e deseja doar a esta junta Geral Autónoma...”
26/10/1932	Livro 19 – p. 13 Verso	“... Foi presente uma carta da Empresa de Publicidade - “ o Calvário” expondo que se trata da publicação de uma folha solta, intitulada “Diálogos de Hoje” destinada a levar mensalmente ao seio da alma popular a semente dos bons princípios de ordem, paz e confiança cuja vulgarização tão necessária é para o aperfeiçoamento moral e mental do nosso povo hoje insistentemente vereado pelas campanhas surdas e daninhas dos inimigos da ordem e da paz social e lido o plano da mesma publicação e considerada de uma grande utilidade, deliberou a comissão responder que desejam lhe sejam enviados, mensalmente 100 exemplares...”
26/10/1932	Livro 19 – p. 14 Verso	“... De Joaquim Coelho Pereira dos Altares, pedindo a possível redução nas despesas do transporte de seus falecidos pais que foram vítimas da peste bem como das despesas de desinfecção. ...”
09/11/1932	Livro 19 – p. 17 Verso	“... Nota de serviço, sob nº5 do apontador encarregado dos serviços de obras públicas, na graciosa, comunicando que a junta Autónoma dos Portos, vai em breve começar a muralha do Carapacho, tornando-se necessário construir um aqueduto para receber águas da estrada, conduzindo-as ao mar, no fim de se evitar os grandes enxurros que possam danificar o edifício...”
23/11/1932	Livro 19 – p. 23 Verso	“... Foi presente um ofício do Sr. Presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia desta Cidade que é como se segue - “ Em resposta ao assunto do ofício de V. ex. sob nº 443 de 3 do corrente, tenho a honra de informar V. ex. que a Comissão Administrativa da minha presidência em sessão de 15 do mesmo mês, resolveu fundar, no hospital desta Misericórdia, um Laboratório de Análises Clínicas e Bacteriológicas, tendo-me encarregado de negociar o que for necessário para se tornar efectiva a fundação...”
23/11/1932	Livro 19 – p. 24 Verso	“... a) Permitir que o referido Laboratório funcione na dependência deste edifício onde está instalado o

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
	(continuação)	Laboratório Distrital; ... c) Autorizar o Ex.mº. Presidente a representar esta Comissão Administrativa na escritura a lavrar para tornar efectivos este acordo, garantindo-se de tal modo e por igual os direitos da Junta Geral e os daquela Santa Casa com as correspondentes obrigações;”
23/11/1932	Livro 19 – p. 25 Frente	“... Proponho que seja concedido á Comissão encarregada de angariar donativos para a construção de uma estrada da Fajã do Ouvidor, freguesia do Norte Grande, - Velas...”
23/11/1932	Livro 19 – p. 25 Verso	“... Um officio sob nº 37, de 7 do corrente do presidente da Câmara da Calheta, Sº Jorge pedindo a criação duma escola no Lournal freguesia da Ribeira Seca daquela ilha. ...”
30/11/1932	Livro 19 – p. 26 Verso	“... Cinco Officios do Engenheiro Director Geral de Direcção dos Edificios e Monumentos Nacionais datados de 10 de novembro do corrente ano, com os números 2390 a 2394, comunicando que a Direcção Geral das Alfandegas mais uma vez insta pela immediata conclusão das obras de reparação de que carece o barracão que serve de armazém às embarcações desta cidade, a immediata conclusão da obra de reparação do edificio do Piquete de Alfandega desta cidade, a immediata conclusão das obras de reparações externas no edificio da sede da alfândega desta cidade, de immediata conclusão da reparação de que carece o edificio em que funciona o posto de despacho da Praia da vitória; Idem do edificio onde funciona o posto de despacho da Calheta de S. Jorge;”
30/11/1932	Livro 19 – p. 27 Verso	“... No citado officio e com parecer sobre o pedido da Câmara da Calheta, para a criação de uma escola no Lournal, alvitra a Inspeção Escolar que esta junta geral crie um “Posto de Ensino “para funcionar ali durante os meses que o povo habite aquele lugar.”
07/12/1932	Livro 19 – p. 33 Frente	“... Do Presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo convidando esta Comissão a assistir a inauguração do Laboratório de Analises Clínicas e Bacteriológicas do Hospital de Santo Espírito. ...”
07/12/1932	Livro 19 – p. 33 Verso	“... Um officio do professor official da Serreta, Eleutério Homem de Menezes Carvalho, pedindo uma lata de petróleo para iluminação do curso nocturno que naquela freguesia funciona:”
21/12/1932	Livro 19 – p. 34 Frente	“... Do Ex.mº. Governador Civil sob nº 74, 2º secção de 20 do corrente, comunicando que da melhor vontade, remeteu ao Director Geral dos Serviços Pecuários informando favoravelmente a representação deste corpo administrativo dirigida ao Ex.mº Ministro das Finanças, solicitando medidas de protecção para a exportação de

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
		gado bovino para o estrangeiro;”
21/12/1932	Livro 19 – p. 34 Verso	<p>“... Do Presidente da Junta de freguesia dos Biscoitos remetendo um requerimento da mesma Junta no qual se pede um subsídio para auxiliar a ampliação do respectivo cemitério, serviço inadiável pelo sensível aumento de população. ...”</p> <p>“... Pelo Sr. Presidente foi dito que na sua visita ao maior número de escolas da ilha, verificou as péssimas condições pedagógicas e higiénicas da grande maioria dos edificios escolares, estando informado de que o mesmo sucede nas outras ilhas do distrito...”</p>
21/12/1932	Livro 19 – p. 35 Frente	<p>“... Do fornecimento de serviço de automóveis durante o ano de 1933, sendo adjudicado a Tomaz Mesquita Borba por 1\$00 por quilómetro, incluindo a gorjeta, nas condições estabelecidas no respectivo processo com a caução de 500\$00, a prestar por meio de fiança, fiador João Vaz de Borba;</p> <p>Do fornecimento de serviço de trens durante o ano de 1933 sendo adjudicado a João de Sousa Azevedo pela quantia de 49\$50 por viagem, incluindo a gorjeta.</p>
28/12/1932	Livro 19 – p. 36 Frente	<p>“... Do Administrador da Empresa Nacional da Publicidade de Lisboa, acusando a recepção do cheque de cinco mil escudos que lhe foi enviado com o officio nº 478 de 28 de novembro para pagamento da pagina comemorativa do Centenário do descobrimento dos Açores, e enviando o respectivo recibo;</p> <p>Da Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais, Repartição Central, com o nº 2.736 de 17 do corrente, enviando cópia da Portaria, datada de 16 do mesmo mês, que autoriza o dispêndio...”</p>
28/12/1932	Livro 19 – p. 36 Verso (continuação)	<p>“...de 25.000\$00 para obras de construção do edificio escolar de S. Sebastião.....10.000\$00 para obras de construção do edificio escolar do Porto Judeu;”</p> <p>“... foi nomeado em sessão da Comissão Distrital desta junta de 30 de dezembro de 1905 em concurso público documental, preparador do Laboratório Distrital “Anibal Betencourt”, e exercendo ininterruptamente, tal cargo, desde a data da sua nomeação até 9 de setembro de 1919, justificação de que carece, porque o incêndio que destruiu quase todo o edificio desta junta, devorou o arquivo ...”</p>
28/12/1932	Livro 19 – p. 37 Verso	<p>“... Tendo a professora da Escola do Corpo Santo Ex.mº. Sra. D. Maria de Lurdes Peregrino Flores, organizado uma festa escolar cujos resultados foram brilhantes e de grande alcance no seu significado não só educativo mas também moral pela caridade exercida para com os alunos pobres, obtendo-lhe peças de vestuário e prendas para</p>

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
		uma arvore do Natal, imprimindo-lhe, assim um aspecto duplamente cívico e caritativo que muita nobilita a sua missão como educadora...” O presidente António da Silva Mendes propôs louvar a dita professora.
28/12/1932	Livro 19 – p. 38 Frente	“... Deliberou-se mandar imprimir mil exemplares das entrevistas concedidas pelo Ex.mº. Ministro das Finanças e Presidente do Ministério Dr. Oliveira Salazar, ao jornalista António Ferro publicadas no “ Diário de Noticias” de Lisboa para serem distribuídas pelo distrito visto a sua alta importância sob todos os aspectos financeiros, político e social;”
13/01/1933	Livro 19 – p. 44 Frente	“... do parecer daquela Direcção Geral sobre a exportação de gado bovino dos Açores, já mandara isentar de direitos de Exportação, durante um ano, o gado daquela espécie que deste arquipélago for exportado para Espanha e Canárias...”
25/01/1933	Livro 19 – p. 46 Verso	“... Engenheiro Agrónomo, este para fazer algumas conferências sobre os importantes serviços em que superintende, inspeciona fabricos de lacticínios e proceder a averiguações acerca das melhores localidades para campo de experiencias. ...”
15/02/1933	Livro 19 – p. 55 Frente	“... Do Sr. Amadeu Monjardino, comunicando ter sido nomeado representante dos preparados destinados á destruição de ratos, Ratin e Ratinin, cujos bons resultados foram já verificados nesta cidade, e remetendo alguns prospectos do mesmo preparado...”
22/02/1933	Livro 19 – p. 57 Verso	“... Foi presente um officio do corpo redactorial do jornal “ A Pátria”...”
22/02/1933	Livro 19 – p. 58 Frente (continuação)	“... no qual, o mesmo corpo, expondo ter tomado a iniciativa de promover, por subscrição pública, a edificação de um modesto mausoléu que seja a perpetuação dos sentimentos de gratidão do povo desta terra por um homem, que justamente, pode e deve ser considerado como um benemérito pelo bem que espalhou á sua volta, Dr. Alexandre Ramos Lançada no público a ideia de se organizar uma comissão que promovesse a edificação daquele mausoléu, vê-se pelo silêncio mantido, que tal ideia não germinou...”
22/02/1933	Livro 19 – p. 60 Verso	“... Câmara insta pela criação do Posto de Ensino a funcionar na Fajã Redonda, com o fim de servir as populações escolares mencionadas e a causa do ensino popular ...”
01/03/1933	Livro 19 – p. 62 Verso	“... Do Presidente da Comissão Administrativa da Santa casa da Misericórdia da Praia Vitória, fazendo uma exposição sobre as más condições financeiras do respectivo Hospital e pedindo um subsídio ...”

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
08/03/1933	Livro 19 – p. 64 Frente	“... Do Engenheiro Administrador Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, nº 217 de 20 de fevereiro, pedindo se determine que, pelo organismo técnico, seja devidamente fiscalizada a execução da obra de reconstrução de 3.000 metros de canalização de água para abastecimento da Vila da Calheta...”
15/03/1933	Livro 19 – p. 66 Verso	“... Do Presidente do Núcleo do Tratamento das Prisões, com o nº7, lnº1, de 10 do corrente, pedindo auxilio e concurso desta Comissão, para a realização em vista da regeneração social e prisional, exercendo-se a caridade e amparo junto das lamentáveis...”
15/03/1933	Livro 19 – p. 67 Frente	“... populações das cadeias das suas infelizes famílias.”
22/03/1933	Livro 19 – p. 69 Frente	“... Do Presidente da Direcção da Associação da Classe dos Operários de Construção Civil, comunicando a inauguração da sua sede no dia 5 do corrente, na rua D. Afonso VI, nº 152”
22/03/1933	Livro 19 – p. 70 Frente	<p>“... Foi presente uma proposta de António Constantino de Borba para a venda de dois vitelos de raça Holsterir, puro-sangue, com idade de 7 meses a comportar no fim de setembro próximo futuro, pelo preço de 670\$00 cada umconsiderando que é de grande vantagem, geralmente reconhecida a larga reprodução daquela raça;</p> <p>Considerando que as ilhas de Sº Jorge e Graciosa insistentemente requisitem reprodutores ao que é preciso atender. É necessária para o desenvolvimento daquela reprodução em todo o distrito;</p> <p>Considerando finalmente que segundo informação colhida tal proposta é vantajosa...a comissão delibera aceita-la nos seus precisos termos. ...”</p>
05/04/1933	Livro 19 – p. 74 Verso	<p>“... Um officio do presidente do Núcleo do Patronato das Prisões, que já tinha sido presente na ultima sessão, e que ficara para estudo, onde se pedia a criação de um Posto de Ensino, na Cadeia Civil desta câmara, a fim de colaborar eficientemente na reeducação dos presos que na sua maioria são delinquentes ocasionais”</p> <p>Subsidiar o Patronato das Prisões com verba anual de 900.00 a começar no próximo ano económico de 1933-1934.</p> <p>“... Junta de freguesia de Fonte do Bastardo. Nesta sessão o senhor presidente disse que esta junta de freguesia deliberou fazer doação ao Estado, pelo Ministério da Instrução, do edificio onde actualmente funcionam as escolas do ensino primário, desta freguesia, visto a mesma junta não ter receita suficiente para, por si só, proceder a reedificação do mencionado edificio.”</p>
12/04/1933	Livro 19 – p. 77	“... Foi deliberado abrir concurso pelo prazo de 20 dias, para a instalação da luz eléctrica no edificio da junta

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica
	Verso	geral em reconstrução...”
19/04/1933	Livro 19 – p. 79 Verso	<p>“... o processo de doação da metade do edifício destinado á instalação da escola oficial feminina da freguesia de Santa Cruz concelho da praia da Vitória, em que é doadora a professora do quadro geral, deste Circulo escolar – Maria Teresa de Jesus Borges...A comissão deliberou aceitar a doação, autorizando o Sr. Presidente a outorgar na respectiva escritura de doação a lavrar oportunamente;”</p> <p>“Em virtude de ter entrado em vigor o Decreto nº.22.369 de 30 de Março último que reformaram serviços do ensino primário, pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte Proposta</p> <p>1º- É criado o quadro do Distrito Escolar de Angra do Heroísmo, que fica a cargo desta junta em virtude ...”</p>
26/04/1933	Livro 19 – p. 84 Frente	<p>“... Regulamento dos Serviços do Hospital de Isolamento aprova em sessão ordinária da Comissão Administrativa realizada em 12 de abril do corrente ano.</p>
10/05/1933	Livro 19 – p. 89 Verso	<p>“... Do Director dos serviços Meteorológicos dos Açores pedindo autorização para o lançamento de papagaios no campo da Achada e permissão para se utilizar da casa existente no mesmo campo para guardar o material destinado aquele fim – Atendido;”</p>
10/05/1933	Livro 19 – p. 90 Frente	<p>“... Foi presente um requerimento de Pedro Lourenço Valadão de Vila Nova expondo que para se proceder a uma mais larga terraplanagem do campo de Aviação da Achada, por indicação do Sr. CifhaDuarte, quando aqui esteve ao serviço da Aeronáutica...”</p>
24/05/1933	Livro 19 – p. 96 Frente	<p>“... Um officio do Chefe dos Serviços Agrícolas, Doutor Jácome de Ornelas Bruges, com o nº 42, datado de 24 do corrente pedindo autorização para ir no próximo paquete a S. Jorge, afim de colher elementos necessários á organização da monografia a que no mesmo officio alude. Foi Atendido. ...”</p> <p>“... Do Comando Distrital de Polícia, com o nº 305, de 20 do corrente, pedindo seja fiscalizada uma caldeira e motor numa serraria instalada num prédio pertencente a António José de Ávila, situada na Rua da Liberdade ...”</p> <p>“... uma proposta do Director interino das Obras Publicas no sentido de ser arrendado o edificio que Alfredo Monteiro de Castro possui na Rua Rio de janeiro, para ser instalada a oficina onde trabalha o ferramenteiro</p>

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica	
		maquinista e isto porque o local onde se acha instalada é muito húmido, o que além de prejudicial á saúde daquele funcionário é.”	
24/05/1933	Livro 19 – p. 96 Verso (continuação)	<p>“... nocivo às maquinas e ferramentas que ali se acham...”</p> <p>“A comissão deliberou, por unanimidade, fazer...”</p>	
24/05/1933	Livro 19 – p. 97 Frente (continuação)	<p>“... as seguintes propostas ao governo enviando-as ao Ex.m. Governador Civil com o pedido de solicitar a sua aprovação:</p> <p>1º- Propõe a Comissão Administrativa que seja aumentado o subsídio a conceder pelo Estado no próximo ano económico que será de 600 contos, conforme foi prometido, pelo Exmo. Ministro das Finanças Essa compensação de receitas, ainda é de absoluta necessidade, a fim de que todos os serviços a cargo da junta Geral, sejam...”</p>	
24/05/1933	Livro 19 – p. 97 Verso (continuação)	<p>“... convenientemente dotados para que possa vir a ser produtiva e beneficia a sua acção, por isso que todos eles tem dotações manifestamente exíguas (excepção da verba de estradas) ...O art. 1 do Decreto 17.634 diz o seguinte:</p> <p>- “São aprovados os quadros e vencimentos do pessoal da junta Geral Autónoma do distrito de Ponta Delgada, constando dos mapas anexos a este Decreto e dele fazendo...”A Comissão Administrativa propões que o art.1.º do Decreto 18.441 seja redigido da mesma forma como esta o art. 1º do Decreto 17634.</p>	
24/05/1933	Livro 19 – p. 98 Frente (continuação)	<p>“...parte integrante, ficando a mesma junta Geral autorizada a substituir os emolumentos dos funcionários da sua secretaria por uma qualificação anual fixa. ...Propõe a Comissão Administrativa que essa melhoria de vencimentos seja também extensiva às Policias das juntas gerais Autónomas, por se lhe afigurar ser um acto de justiça que urge praticar-se. ...“</p>	
14/06/1933	Livro 20 – p. 05 Verso	<p>“... Os funcionários públicos ...não podem acumular funções dentro das horas do respectivo serviço outra carga de trabalho...”</p>	
14/06/1933	Livro 20 – p. 05 Verso	<p>Foi pedido autorização para que no Domingo dia 18 do corrente, se pudesse realização a festa do Espírito Santo no mercado do S. Sebastião... alegando que esta seria uma mais-valia para a ilha no que diz respeito a atracção turística.</p>	
21/06/1933	Livro 20 – p. 12 Verso	Por falta de receitas não foram dotados serviços obrigatórios altamente importantes.	A Junta Geral reflecte alguns problemas económicos talvez de crise global sentida entre 1929

Data	Fonte	Referência sociopolítica/ Socioeconómica	
			1933
19/07/1933	Livro 20 – p. 22 Verso	De modo a aumentar a eficiência dos serviços da Junta no âmbito dos serviços agro-pecuários do distrito, neste sentido deverão proceder avaliação do estado da agricultura e pecuária do distrito, avaliar as culturas a intensificar, analisar meios de aperfeiçoar a criação de gado de maior valorização das espécies domésticas, economia agrícola do distrito em face dos diferentes produtos.	A junta Geral tem como responsabilidade promover estudos regionais no âmbito da agricultura.
26/10/1933	Livro 20 – p. 72 Verso	A Junta deliberou várias medidas de correcção referentes à ilha Graciosa, nomeadamente no âmbito agrícola, pecuária, balneário, arborização, etc. no sentido de melhorar as condições da ilha.	

**Anexo n.º 2 - Lista e nota biográfica dos Governadores Civis do Distrito de
Angra do Heroísmo⁴⁶⁹**

1926 – 1933

Francisco de Mendonça Pacheco de Melo, (Santa Cruz da Graciosa, 1865 -?), *Governador Civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, de 19 de setembro de 1925 a 11 de Junho de 1926*. Político, eleito presidente da Câmara Municipal da Santa Cruz da Graciosa entre 1893 e 1899. Líder do Partido Regenerador, vem para Angra do Heroísmo em 1902, onde é nomeado comissário da Polícia Municipal e mais tarde Governador Civil substituto, estando ao serviço quando ocorreu a Implantação da República. Fixou residência na cidade do Porto, onde foi chefe da Polícia de Emigração, continuando na política activa durante o novo regime republicano. Foi governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo de 1910 a 1913. Pela segunda vez, entre 19 de Setembro de 1925 a 11 de Junho de 1926, o último antes das transformações do 28 de Maio. A 11 de Junho de 1926 acarretou a sua demissão.⁴⁷⁰

Major Jaime Pereira da Silva, (Angra do Heroísmo 1879 -?), *Governador Civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo de 1 de julho de 1926 a 31 de Outubro de 1927*. Seguiu Carreira militar na administração militar, atingindo o posto de tenente-coronel. Serviu em Moçambique durante a I Guerra Mundial (1917-1918). Oficial de administração militar do exército Português. Exerceu as funções de Governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo entre 1926 a 1927, sendo o primeiro nomeado pelo Governo da Ditadura Militar saída do Golpe de 28 de maio de 1926. Na Primeira Guerra Mundial integrou a força expedicionária enviada para a fronteira norte de Moçambique entre 1917 e 1918, tendo participado na luta contra as forças da África Oriental Alemã. Era

⁴⁶⁹MATOS, Artur Teodoro de; MENESES, Avelino de Freitas de; LEITE, José Guilherme Reis, (dir), in *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, VolII, p. 661.

⁴⁷⁰ LEITE, José Guilherme Reis, *Política e Administração nos Açores 1890 a 1910. O 1.º Movimento Autonómico*, Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1995 p.36.

condecorado com a medalha de prata de comportamento exemplar (1919) e cavaleiro da Ordem de Cristo (1919) e comendador da Ordem de Avis (1921).⁴⁷¹

Capitão Gonçalo Lobo Pereira Caldas de Barros (Sabrosa 1887 - Ponta Delgada 1968), *Governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo de 31 de outubro de 1927 a 19 de novembro de 1928*. Representante do título de barão de Provezende. Fixou residência em Ponta Delgada, por ter casado com uma senhora daquela ilha, D. Matilde Sousa Álvares Cabral da Silveira. Oficial da Arma de Infantaria, assentou praça em 1907, alferes em 1911, tenente em 1915, capitão em 1918, major em 1937, tenente-coronel em 1941, coronel em 1943. Passando à reserva neste posto em 1945, reformando-se em 1957. Fez a campanha de Moçambique contra os alemães e prestou parte do serviço militar na guarnição de S. Miguel. Foi Governador Civil do Distrito de Angra do Heroísmo de 31 de outubro de 1927 a 19 de novembro de 1928, durante a Ditadura Militar e de Ponta Delgada de 2 de julho de 1929 a 17 de junho de 1931.⁴⁷²

Major Manuel de Mesquita (Santa Cruz da Graciosa 1879 - Angra do Heroísmo 1944), *Governador Civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo de 26 de dezembro de 1923 a 29 de junho de 1924; e de 19 de fevereiro de 1928 a de 9 de junho de 1931*. Militar do Exército Português e político. Administrador do concelho de Angra do Heroísmo. Governador Civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo de 26 de dezembro de 1923 a 29 de junho de 1924 e de 19 de fevereiro de 1928 a 9 de junho de 1931. Neste segundo mandato, foi acusado e substituído, devido a um comportamento frouxo em relação ao movimento revolucionário de 1931 nos Açores.⁴⁷³

Capitão Luís Augusto de Sousa Rodrigues, (Funchal 1883 – Funchal 1972) *Governador Civil no Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo de 13 de julho de 1931 a 15 de julho de 1932*, Assentou praça como voluntário no Regimento de Infantaria 16 em 1910. foi gradualmente, promovido a alferes em 1908, tenente em 1912, capitão em 1917, major em 1932, tenente-coronel em 1938, coronel em 1940, passando à reserva em 1943 e à reforma em 1953. Defensor da Ditadura Militar e

⁴⁷¹ António Ornelas Mendes & Jorge Forjaz, “Jaime Pereira da Silva”, in *Genealogias da Ilha Terceira*, volume VIII, Dislivro Histórica, Lisboa, p.731, LEITE, José Guilherme Reis, «Jaime Pereira da Silva», in *Enciclopédia Açoriana*, Governos dos Açores / Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=10081>

⁴⁷² LEITE, José Guilherme Reis, «Gonçalo Lobo Pereira Caldas de Barros», in *Enciclopédia Açoriana*, Governos dos Açores / Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=5949>

⁴⁷³ LEITE, José Guilherme Reis, «Manuel de Mesquita», in *Enciclopédia Açoriana*, Governos dos Açores / Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=8323>

fiel ao Estado Novo foi governador civil do distrito de Angra do Heroísmo entre 13 de Julho de 1931 a 15 de Julho de 1932 no período difícil do rescaldo da revolta democrática de Abril de 1931⁴⁷⁴

Capitão Domingos Augusto Borges (Santa Bárbara 1892 - Angra do Heroísmo 1933), *Governador Civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo*, nomeado por decreto de 19.7.1932, de 15 de julho de 1932 a 1933 e vindo a falecer prematuramente. Alistou-se como recrutado no Regimento de Infantaria nº 2/3, em Angra do Heroísmo, sendo incorporado em 1893. Estudou na Escola de Guerra, saindo habilitado com o curso de Infantaria em 1915. Foi alferes em 1916, tenente em 1918 e capitão em 1923. Serviu na Guarda-fiscal em 1918 e fez parte do Corpo Expedicionário Português em França. Foi condecorado com a medalha das Campanhas do Exército Português, medalha da Vitória e medalha militar de prata de Comportamento Exemplar (1924) e Cavaleiro da Ordem de Cristo (1931). Adepto da ditadura militar saída do golpe de 28 de maio de 1926, foi mandado para a ilha Graciosa como comandante de diligência do Regimento de Infantaria nº 22 destinado a guardar o depósito de deportados políticos estabelecido em Santa Cruz e exerceu a função de comandante militar daquela ilha. Desempenhou o cargo de Governador Civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, nomeado por decreto de 19.7.1932, de 1932 a 1933.⁴⁷⁵

Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral (Angra do Heroísmo 1889 - Lisboa 1987), *Governador civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo de 20 de abril de 1933 a 3 de abril de 1936*. Pelo lado materno, descende de uma das famílias mais distintas da ilha Terceira. Fez estudos liceais em Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, alistando-se como voluntário no curso de oficiais milicianos de Infantaria em 1915. Expedicionário no planalto de Benguela, em Angola, em 1918-20, onde comandou as forças. Colocado no Quartel-general de Coimbra (1920-29). Licenciou-se em Ciências Histórico-Geográficas na Universidade de Coimbra. Professor dos Liceus José Falcão e Doutor Júlio Henriques, em Coimbra. Em 1928, fez exame de Estado e foi professor efectivo em Faro e Beja. Em 1931 foi nomeado, em comissão de serviço, reitor do Liceu Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, em Angra do Heroísmo e depois colocado aí como professor efectivo. O

⁴⁷⁴LEITE, José Guilherme Reis, «Luís Augusto de Sousa Rodrigues», in *Enciclopédia Açoriana*, Governos dos Açores / Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=9783>

⁴⁷⁵LEITE, José Guilherme Reis, «Domingos Augusto Borges », in *Enciclopédia Açoriana*, Governos dos Açores / Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=7216>

seu reitorado foi o início de uma notável renovação pedagógica. Foi, em 1932-33, membro da Comissão Distrital de Angra do Heroísmo da União Nacional e responsável pela montagem do Estado Novo no distrito. Governador civil de Angra do Heroísmo de 1933 a 1936. Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo (1939-52), sendo exonerado por discordância política. Procurador à Câmara Corporativa, II-III e IV Legislativa, pelos municípios do Arquipélago dos Açores. Jubilado no Liceu de Angra do Heroísmo, em 1959. Exerceu um notável magistério pedagógico, principalmente na disciplina de História. Foi um entusiasta pela divulgação da história dos Açores, escrevendo trabalhos de grande mérito; além de uma obra de animação cultural da sua cidade. Cavaleiro da Ordem de Avis, oficial da Ordem da Instrução Pública, comendador da Ordem da Benemerência e grande oficial da Ordem de Cristo, medalha de prata de comportamento exemplar.⁴⁷⁶

⁴⁷⁶LEITE, José Guilherme Reis, «Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral», in *Enciclopédia Açoriana*, Governos dos Açores / Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=3592>

Anexo n.º 3 - Lista e nota biográfica dos Presidentes da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo

1926 – 1933

Luís da Silva Ribeiro (Angra do Heroísmo 1882 - Angra do Heroísmo 1955), *Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo de 2 de janeiro a 25 de junho de 1926.* Jurista, intelectual, político, etnógrafo e animador do movimento cultural que levou à criação do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Depois de completar os estudos secundários em Coimbra, bacharelou-se em Direito, em 1907. Regressando à ilha Terceira, ocupou os cargos de Delegado-Procurador da Coroa na Relação dos Açores, Administrador do Concelho e Comissário da Polícia de Angra, Juiz Administrativo, Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Angra e professor do Curso Complementar de Letras e de Canto Coral, no Liceu de Angra. Devido à sua militância republicana e ligação ao Partido Democrático andou envolvido na administração local, quer por nomeação quer por eleição. Foi nomeado presidente da Câmara de Angra, em 1911; governador civil substituto, em 1913; presidente da Junta Geral, em 1914-1915, por eleição; manteve-se como procurador em anos seguintes, até se desligar do Partido Democrático, em 1919, do qual havia sido líder. Manteve o seu espírito independente e liberal, embora tivesse colaborado com os organismos locais do Estado Novo, em tarefas muito concretas de carácter cultural. Em 1931, foi punido com 150 dias de suspensão, com perda de vencimentos, por ter sido acusado de facilitar a ocupação de aposentos camarários por parte dos deportados que se haviam revoltado. Foi membro de várias instituições que reflectiam as suas preferências culturais: sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa; membro do Instituto de Coimbra-Academia Científica e Literária; Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia; Sociedade Portuguesa de Antropologia; Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Espanha); Instituto de História e Geografia do Rio Grande do Sul; Sociedade Tucumana de Folclore (México); Clube Internacional de Folcloristas (Brasil); Academia de Mendonza (Universidade

de Cuyo); Academia de Jurisprudência e de Legislação (Madrid); Instituto Açoriano de Cultura; Sociedade de Estudos Açorianos «Afonso Chaves» e Instituto Histórico da Ilha Terceira. Pertenceu à maçonaria, tendo feito a regularização ainda em Coimbra, na Loja Pró Veritate. Transitou para a Loja União e Liberdade, em Angra, em 1907, tendo atingido pelo menos o grau 20. A intensa actividade intelectual de Luís Ribeiro levou-o a desenvolver estudos na área da História, procurando evidenciar a forte ligação histórico-cultural das ilhas açorianas a Portugal continental; sobre a jurisprudência, publicou trabalhos que mereceram referências de autores consagrados; no campo da Etnografia, deixou uma vasta e diversificada obra com análises profundas da vida açoriana. Um trabalho minucioso e seguro que mereceu a consideração de etnógrafos portugueses e estrangeiros. Na área política, publicou variadíssimos artigos onde ficaram expressas as suas discordâncias com os separatistas, pronunciou-se sobre a defesa do regionalismo e alvitrou uma série de propostas administrativas que se distanciavam das provenientes de São Miguel, de cariz autonómico mais alargado. Neste aspecto, Luís Ribeiro foi mais contido: defendeu uma descentralização municipalista, mas como não conseguiu que o projecto se concretizasse, optou pela manutenção das Juntas Gerais Autónomas, dotadas de poderes administrativos, mas fiscalizadas para evitar esbanjamentos. Uma certa descrença na capacidade dos açorianos serem capazes de se governarem a si próprios, levou-o a tomar posições que serviram os objectivos do poder centralizador. Em 1938, recebeu Marcelo Caetano e em boa medida o terá influenciado nas linhas mestras que vieram a integrar o Estatuto Administrativo de 1940. No *Correio dos Açores*, jornal fundado em 1920, deixou uma vasta colaboração que se debruça sobre as temáticas acima referidas. Naquele periódico publicou uma série de artigos sobre o açorianismo, a construção da unidade e identidade regional e, em 1936, os *Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade*. Pela lucidez e profundidade do seu pensamento, Nemésio escreveu que era «a alma e consciência da nossa ilha (Terceira) e dos Açores». Parte da sua obra foi reunida em volumes temáticos, mas existem ainda muitas dezenas de artigos dispersos pela imprensa⁴⁷⁷

Amadeu Monjardino (Angra do Heroísmo 1876 – Angra do Heroísmo 1954), *Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo de 2 de*

⁴⁷⁷CARLOS ENES, “Luís Silva Ribeiro” in *Enciclopédia Açoriana*, Governos dos Açores / Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?Id=10611>

Agosto a 22 de novembro de 1926, de 27 de janeiro de 1927 a 30 de julho de 1928, e de 20 agosto a 4 de outubro de 1928. Destacado comerciante em Angra do Heroísmo com negócios variados na praça citadina. Com escritório de comissões e consignações que representava a empresa americana “*Vacuum Oil Company*”. Iniciando a vida política durante a República Democrática, foi eleito deputado pelo círculo de Angra do Heroísmo, em 1915, nas listas da União Republicana. Foi dos primeiros apoiantes no Distrito, da Ditadura Militar tendo logo em 1926 sido nomeado presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral de 1926 a 1928. Exerceu os cargos de administrador do concelho, presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e presidente da Junta Autónoma dos Portos.⁴⁷⁸

Sebastião Ávila Vasconcelos (Santa Cruz da Graciosa 1877 - Angra do Heroísmo 1934), *Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo de 6 de dezembro de 1926 a 17 de janeiro de 1927. Depois de 2 a 13 de agosto de 1928.*⁴⁷⁹

Manuel de Sousa Meneses (Cabo da Praia 1890 Angra do Heroísmo 1958), *Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, de 20 de novembro de 1930 a 7 de janeiro de 1932.* Tenente-coronel, médico, distinguiu-se pelos seus estudos sobre os Açores. Governador Civil do Distrito Autónomo de Angra Heroísmo de 5 de Janeiro de 1953 a 27 de Dezembro de 1956. Foi um dos sócios e fundadores do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Apoiente da Ditadura Militar, desenvolveu atividades no âmbito político. Presidiu de 1930 a 1932 à comissão administrativa da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo. Novamente presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, de 1949 a 1953, pelo apoio ao novo regime, Estado Novo. Escolhido para deputado à Assembleia Nacional na V Legislatura daquele órgão de 1949 a 1953.⁴⁸⁰ Nomeado Governador Civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo de 5 de janeiro de 1953 a 27 de dezembro de 1956.⁴⁸¹

Domingos Augusto Borges (Santa Barbara 1892 - Angra do Heroísmo 1933). *Foi presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo de 20 de*

⁴⁷⁸ LEITE, José Guilherme Reis, «Amadeu de Almeida Monjardino», in *Enciclopédia Açoriana*, Governos dos Açores / Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=8372>

⁴⁷⁹ António Ornelas Mendes & Jorge Forjaz, “Manuel de Sousa Meneses”, in *Genealogias da Ilha Terceira*, volume VIII, Dislivro Histórica, Lisboa, 2007, p.753

⁴⁸⁰ António Ornelas Mendes & Jorge Forjaz, “Manuel de Sousa Meneses”, in *Genealogias da Ilha Terceira*, volume VIII, Dislivro Histórica, Lisboa, 2007, p.113

⁴⁸¹ MATOS, Artur Teodoro de; MENESES, Avelino de Freitas de; LEITE, José Guilherme Reis, (dir), in *História dos Açores: do descobrimento ao século XX*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, Vo II, p. 661.

janeiro a 27 de julho de 1932. Militar do Exército Português e político ligado à Ditadura Nacional que exerceu as funções de Governador Civil do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo (1932-1933). Foi presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo de 1932 a 1933.⁴⁸²

António Maria de Lemos da Silva Mendes (Santa Bárbara 1876 - Angra do Heroísmo?). *Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, por Decreto de 24.8.1932, de 2 de setembro de 1932 a 31 de maio de 1933.* Da sua vida militar sabemos que de Alferes, passa a Alferes – Ajudante e de seguida a Tenente, mais tarde a Capitão do Estado Maior de Infantaria, passando à reserva a 23 de outubro de 1931 e à reforma a 31 de maio de 1938. Integrou a expedição de tropas portuguesas a Moçambique durante a 1ª Guerra, professor e diretor da Escola de Sargentos, comandante da P.S.P. de Angra do Heroísmo e Oficial da Ordem de Avis. Foi presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, por Decreto de 24.8.1932, e diretor da Caixa Económica da Misericórdia, cargo que exerceu por longos anos até morrer. O jornalista Armando Ávila deixou dele o seguinte retrato: «Há elogios que se fazem por gratidão; outros escrevem-se por dever de ofício: Uma terceira categoria existe ainda, porém a dos que se traçam por méritos reais. (...) Político, deixou o seu nome ligado a uma administração honesta e criteriosa na presidência do primeiro Corpo Administrativo do Distrito, quando Governadores Cívicos o malogrado Capitão Domingos Augusto Borges e o Dr. Joaquim Moniz de Sá Côrte-Real e Amaral. O Sr. Capitão António Maria da Silva Mendes, embora envolto na sua habitual modéstia, é bem uma figura marcante da sociedade angrense».⁴⁸³

António Germano Serrão dos Reis (Ponta Delgada 1890 - Saint-Michel, França 1955. Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo de 8 de junho de 1933 a 28 de março de 1934. Filho do coronel António Germano Serrão dos Reis, assentou praça a 29 de julho de 1909. foi gradualmente, promovido a alferes em 1912, tenente em 1916, capitão em 1918, major em 1938, tenente-coronel em 1942. Coronel em 1945 e brigadeiro em 1949, passando à reserva em 1952. Fez a sua carreira militar nos Açores e nas colónias. Como alferes e tenente serviu no Regimento de Infantaria 26, em Ponta Delgada, e como capitão no

⁴⁸² António Ornelas Mendes & Jorge Forjaz, “Domingos Augusto Borges” in *Genealogias da Ilha Terceira*, volume VIII, Dislivro Histórica, Lisboa, 2007, p.349

⁴⁸³ António Ornelas Mendes & Jorge Forjaz, “António Maria de Lemos da Silva Mendes”, in *Genealogias da Ilha Terceira*, volume VIII, Dislivro Histórica, Lisboa, pp.17 e 18

Regimento de Infantaria 25, em Angra do Heroísmo. A ele se deve a compra do solar de Santa Catarina, em Ponta Delgada, sede do quartel-general do Comando Militar dos Açores desde 1939, para instalação da residência oficial dos governadores militares. Morreu num desastre de viação, em França, em 1955, aquando Presidente da Direção da Sociedade Nacional do Fomento Imobiliário. Tendo as insígnias: medalha de prata das campanhas do Exército Português, medalha militar de prata, medalha de ouro, comportamento exemplar, medalha da Vitória, cavaleiro, oficial, comendador, e grande oficial da Ordem de Avis, medalha da dedicação, classe de ouro da Legião Portuguesa, e medalha de mérito militar. Na sua permanência em Angra, foi um dos pilares do estabelecimento de estrutura política do Estado Novo, ocupando o cargo de oficial censor.⁴⁸⁴

⁴⁸⁴LEITE, José Guilherme Reis, «António Germano Serrão dos Reis», in *Enciclopédia Açoriana*, Governos dos Açores / Direção Regional da Cultura, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx? Id=10604>

Anexo n.º 4- Membros da Junta Geral de Angra do Heroísmo entre 1926a 1933

Data	Localização	Nomes	Cargos
02/01/1926	LV13	Luís da Silva Ribeiro	Presidente
A		João de Menezes Pamplona	Procurador
25/06/1926		Joaquim Dias Oliveira	Procurador
		Amadeu Monjardino	Procurador
		José Coelho	Procurador
		Francisco Linhares do Santos	Procurador
		Dr. Joaquim Bartolomeu Flores	Procurador
		José Francisco Freitas	Procurador
		Francisco de Paula Homem de Costa Noronha	Procurador
		António Amorim Pires Toste	Procurador
		Guilherme Augusto de Sousa Pinto	Procurador
		Joaquim Machado Gomes	Procurador
		Álvaro Pereira Sampaio	Procurador
		Gabriel dos Santos	Procurador

Esta Junta Geral, presidida por Luís Silva Ribeiro foi eleita nas últimas eleições, do Regime Republicano, em 1925.

02/08/1926	LV 13	Amadeu Monjardino	Presidente
A		Francisco Linhares dos Santos	Secretário
22/11/1926		Sebastião Ávila Vasconcelos	Vogal
		José Narciso Parreira Coelho	Vogal
		António José Leite	Vogal
06/12/1926	LV13	Sebastião Ávila Vasconcelos	Presidente
A		Francisco Linhares dos Santos	Secretário
17/01/1927		José Narciso Parreira Coelho	Vogal
		António José Leite	Vogal
27/01/1927	LV13	Amadeu Monjardino	Presidente
A		Francisco Linhares dos Santos	Secretário
07/03/1927		Sebastião Ávila Vasconcelos	Vogal
		José Narciso Parreira Coelho	Vogal
		António José Leite	Vogal
21/03/1927	LV14	Amadeu Monjardino	Presidente
A		Francisco Linhares dos Santos	Secretário
21/05/1928		Sebastião Ávila Vasconcelos	Vogal
		José Narciso Parreira Coelho	Vogal
		António José Leite	Vogal
11/06/1928	LV14	Amadeu Monjardino	Presidente
A		Francisco Linhares dos Santos	Secretário
30/07/1928		Sebastião Ávila Vasconcelos	Vogal
		José Narciso Parreira Coelho	Vogal
		António José Leite	Vogal
02/08/1928	LV14	Sebastião Ávila Vasconcelos	Presidente
A		Francisco Linhares dos Santos	Secretário
13/08/1928		António José Leite	Vogal
		José Narciso Pereira	Vogal
20/08/1928	LV14	Amadeu Monjardino	Presidente
		Francisco Linhares dos Santos	Secretário
		Sebastião Ávila Vasconcelos	Vogal
		José Narciso Parreira Coelho	Vogal
		António José Leite	Vogal
27/08/1928	LV14	Amadeu Monjardino	Presidente
A		Clemente Eleutério Ramos	Secretário
04/10/1928		Sebastião Ávila Vasconcelos	Vogal
		José Narciso Parreira Coelho	Vogal
		António José Leite	Vogal
20/11/1930	LV17_parte 1	Dr. Manuel de Sousa Menezes	Presidente
A		Clemente Eleutério Ramos	Secretario

29/06/1931		José Narciso Parreira Coelho	Vogal
		Capitão Francisco Machado de Barcelos	Vogal
		Capitão Domingos Augusto Borges	Vogal
		José Baptista Machado Azera	Vogal
06/07/1931	LV17_parte1	Doutor Manuel de Sousa Menezes	Presidente
A		Constantino José Cardoso	Secretário da Junta Geral
22/10/1931		José Narciso Parreira Coelho	Vogal
		Capitão Francisco Machado de Barcelos	Vogal
		Capitão Domingos Augusto Borges	Vogal
		João Baptista Machado Azera	Vogal
29/10/1931	LV18_parte1	Dr. Manuel de Sousa Menezes	Presidente
A		Clemente Eleutério Ramos	Secretario
07/01/1932		José Narciso Parreira Coelho	Vogal
		Capitão Francisco Machado de Barcelos	Vogal
		Capitão Domingos Augusto Borges	Vogal
		José Baptista Machado Azera	Vogal
20/01/1932	LV18_parte1	Capitão Domingos Augusto Borges	Presidente
A		Clemente Eleutério Ramos	Secretário
17/02/1932		João Batista Machado Azera	Vogal
		Dr. Joaquim da Rocha Alves	Vogal
		Dr. José Correia Bretão	Vogal
24/02/1932	LV18_parte1	Capitão Domingos Augusto Borges	Presidente
A		Clemente Eleutério Ramos	Secretário
02/03/1932		João Batista Machado Azera	Vogal
		Dr. Joaquim da Rocha Alves	Vogal
09/03/1932	LV18_parte1	Capitão Domingos Augusto Borges	Presidente
A		Clemente Eleutério Ramos	Secretário
06/04/1932		João Batista Machado Azera	Vogal
		Dr. Joaquim da Rocha Alves	Vogal
		Dr. Manuel Nunes Flores Brasil	Vogal
13/04/1932	LV18_parte1	Capitão Domingos Augusto Borges	Presidente
		Manuel Vieira da Silva	Secretário
		João Batista Machado Azera	Vogal
		Dr. Joaquim da Rocha Alves	Vogal
		Dr. Manuel Nunes Flores Brasil	Vogal
20/04/1932	LV18_parte1	Capitão Domingos Augusto Borges	Presidente
A		Clemente Eleutério Ramos	Secretário
11/05/1932		João Batista Machado Azera	Vogal
		Dr. Joaquim da Rocha Alves	Vogal
		Dr. Manuel Nunes Flores Brasil	Vogal
08/06/1932	LV18_parte1	Capitão Domingos Augusto Borges	Presidente
		Constantino José Cardoso	Secretário

		João Batista Machado Azera	Vogal
		Dr. Joaquim da Rocha Alves	Vogal
		Dr. Manuel Nunes Flores Brasil	Vogal
15/06/1932 A 29/06/1932	LV18_parte1	Capitão Domingos Augusto Borges Clemente Eleutério Ramos João Batista Machado Azera Dr. Joaquim da Rocha Alves Dr. Manuel Nunes Flores Brasil	Presidente Secretário Vogal Vogal Vogal
13/07/1932 A 27/07/1932	LV18_parte1	Capitão Domingos Augusto Borges Clemente Eleutério Ramos João Batista Machado Azera Dr. Joaquim da Rocha Alves João de Menezes Pamplona Lucindo Ávila da Costa	Presidente Secretário Vogal Vogal Vogal Vogal
02/09/1932 A 28/09/1932	LV18_parte1	Capitão António M ^a de Lemos da Silva Mendes Constantino José Cardoso Dr. Manuel Nunes Flores Brasil João Batista Machado Azera Tenente Gabriel Toledo da Costa	Presidente Secretário Vogal Vogal Vogal
03/10/1932	LV19_parte1	Capitão António M ^a de Lemos da Silva Mendes Manuel da Silva Mendes João Batista Machado Azera Tenente Gabriel Toledo da Costa	Presidente Secretário Vogal Vogal
06/10/1932	LV19_parte1	Capitão António M ^a de Lemos da Silva Mendes Manuel da Silva Mendes Tenente Gabriel Toledo da Costa João Batista Machado Azera Eduardo Guimarães Martins	Presidente Secretário Vogal Vogal Vogal
12/10/1932 A 19/10/1932	LV19_parte1	Capitão António M ^a de Lemos da Silva Mendes Manuel da Silva Mendes Tenente Gabriel Toledo da Costa João Batista Machado Azera Dr. Manuel Nunes Flores Brasil	Presidente Secretário Vogal Vogal Vogal
26/10/1932 A 11/01/1933	LV19_parte1	Capitão António M ^a de Lemos da Silva Mendes Constantino José Cardoso Tenente Gabriel Toledo da Costa João Batista Machado Azera	Presidente Secretário Vogal Vogal Vogal

Dr. Manuel Nunes Flores Brasil			
18/01/1933	LV19_parte1	Capitão António M ^a de Lemos da Silva	Presidente
A		Mendes	Secretário
31/05/1933		Constantino José Cardoso	Vogal
		Eduardo Guilherme Martins	Vogal
		João Batista Machado Azera	Vogal
		Guilherme Melo	Vogal
08/06/1933	LV20_parte1	Capitão António Germano Serrão dos Reis	Presidente
A		Constantino José Cardoso	Secretário
22/11/1933		António Jacinto de Sousa Pereira	Vogal
		Francisco Coelho Maduro Dias	Vogal
		João Baptista Machado Azera	Vogal
		Álvaro da Costa Franco	Vogal
29/11/1933	LV21_parte1	Capitão António Germano Serrão dos Reis	Presidente
A		Constantino José Cardoso	Secretário
28/03/1934		António Jacinto de Sousa Pereira	Vogal
		Francisco Coelho Maduro Dias	Vogal
		João Baptista Machado Azera	Vogal
		Álvaro da Costa Franco	Vogal

Comissões Administrativas nomeadas na sequência do Golpe de 28 de maio de 1926.

Anexo n.º 5-Telegrama de 20 de abril de 1931

Telegrama de 20 de abril de 1931 enviado por parte da Junta Geral e Câmara Municipal de Angra do Heroísmo ao Ex.mo Ministro das Finanças, reconhecendo o seu mérito ao travar o movimento revolucionário de 1931.

Linha do trajecto T. de recepção N.º 7
Estação Registrado por
Entendido às Expedido às
Recebido por por

Indicações eventuais Para de N.º 77.007
Palavras em às h m Via **VIA EASTERN**

TR 78 ANGRA 59 19 0925 =

= EXMO MINISTRO FINANÇAS LISBOA =

JUNTA GERAL CAMARAS MUNICIPAES ILHA TERCEIRA AGRADECEM
V EXA PRONTAS EFICAZES PROVIDENCIAS SOFOCAR REVOLTA
DEPORTADOS POLITICOS CONLUIDOS ELEMENTOS GUARNICAO PARA
TRANQUILIDADE ESTE POVO ORDEIRO TRABALHADOR ROGAMOS
V EXA RAPIDA REMOCAO DEPORTADOS ESTAS ILHAS SEJAM
EVITAR FUTURO DEPORTADOS PARA ACORES
PRESIDENTE JUNTA GERAL PRESIDENTES CAMARA ANGRA HEROISMO

CABO SUBMARINO
PRAÇA DO COMERCIO
LISBOA

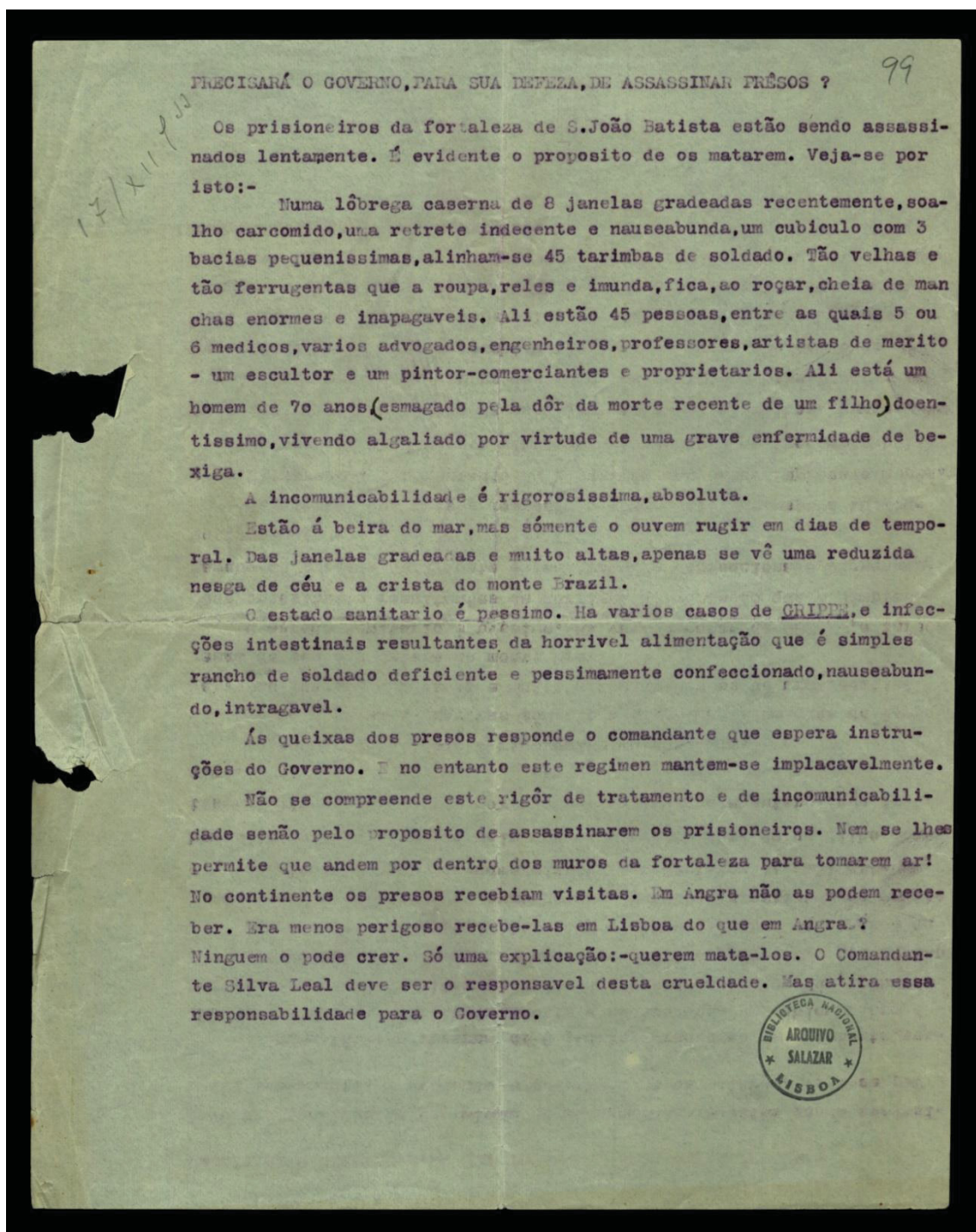
N.º da linha Entendido às
Estação Transmitido por

BIBLIOTECA NACIONAL
ARQUIVO
SALAZAR
LISBOA

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Pasta de Ficheiro Ca-PT-TT-AOS-co-Pc-3A-pt4_c0010

Anexo n.º 6 - As condições desumanas em que se encontravam os presos

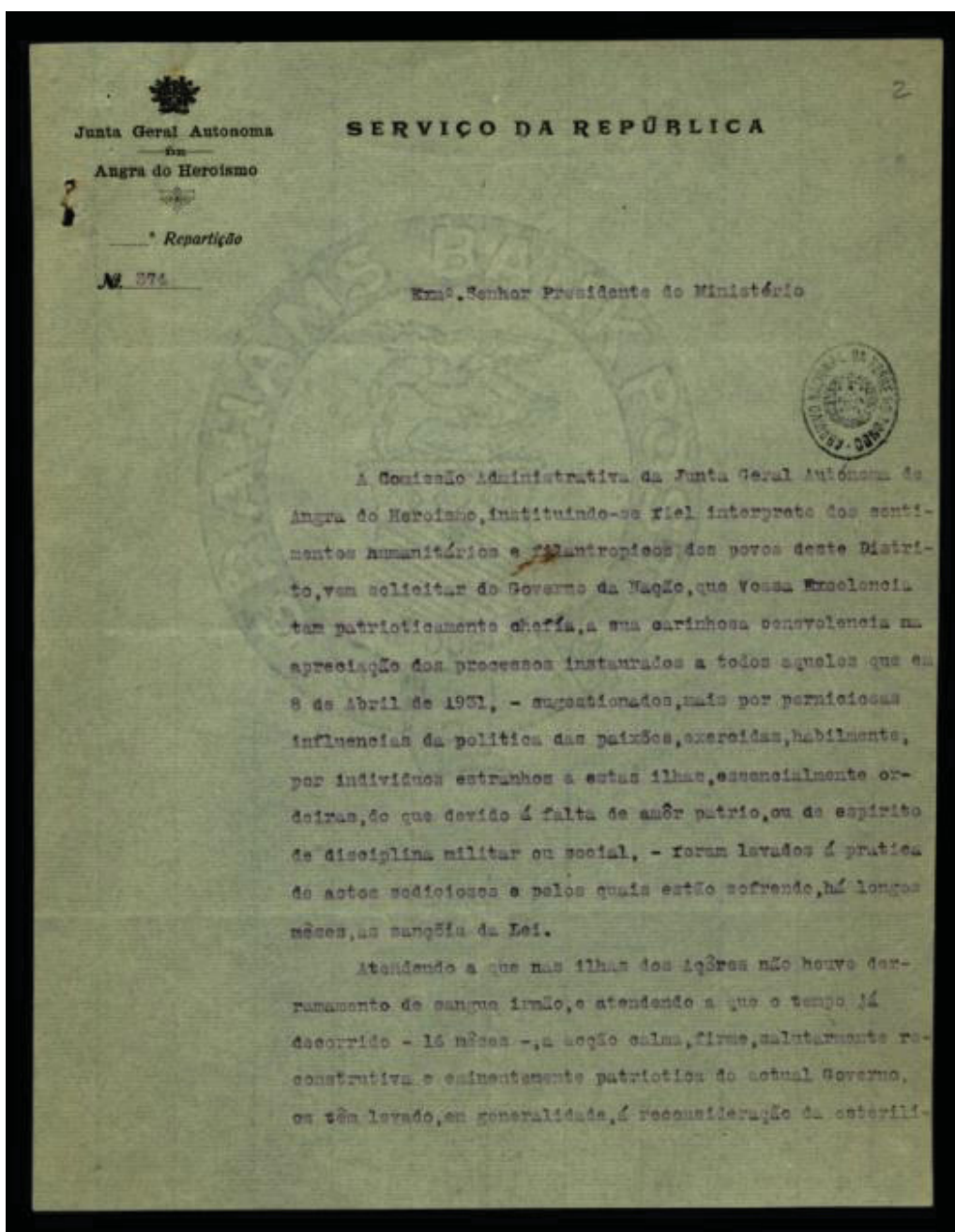
As condições desumanas em que se encontravam os presos que participaram na revolta de 1931 no Castelo de São João Batista. Precisar-se-á o Governo, para a sua defesa, de assassinar presos?



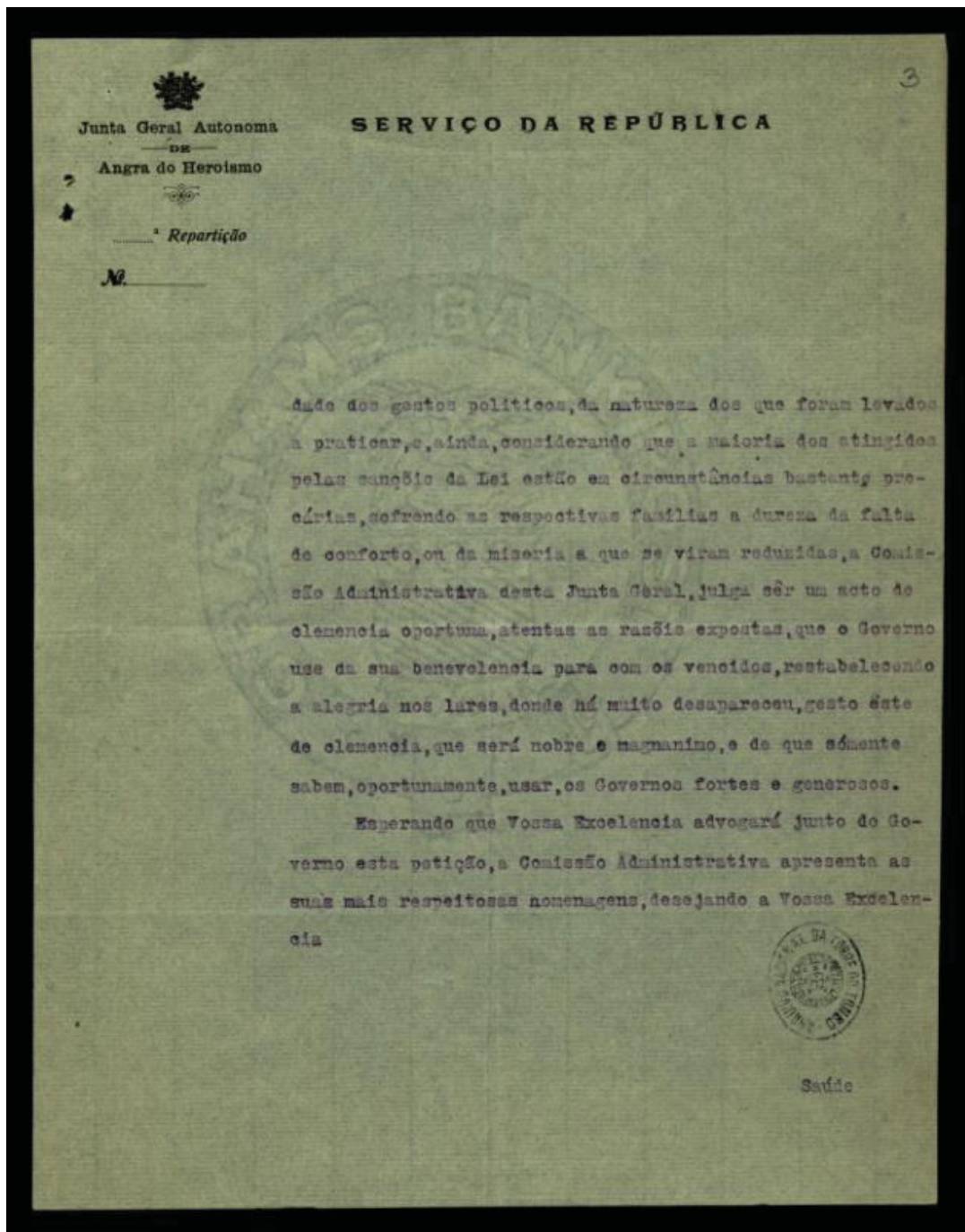
Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar. Pasta de Ficheiro Ca-PT-TT-AOS-co-Pc-3A-pt20_c0001

**Anexo n.º 7 - Carta enviada ao Ex. mo Senhor Presidente do Ministério pela
Comissão Administrativa da Junta Geral de Angra do Heroísmo a 15 de
setembro 1932**

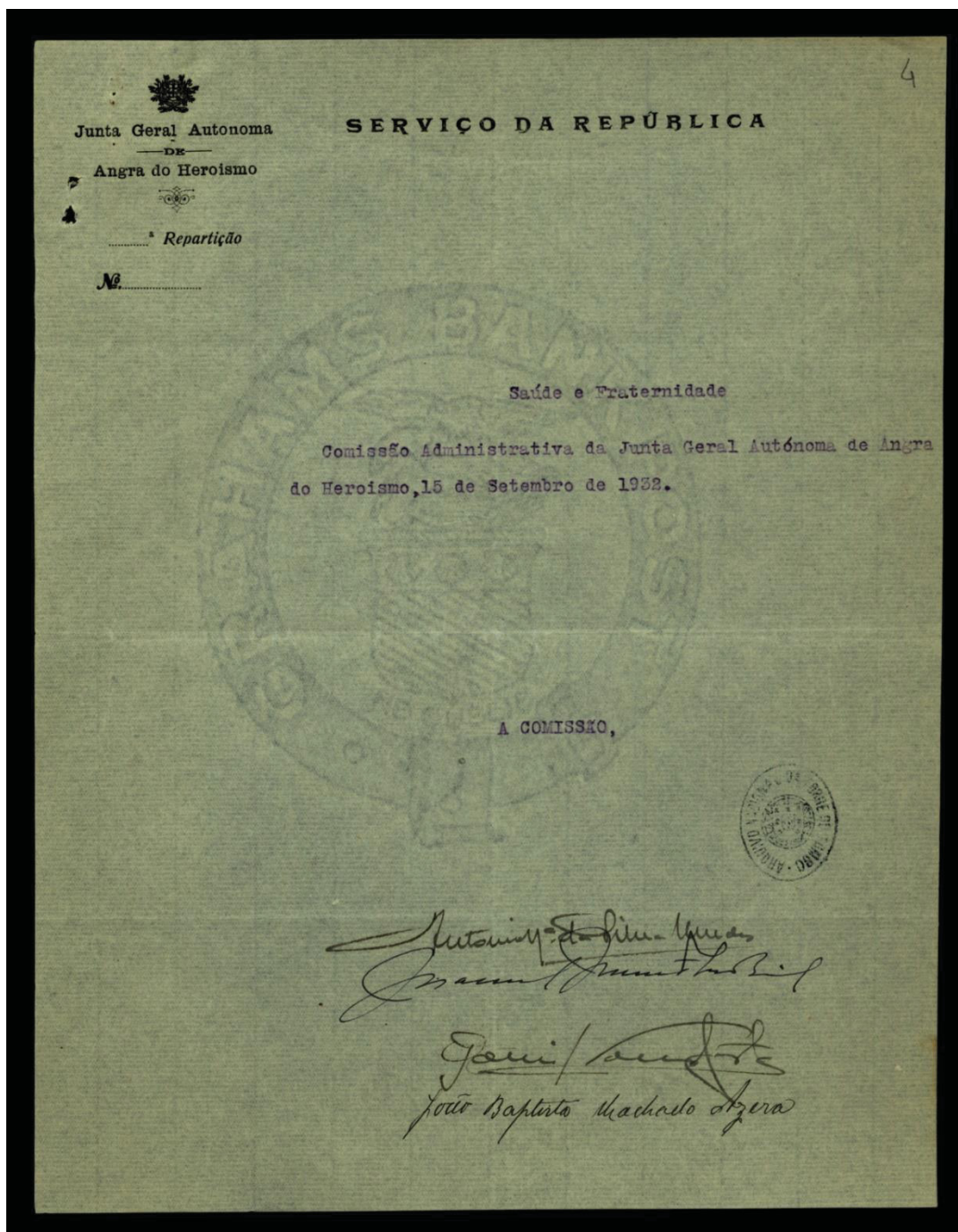
As condições e as incertezas em que se encontram os familiares dos que foram instaurados processos disciplinares no decorrer do Movimento Revolucionário de 1931



Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar. Pastas de Ficheiros PT-TT-MI-GM-4-4-42-22_c0002



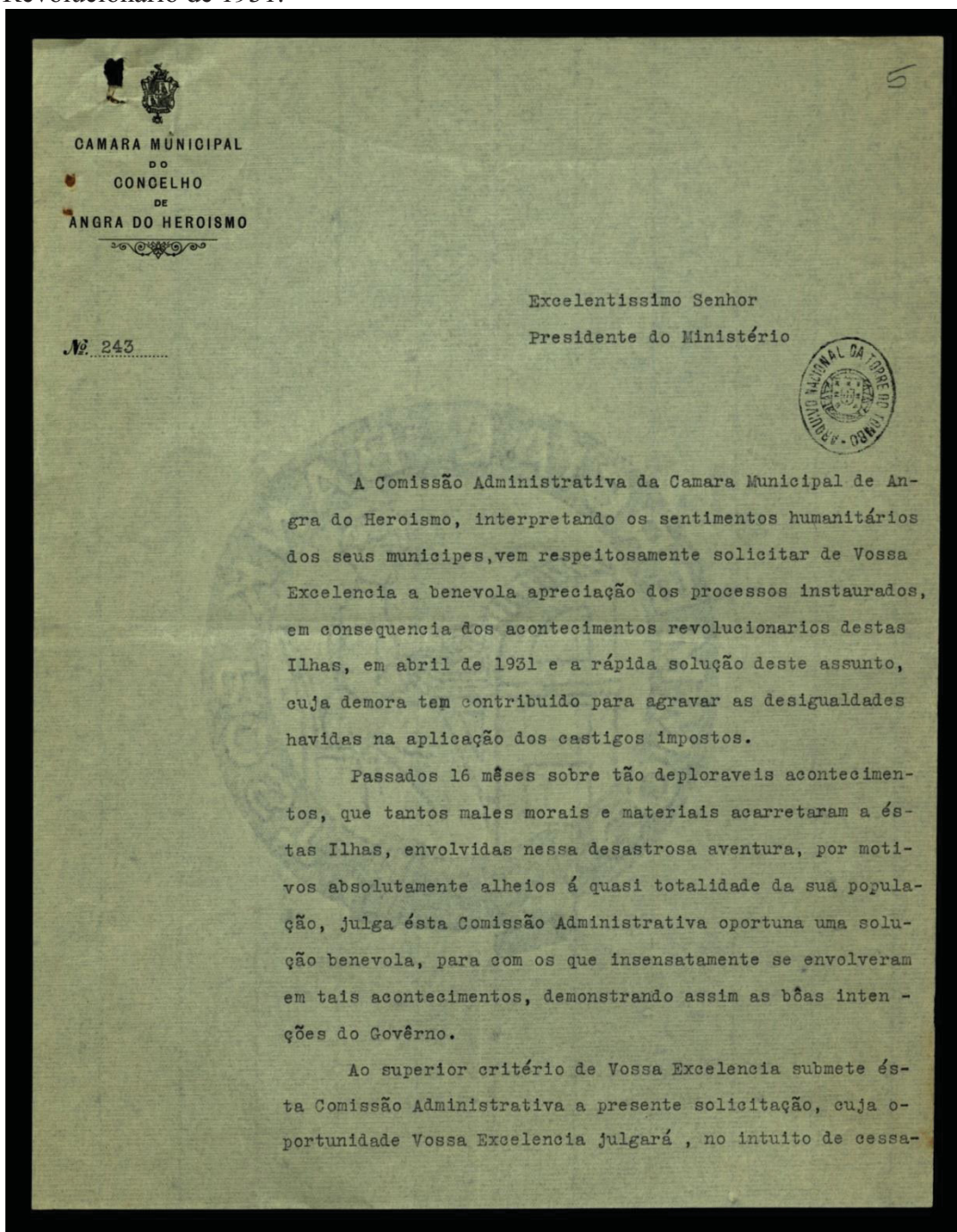
Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar. Pastas de Ficheiros PT-TT-MI-GM-4-4-42-22_c0003



Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar. Pastas de Ficheiros PT-TT-MI-GM-4-4-42-22_c0004

**Anexo n.º 8 - Carta enviada ao Ex. mo Senhor presidente do Ministério pela
Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo a 1 de
outubro de 1932**

Carta enviada ao Ex. mo Senhor presidente do Ministério pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo a 1 de outubro de 1932. As condições e as incertezas em que se encontram os familiares dos que foram instaurados processos disciplinares no decorrer do Movimento Revolucionário de 1931.



N.º 243

rem as penalidades impostas, restabelecendo-se a tranqui-
lidade e o bem estar de muitas familias, esperando que Vos-
sa Excelencia e Govêrno da sua sábia presidencia fará jus-
tiça.

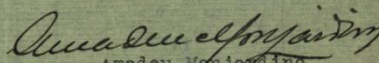
Apresentando a Vossa Excelencia as mais respeitosas
saudações desta Comissão Administrativa, desejamos a Vossa
Excelencia

Saúde e Fraternidade

Comissão Administrativa da Camara Municipal de Angra
do Heroismo, 1 de Outubro de 1932.

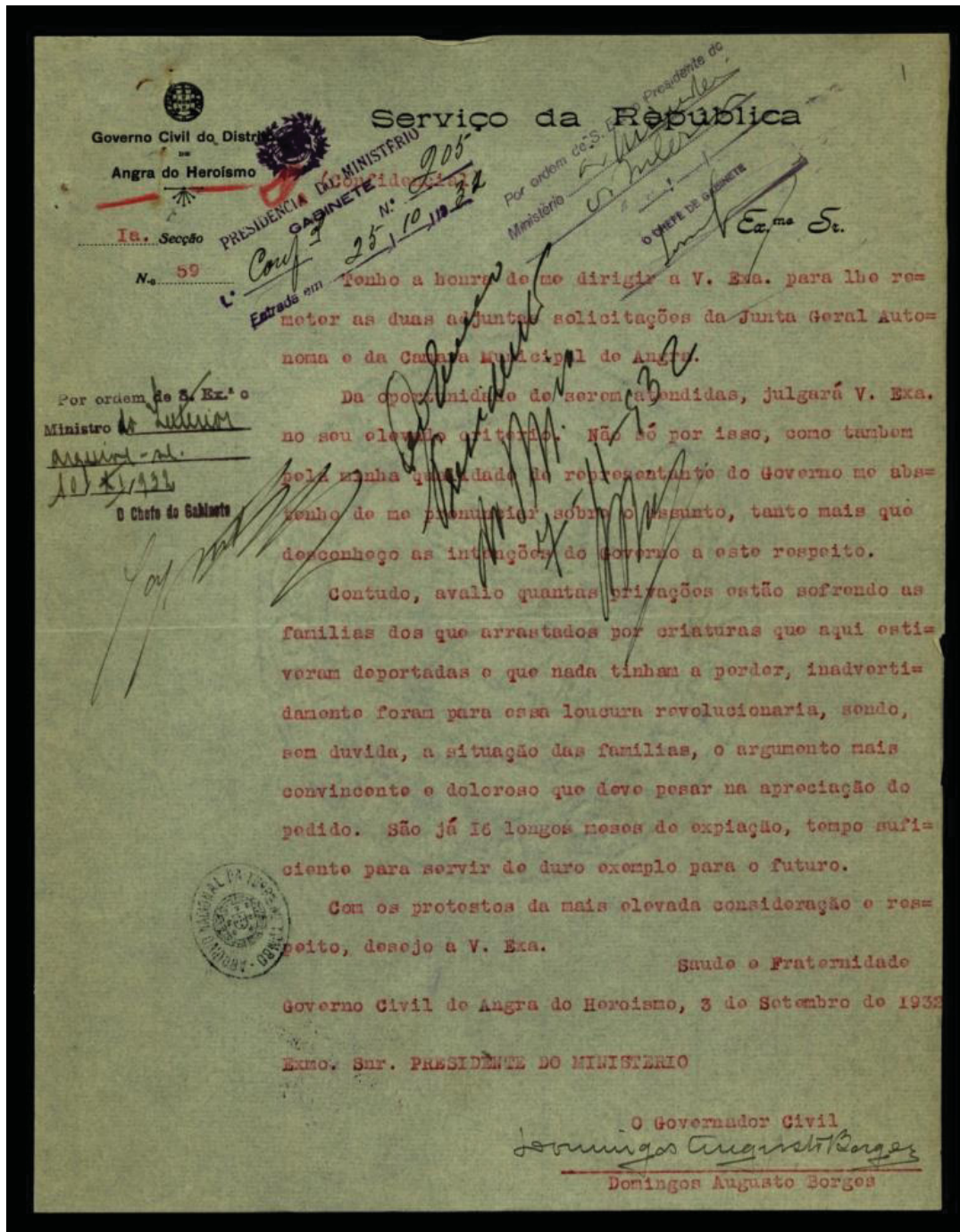
O Presidente




Amadeu Monjardino

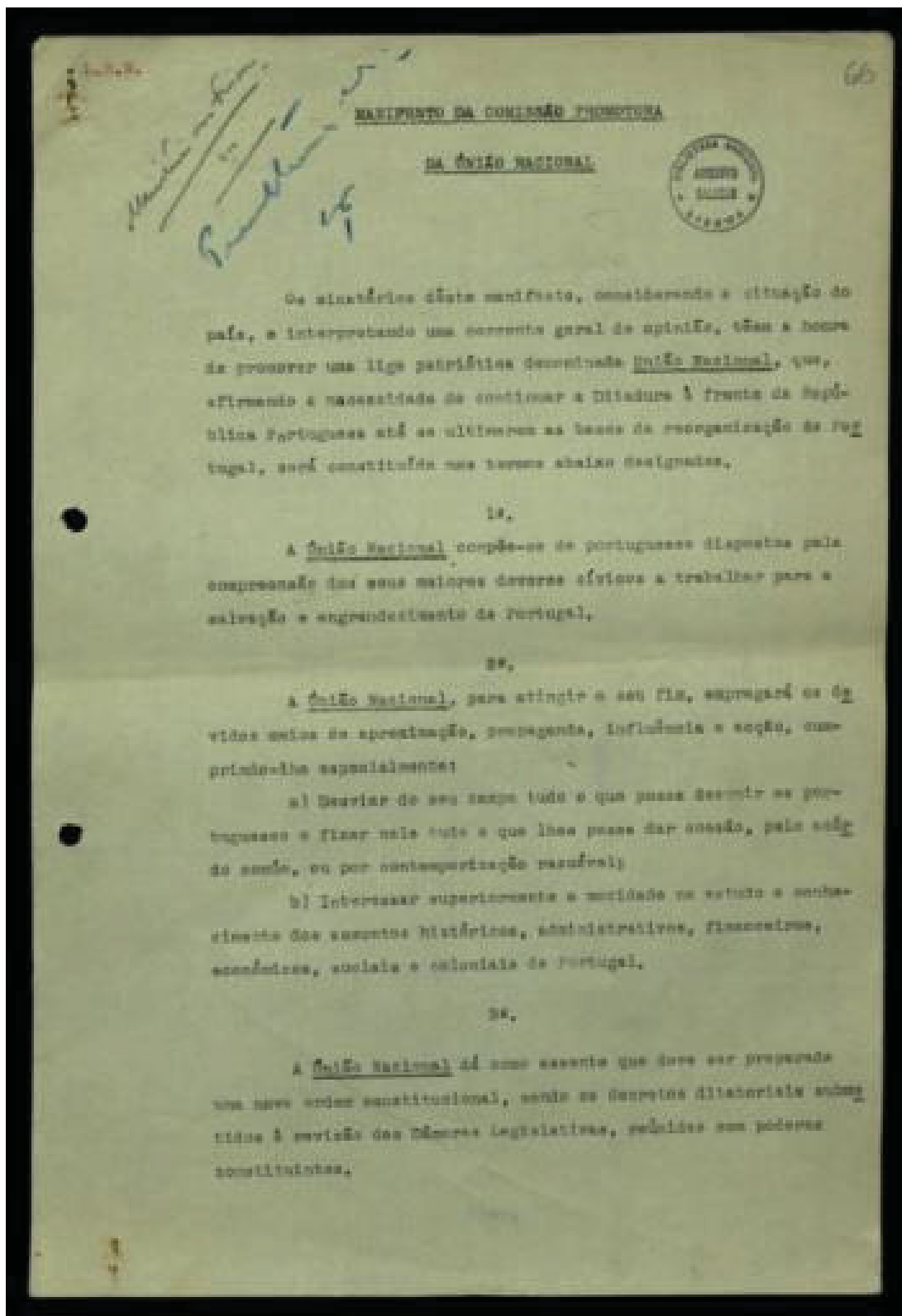
**Anexo n.º 9 - Carta enviada ao Ex. mo Senhor Presidente do Ministério pelo
Governo Civil de Angra do Heroísmo a 3 de setembro de 1932**

As condições e as incertezas em que se encontram os familiares dos que foram instaurados processos disciplinares no decorrer do Movimento Revolucionário de 1931.



Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar. Pasta de FicheiroPT-TT-MI-GM-4-42-22_c0001

Anexo n.º 10 - Manifesto da Conclusão da Comissão Promotora da União
Nacional os títulos mantêm-se como títulos em cima





48.

A Constituinte Nacional reconhece que, para se organizar eficientemente e desempenhar bem a sua missão, tem de escolher, como terra no núcleo das suas actuações, entregues dentro dela a uma colaboração patriótica, as doutrinas fundamentais de direito público e de nacionalismo que sejam ou possam e devam ser geralmente seguidas, pelas exigências essenciais das situações nacionais, ou da ideologia superior da época, ou das aspirações do povo português.

12.

A Constituinte Nacional considera património político, jurídico e moral de todos os portugueses, os seguintes princípios, que ela vem adoptar e seu programa definitivo e a reformar da constituição:

a) Portugal é um Estado nacional. Não admite limites na sua independência e na sua soberania, nem ingerências estranhas de natureza política. A sua própria segurança é a necessidade primordial.

b) É mantida a aliança inglesa.

c) Portugal é um Estado pacífico, civilizador e cooperante na ordem internacional. Considera a guerra como instrumento de expansão ou conquista. Considera que o arbitragem é o melhor meio de resolver as questões entre os povos. Colabora livremente com os outros Estados na preparação e adopção de soluções que interessem à paz, ao progresso e à humanidade, com salvaguarda da integridade jurídica de cada um deles. Proclama que as regras de direito das gentes geralmente consagradas consideram-se incluídas na lei portuguesa e têm como tal força obrigatória.

d) Portugal é um Estado unitário e indivisível. O seu direito público realisa integralmente as organizações, as autoridades, os fins, os meios de acção e os ramos do Estado e unidade moral, política, social e económica da nação.



cípio - representa, no âmbito da lei, o elemento político predominante da conservação, disciplina e progresso da Nação, devendo ter as garantias correspondentes.

a) As classes e elementos sociais consideram-se dispostos, para os efeitos políticos, as corporações morais e económicas, entre as não completadas e organizações dactas, que são promovidas pelo Estado, juntamente com as federações e confederações corporativas.

b) A organização económica da Nação faz essencialmente parte da sua organização política, tem por fim realizar o objecto da produção e riqueza e estabelecer uma vida social com o maior poder e força do Estado e a maior justiça entre os cidadãos.

c) O Estado promove a formação e desenvolvimento da economia nacional cooperativa, tendo em vista que os elementos dela não tendem para concorrências destruidoras e contrárias aos justos objectivos da sociedade, mas para actividades concordantes e próprias de membros de mesma organização geral.

d) O Estado promulga as leis gerais das classes trabalhadoras, estabelecendo-lhes garantias e direitos em harmonia com a natureza humana, a equidade social e as condições e recursos da Nação.

e) O trabalho deve ser considerado elemento de conservação da riqueza, sem prejuizo das regalias jurídicas da propriedade, e, portanto, ser associado à parte da produção, no plano moral, económico e social, pela maneira que as circunstâncias permitam com justiça e com vantagens para o progresso.

f) Não consideram-se de interesse colectivo e estão sujeitas a planos gerais e aos convenientes regimes de administração, ou de concessão, superintendência ou fiscalização do Estado, conforme as necessidades de segurança pública, de defesa territorial e das relações internacionais e sociais, sem prejuizo dos direitos adquiridos e das normas das leis.

As comunicações terrestres, fluviais, aéreas e marítimas,



o) - representa, no espírito da lei, o elemento político primário da conservação, disciplina e progresso da Nação, devendo ter as garantias correspondentes.

n) As classes e elementos sociais consideram-se dispostos, para os efeitos políticos, as correspondências morais e económicas, esteja ou não completada a organização destas, que será promovida pelo Estado, juntamente com as federações e confederações correspondentes.

o) A organização económica da Nação faz essencialmente parte da sua organização política. Tem por fim realizar o máximo de produção e riqueza e estabelecer uma vida social com o maior poder e força do Estado e a maior justiça entre os cidadãos.

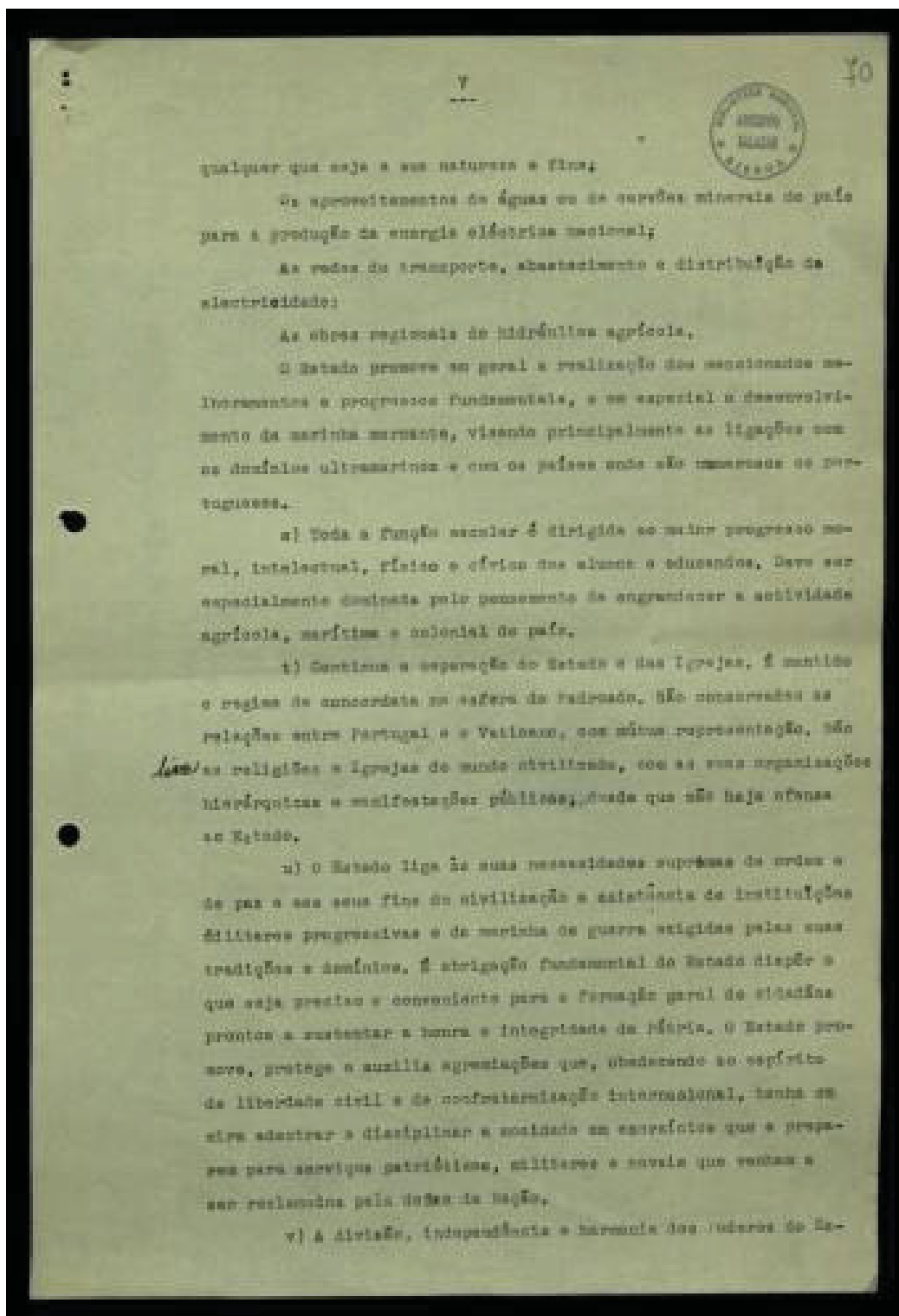
p) O Estado promove a formação e desenvolvimento da economia nacional corporativa, tendo em vista que os elementos dela não tendem para consequências desastrosas e contribuem nos pontos objectivos de riqueza, mas para actividades concorrentes e próprias de membros de mesmo organismo geral.

q) O Estado prevê ao bem geral das classes trabalhadoras, estabelecendo-lhes garantias e direitos em harmonia com a natureza humana, a equidade social e as condições e recursos da Nação.

O trabalho deve ser considerado elemento de colaboração da riqueza, sem prejuízo das regalias jurídicas da propriedade, sendo, portanto, ser associado à sorte da produção, no plano moral, social e económico, pela maneira que as circunstâncias permitam com justiça e sem vantagens para o progresso.

r) São consideradas de interesse colectivo e estão sujeitas a plano geral e aos competentes regimes de administração, ou de concessão, supervisão ou fiscalização do Estado, conforme as necessidades de segurança pública, de defesa territorial e das relações económicas e sociais, sem prejuízo das direitos adquiridos e nos termos das leis.

As comunicações terrestres, fluviais, aéreas e marítimas,



Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar. Pastas de Ficheiros PT-TT-AOS-D-M- 38-1-1_c0005



f3

tudo são bases insubstituíveis do direito público. Saíam, por idêntica justiça e para segurança e prestígio da pátria, que o Poder Executivo tenha a plenitude da força e da autoridade e seja uma representação nacional tão completa e legítima como a que é espólio do Poder Legislativo. Pertence a esta última legítima e fiscalizar na esfera de competência traçada pela Constituição, a regalia intangível daquele governar conforme a lei, sendo necessária aos Ministros apenas a confiança do Chefe do Estado.

2) A descentralização administrativa será graduada pelas condições de existência e desenvolvimento do país. Será especialmente constituída pelas mais largas funções praticáveis das municipalidades. Poderá ser extensiva a outras entregulas correspondentes a regiões e definir pelo ~~presente~~ ^{acordo} mais conveniente ao progresso da Nação. Será alterado nos artigos e novo Código Administrativo, segundo estas normas e as restantes bases fundamentais da reforma constitucional.

3) Os princípios fundamentais do Anta Colonial são uma das garantias da reorganização de Portugal. O Estado, mantendo o justo equilíbrio na distribuição dos seus recursos, realizará nos territórios do ultramar a actividade de civilização, fomento e educação correspondente ao destino do seu território.

66.

A Acção Nacional consagra e perfilhe assim um nacionalismo histórico, racional, reformador e progressivo, que teóricas e praticamente se desvia do socialismo e do liberalismo, sistematiza e concorre as posições socialistas com termos inaplicáveis as ideias que daí devem ter o espírito de civismo, de renascença, ou de renovação.

70.

A organização e vida da Acção Nacional são independentes

do Estado e dos seus Federais.



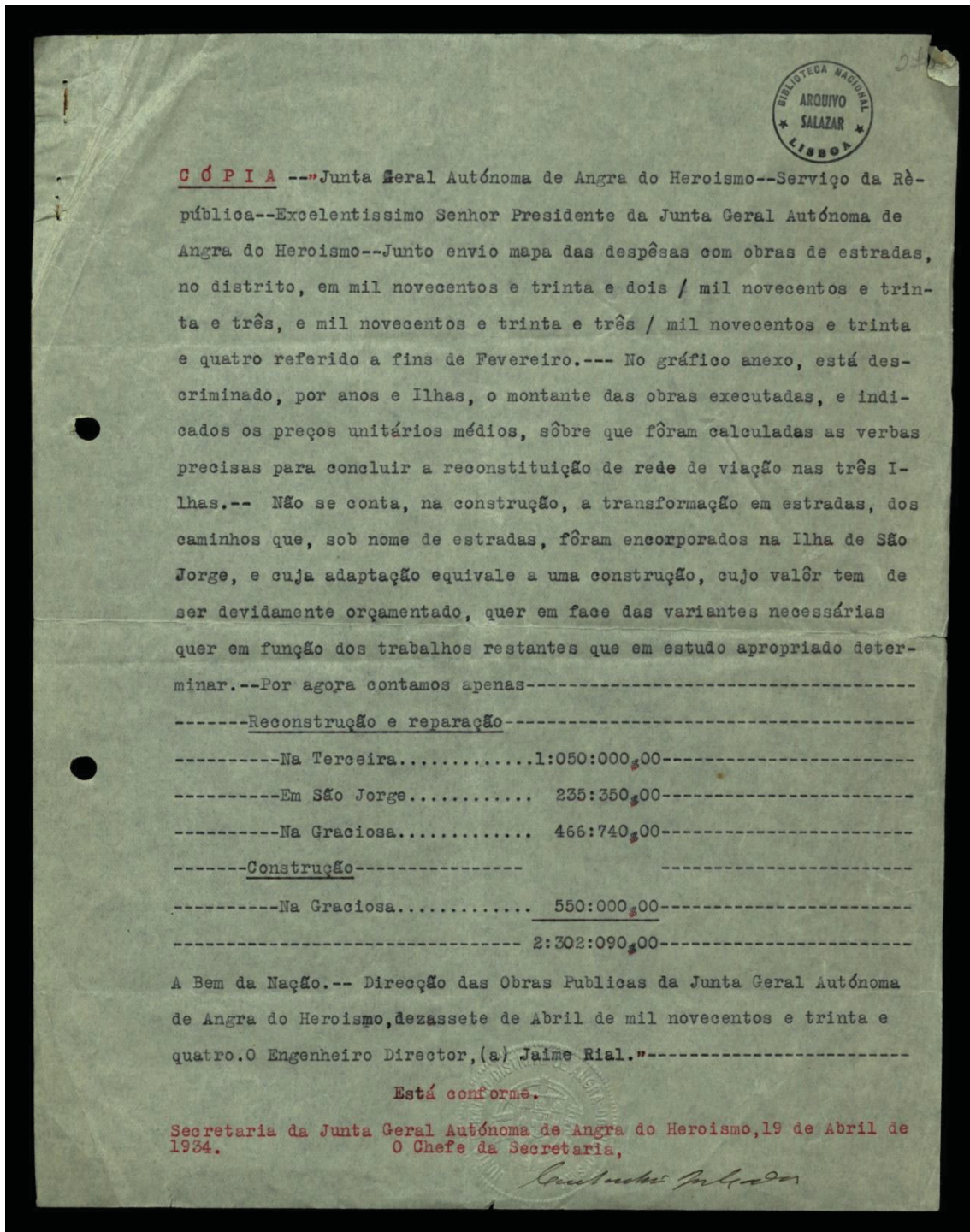
24.

A União Nacional é dirigida provisoriamente pela sua Comissão Promotora, que apresentará oportunamente, para os devidos efeitos, uma subordinação aos princípios deste documento, o projecto de diploma da sua organização.

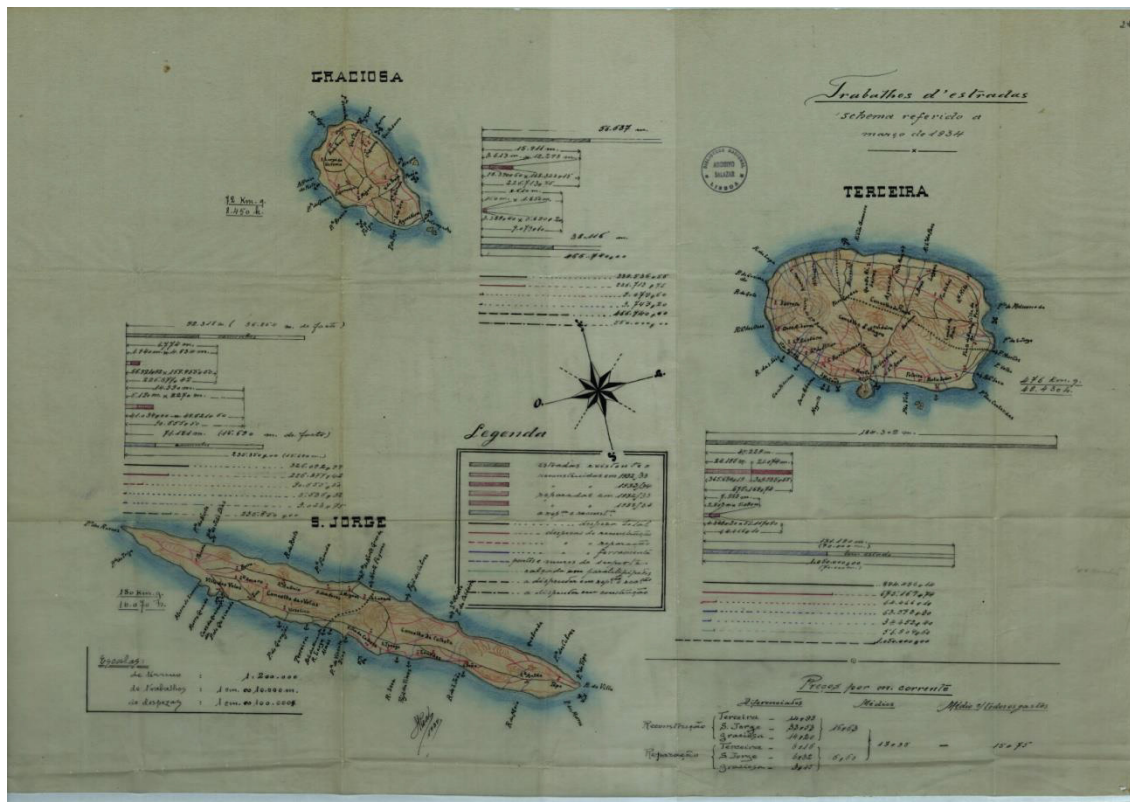
Lisboa, de Julho de 1930.

A Comissão Promotora da União
Nacional,

Anexo n.º 11 - Carta enviada pelo chefe da secretaria da Junta Geral de Angra do Heroísmo com Mapa das Despesas com as obras das estradas no Distrito de Angra do Heroísmo em anexo



**Anexo n.º 12 - Mapa das Despesas com as obras das estradas no Distrito de
Angra do Heroísmo**



Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar. Pastas de Ficheiros PT-TT-AOS-D-G-6-1-6_c0018

**Anexo n.º 13 - Mapa do serviço executado por Viação distrital nos anos
económicos 1932-1933 e 1933-1934**

JUNTA GERAL AUTÓNOMA DO DISTRITO DE ÁGUA DE RIBEIROS

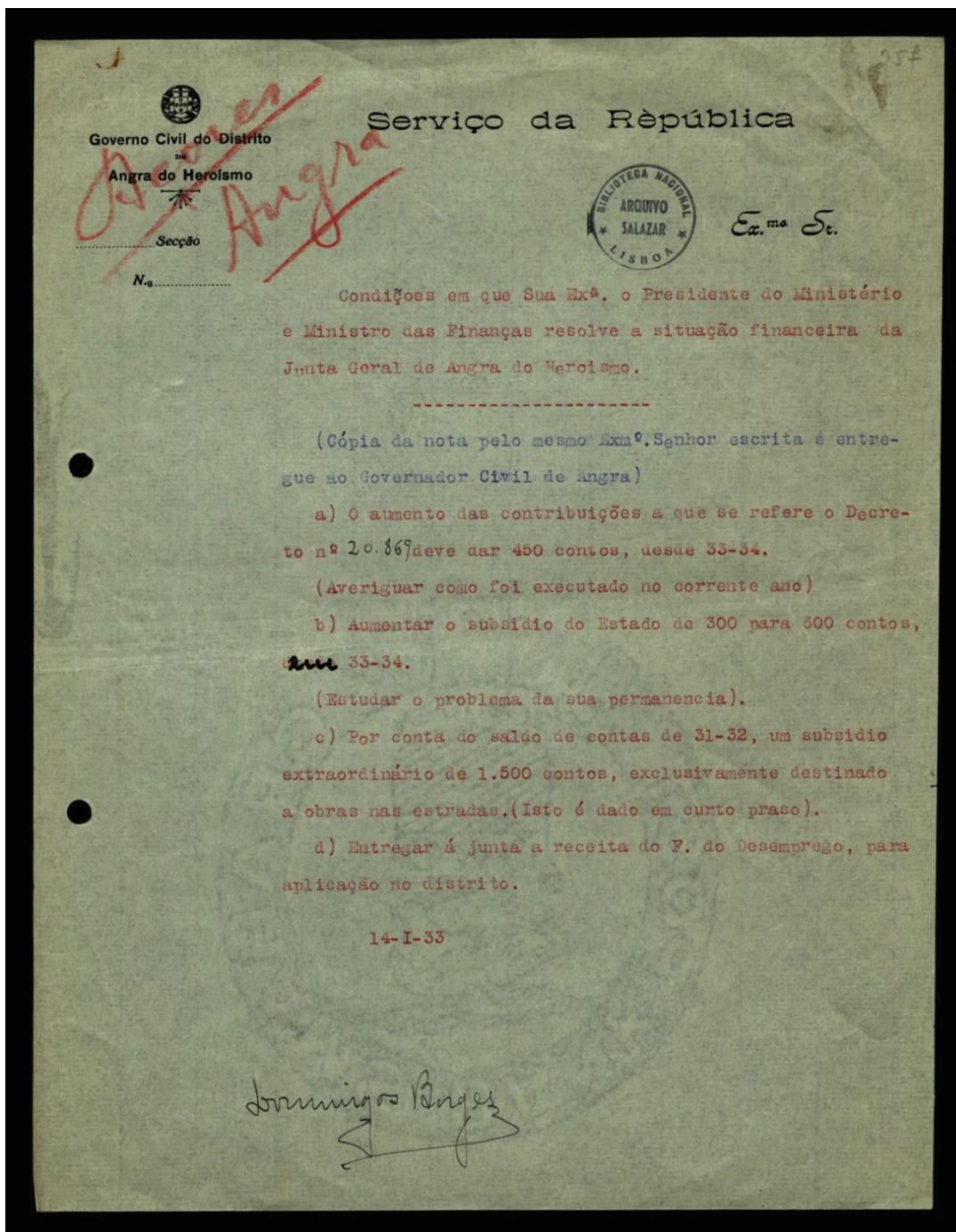
DIREÇÃO DAS OBRAS PÚBLICAS

MAPA DO SERVIÇO EXECUTADO POR VIAÇÃO DISTRITAL NOS ANOS ECONÓMICOS 1932/1933 -- e -- 1933/1934

	1932-1933						1933-1934						Total
	Ilha Terceira	Ilha de S. Jorge	Ilha Graciosa	SOMA			Ilha Terceira	Ilha de S. Jorge	Ilha Graciosa	SOMA			
	Serviço	Despesa	Serviço	Despesa	Serviço	Despesa	Serviço	Despesa	Serviço	Despesa	Serviço	Despesa	
Entrada reconstruída.....	84.195,00	345.034,10	1.940,00	66.921,49	3.612,00	59.390,00	59.700,00	180.345,27	87.074,00	309.534,55	57.914,00	168.700,00	57.914,00
" reparada	2.003,00	4.340,00	6.120,00	41.054,00	956,00	3.309,00	9.063,00	48.771,00	550,00	60.117,00	15.400,00	26.000,00	15.400,00
Aquisição e reparação de ferramentas e utensílios.....													
Muros de suporte e pontes (reconstrução e reparação).....		51.637,00		8.597,10		8.875,00		57.073,07		21.955,09		10.799,15	78.078,00
Calçada com paralelepípedos.....													
	821.419,74		210.012,04	64.539,00	596.779,00		470.064,40		219.077,09	174.077,09		803.103,70	2.400.113,00

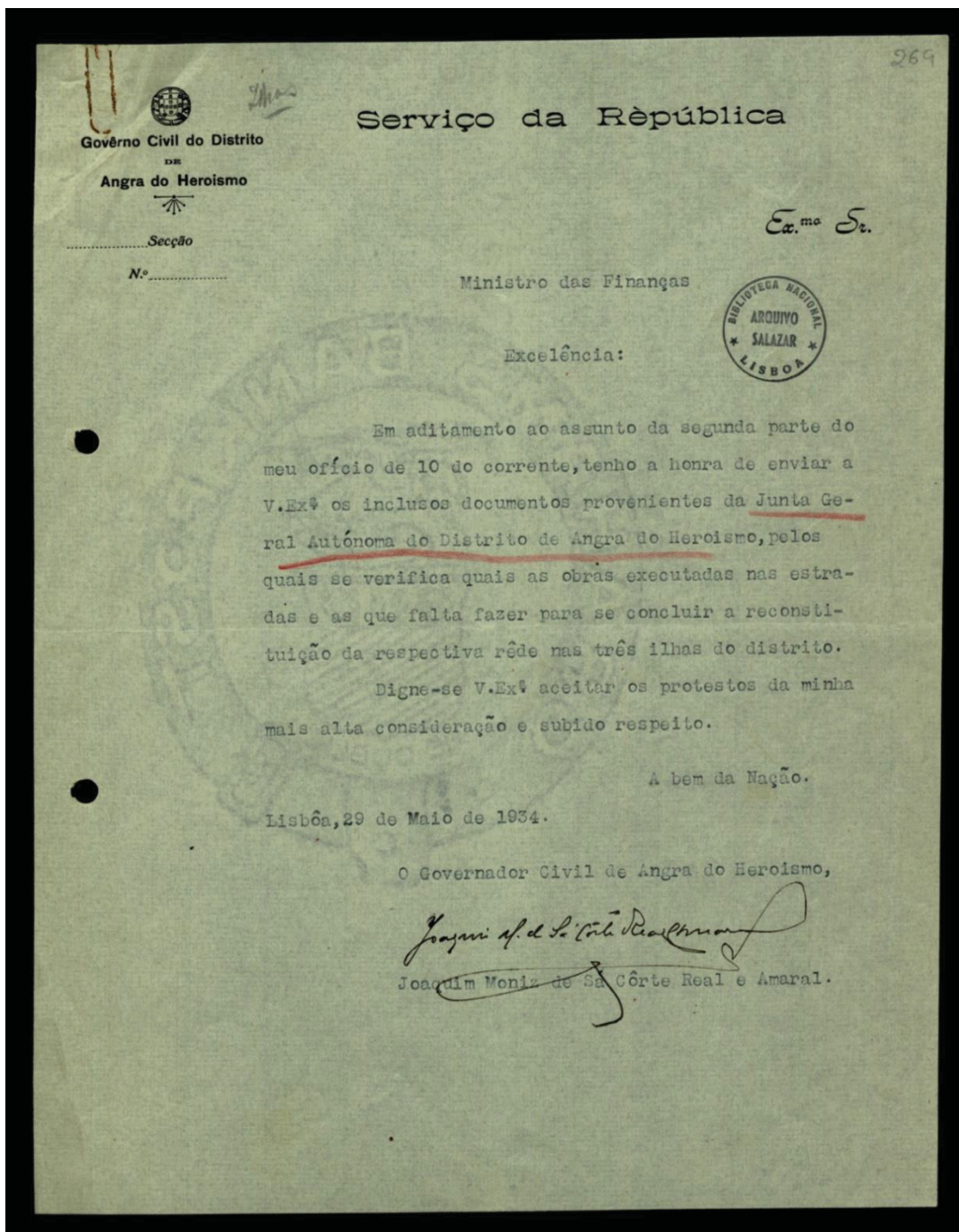
Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar. Pasta de Ficheiro PT-TT-AOS-D-G-6-1-6_c00019

ANEXO N.º 14 - Carta, enviada pelo Governador Civil Domingos Augusto Borges, da resolução da situação financeira da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, por parte do Presidente do Ministério e Ministro das finanças.



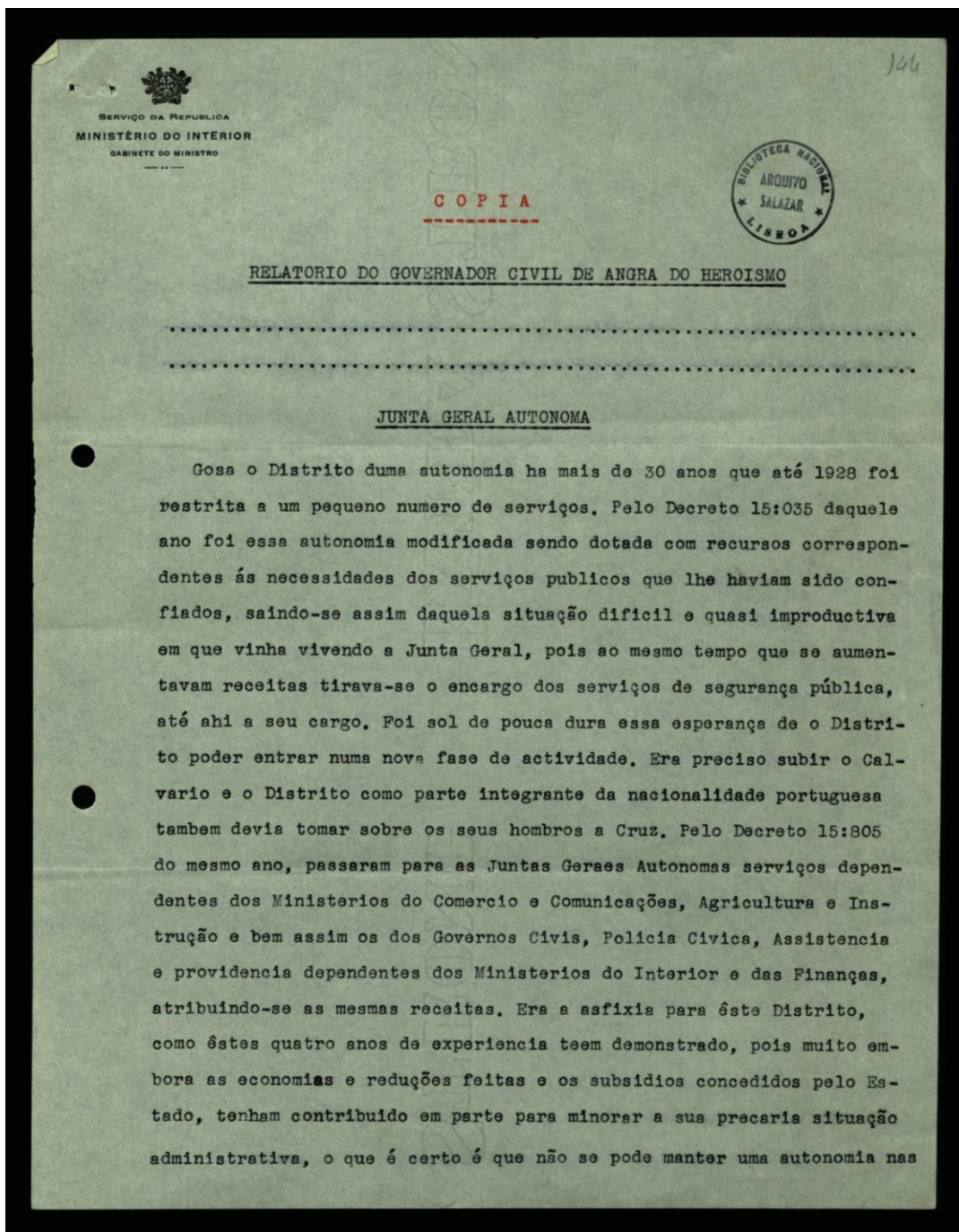
Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar. Pastas de Ficheiros, PT-TT-AOS-D-G-6- 1- 6_c0004.

Anexo n.º 15 - Carta do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral enviada ao Ministro das Finanças a 29 de Maio de 1934, sobre as obras executadas e as que faltam concluir nas estradas do Distrito de Angra do Heroísmo.



Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar. Pastas de Ficheiros PT-TT-AOS-D-G-6- 1 6_c0016

Anexo n.º 16 - Relatório do Governador Civil de Angra do Heroísmo,
Domingos Augusto Borges em 1 de agosto de 1932.



Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Salazar: Pastas de Ficheiros PT Ca-PT-TT-AOS-CO-IN-4-pt4_c0006

condições em que a dêste Distrito está, que se sente prejudicado por não poder acompanhar essa transformação profunda que vai do norte ao sul do País.

Varias exposições tem feito os Presidentes da Junta Geral sobre as suas condições de vida. Conheço-as e algumas fiz, pois que pertencendo á sua Comissão Administrativa desde 1930, e Presidente da mesma, desde Janeiro deste ano, conheço perfeitamente as condições financeiras. Urge que se lhe dê condições de por si se manter, pois de contrario terá que se fazer entrega ao Estado duma regalia é certo, que muito caro nos tem custado e então o Estado terá que gastar mais do que se lhe tem pedido.

Em dois relatorios sucintos que fiz como presidente da Junta Geral a Sua Ex^a. o Ministro das Finanças apresentava-lhe a verdade nua e crua em que se encontrava a Junta, alvittrando-lhe a solução.

O ultimo relatorio, dos acima referidos, a acompanhou o orçamento ordinario para o corrente ano, em que em sumula mostrava mostrava:

Que os deficits de gerencia para gerencia iam aumentando á medida que diminuia o subsidio do Estado (o da gerencia do ano findo deve andar por 730 contos);

Que parte das receitas atribuidas á Junta tem desaparecido mercê da remodelação tributaria sem que em contra-partida lhe tenham sido dadas as justas compensações;

Que sendo a receita prevista de4.087.891\$00

e as despesas com funcionalismo 2.729.962\$00

e juros e amortisação dum emprestimo 161.509\$00 2.891.471\$00

ficam 1.196.420\$00

para a amortisação do deficit de 730 contos e para dotação dos diferentes serviços que são muitissimos;

Que para acudir a ésta situação financeira se propunha três soluções:

- 1ª. - aumento de receitas, sem ser á custa do Distrito, superior a 1.000 contos.
- 2ª. - Subsídio permanente superior a 1.000 contos.
- 3ª. - Passagem para o Ministério respectivo de todos os serviços de instrução.

Sem uma destas soluções não se poderá manter a autonomia de que o Estado terá de tomar conta, gastando então muito mais do que o que se pede. E não se diga que se pede muito. O estritamento necessario para com a mais rigida economia se administrar um corpo administrativo, que com funções tão vastas, ficaria com pouco mais de 5.000 contos. Não seria mesmo um desastre politico acabar com a autonomia? É assunto para ser criteriosamente pensado não vá êle ser uma arma de combate para os inimigos da situação.

Compare-se o que o Estado gasta no Distrito da Horta com os correspondentes serviços a cargo desta Junta, para se avaliar bem que o que a Junta dêste Distrito pede é o estritamento necessario para que com uma sã administração, corresponder á alta missão que lhe está confiada.

.....
.....
Governo Civil de Angra do Heroísmo, 1 de Agosto de 1932.-----

O Governador Civil, Domingos Augusto Borges.-----

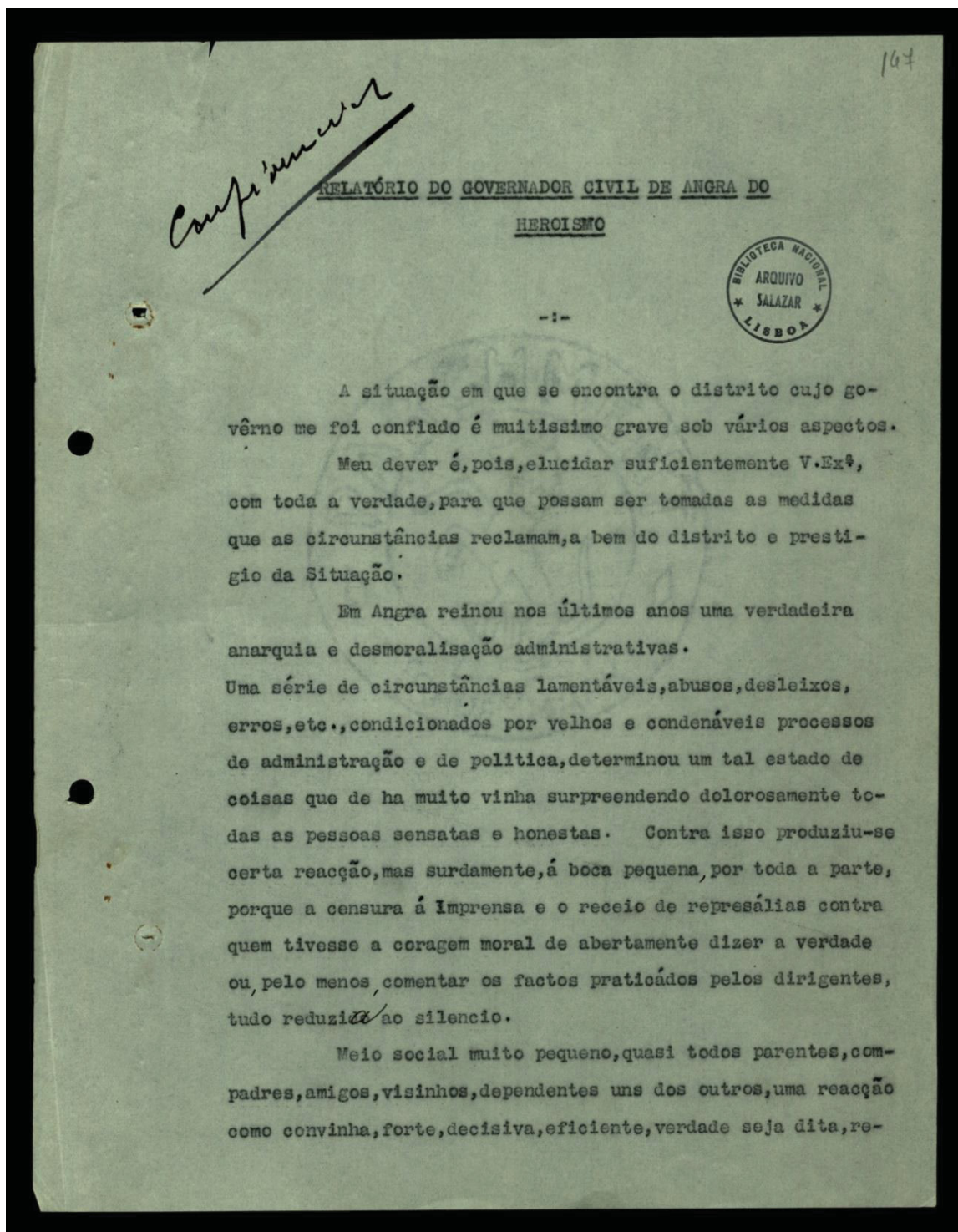
-----Está conforme-----

Gabinete do Ministerio do Interior em Lisboa, 5 de Setembro de 1932.----

O CHEFE DO GABINETE

Jaime Inácio Ferreira
Jaime Inácio Ferreira

Anexo n.º 17 - Relatório do Governador Civil de Angra do Heroísmo, Joaquim
Moniz de Sá Corte Real e Amaral em 12 de Agosto de 1933





-2- 168

presentava um certo risco, e só mercê de muita coragem, independência e fé podia ser efectivada. E tanto mais quanto é certo que a vida politica e social assentava num jogo mesquinho de interesses individuais, de pretensões e vaidades estultas, á mistura com frouxa moralidade e escassa compreensão da vida que corre.

E foi assim, Excelencia, exactamente durante o periodo da Ditadura, em que por todo o paiz uma onda benéfica de moralisação e progresso se estendeu que, bem pelo contrario, se praticaram no meu distrito factos que são a negação completa do espirito do Estado Novo e levaram os corpos administrativos, mui especialmente a Camara Municipal de Angra, á ruina.

Fizeram-se é certo algumas obras, mas sem que um pensamento superior as orientasse, tendo-se em vista os principios de economia que urgia respeitar, mórmente se houvesse a precisa noção do calamitoso estado financeiro em que se vivia.

Dai, e ainda por outras razões, um mal estar geral de que urgia, e urge, sair-se completamente, para honra do distrito e prestigio do Poder Central.

Quem os responsáveis por esse deploravel estado de coisas ?

Os dirigentes locais: AMADEU MONJARDINO, que desempenhava os cargos de presidente da União Nacional, presidente da Camara e presidente da Junta Autónoma dos Portos; MAJOR JOÃO ALPIM BORGES DO CANTO, vice-presidente da Camara Municipal e oficial da Censura; CORONEL FELICIANO ANTONIO DA SILVA LEAL,



149
-3-

Comandante Militar dos Açores, membro da União Nacional, que era quem tudo mandava directa ou indirectamente, e dava o apoio moral derivado da importância do seu cargo militar; DR. FRANCISCO LOURENÇO VALADÃO JUNIOR, Secretário Geral do Governo Civil, e politico encartado, que procura sempre estender a sua influencia; ANTONIO AZERA, Presidente da Camara da Praia da Vitória, etc.

Constituíam esses e ainda outros, mas de menor categoria social e em reduzidissimo numero, um verdadeiro sindicato de velhos politicos, movido por interesses materiais e morais, que logicamente para manter as posições dos seus membros e a honra do convento, procurava inutilizar sempre todas as tentativas de reacção da gente nova contra a sua ^{perniciosa} acção politica-administrativa.

Laços de familia ou de negócios ligavam esse sindicato. Assim: Monjardino tem um filho casado com uma filha de Silva Leal; Major Alpoim é primo de Silva Leal, de quem tambem é subordinado como chefe da secretaria do Comando Militar; Dr. Valadão é cunhado do engenheiro da luz electrica, que levou os respectivos serviços ao cais financeiro e tem um irmão, Eugenio Valadão que era camarista. Ao Dr. Valadão estava Monjardino preste por compromissos de dinheiro. Antonio Azera era o representante do Dr. Valadão na Praia da Vitória, onde como presidente da Camara cometeu grandes irregularidades.

Este sindicato tinha como cabeça, Monjardino; como alma, Silva Leal: o primeiro, comerciante e fornecedor em larga escala de cimentos, gazolina, etc. aos corpos administrativos,



150

-4-

e de há muito se encontrava em más condições financeiras, a tal ponto que acabou de falir, prejudicando várias pessoas, em centenas de contos; o segundo, uma pessoa teatral, desmoralizada, cujo passado e cujo presente estão em manifesta discordância com o espírito do Estado Novo.

Resultado: o descrédito da Situação em Angra do Heroísmo.

-:-

Na visão clara das coisas e absolutamente integrado nos princípios da Ditadura Nacional, iniciou ali a reacção, singrando novo caminho, prudentemente como convinha, apoiado por um grupo reduzido mas decidido de sintagmistas, o Dr. Constantino de Menezes Cardoso, como Governador Civil substituto em exercício, após o movimento revolucionário de 1931. Na mesma esteira marchou o Governador Civil, Sousa Rodrigues, a quem logicamente o sindicato lhe retirou o apoio, motivando-lhe a queda. Finalmente o meu malogrado antecessor, Cap. Domingos Borges, entrou mais decididamente no caminho da moralização administrativa, mas a morte infelizmente não permitiu que completasse a sua benéfica obra.

Esta nova vida não podia, pois, logicamente, agradar aos velhos políticos do sindicato a que me referi, todos com praça nos antigos partidos de antes de 28 de Maio, um dos quais até antigo senador democrático.

Da acção desenvolvida, especialmente por este últi-



-5-

mo Governador, devo dizer, para completo esclarecimento dos factos, que fui o principal cooperador, e assim sob a minha direcção o Liceu, o Hospital da Misericórdia, para onde entrei em 1951 e finalmente, a Camara Municipal, cuja presidencia assumi em Janeiro de 1933, entraram em nova vida, reformando-se os sedios processos de administração seguidos e realizando-se melhoramentos importantes, de ha muito reclamados em vão, mas apenas com o produto de economias e de esforço pessoal.

A minha acção reformadora e os processos empregados, que Angra desconhecia, mereceram os maiores aplausos, mas logicamente não podiam deixar de causar apreensões e sérias ao sindicato, que assim via ir diluindo-se o seu falso prestigio, e mais, receioso de que responsabilidades pudessem ser-lhe assacadas, pelo menos da sua incomensuravel incuria.

Essas apreensões, após o falecimento do Governador Civil meu antecessor, chegaram ao rubro quando circulou a noticia da minha nomeação para o aludido cargo, tendo então, na sombra, sempre na sombra, Silva Leal e Monjardino diligenciado, descendo a expedientes que representam até quebra de caracter, fosse nomeado para o cargo o Dr. Sousa Menezes, que, de resto, ha cerca de um ano havia sido regeitado pelo Exmo. Ministro do Interior, que nomeou o Cap. Domingos Borges.

Com a minha ascensão a este cargo, a Comissão Distrital da União Nacional, de que fazia parte Silva Leal, Monjardino, Alpoim do Canto, Tomé de Castro, Visconde da Agualva, Dr. Flôres Brazil e eu, pediu logicamente a sua demissão, que lhe foi conce-



-6-

dida, felizmente para o distrito e para a Situação, em virtude de ocasionar o afastamento da política, dos três primeiros indivíduos, pertencentes ao aludido sindicato.

Para maior clareza, seriemos os factos cujo conhecimento com mais detalhe, convem ser conhecido.

CAMARA MUNICIPAL DE ANGRA

Este organismo, de 1930 a 31 de Dezembro de 1932, teve como presidente Amadeu Monjardino, vice-presidente Major Alpoim do Canto (que também exerceu o cargo de presidente no impedimento daquele), vogais Eugenio Valadão, etc.

Era público que a situação desta Camara era grave, mas não se tomavam providencias; pelo contrário, vivia-se como se a sua situação fosse favorável, nunca se tendo pensado em economias, nem em medidas impeditivas de abusos, que todos conheciam.

Monjardino publicava relatórios nos jornais que deixavam boas impressões a todos os inocentes ! Poeira doirada, para iludir...

Tendo eu assumido a presidencia deste organismo em 4 de Janeiro ultimo, de tudo tomei conhecimento, como é meu processo de administração, tendo verificado que a situação financeira era muito peor do que publicamente se afirmára e concluí até que a comissão cessante não se tinha apercebido com precisão do respectivo passivo, agindo numa inconsciencia simplesmente conflagradora.



-7-

Verifiquei que as dividas referidas a 31 de Dezembro de 1932, eram as seguintes:

- - - Camara	1.098:808\$34
- - - Serviços municipalizados:	
a) energia electrica	5.695:494\$23
b) Carnes	19:245\$39
Total	6.813:547\$96

Reconhece-se logo a gravidade da situação, sabendo-se que a receita anual, propriamente da Camara, anda por 1.332 contos e que os serviços de energia electrica acusaram sempre saldo negativo, tendo os do ano de 1931-32 atingido 266.732\$15.

Acresce ainda que este ultimo saldo, como supponho, deve ser de quantia muito maior, porque não são de merecer toda a confiança as contas apresentadas... sempre tendentes a iludir, a não desanimar demasiadamente.

Encontrámos a organização destes serviços de uma forma verdadeiramente caótica e insusceptível de merecer aprovação a qualquer pessoa honesta.

À Caixa Geral de Depósitos e ás Caixas Económicas da Ilha Terceira, devia a Camara, em virtude de empréstimos contraídos, parte da quantia que fica indicada; a outra parte deve-a a particulares. De todas as dividas aos indicados estabelecimentos de crédito foi resolvido fazer-se uma conversão apenas na Caixa Geral de Depósitos, a qual foi efectivada em 22 de Maio último, no montante de 5.902.963\$31, re-



156

-8-

presentando um encargo anual de 641:903\$90, em juros e amortização de capital, durante quinze anos. A parte que cabe propriamente aos serviços electricos é de 586:403\$50, isto é, muito mais de metade da receita anual desses serviços !!

O caos ! A ruina !

E, no entanto, o engenheiro que superiormente dirigia os serviços electricos e que para Angra fôra ha cerca de 4 anos, pobre, fazia uma vida de estadão, com automóvel, casa de campo, champanhadas, charutos caros, tornando-se acionista com dezenas de contos da Empresa da Luz Electrica Graciosense, tendo tambem gasto dezenas de contos no seu casamento, quantia esta que foi até abonada pelo cofre dos serviços municipalizados que dirigia, como consta dos respectivos registos, etc. ///

Corria assim a vida municipal de uma forma caótica, atrabiliária, com a, digamos amavelmente, inconsciencia de quem a dirigia e tinha por obrigação fiscalizar.

Um autêntico escandalo !

E essa inconsciencia atinge o cúmulo quando a Comissão Administrativa da presidencia de Monjardino saiu em 31 de Dezembro último. É que essa Comissão, como nos ominosos tempos da politica democratica, fez o seu testamento, velho estilo !! Resolveu, como consta das duas últimas actas:

Aumentar o vencimento ao pessoal da luz electrica: aumentar o vencimento ao pessoal do Matadouro; admitir 18 subsidiados; conceder gratificações ao pessoal do Jardim Duque da Terceira; e, finalmente, admitir como guarda da Praça do gado, um empregado!!!



-9-

E, fechando com chave de ouro, o vice-presidente Major Alpoim do Canto, antigo senador, fez transcrever na acta uma longa proposta de louvor ás grandes qualidades de administrador de Amadeu Monjardino, o que foi plenamente aprovado !!!
Isto, Excelencia, está escrito !

-:-

Pelo relatório que acompanhou o orçamento para o presente ano económico, verifica-se que a Camara não pode fazer face aos seus encargos, e só com o auxilio do Estado poderá sair da situação vexante, calamitosa, em que se encontra.

Esse auxilio que confiadamente se espera, como única condição de vida, foi avaliado do seguinte modo:

- Para dotação de serviços indispensáveis	446.045\$00
- Dividas passivas	700.000\$00
- Déficit provável dos serviços electricos	300.000\$00
Total	1.500.000\$00

Tal é o estado financeiro em que se encontra o Municipio Angrense.

Quando fomos presidente desse organismo, tomámos energicas medidas para remediar tal estado de coisas, mas o mal é quasi de morte...

Aos actos do engenheiro da luz electrica, Eurico do



156
-10-

Vale, está procedendo a uma sindicancia o Delegado do Procurador da República da comarca de Angra.

A actual Comissão Administrativa da Camara, sob a presidencia do Ten. Frederico Lopes, é constituida por um grupo de novos, com valôr, coragem e independencia, capaz de continuar a realizar a obra de moralisação que ali se impõe, tanto mais que foram os valiosos e dedicados colaboradores da acção que ali desenvolvi como presidente, até que fui nomeado Governador Civil.

-:-

JUNTA AUTÓNOMA DOS PORTOS

Presidente, até Abril ultimo: Amadeu Monjardino.

A vida deste organismo, não decorreu de molde a considerar-se regular. Tudo ou quasi tudo pecava por defeitos de organização, á mistura com facilidades na execução dos serviços que as boas normas administrativas não pôdem legitimar. Fizeram-se obras no Cais de Angra, no valôr de muitas dezenas de contos, para depois destruirem por defeituosas, realisando-se novamente! No Cais da Figueirinha, executaram-se obras no valôr de centenas de contos, para agora se reconhecer que para nada servem e mais, que os processos de construção empregados não seriam mesmo os aconselháveis! Gastaram-se avultadas verbas no Cais da Silveira, sem que a sua utilidade legitime tão grande dispêndio! Tudo obras sem

finalidade superior, sem obedecerem a um plano de conjunto, fragmentárias, parecendo serem feitas apenas para se consumirem materiais (cimentos) e pagar a trabalhadores. A par disto facilidades na execução de tudo, á mistura com deficiente fiscalização. Diz-se tanta coisa...

O que é certo é que o capitão do porto de Angra, *que* faz parte dêsse organismo, em quasi todas as sessões realizadas nos últimos tempos da presidência de Monjardino, protestou asperamente contra a orientação ali seguida em quasi todos os serviços.

A receita anual dêste organismo é de cerca de 800 contos.

Na sua vida, entretanto, pesa já esmagadoramente o encargo de um empréstimo de mil contos, a que se recorreu para fazer face a despesas.

Tendo o presidente A. Monjardino solicitado a sua demissão, foi nomeado para o cargo, no mês findo, o cidadão Frederico Augusto Lopes da Silva, director da Caixa Económica de Angra do Heroísmo, *que* goza da mais justa consideração pelo seu saber, intelligencia e honestidade.



-:-

JUNTA GERAL AUTÓNOMA



Se bem que esta Junta tivesse sido beneficiada pela última lei orçamental, com um subsídio de 600 contos, o que é certo é que não tem ainda condições para viver honestamente, como é mister. De resto, no distrito, atendendo á crise, não ha possibilidade de se adquirirem mais receitas.

Só elevando-se esse subsídio a, pelo menos, 1.000 contos, poderá ficar êsse organismo em condições financeiras de poder, ainda assim modestamente, corresponder á sua função.

De contrário continuará a mencionada Junta com uma vida precária, asfixiante, sem poder de forma alguma dotar eficientemente os serviços agronómicos, pecuários, de instrução e assistencia, o que constitue a razão principal de ser dêsta corporação.

E para notar é que, sendo muito grave a situação económica do distrito, não só como Consequencias de causas gerais, mas ainda pela crise das suas pequenas fontes de riqueza e estado deplorável das finanças de todas as corporações administrativas, o que determina um elevado número de desempregados, havendo por isso já a miséria e a fome em muitos lares, não pôde a Junta Geral, pela escassez das suas receitas, acudir a tão lamentável estado de coisas, nem, como é urgente, subsidiar convenientemente as instituições de caridade, aonde acorrem mais do que nunca os necessitados. Por outro lado, essas casas de caridade, em consequência da crise, veem dia a dia diminuir as suas receitas.

Basta atentar no que se passa com o Hospital da Mi-



-13-

sericórdia para se ajuizar de tão lamentável estado de coisas.

As receitas desta instituição, provenientes da sua Caixa Económica, decresceram da forma assustadora seguinte: 1930, 119 contos; 1931, 110 contos; 1932, 77 contos; 1933, não pôde ir além de 48 contos !!!

As restantes casas de caridade lutam com as mesmas dificuldades.

Em tais condições, não posso deixar de contar com ~~uma~~ maior subsidio da Assistência Pública, mas principalmente com o auxilio da Junta Geral, desde que o Estado, como espero, lhe dê as necessárias condições de vida.

-:-

CAMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA

Desta corporação foi presidente, até Maio último, o cidadão António Azera, comerciante local, que exerceu aquelas funções durante seis anos.

Desde ha muito, era voz pública que ali se praticavam abusos, irregularidades, etc. No entretanto, porque António Azera era o representante politico do Dr. Valadão Junior, com quem estava absolutamente ligado, e este proclamava sempre a honradez do dito presidente, as coisas foram correndo... como de resto em Angra. Tocar António Azera, compreendia-se, seria um perigo por causa das ligações.

Com a minha entrada para o Governo Civil inquiri de

alguns factos, e tendo chegado á convicção de que abusos se praticavam, promovi a sua demissão.

A nova Comissão Administrativa, de acôrdo com a Comissão da União Nacional, inquiriu logo da verdadeira situação daquela Camara, perante os documentos, e chegaram a verificar coisas mui lamentáveis.

A situação financeira é grave, porquanto reconheceram que, em 14 de Junho último, os débitos atingiam a quantia de 502.694\$18 e os créditos apenas 17.951\$95 !

Ao pessoal de limpêsa, etc., devia-se o salário ha 11 meses ! Mas ha um facto que atinge o cúmulo !

Reconheceu-se, até agora, a existencia de mandados de pagamento falsos, isto é, passados a favor de pessoas que nunca existiram, num montante de 68 contos !!!

Confirma-se, pois, exuberantemente, o rumor público.

A actual C.A. dessa corporação, por proposta de um dos seus membros, que tambem fazia parte da Comissão transacta, propôs em sessão, e foi unanimemente aprovado, fôsse realisada uma sindicância para tudo se averiguar e a quem cabem as responsabilidades. Entendo que essa sindicância é indispensável, e deve ser realisada pelo Delegado da comarca, mas só depois de este terminar a sindicância que está fazendo na Camara de Angra.



-:-

MISERICÓRDIA DE ANGRA

Na administração da Santa Casa da Misericórdia de Angra, para onde entrei como Provedor, em 1931, notei práticas que não podiam merecer aprovação a quem fôsse honesto, e uma dívida de 103 contos. Além disso reinava a desorganização nos diferentes serviços. Tudo, porém, foi reformado e hoje pôde considerar-se modelar a administração deste estabelecimento, que também foi dotado de importantes melhoramentos, feitos exclusivamente com o produto de economias.

A sua vida económica, em virtude da diminuição de subsídios, a que atrás referimos, é presentemente precária.

Na Caixa Económica desta Misericórdia, como de resto nas outras da cidade, houve também facilidades extremas, nos créditos concedidos, o que determinou prejuizos que de algum modo se reflectem no agravamento da situação económica do distrito.

-:-

-:- -:-

Eis, rapidamente exposto, o estado calamitoso em que se encontram as corporações administrativas.

As facilidades, os abusos...quasi tudo invadiram, constituindo como que escola ! Gastar, gastar sempre, era o lema, e depois recorria-se a empréstimos... Assim compreendiam a nova política administrativa aquêles que, até ha pouco, eram os dirigentes de Angra, tendo deixado êsse sudário que apontámos !



162
-16-

Hoje, porém, com a gente nova, decidida, integrada nos verdadeiros princípios do Estado Novo, novos caminhos se trilham e considerável é já o que ha feito, ou iniciado, diga-se em abono da verdade, com muita coragem, dedicação e fé.

-:-
-:- -:-
MELHORAMENTO URGENTE

Não posso deixar de me referir neste relatório a um melhoramento cuja realização se torna absolutamente urgente. Doutros, é certo, carece o meu distrito, mas a todos sobrepõe a da nova canalização de águas á cidade de Angra, no qual, como é legítimo, ponho todo o meu empenho.

Essa obra, de cuja realização tomei a iniciativa quando presidente da Camara, urge ser levada a efeito a bem da saúde pública. É que o estado de inquinação em que as águas se encontram é simplesmente pavoroso. Acusam as respectivas análises até a existencia de matérias fecais nas águas, que, de resto, são puríssimas na nascente ! Consequência desse facto arripiente são várias doenças que vão vitimando a população. Origem do facto é a existencia duma canalização já muito velha, em canos de barro, alguns rôtos, situada próxima da dos exgôtos, havendo assim comunicação!

Para esse importante e inadiavel melhoramento, que foi orçado em 3.000 contos, espero confiadamente que o Governo, ao

abrigo da lei, concorra com metade dessa quantia, devendo ser a restante concedida, por meio de empréstimo, na Caixa Geral de Depósitos. É a única forma de poder ser, como é indispensável, levado a efeito esse melhoramento, fazendo-se terminar tão críminoso estado de coisas.

O respectivo projecto e orçamento estão já no Ministério das Obras Públicas.

-:-

DESEMPREGO

Em virtude da aflictiva situação financeira dos corpos administrativos, da crise das indústrias dos bordados, dos tabácos, da não entrada de dinheiros do Brasil e da América, etc., o número dos desempregados vem crescendo assustadoramente. Reina assim já a fome em muitos lados e noutros as dificuldades são extremas.

Só a Junta Autónoma dos Portos, por falta de verba, despediu recentemente 200 trabalhadores !

Urge, consequentemente, acudir a este estado de coisas, mas só com o auxílio do Governo poderá ser minorado.

A obra da nova canalização de águas que, como disse, confiadamente espero do Governo os recursos necessários para ser realizada, terá também a virtude de atenuar de momento a referida crise de desemprego.

-:-



SITUAÇÃO POLITICA



O povo do meu distrito é essencialmente conservador, ardido e honesto. Assim, a sua quasi totalidade está com a Situação, como mais uma vez o provou no plebiscito para aprovação da Constituição Política da República Portuguesa.

Gente portuguesa - e da mais portuguesa, rejubila com tudo que constitui progresso e engrandecimento, levado a efeito pelo Governo da Ditadura. Porém, o que é certo é não ter visto no seu distrito, e assim participado de uma forma apreciável dessa onda de benefícios que o Governo tem beneméritamente espalhado pelo Continente.

E assim, com efeito, é, porque o distrito goza de uma Autonomia Administrativa que não dispõe das necessárias condições de vida de modo a corresponder completamente á sua missão.

Tem arrastado uma existencia nociva ao natural desenvolvimento do distrito. Entretanto, verdade seja dita, S. Ex.^a o Ministro das Finanças tem procurado acudir a essa situação, tendo concedido a esse organismo um subsidio de 300 contos, ^{que} pela lei orçamental última, foi elevado a 600. Mas, ainda assim, a sua vida é impossivel, pois que carece, como atrás referimos, de mais 400 contos anuais.

De grande alcance politico é, por consequência, que o Estado dê as necessárias condições de vida á Junta Geral.

-:-

Com a gente nova que se acha agora na União Nacio-



165
-19-

nal e nos corpos administrativos, o distrito vai sair, como convém, da apatia política em que logicamente tem vivido, e a que o meu saudoso antecessor, Cap. Domingos Borges, que tão relevantes serviços prestou, a queria arrancar.

Tem os novos prestigio já, porque a sua acção, desenvolvida eficientemente a favor do distrito e da Situação, se impõe indiscutivelmente. Assim, como é meu desejo, especialmente pela conferencia e pelo jornal, a propaganda do Estado Novo vai realizar-se, a par da obra de renovação e saneamento realizada já nalguns departamentos da vida pública local. Fara isso conto com valiosos elementos que á Situação tem dado o melhor do seu esforço e desinteresse; para isso conto com a opinião pública que tem abertamente apoiado a obra de renovação que temos levado a efeito.

-:-

REINTEGRAÇÕES

Por virtude do movimento revolucionário de 1931, encontram-se afastados dos seus cargos alguns funcionários civis e militares. A forma como foi feita, no rescaldo dos acontecimentos, a sindicância que determinou essas demissões, não pode deixar de ser considerada como defeituosa. E, pelos seus resultados, foi até posta em evidencia essa circunstância, notando-se factos que constituem agravos á boa justiça.

É que vemos que alguns individuos que tiveram certas



-20-

responsabilidades nos acontecimentos, e alguns dos próprios deportados políticos - sem os quais não seria possível a revolução, estão, uns reintegrados, outros ao serviço, não tendo até alguns sofrido o menor incómodo. E, enquanto assim é, pelo contrário, outros, especialmente civis, com culpas mínimas e outros sem nenhuma, como se provou em inquérito a que se procedeu, continuam afastados dos seus cargos, passando as mais duras privações, numa vida de profundas torturas morais.

Neste assunto, devo confessar, Excelencia, encontro-me á vontade, porquanto fui vítima dos revolucionários, tendo por eles, em virtude de desobediência ás suas determinações durante o movimento, sido até demitido do meu cargo de reitor do Liceu. E, por essa atitude, que tomei, fui depois louvado pelo Exmo. Ministro da Instrução. Falo, pois, com conhecimento de causa, cedendo sempre aos impulsos do meu espirito de justiça, que não exclue, é certo, a benevolência.

Os individuos hoje afastados do serviço, não podem ser considerados propriamente revolucionários, mesmo porque o meio açoreano não é propício ao desenvolvimento das qualidades que lhes são características. A gente do meu distrito é essencialmente ordeira; embora por vezes inimigos políticos, são, em geral, amigos pessoais. Ali não ha, pois, propriamente revolucionários. O que havia era uma decidida animadversão contra alguns individuos que representavam a Ditadura, especialmente nos corpos administrativos procediam de forma na verdade indefensável.

Não ha luta de ideias; a Ditadura para eles, em re-



167
-21-

gra, é o que se passa na localidade.

Os deportados políticos, esses sim, revolucionários de profissão, na sua atitude constante de ataque ao Governo, aproveitando habilmente a precária situação local, que apresentavam como padrão, fácil lhes foi convencer alguns mais irreflectidos, da conhecida excelência dos seus elixiris de salvação nacional. E foi assim que, levados pelo canto da sereia, e alguns pelo medo, vários dos demitidos deram mais ou menos a sua cooperação aos revolucionários.

Entretanto, sobre esses lamentáveis acontecimentos já decorreram 27 meses, e, para castigo, parece suficiente esse longo período de tempo, a quem mais por irreflexão que por ideias próprias, neles de qualquer forma participou, ou não teve coragem para reagir.

Seja como fôr, julgo que um gesto de benevolência e ao mesmo tempo de justiça ~~que~~ só prestigiaria mais o Governo e corresponderia ao desejo dos povos do meu distrito que, em várias representações, dirigidas às instancias superiores, se tem manifestado no sentido do regresso ao serviço desses antigos funcionários.

De resto, a forma pacífica e correcta como esses indivíduos se tem mantido através desses 27 meses de duras privações, ainda reforça mais o desejo da prática de benevolência que todos confiadamente esperam o Governo conceda, levando assim a alegria aos seus lares, aonde só tem reinado ultimamente o desconforto, a dôr, o desespero, por vezes a mais negra das misérias. Essa desejada medida de benevolência, fazendo ^{também} ~~estermi-~~



-22-

nar a desigualdade de tratamento havida, viria contribuir para a necessária pacificação política do meu distrito.

-:-

CONCLUSÃO

Pelo que exposto fica se conclue que para a boa marcha da vida política e administrativa do distrito, e prestígio da Situação, se torna necessário o seguinte:

- 1ª -

Dar o Governo o maior apoio aos agentes da ardua obra de saneamento e progresso que vem sendo executada, em oposição á desmoralização administrativa que existia.

- 2ª -

Ser colocado o Coronel Silva Leal em situação que não possa prejudicar a paz política de que o distrito carece, e permitir a guarnição militar, sem receio, acompanhar os que honesta e desinteressadamente trabalham pela Situação.

- 3ª -

Elevar o subsídio anual de 600 contos, concedido á Junta Geral, para 1.000 contos. (O Exmo. Ministro das Finanças tem já os relatórios necessários).

- 4ª -

Ser concedido á Camara Municipal de Angra um adiantamento de 1.500 contos, sem juro, reembolsável em 15 anos, úni-



169
-23-

ca forma dessa corporação poder sair da situação vexante em que se encontra. (Enviei relatório ao Exmo.Ministro das Finanças).

- 5ª -

Ser decretado que o imposto de 4\$00 sobre cada quilo de tabaco importado ou consumido no distrito, a que se refere o decreto nº 20.869, de 11-2-932, reverta totalmente a favor do municipio que dele absolutamente carece. (Apresentei relatório ao Exmo.Ministro das Finanças).

- 6ª -

Tornar extensiva á indústriã dos bordados nos Açores a protecção que foi concedida a essa indústriã no arquipélago da Madeira, pelo dec.nº 19.897, de 17-6-931. (Apresentei relatório ao Exmo.Ministro das Finanças).

- 7ª -

Ser concedida a comparticipação do Estado, no montante de 1.500 contos, e nos termos da lei, para a nova canalisação d'aguas á cidade de Angra.

(No Ministério das Obras Públicas está o respectivo projecto).

- 8ª -

Ser aumentado, pela Direcção Geral da Assistencia Pública, o minguido subsidio que vem sendo concedido ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Angra.

(Foi relatada ao Exmo.Director Geral a situação).

- 9ª -

Serem mandados sindicar os actos da transacta Comissão Administrativa da C.M.da Praia da Vitória e especialmente



140
-24-

o seu presidente.

(A respectiva proposta foi entregue no Ministério do Interior).

- 10ª -

Ser decretada uma medida de benevolencia e de justiça, permitindo que os funcionários civis demitidos por virtude do movimento revolucionário de 1931, regressem ao serviço, estendendo-se essa benevolencia, tanto quanto possível e as circunstâncias aconselhem, aos militares, alguns sem culpas maiores.

-:-

E, terminando, o que garante a V.Exª e ao Governo o Governador Civil que este relatório subscreve, é que continuará como sempre, nos cargos que tem desempenhado, a servir com o maior desinteresse e dedicação para manter cada vez mais alto o prestígio da Ditadura Nacional.

Lisboa, 12 de Agosto de 1933.

O Governador Civil de Angra do Heroísmo,

Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral

**ANEXO N.º 18 - Orçamento da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo
de 1927 in União de 19 novembro de 1926**

<p>res de terra lavrada e alquei- para arribana. Este e casa tem duas casas independentes, formando com o terreno que é de primeira qualidade, uma só propriedade. O terreno entesta com a Rua dos Italianos, Corpo San- ta. Vende-se junto ou separa- do.</p> <p>Tambem se vende uma ca- sa de moradia sita na Rua da Liberdade, bem como um automo- vel em bom estado.</p> <p>Está-se na oficina de cor- reção de José Machado Ma- chado na Rua da Liberdade. (194)</p> <p>abão barato</p> <p>superior ao nacional, de duração, cada bar- bo 8 125 !!</p> <p>de Utilidades</p> <p>Sé N.º 57, esquina da. (184)</p> <p>reada</p> <p>uma. Nesta tipo- (191)</p> <p>Militar</p> <p>dolman, calça, em tricó com (197)</p> <p>a Avila</p> <p>AS</p> <p>sabarraca- de São luto agua, ões José o. (195)</p> <p>O</p> <p>alquei- ho na (196)</p> <p>da</p>		<p>Associação Administrativa Instalação e administração Rua do Infante D. Henrique n.º 21</p> <p align="center">ORÇAMENTO DA Junta Geral deste Distrito</p> <p>Na impossibilidade, por falta de espaço, de publicarmos o or- çamento do nosso primeiro corpo administrativo para o proximo ano de 1927, a seguir damos um resumo das verbas que constam do mes- mo, por onde os nossos leitores poderão ver as dotações dos impor- tantes serviços a cargo da Junta Geral.</p>		<p>2.º Concerto LONELINO SILVA</p> <p>Com grande entusiasmo se sistematiza, mais numerosa do no antecedente espectáculo, a sua e districto local português Lonelino Silva, na noite de do e resto, o seu segundo concerto no nosso Teatro.</p> <p>O programa excelsa- mente do primeiro concerto nas com substituição de do- mentos, fazendo-se ouvir mente artista, com a sua muda arte e «La donna e a do Rigoletto e uma romã André Chénier, opera q pareceu ser a corôa de sr. Lonelino Silva.</p> <p>Na primeira parte do a ex.ª sr.ª D. Isabel recitou com a graça de uma poesia do nosso co- e excoletto poeta Gervásio escrita de proposito para O sr. Lonelino Silva generosidade de destino do produto liquido do para socorro aos sibi- lha do Paizel.</p> <p>Ao distinctissimo ar- sentamos os nossos es- com sinceros votos de e muitas prosperida- triumfal e gloriosa tistica.</p>	
		RECEITA			
Produto das contribuições e seus adicionais.			1 860 000\$00		
Outras receitas.....			67 500\$00		
Total ..			1 927 500\$00		
		DESPESA			
Pessoal:					
Secretaria.....		85 221\$70			
Tesouraria.....		48 280\$92			
Direcção de Obras.....		137 082\$00			
Adidos.....		89 250\$48			
Aposentados.....		54 861\$36			
Serviço Agrícola.....		34 368\$48			
Serviços Pecuários.....		47 115\$72			
Laboratorio Distrital.....		37 835\$00			
Posto de Desinfecção.....		46 762\$44			
Polícia Civil.....		45 248\$90			
Ajudas de custo.....		17 500\$00			
Cantoneiros.....		150 589\$88			
Aguadeiros.....		61 776\$25			
Invalidos.....		24 574\$75			
Hospital de Isolamento.....		34 590\$00			
Total do pessoal...		915 057\$88			
Juros e amortizações.....		195 154\$34			
Viação Distrital.....		394 607\$78			
Serviço de Aguas.....		60 000\$00			
Serviços Agrícolas.....		24 000\$00			
Serviços Pecuários.....		14 450\$00			
Serviços de Saude.....		33 000\$00			
Posto de Desinfecção.....		10 350\$00			
Reconstrução do Edificio da Junta Geral...		50 000\$00			
Edificio do Governo Civil e Junta Geral....		23 000\$00			
Pagamento ao Estado pela cobrança das contribuições.....		11 250\$00			
Hospitalisação dos alienados.....		77 500\$00			
Subsidio para Raios X.....		15 000\$00			
Balneario de Angra.....		20 000\$00			
Balneario do Carapacho.....		15 000\$00			
Deposito de rações.....		12 000\$00			
Transportes.....		14 000\$00			
Expediente das diversas repartições.....		16 000\$00			
Deligencias policiaes e outros.....		7 500\$00			
Jardins.....		8 000\$00			
Outras verbas.....		11 630\$00			
Total ..		1 927 500\$00			

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal